

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Ciências Sociais

Para Falar em Nome da Segurança:

o que pensam, querem e fazem os representantes dos
Conselhos Comunitários de Segurança

ANA PAULA GALDEANO CRUZ

Orientadora
Prof^ª. Dr^ª. MARIA FILOMENA GREGORI

Agosto, 2009

C889p Cruz, Ana Paula Galdeano
Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança / Ana Paula Galdeano Cruz. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

1. Conselhos Comunitários de Segurança. 2. Segurança pública. 3. Sociedade civil. 4. Violência. 5. Direitos humanos. 6. Polícia. 7. Prostitutas. I. Gregori, Maria Filomena. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Local Security Council**
Public security
Civil society
Violence
Human rights
Police
Sex worker

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Maria Filomena Gregori, Sergio Adorno, Renato Sérgio de Lima, Ronaldo Rômulo de Almeida, Guita Grin Debert

Data da defesa: 07-10-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

R-1

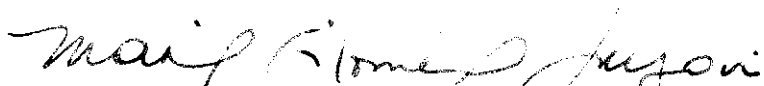
Para Falar em Nome da Segurança:
o que pensam, querem e fazem os representantes dos
Conselhos Comunitários de Segurança

Ana Paula Galdeano Cruz

Tese apresentada ao Programa de
Doutorado em Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Campinas, como
requisito para obtenção do título de Doutor.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Filomena
Gregori.

Data de defesa: 07 de Outubro, 2009

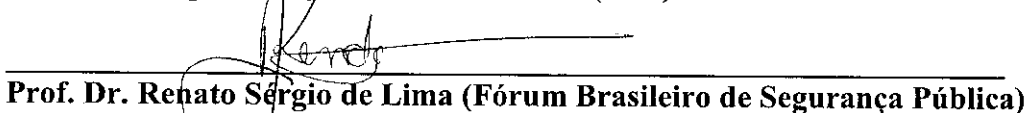
BANCA EXAMINADORA:



Prof^a. Dr^a. Maria Filomena Gregori (Orientadora – UNICAMP)



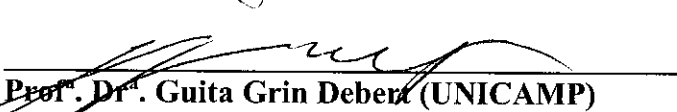
Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu (USP)



Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)



Prof. Dr. Ronaldo Rômulo de Almeida (UNICAMP)



Prof^a. Dr^a. Guita Grin Debert (UNICAMP)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (Suplente -UFSCAR)

Prof^a. Dr^a. Wânia Pasinato (Suplente – Pagú/UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Heloísa Buarque de Almeida (Suplente – USP)

Para Ricardo

O antropólogo permanece inevitavelmente mais alheio do que deseja e menos cerebral do que imagina. Mas o processo se impõe, dia após dia, no esforço da sua promoção, o esforço de combinar duas altitudes fundamentais em relação à realidade - a engajada e a analítica - numa atitude única. É essa atitude, não o vácuo moral, que chamamos de distanciamento ou desprendimento. (...). E como a capacidade de olhar as pessoas e acontecimentos (e para si mesmo) com um olhar ao mesmo tempo frio e interessado é um dos sinais mais seguros da maturidade, seja do indivíduo, seja num povo, [a] experiência de pesquisa tem implicações morais bem mais profundas e diversas para a nossa cultura do que são em geral sugeridas.

Geertz (2001)

Onde há poder, ele se exerce.

Foucault (2006)

Resumo: Esta tese investiga a participação da sociedade civil na discussão das políticas de segurança e prevenção da violência em São Paulo. Através da pesquisa de campo em bairros socialmente distintos – Sapopemba, Zona Leste e Campo Belo, Zona Sul -, o trabalho discute as narrativas da violência entre os moradores, suas opiniões sobre os (assim considerados) “agentes da insegurança” e as possíveis soluções para resolver os problemas. O universo empírico central são os Conselhos Comunitários de Segurança, onde policiais, representantes das prefeituras, “moradores comuns”, líderes de associações de bairros e entidades de defesa dos direitos reúnem-se para falar sobre seus problemas locais. No conflito multifacetado de narrativas destacam-se mudanças relacionadas à linguagem dos direitos e as bases desiguais do debate – estereótipos feitos pelos critérios de classe, gênero, etnicidade, idade e, às vezes, religião. No intuito de contribuir para uma discussão mais ampla dos obstáculos institucionais e simbólicos na elaboração de políticas, a pesquisa acompanhou favelas que foram objeto de operações policiais (Operação Saturação) e os encontros da Comissão Independente e Mista, formada em caráter extraordinário para investigar as mortes que se sucederam aos ataques da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006.

Abstract: This dissertation investigates civil society participation in debates on public security and violence prevention in São Paulo. Through fieldwork in two socioeconomically distinct neighborhoods – Sapopemba and Campo Belo – I seek to understand citizens’ narratives of violence and their opinions about the (so called) “perpetrators” and the possible solutions to solve the problems. The principal site of fieldwork were the Local Security Councils in which policemen, municipal officials, ordinary people, community leaders and human rights organizations get together to talk about local problems. In this multifaceted conflict of narratives, I highlight changes in the language of rights employed in, and the inequalities that underlie the debate - stereotypes of class, gender, ethnicity, age, and sometimes religion. To contribute to a wider discussion about the institutional and symbolic obstacles to establish a public prevention policy, I also did fieldwork in favelas targeted for police operations (Operação Saturação) and at the meetings of the Joint Independent Commission (Comissão Independente e Mista), an ad-hoc body charged with investigating the murders that followed the May 2006 wave of attacks perpetrated by the Primeiro Comando da Capital (PCC) faction.

Índice

INTRODUÇÃO, 05

1. A pesquisa e as perspectivas teóricas, 08
2. A pesquisa de campo: quando a etnografia é sobre violência e segurança pública, 13
3. *De que lado você está?:* contingências e aprendizados do campo, 17
4. A organização dos capítulos, 26

CAPÍTULO 1. SITUANDO CONTEXTO: OS CONSEGS, SUA HISTÓRIA E AS DISPUTAS ,29

1. Os Conselhos: uma história política, 30
2. Composição social e disputas, 45
 - 2.1. Conseg Sapopemba, 46
 - 2.2. Conseg Campo Belo, 55

CAPÍTULO 2. OS ENCONTROS: MUDANÇAS E PARADOXOS NO CAMPO DOS DIREITOS , 67

1. Encontros em Campo Belo: a igreja evangélica, a prostituição e os barracos, 70
2. Encontros em Sapopemba: violência contra as mulheres, violência policial e violência na escola, 83

CAPÍTULO 3: SOCIABILIDADE E VIOLÊNCIA, 99

1. Os distritos, 101
2. Campo Belo: o desgosto da “mistura” com os favelados e as prostitutas, 107
 - 2.1. As mulheres diligentes da região central, 108
 - 2.2. A rua de classe média e o problema dos barracos: uma “zona de fronteira”, 113
 - 2.3. Entre “palacetes” e casas operárias: a prostituição de rua, 118
3. Sapopemba: o lado das “pessoas de bem” e o outro lado, 126
 - 3.1. Operários aposentados, 127

- 3.2. A primeira geração nascida em São Paulo: o trabalho religioso no contexto da violência, 134
4. O “problema social” violência e suas inflexões, 141
- a) Do Estado criminoso à proteção dos pobres, 142
 - b) Violência policial e ameaças, 151
 - c) Violência com base na “natureza humana”: da “má índole” à pena de morte, 158
 - d) Família desestruturada, 162

CAPÍTULO 4: QUANDO OS (ASSIM CHAMADOS) “AGENTES DA INSEGURANÇA” FALAM, 169

1. A prostituição para as prostitutas: Jaqueline e Lurdes, 177
2. O mundo do crime para os jovens infratores: entre a pobreza, o crime e a conversão moral, 196
3. “O lado do policial”: entre o “mocinho”, “o bandido” e o sistema draconiano, 211

CAPÍTULO 5: TRAMAS INSTITUCIONAIS, 217

1. Conselhos paralelos e o desmanche da SMSU, 221
2. Operação Saturação: link com a proteção social?, 232
 - 2.1. A título de comparação: o programa Fica Vivo! entre as virtudes necessárias e as tramas inevitáveis, 244
3. Faltou metodologia: a experiência, a política e a técnica nas investigações dos ataques do PCC, 251
4. Os participantes dos Consegs diante dos ataques do PCC: o pânico, o silêncio e o “trabalho do tempo”, 261

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 267

Bibliografia, 271

Documentos, 283

Anexos, 285

AGRADECIMENTOS

As primeiras idéias para esta pesquisa começaram no aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Paulinho e Sidney, líderes comunitários, me “treinaram” em pesquisa campo. Foi ali que comecei a pensar mais detidamente sobre a minha própria cidade.

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem a contribuição dos meus interlocutores, que gentilmente aceitaram falar de seus problemas comigo. Aos participantes dos Consegs – líderes comunitários, conselheira tutelar, representantes das entidades de direitos humanos, moradores “comuns” de diferentes idades, gêneros e filiações religiosas, meu agradecimento. Também aos policiais militares que se dispuseram a conversar comigo, obrigada. Ao CEDECA Sapopemba, CEDECA Santo Amaro e Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, instituições que eu tanto admiro. Aos moradores das favelas de Sapopemba e Campo Belo com os quais conversei. Todos eles abriram as portas de suas casas ou locais de trabalho para falar comigo. Embora uma pesquisa acadêmica não “resolva” os problemas locais, pois esse não é seu objetivo, espera-se que ela contribua para que possamos refletir sobre a realidade social.

À minha querida orientadora, Bibia Gregori, que me acolheu para que eu fizesse o que há muito tempo eu queria fazer: etnografar. Por me ensinar a olhar as “nuances” e “interações” e por me possibilitar estar agora na posição de etnógrafa aprendiz. O agradecimento a ela ficaria incompleto se eu não mencionasse a grande leitora que ela é. Sua generosidade e estímulo para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, certamente, marcaram a minha vida.

À Guita Grin Debert, também pelo apoio para meu aprimoramento acadêmico na *University of California Berkeley*, e por sua participação em minha banca de qualificação. À Nancy Cardia, também pelos comentários ricos. Ambas sugeriram bibliografias e fizeram críticas que tilintaram na minha cabeça até o último momento. Ao professor Sérgio Adorno, pelo curso sobre Michel Foucault. Sou muito grata a ele, que foi o primeiro professor a me dar uma oportunidade acadêmica nos tempos da graduação.

Agradeço à Nancy Sheper-Hughes o acolhimento no *Department of Antropology da UC Berkeley*, o acompanhamento interessado, as literaturas importantes sugeridas e o

esforço para me colocar em contato com os professores de lá. Aos professores Charles Briggs e Candance Slater que me aceitaram no estimulante curso *Narratives and Violence in Latin America*. Também aos professores Laura Nader, Loïc Wacquant, James Holston e Teresa Caldeira, pelas conversas em suas *office-hours* e as bibliografias sugeridas. A toda equipe do CLAS – *Center for Latin American Studies*.

O CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), a SSP (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo) e o SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) foram instituições que também contribuíram com a pesquisa.

Aos queridos amigos e companheiros de ofício, que leram a pesquisa em diferentes momentos - Carolina Martins Pulici, Marta Jardim, Marcos Toffoli S. Silva, Maria Inês Caetano Ferreira e Márcia Alves - cujas contribuições, amizade e apoio foram tão importantes. Aos camaradas Gabriel Feltran e Marcos Toffoli pelas pesquisas de campo realizadas nas favelas de Belo Horizonte: pelas descobertas de campo, pela troca, pela interlocução. Marcão, além de ter emprestado sua biblioteca sobre violência ainda é o amigo com quem mais troco idéias sobre políticas de segurança. Com Gabriel compartilhei pesquisas de campo na periferia de São Paulo. João de Aquino me auxiliou na “abordagem de rua” junto às prostitutas de São Paulo. Carol Pulici também foi interlocutora em grupo de estudo, com ela compartilhei minhas dúvidas mais inquietantes.

Aos amigos da *UC Berkeley*: Daniel Silva, Luciana Martins, Breitner Tavares, Renato Resende, Igor Rodriguez e Lorena Cardegaz que complementaram a rica experiência acadêmica com mais discussões teóricas e muita “Fuerza Latina”.

À família Cruz e à família Rios por suportarem minha ausência e pelo apoio.

Ao Ricardo, por nossa vida, nossa casa e pela maneira como ele me ajuda a fotografar o mundo!

Agradeço à Fapesp pelo parecerista dedicado que tive e pela bolsa de quatro anos concedida. E à Secretaria de Pós-graduação da Unicamp, em especial a Maria Rita Gandara.

INTRODUÇÃO

Só não inicio pelo fim, que justificaria o começo (...) porque preciso registrar os fatos antecedentes.
Clarice Lispector, *A Hora da Estrela*.

Meu envolvimento acadêmico com o tema da violência data dos tempos de iniciação científica, mas foi a proximidade com o campo político da segurança pública que despertou a investigação dos dilemas colocados à participação da sociedade civil nas políticas de prevenção da violência. Entre 2003 e 2004, através de um trabalho desenvolvido para a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Ministério da Justiça), tive como tarefa avaliar três experiências de prevenção da violência nos estados de Pernambuco (*Programa Segurança Amiga*), Minas Gerais (*Programa Fica Vivo!*) e São Paulo (*Comissões Cíveis Comunitárias* e *Consegs* – Conselhos Comunitários de Segurança Pública). Foi nesse período que conheci mais detidamente os planos do governo federal para a prevenção da violência no país. Nesses planos, o *paradigma da prevenção* foi adotado, privilegiando a participação da sociedade civil na discussão e solução dos assuntos relativos à segurança pública, e recomendando que a prevenção da violência e a repressão sejam parte de um mesmo *continnum*¹. No entanto, não demorou muito para eu notar os dilemas impostos a esse modelo, cujo consenso no plano local está longe de ser estabelecido.

¹ O *paradigma da prevenção* aparece em oposição ao *paradigma de controle* baseado na militarização da segurança pública, que predominou nos anos da Ditadura Militar. No âmbito desse novo paradigma, os vários planos nacionais de segurança pública têm aliado a garantia do conjunto de direitos humanos (via proteção social) e o direito à segurança (através da valorização, formação e ação policial). No governo FHC foi criado o I Programa Nacional de Segurança Pública; o Plano Nacional de Direitos Humanos e o PIAPS (Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência) (Brasil, 2001). No primeiro mandato do governo Lula, outro Plano Nacional de Segurança Pública foi desenvolvido (Brasil, 2003); em 2007, já no segundo mandato, o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança e Cidadania) foi desenhado e se encontra atualmente em fase de implementação. Os governos FHC e Lula diagnosticaram problemas semelhantes que deveriam ser equacionados: questionaram a política militarizada de segurança pública e adotaram a prevenção e a garantia dos direitos humanos como essenciais à população; enfatizaram a urgência do reordenamento das agências de segurança e justiça e incorporaram a participação social nas agendas públicas (Brasil, 2001 e Brasil, 2003). Para um balanço dos diversos planos no governo FHC ver: Adorno (1999 e 2003). Soares (2007) realizou a descrição dos planos de governo produzidos pelo governo Lula.

A “sociedade civil” reúne uma diversidade de atores, com histórias de vida e trajetórias profissionais distintas e relações diferenciadas com os “criminosos”. Desde logo, ficou claro que “a violência” seria mais bem concebida como uma categoria em aberto, cujas múltiplas percepções levam em conta a perturbação e o sofrimento que provocam, de forma que seus significados e manifestações variam cultural e historicamente (Zaluar, 1999: 28)². Os múltiplos significados e sentidos atribuídos à “violência” e a seus “perpetradores” reverberam em variados julgamentos sobre como solucionar o problema da violência. As relações entre Estado e sociedade civil nas comunidades pobres – especialmente as relações entre moradores das favelas e policiais – mostravam-se tensas, o que implicava em dificuldades para a consecução das experiências participativas celebradas pelo governo, que envolvem as interações entre moradores e policiais.

Minha tarefa, *grosso modo*, era entender o que funcionava e o que não funcionava nas experiências, identificando seus paradoxos e os dilemas que comprometiam o processo de gestão das políticas. As dificuldades, para além das relações entre as instituições públicas encarregadas de trabalhar de forma articulada para resolver o problema, estavam assentadas na especificidade da *sociabilidade violenta*³ nas favelas, onde o poder do tráfico de drogas e o comportamento desrespeitoso e corrupto de policiais comprometiam o envolvimento dos moradores na política.

Há seis anos, em minha primeira incursão em uma favela de Belo Horizonte, já se notava as dificuldades próprias das políticas de prevenção da violência em áreas de

² Para Zaluar (1999a) a definição do que é violência implica em conceber o termo em sua “polifonia” de sentidos e na multiplicidade de suas manifestações. A autora afirma que é “o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, [que] tampouco tem definição unívoca clara” (Ibid.: 28). Zaluar sugere que as diferentes concepções de “violência” sejam analisadas de forma *relativizada*, mas não *relativista*. Para a autora, a questão é saber se existem valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obriga a pensar a violência pelos limites que tais valores imporiam à liberdade individual ou coletiva. Zaluar critica as concepções da violência entre os intelectuais que estudaram os movimentos sociais na década de 1980 e que assumiram a existência de uma espécie de “semente de cidadania” na “violência que partia do povo”. A autora critica a violência justificada como “legítima contra o Estado ilegítimo” (Ibid.: 30). Ver também Misse (1999).

³ Da mesma forma que concebo a “violência” como uma representação social não homogênea, a *sociabilidade violenta* é pensada a partir da maneira como os grupos sociais a definem e organizam suas vidas a partir da “violência”. Portanto, a “sociabilidade urbana violenta” depende dos significados a ela atribuídos e das “formas de vida” que se organizam a partir dela. Como sugere Machado da Silva (2004: 78-79), por exemplo, a sociabilidade violenta se expressa nas favelas através da “lei do silêncio”.

favelas⁴. Apesar dos dilemas que envolviam as relações entre polícia, comunidade e traficantes locais, a experiência de Minas Gerais apresentava inovações no plano das políticas públicas de segurança, pensadas não apenas como “assunto de polícia” mas como assunto que exigia a participação da sociedade civil. Os moradores se reuniam em espaços públicos e neles discutiam os problemas da violência e formulavam planos de ação, envolvendo-se efetivamente na cogestão de projetos desenvolvidos nas comunidades, com o apoio técnico e financeiro do governo do Estado. O *Programa Fica Vivo!* indicava a reestruturação das atividades policiais e do trabalho de redes de proteção social para os jovens pobres que viviam em territórios violentos, mas também apresentava paradoxos: a participação dos moradores em fóruns comunitários e na cogestão dos projetos locais andava lado a lado com a rejeição da participação da polícia tida, entretanto, como necessária para garantir o direito à segurança da população.

A cidade de São Paulo apresentava particularidades em relação aos outros estados. Havia duas experiências participativas para a discussão dos problemas da violência. Os Consegs (Conselhos Comunitários de Segurança Pública), criados em 1985 pelo então governador Franco Montoro, que já funcionam há bastante tempo sob supervisão do poder público estadual (SSP/SP), cuja estrutura organizacional favorece a interlocução das comunidades com as polícias militar e civil e as subprefeituras. A outra experiência, mais recente, era o *Programa Comissões Cíveis Comunitárias*, que durou apenas três anos (2002-2005) sob responsabilidade do poder público municipal (SMSU), cujas interações se davam com a comunidade, técnicos da prefeitura municipal, a Guarda Civil Metropolitana e as subprefeituras. Os Consegs atuavam em territórios com diferentes índices de criminalidade e valorizavam a interação entre Estado e comunidades em todos os bairros da cidade. O *Programa Comissões Cíveis* focalizava suas ações nos territórios mais vulneráveis e entre a população mais pobre, privilegiando a parceria com setores organizados da sociedade, preferencialmente aqueles envolvidos em movimentos sociais na área da infância e

⁴ Essa tensão foi diagnosticada em uma pesquisa posterior sobre a avaliação de processo do *Programa Fica Vivo!* que realizei na comunidade Morro das Pedras (Galdeano, 2004). A mesma tensão continuou sendo diagnosticada em pesquisas de avaliação do programa em outros territórios com altos índices de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos trabalhos realizados em conjunto com uma equipe de pesquisadores vinculados ao CEBRAP em seis territórios: Pedreira Prado Lopes; Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas; Palmital/ Santa Luzia e Nova Contagem/ Contagem. Ver: Galdeano, Fetran e Silva (2005a, 2005b) e Galdeano, Silva e Lima (2006a, 2006b).

adolescência. As secretarias municipais estavam articuladas em um conselho gestor, mas sua duração foi curta.

Embora os Consegs não apresentassem uma política de prevenção sistêmica – com recursos específicos e intersectorialidade –, eles permitiam abordar a questão que incitou a pesquisa de doutorado, a saber, os dilemas da participação da sociedade civil na prevenção da violência. Se a segurança pública exige a articulação de grupos distintos do Estado e das comunidades visando o controle negociado da violência na ordem democrática (Adorno, 1998 e Kant de Lima et al., 2000), restava saber como funcionavam os espaços participativos em São Paulo; quais eram os grupos da sociedade que se reuniam; quais eram os significados da violência para esses grupos, quem eram os “criminosos” e como se dava sociabilidade local e, por fim, quais eram as soluções desenhadas para conter o problema, bem como o resultado das interações concretas⁵. Os Consegs permitem abordar as relações entre representações da violência e os processos políticos a partir de uma perspectiva etnográfica. Desde já, é importante enfatizar que nessa concepção não fixa da violência que mencionei a pouco, muito do que eu observei se relaciona com os sentidos de insegurança pública.

1. A pesquisa e as perspectivas teóricas

Foi a partir dos antecedentes e motivações explicitadas acima que iniciei a pesquisa de doutorado, cuja contribuição está localizada no estudo das relações cotidianas e interações concretas entre moradores “comuns”, líderes comunitários, ativistas de entidades de direitos humanos e os “perpetradores” da violência em diferentes territórios. O que pretendi foi comparar diferentes articulações de narrativas sobre a insegurança, considerando espaços sociais com diferentes padrões de vulnerabilidade social e índices de criminalidade. Inicialmente, pensei as escolhas dos bairros seguindo os critérios de

⁵ A relevância da pesquisa pode ser resumida nas palavras de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000: 55), que alertam para o fato de que “trata-se de considerar as propostas de segurança pública (...) [através de] valores profundamente interiorizados na sociedade, que se explicam através de imagens de ordem e de modelos de atuação das autoridades públicas”. Isso porque, segundo os autores, é preciso enfrentar a questão da segurança como um fenômeno complexo, que envolve grupos sociais distintos, visando o controle negociado da violência a que estão submetidos. Para Adorno (1998), a questão se coloca na investigação das redes de sociabilidade e do peso de “figuras de autoridade” nas comunidades, bem como o papel de estado em sua complexidade e pluralidade de posições.

“periferia” e “centro”. Contudo, como buscarei deixar claro ao longo deste trabalho, a pesquisa mostrou que esses qualificativos incorrem em equívocos do ponto de vista analítico, ainda que sejam categorias “nativas”. Também me ocupei de investigar os dilemas e disputas mais amplas que comprometem a formulação de políticas públicas de segurança em São Paulo.

O universo empírico central são os encontros dos Consegs em bairros habitados predominantemente por estratos e classe sociais distintas, exatamente para apreender a diversidade das representações. Os Consegs foram tomados como espaços privilegiados para etnografar as interações políticas entre diferentes grupos sociais, as relações com as polícias, as imagens sobre os “criminosos” e as opiniões sobre as formas de conter o “problema da segurança”. No campo político, os distintos significados da violência se convertem em discursos disputados por atores que contrastam diferentes representações sociais⁶. Para usar as palavras de Foucault, os “discursos de verdade” são disputados quando o que está em jogo é a definição, a pressão ou a execução de políticas de prevenção à violência. Foram exatamente essas dissonâncias que a pesquisa procurou descrever e analisar.

No conjunto das questões colocadas pela literatura esta pesquisa é bem delimitada. Já é noção recorrente entre os pesquisadores da área da violência que o sentimento de medo e insegurança é o responsável pelo apoio e mesmo demanda da população a práticas autoritárias, enfatizando o papel do Estado frente ao combate e prevenção do crime. Paixão e Beato (1997: 246), por exemplo, levantaram a hipótese de que “o arbítrio e a violência podem ser resposta do policial a demandas da população especialmente de baixa renda”. Contudo, a investigação das representações sociais foi pouco utilizada para entender a violência, os preconceitos e o apoio às políticas no interior de espaços públicos paritários, sobretudo em perspectiva etnográfica. Nesse sentido, esta investigação pode contribuir não para compreender as opiniões dos moradores “em geral”, mas para focalizar as representações de grupos seletos da sociedade que se dispõem a discutir o problema da

⁶ Entendo o campo político conforme definido por Bourdieu (1989: 163-164), como um “campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar as relações de força que conferem a este campo a sua estrutura em um dado momento (...). (...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”.

segurança nos âmbitos locais e que pressionam as autoridades públicas por ações concretas.

Uma vasta bibliografia abordou o tema das representações da violência em perspectiva quantitativa e qualitativa, chamando atenção para seus vários matizes. Zaluar (1994) analisou os dados da pesquisa de opinião “O Rio Contra o Crime”, constatando que “as diferenças de idade e de sexo revelavam-se mais importantes do que as de classe para entender o apoio dado à pena de morte e as concepções de trabalho vinculadas à cidadania” (Zaluar, 1999a: 50)⁷. Ao relacionar os significados da violência e as transformações urbanas, Caldeira (2000) encontrou na “fala do crime” um processo que atravessa todas as classes sociais, o que resultaria na disseminação de discursos preconceituosos e estereotipados que responsabilizam os mais pobres pela violência. Adorno (1999: 135) tratou a questão das representações a partir do que chamou de “uma miríade complexa e multifacetada de valores que torna praticamente impossível identificar consenso em meio a um profundo dissenso”. Para o autor, um dos grandes constrangimentos para o êxito das políticas públicas de segurança está na dificuldade de estabelecer consensos mínimos sobre como a “lei e a ordem” devem ser instauradas. Zaluar e Adorno chamaram atenção para a ausência de solidariedade entre as classes sociais, o que tenderia a agravar os conflitos sociais. Para Adorno (op. cit.), determinados grupos da sociedade, sobretudo os da classe média, tenderiam a pressionar as autoridades públicas por segurança, levantando bandeira de ordem contra os direitos humanos, ao mesmo tempo em que alerta para o fato de que “este certamente não é um quadro geral, pois há outras experiências em sentido completamente contrário”, em que os diversos grupos da sociedade buscam espaços comuns “voltados para a pacificação da sociedade” (cf. Adorno, 1999: 135-136). Essas reflexões chamam atenção para a ausência de determinação da variável “classe social” nas representações da violência, ao mesmo tempo em que instigam o leitor a analisar as nuances de representações entre os diferentes grupos da sociedade.

Acompanhando constatações de pesquisas recentes que indicam a heterogeneidade e diversidade dos grupos sociais dentro de um mesmo espaço social (Marques e Torres,

⁷ Pesquisadores do CPDOC/FGV também realizaram uma ampla pesquisa quantitativa sobre cidadania, justiça e violência no Rio de Janeiro, demonstrando, entre outros resultados, a precariedade da noção de direitos civis e políticos da população, em comparação com aos direitos sociais, bem mais conhecidos e valorizados pelos moradores (Pandolfi, et al., 1999).

2005), torna-se importante pensar as representações através da multiplicidade dos grupos da sociedade no interior de cada território estudado: Sapopemba, Zona Leste e Campo Belo, Zona Sul. Este trabalho não busca classificar as opiniões da população entre “conservadores” e “progressistas” ou “classe trabalhadora” e “classe média ou média alta”, mas esmiuçar - por assim dizer -, quem são, o que querem e o que fazem esses grupos sociais que comumente foram abordados em categorias amplas e genéricas que, tudo indica, escondem múltiplas nuances de representações da violência. Em uma perspectiva comparativa, a pesquisa buscou os dissensos no interior dos grupos da sociedade, *entre* moradores de um mesmo espaço social, a partir de suas experiências de sociabilidade nos territórios.

Segui a hipótese de que as histórias de vida e trajetórias profissionais podem contribuir para informar os diferentes julgamentos sobre a violência, seus “perpetradores”, e a maneira como esta deveria ser resolvida. Como afirma Debert, “o que se espera [da história de vida] é que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto” (Debert, 1986). Outra hipótese é que o resultado dos encontros nos Consegs, bem como de outros espaços públicos no campo da segurança e prevenção da violência, reflete um quadro de “tramas institucionais” - noção utilizada por Gregori (2000) para designar uma situação em que as disputas de natureza institucionais e simbólicas comprometem consensos mínimos para que se chegue a soluções concretas de como resolver os problemas.

O que as interações nos Consegs mostraram é que esses espaços acirram esquemas de significação da violência e nomeação do perpetrador que articulam preconceitos de classe, ocupação social, gênero, etnicidade e, às vezes, religião. O panorama geral desses encontros são relações intolerantes, discursos que aprofundam esquemas de diferenciação social e segregação política. O maior domínio da cena pública nesses encontros tende a ficar a cargo dos moradores com maior capital de relações com os policiais e os técnicos das subprefeituras, em contraste com aqueles que revelam maior capital em termos de ativismo ou apropriação da linguagem dos direitos humanos. Por outro lado, a linguagem dos direitos tende a se mesclar com discursos que tendem a negligenciar os direitos dos “outros”, e moradores de todas as classes sociais parecem utilizar explicações duais para

demandar por seus direitos específicos, entre os quais o direito à segurança e o direito dos jovens infratores.

Comparativamente, não ouvi de nenhum morador de Sapopemba opiniões que apóiam a pena de morte, ainda que haja aqueles que reivindicuem ações duras das polícias, como é o caso de uma diretora de escola pública que pedia o apoio policial para conter jovens “rebeldes”. Foi também em Sapopemba que os policiais tendiam a desrespeitar com mais frequência os direitos humanos, enquanto os policiais atuantes em Campo Belo se mostraram mais afetos à linguagem dos direitos, ainda que todos concordem que *o problema social acaba nas mãos da polícia* e que *a polícia enxuga gelo* em um contexto de problemas estruturais. Em Sapopemba, onde os ativistas de entidades de direitos humanos participam dos encontros com mais frequência, os policiais geralmente se aliam aos moradores que pedem por “firmeza” em suas ações, tendo em vista a desestrutura familiar e a incapacidade desta instituição de socializar seus filhos dentro dos parâmetros de ordem que – esperam – deveria guiar o mundo civil. As diferentes relações entre policiais e moradores nessas regiões também foram constatadas em uma ampla pesquisa realizada pelo NEV-USP através de grupos focais e oficinas para a sociedade civil e polícias, em que também participaram os frequentadores dos Consegs (Cardia, 2003b).

O cenário atual é, portanto, paradoxal. A participação da sociedade civil na discussão dos problemas locais foi ampliada, ao mesmo tempo em que as insatisfações de parte da população aumentaram com demandas por punições mais severas cujo horizonte é restaurar a segurança, a lei e ordem; ainda que essa possa não ser uma tendência geral.

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas de segurança, tudo indica que São Paulo não desenhou uma política pública de prevenção à violência. Os Consegs, apesar de tentarem valorizar formas de interação sociedade e Estado, não têm nenhuma relação com uma política pública sistêmica e intersetorial. Esse é o drama de São Paulo no contexto mais amplo do paradigma da prevenção. O que temos é, de um lado, as denúncias das graves violações dos direitos humanos e o trabalho com os jovens infratores e, de outro lado, as operações policiais desvinculadas de uma política de prevenção sistêmica. Embora haja um discurso governamental que alie intervenções policiais com a proteção de grupos vulneráveis, faltam propostas políticas que possam articular os diferentes atores em direção

a uma visão pragmática sobre a elaboração de uma política pública de prevenção. Disputas de ordem institucionais e simbólicas dificultam a formulação de políticas.

2. A pesquisa de campo: quando a etnografia é sobre violência e segurança pública

A pesquisa combinou observação participante nos Consegs, com uso de ferramentas como anotações em diário de campo, etnografias e entrevistas em profundidade⁸. Realizei quarenta e seis (46) entrevistas: sete (07) no Conseg Sapopemba e oito (08) no Conseg de Campo Belo e três (3) junto aos gestores públicos ligados ao Conseg e à Comissão Civil Comunitária; vinte e duas (22) junto aos ativistas de entidades de direitos humanos, aos jovens infratores e suas famílias da Zona Leste; duas (2) nas entidades locais de direitos humanos na Zona Sul; uma (01) com duas irmãs que se dedicam à prostituição e três (3) junto aos ativistas de entidades de direitos humanos na esfera supralocal⁹. Nem todas as entrevistas foram utilizadas nas análises. Também realizei abordagem de rua junto às prostitutas.

Outra estratégia foi selecionar bairros com incidências diferenciadas de criminalidade e vulnerabilidade social que contavam, em comum, com a existência dos Conselhos Comunitários de Segurança. Os bairros escolhidos, como mencionado, foram Sapopemba, Zona Leste e Campo Belo, Zona Sul da metrópole paulista.

Diferentes caminhos me levaram aos bairros. Para escolher o bairro de maior vulnerabilidade me vali da experiência anterior de pesquisa e restabeleci contato com os funcionários do *Programa Comissão Civil Comunitária* e com seus parceiros locais, tendo

⁸ Para diferenciar as narrativas dos informantes coletadas através de observação participante, foi adotado o seguinte critério: trechos em itálico indicam narrativas coletadas durante os encontros no Conseg e redigidas em diário de campo, sempre identificadas com DC (diário de campo) e data das anotações. Frases entre aspas foram recolhidas através de entrevistas.

⁹ Ao longo da pesquisa também coletei uma variedade de artigos do jornal *Folha de São Paulo*. Posteriormente, selecionei aqueles que correspondiam com as discussões tratadas nos Consegs. Realizei a digitalização de vários deles, dividindo-os por temas: “Crimes e Criminosos”, “Crianças e Adolescentes”, “Etnicidade”, “Questões de Gênero”, “Judiciário”, “Políticas Municipais” e “Segurança Pública”. Algumas dessas matérias foram utilizadas para iluminar as interações e tensões locais. Não pretendi, contudo, utilizar esse material da imprensa como fonte primária de pesquisa, o que mereceria um tratamento diferenciado, como vem sendo realizando por outras pesquisas. Ver, por exemplo, Aderaldo (2008).

acompanhado a sua extinção, o que contribuiu para realizar uma certa cronologia das políticas de prevenção entre 2005-2008. Realizei pré-campos de pesquisa em duas regiões em que o programa atuava - Sapopemba e São Miguel Paulista -, bairros da Zona Leste de São Paulo. No caso de Sapopemba, tratou-se, na verdade, de um retorno, pois esse foi o bairro escolhido pelos técnicos da Comissão Civil para me apresentar seus parceiros exemplares. Encontrei ali uma rede de instituições e pessoas envolvidas na defesa dos direitos da criança, através do atendimento de medidas socioeducativas para jovens infratores, e organizados em torno das denúncias de atos policiais arbitrários. Essas atividades eram realizadas pelo CEDECA (Centro de Direitos da Criança e do Adolescente) e CDHS (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba). Já na divisa da região do ABC (Santo André e São Caetano), Sapopemba é uma região com forte histórico de mobilização popular. Entre 2005 e 2007, realizei entrevistas com os técnicos do CEDECA e CDHS, com os jovens e suas famílias.

Também frequentei diversos atos públicos realizados dentro e fora das favelas que se referiam às manifestações contra as arbitrariedades das operações policiais – as chamadas *Operação Saturação* – que se caracterizavam pela presença ostensiva nas favelas em período de quarentena¹⁰. Entre os encontros supralocais etnografados estão as reuniões da *Comissão Independente e Mista*, que permitiu acompanhar, durante quatro meses, o envolvimento dos ativistas de entidades de direitos humanos locais e supralocais na denúncia das mortes ocorridas nos ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) em Março de 2006. Formada para acompanhar os processos judiciais, para reunir evidências das execuções sumárias e instaurar processos judiciais para reparar as vítimas, a *Comissão Independente* revelou um campo de “tramas institucionais” na relação das entidades de direitos humanos com o Estado. Esse universo possibilitou uma inflexão do campo local para o campo de discussão mais ampla das políticas de segurança e prevenção da violência em São Paulo.

Concomitantemente, entre 2006 e 2008, desloquei-me para as reuniões do Conseg Sapopemba e conheci outros grupos da comunidade envolvidos da discussão da violência

¹⁰ Também participei de um ato na Assembléia Legislativa de São Paulo que discutiu a ausência de punição dos responsáveis pela morte dos 111 presos no Carandiru; discussões na Vara da Infância e Adolescência sobre o Programa de Penas Alternativas para jovens infratores e encontros para a discussão das infrações cometidas pela FEBEM, atual Fundação Casa que, no entanto, não foram abordados neste trabalho.

no âmbito local. O mapa geral dos representantes indicou um quadro de participação heterogênea: ex-operários aposentados, líderes comunitários ligados à habitação e saúde, moradores comuns (sobretudo casais de idosos), conselheira tutelar, além da participação esporádica dos representantes do CEDECA Sapopemba e CDHS.

A eleição do bairro da Zona Sul se deu de forma diferente. À época, eu morava no bairro Vila Mariana e tive acesso a um jornal de circulação local, o *São Paulo Zona Sul*, que trazia a síntese de um encontro do Conseg que articulava o problema da prostituição com outras formas de crimes e noticiava que os moradores “reivindicam uma ação conjunta dos órgãos públicos para ao menos minimizar o problema dos travestis e garotas de programa que fazem ponto no bairro”¹¹. Passei a frequentar a reunião de meu próprio bairro, realizando aquilo que Bourdieu chamou de etnografia *insider*, no sentido de “antropologizar o próprio mundo” (Wacquant, 2006:23) ou, ainda, a perspectiva *studying up* aconselhada por Laura Nader, em texto de 1969, para guiar estudos nos estratos com mais poder na sociedade urbana. Como indica outros estudos, os moradores das regiões mais centrais tendem a pedir, na ótica dos próprios policiais, um atendimento “diferenciado e beneficiado” em comparação aos moradores da periferia (Cardia, 2003b: 05). Aproximei-me dos meus vizinhos e ouvi frases como *Ninguém quer ser fotografado com uma vadia!* ou *Se for resolver do nosso modo, é no porrete. Eu passo por cima! (...) Eu só não bati numa bicha porque a polícia não deixou!*¹². Em uma reunião posterior, uma moradora indicou a localização de uma *boca de fumo*, quando o policial alertou para o fato de que os Consegs não são espaços de *delação de bandidos*¹³.

Em pouco tempo, houve uma alteração na circunscrição das áreas a serem cobertas pelas Delegacias de Polícia e as reuniões do Conseg da Vila Mariana passaram a fazer parte do Conseg Campo Belo. Foi para lá que me desloquei, a partir do contato que fiz com um grupo de mulheres de classe média. No Conseg Campo Belo, apenas uma vez o encontro contou com a participação de ativistas de defesa dos direitos da criança e adolescentes (através do CEDECA Santo Amaro) e uma representante de uma das favelas

¹¹ *Jornal São Paulo Zona Sul*, 6 a 12 de Maio de 2005, p: 05.

¹² DC, 07/2005.

¹³ DC, 08/2005.

do entorno. Predominavam mulheres com mais 50 anos, casadas e solteiras, entre as quais uma professora aposentada, uma funcionária pública, duas presidentes de associações de bairro e advogadas. Também havia homens aparentando 50 anos, homens mais velhos e um jovem de 26 anos, cujo pai fora morto em um assalto.

Busquei selecionar e entrevistar os sujeitos simétricos – isto é, que ocupam posições homólogas – dentro dos espaços públicos (presidente do Conseg, líderes comunitários, ativistas de entidades de direitos humanos e assim por diante), e entre os “perpetradores” da violência em Sapopemba (os jovens infratores e policiais) e em Campo Belo (as prostitutas e os moradores de favelas).

Para me aproximar dos sujeitos considerados “agentes da insegurança”, foi necessário desenhar estratégias diferenciadas de pesquisa. Se na Zona Leste e na Zona Sul os CEDECAs me permitiram entrevistar os técnicos das entidades locais e os jovens infratores, foi necessário realizar abordagem de rua nos pontos de prostituição na zona sul, momento em que pude contar com a colaboração de um hábil educador social, João de Aquino, que me auxiliou no contato com duas irmãs prostitutas que, como mencionado, foram entrevistadas em sua residência. A pluralidade de atores que a pesquisa procurou investigar acompanha uma multiplicidade de campos de pesquisa, sempre relacionada com os diferentes espaços sociais. A estratégia da pesquisa, orientada para investigar públicos simétricos e homólogos, exigiu acessar distintos campos empíricos, para então compará-los e fazer diferenciações.

As especificidades de uma pesquisa de caráter comparado, que visa acessar uma multiplicidade de atores, não deixou de trazer dilemas e contingências, que passarei a comentar em seguida.

3. *De que lado você está?: contingências e aprendizados do campo*

Consegui me aproximar de Cátia. Uma história de vida triste. O marido foi sequestrado e morto no mesmo dia. Pensou em contratar um pistoleiro para matar o funcionário que estava com o marido no dia do ocorrido, para colocá-lo *no pau*. Ela fala e chora: *Mataram o homem que eu amava. Eu ficava de cócoras nos cantos da casa. A minha filha perdeu pai e mãe*. [Cátia, moradora de bairro de Campo Belo, que teve o marido morto. DC, 12/2007]

(...) ele [meu filho] permaneceu por cinco meses [em uma Clínica de Reabilitação para dependentes químicos]. Ele entrou em 99, quando foi em março de 2000 ele fugiu, deu desejo [da droga]... mas já com 5 meses [de clínica]. Ele já tinha conseguido se livrar da cocaína... aí ele fugiu. Conversei com ele pra ele voltar. Ele falou que não queria mais, que estava cheio de ficar longe de casa, que ele queria ficar em casa. Aí, com 15 dias ele encontrou com um policial na rua, o policial pediu dinheiro pra ele. Ele não tinha esse dinheiro, ele foi roubar pra polícia... e nisso que ele foi roubar, ele roubou outro policial. O policial matou ele. [Se emociona]. Então foi assim... [voz embargada - chorando] e com isso, com a violência que tem no bairro também, já perdi outro em 2003, hoje só me sobra um filho... [recupera a voz] me fortaleci assim nas reuniões. Conheci a AMAR também, a Associação de Mães da FEBEM, fiquei lá na AMAR de 1999 a 2004, junto com a Dona Conceição... [se emociona]. Lutei muito, aprendi muito.

[Sandra, moradora de Sapopemba, mãe de três filhos, dois assassinados. Entrevista 25]

O fenômeno da criminalidade urbana é motivo de preocupação entre todas as classes sociais. Mas são os jovens do sexo masculino que morrem com mais frequência (Waiselfisz, 2007). Uma pesquisa que se preocupa com o campo social e político da violência está, nesse sentido, claramente orientada para compreender as dificuldades de minorar a desolação social causada pela violência, sobretudo entre os mais pobres. É certo que os homicídios diminuíram na cidade de São Paulo (Waiselfisz, 2007)¹⁴. As suposições

¹⁴ Ao “contar” os crimes a partir dos registros do SIM (Subsistema de Informações sobre a Mortalidade, do Ministério da Saúde), Waiselfisz (2007: 119) detectou que a tendência verificada até 1999 de concentração da violência na metrópole paulista foi alterada. A partir de então, verificou-se a estagnação das taxas de violência na Grande São Paulo e aumento da violência no interior do Estado. Esta alteração estaria acompanhando o crescimento econômico e a ampliação dos pólos industriais no interior. Os dados apresentados pela SSP/SP também registraram queda do homicídio na metrópole e aumento do mesmo crime no Estado. Ao comparar as estatísticas criminais entre o período de 2004 ao primeiro semestre de 2007, a CAP (Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP/SP) divulgou os crimes que aumentaram e diminuíram na cidade de São Paulo. De acordo com dados divulgados pelo jornal *Folha de São Paulo*, os crimes que aumentaram na cidade foram: roubo a banco (89%); roubo de carga (45%); sequestro (8%); tentativa de homicídio (8%) e roubo de veículos (3%). Os crimes registrados que apresentaram queda em São Paulo foram o latrocínio (20%); homicídio culposo – sem intenção de matar - (18%); estupro (7%); outros roubos (5%); homicídio doloso – com intenção de matar - (3%) e o tráfico de drogas (3%). Outros crimes que apontaram pequenas alterações no período foram a lesão corporal dolosa (0.3%); furto de veículos (0,2%) e furto (0,02%). Ver: [Tabela] CRIMES em São Paulo: Secretaria de Segurança Pública de SP revisa estatísticas de crime e homicídios dolosos continuam em queda em São Paulo. *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, C12.

para a queda são muitas e é provável que ela esteja associada a um conjunto de fatores articulados¹⁵. Mas também é fato que eles continuam ocorrendo com maior frequência nas áreas mais vulneráveis do ponto de vista das carências socioeconômicas (Cardia et al., 2003 e Torres et al., 2003). Em minha pesquisa de campo, em Sapopemba e Campo Belo, a perda de dois filhos assassinados só foi verificada entre os informantes mais pobres, moradores de Sapopemba.

Apesar dos mais pobres serem os mais atingidos pelos homicídios, as entrevistas, observações etnográficas e o recolhimento de dados empíricos como um todo visaram dar conta das representações e anseios explicitados por moradores de bairros socialmente distintos. Isso implicou levar a sério seus problemas, tal qual eles me foram apresentados. O pressuposto do respeito em relação à percepção “do outro” remete a uma pergunta que me foi feita uma vez: *De que lado você está?*. Para alguns, essa pergunta se dirigia à suposta necessidade de marcar uma posição entre o comprometimento com “a sociedade”

¹⁵ Como aponta Lima (2009), ao realizar o mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000), é provável que vários fatores estejam contribuindo para esse declínio: (a) **aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, gestão e controle** por parte do Estado (compatibilização de áreas das polícias, prioridade na prisão de homicidas seriados, planejamento e avaliação de políticas, entre outras, inclusive, algumas ações que serão objeto de análise adiante, como as operações policiais - *Operação Saturação* - e programas que visam à proteção social – como o *Virada Social*); (b) **o papel dos municípios** (desenvolvimento de políticas de prevenção, criação das Guardas Municipais e a institucionalização de conselhos participativos, secretarias e planos locais de segurança); (c) **participação social** (parcerias estabelecidas entre organizações civis e Estado para o desenvolvimento de programas voltados a população vulnerável, cujos resultados efetivos ainda estão por ser analisados); (d) **redução das disputas de territórios por facções criminosas** (argumento defendido por policiais e estudos etnográficos que apontam que o controle do tráfico de drogas por parte da facção Primeiro Comando da Capital tem atuado na mediação de conflitos e na manutenção da ordem local); (e) **demografia e aspectos socioeconômicos** (considera que fatores de natureza estrutural e transformações sociais de longo e médio prazos também contribuíram para a reversão dos indicadores de homicídios, incluindo a redução do tamanho dos estratos populacionais jovens, o aumento da escolarização entre esse mesmo grupo e a incorporação de amplo segmentos ao mercado de trabalho) e (f) **encarceramento** (associação entre a queda desses crimes à política de encarceramento adotada pelo Estado de São Paulo). A controvérsia, aqui, é o fato de que a “queda dos homicídios só ocorreu após seis anos de crescimento simultâneo ao número de prisões, indicando que, ao contrário do que o argumento do encarceramento massivo supõe, o sucesso na inflexão da tendência deste tipo de crime pode ter ligação com outros fatores e não apenas com a prisão” (Ibid.: 18). O debate sobre a melhoria das condições de infraestrutura urbana que foram detectadas nos últimos anos foi realizado por Torres e Marques (2004). O debate sobre o papel dos municípios pode ser encontrado em Miraglia (2007). O debate sobre a atuação do PCC na diminuição dos homicídios é mencionado por ativistas de entidades de direitos na área da infância e adolescência, conforme disseram meus interlocutores. Para eles, contudo, a diminuição das taxas de homicídios não teria alterado o crime organizado que se caracterizaria pela “convivência” de agentes do Estado, inclusive de policiais corruptos, com o crime. O entendimento desse conceito como uma rede que revela a articulação de diversos atores e práticas, tal qual definido pelos moradores, também pode ser encontrado na literatura (Misse, 2007).

ou “as polícias”. Para outros, isso significava questionar se eu estava do lado “dos ativistas dos direitos humanos” ou dos “moradores da classe média” da “periferia” ou do “centro”. Ao transitar pelas “fronteiras de identidade” (Zaluar, 1999a: 21) subjacentes à classe popular e classe média (e tentar compreendê-las), o próprio campo da pesquisa me forçou a matizar explicações dicotômicas sobre os estratos e classes sociais. Nesse sentido, tentei identificar os grupos que ali se apresentavam e a maneira como suas vidas implicavam em diferentes visões sobre a violência.

O dilema ético e moral que “atormenta” os pesquisadores que estudam violência – já apontados por Zaluar (1999a)¹⁶ – é grande. Também nos deparamos com sofrimentos profundos, as pessoas choram e voltamos para casa desolados. Como dar voz às pessoas que sofrem as injustiças sociais sem cair na armadilha de se converter no “porta voz” de um único grupo da sociedade? Como traduzir as demandas da população de classe média - do “centro” e da “periferia” - que solicitam o direito à segurança, sem deixar de apontar suas representações conservadoras em relação aos direitos humanos dos “bandidos”? Tal dilema me acompanhou durante toda a pesquisa.

Cheguei à conclusão, em função das leituras realizadas - e da própria pesquisa de campo - que, para escrever livremente sobre os espaços e as pessoas, eu tinha que me posicionar “não me posicionando”: não sem dificuldades, tentei deixar claro, sem levar às últimas consequências, que “eu estava do lado de todos e do lado de ninguém”. Era preciso me afastar das explicações duais, olhar para as situações através das “nuances” e “interações”, palavras de minha orientadora que me acompanharam e marcaram profundamente a pesquisa etnográfica. Havia também que assumir, como indica Zaluar, “que os direitos humanos deixaram (...) de ser concebidos como mera superestrutura do individualismo burguês e passariam a ser fundamento das relações sociais e instituições numa sociedade democrática” (Zaluar, op. cit. : 15). O que passou a me mover foi compreender onde e como faltava a “reciprocidade entre os estranhos” (Zaluar, 1997), seja

¹⁶ Como indica Zaluar (1996: 20) nesse trecho revelador: “Os dilemas morais e ideológicos que atormentavam os pesquisadores na época [década de 1980] poderiam ser resumidos nas afirmações inequívocas de L. Oliveria (1985) sobre o paradigma teórico então hegemônico. Em vez da visão da polícia apenas como aparelho repressivo da classe dominante e, pois, do Estado, propunha uma visão mais complexa, ‘capaz de compreender e explicar os casos pesquisados no interior das classes populares que solicitavam a ações dos policiais em diversas ocasiões’”.

lá de que grupo, estrato, camada ou fração de classe eu estivesse tratando. Como indicam Zaluar e Adorno, em diferentes momentos, esta é uma sociedade marcada por uma pluralidade de clivagens entre os dominantes e os dominados. Minha tarefa foi identificá-las e descrevê-las a partir das interações entre as pessoas. A grande dificuldade desta pesquisa foi, portanto, entender os diferentes mundos. Não *entre* periferia e centro, mas, antes disso, *dentro* mesmo dos bairros estudados, tomados como espaços mutidimensionais em sua heterogeneidade de grupos sociais. Para depois pensar em comparações entre eles.

Essa posição frente à pesquisa, também remete à maneira como as narrativas dos informantes e a própria etnografia são organizadas neste trabalho. No conto *O Etnógrafo*, Jorge Luis Borges (2009) narra os dilemas de um jovem antropólogo que vai a campo a procura do “esforço de ler, interpretar e compreender inteiramente o *outro*” (Avelar, 2005). Nele, o jovem estudante, Fred Murdock, diante da dificuldade de interpretar e analisar a linguagem de um rito desiste da tarefa e afirma: *Ahora que poseo el secreto, podría enunciarlo de cien modos distintos y aun contradictorios*¹⁷. De fato, esse é o sentimento. Eu encontrei uma maneira de escrever as histórias e quanto mais eu me esforçava em confrontar pontos de vista e “verdades”, mais contradições eu encontrava. Seria possível contar “a história” de outra maneira: eleger um único informante como o centro de toda a verdade. Mas o caminho que escolhi foi olhar para as interações e ouvir os vários pontos de vista sobre o mesmo assunto, sem esquecer da assimetria das posições e relações de poder entre todos os que “falavam”.

Essa estratégia não deixou de trazer dilemas. Um deles foi “gerenciar” as relações de poder sempre desaforáveis para os informantes, que generosamente concedem entrevistas sabendo que o pesquisador irá analisá-las. Não raro, espera-se que o pesquisador faça um trabalho contando as coisas boas do bairro, dos espaços políticos ou das organizações civis envolvidas. Outras vezes, espera-se que ele possa “resolver” os problemas. Ao longo da pesquisa de campo no Conseg Sapopemba, uma moradora

¹⁷ Como avalia Avelar (2005: s/n): “O conto de Borges mostra, convincentemente, que o abismo que separa Murdock-índio e Murdock-etnógrafo – em outras palavras, o abismo insuperável que separa experiência e conhecimento – é na realidade a condição da possibilidade do etnógrafo, é aquilo que torna o etnógrafo possível e necessário. O paradoxo aqui é que a consciência acerca deste abismo, se levada às últimas consequências, implicaria a implosão definitiva do próprio chão da disciplina. Com sua parábola, Borges nos oferece um quadro assustador: o estudo antropológico, na medida em que supera a cegueira e a distância que a constitui, implode a própria disciplina”.

perguntou se eu já havia descoberto o motivo pelo qual o delegado de polícia não comparecia ao encontro. Outra vez, a presidente do Conseg Campo Belo incluiu em sua carta de despedida uma crítica ao caráter pouco aplicado das pesquisas, de acordo com ela “Levantam-se dados, discutem-se soluções, mas nada de prático acontece”.

Exatamente por conta das expectativas particulares de cada grupo, os informantes algumas vezes não se sentiram confortáveis com o fato de que eu estava interessada em ouvir a pluralidade de pessoas, entre os quais seus “opositores” no campo político. Um dos exemplos dessa situação foi quando eu me desloquei para o Conseg Sapopemba, após uma longa incursão junto às entidades locais de direitos humanos. Uma ativista, ao me ver nesse espaço, questionou a minha presença ali, dizendo: *Você tem que voltar pra lá*¹⁸. Estava claro que a ativista considerava as demandas dos moradores que frequentavam os Consegs menos relevantes e seus participantes “retrógrados”, para utilizar termos dela. Fui muito bem recebida pelos os ativistas de entidades de direitos humanos, o que me possibilitou acompanhar as lutas e sofrimentos diversos a que eles próprios e seu público atendido estão submetidos. Mas a pesquisa não se limitou a eles. Impressões inesperadas também surgiram quando, ao dizer que eu havia trabalhado na Secretaria Nacional de Segurança Pública, um morador de classe média de Campo Belo reprovou veementemente o governo Lula, dizendo de supetão *Eu odeio o Lula*¹⁹, vinculando-me, assim, a uma personagem que ele mostrava desaprovar. Nesse episódio, enquanto eu pretendia garantir a legitimidade de minha participação no encontro (como pesquisadora interessada em políticas públicas de segurança) eu acabei causando uma impressão que não favorecia a confiança que eu buscava despertar.

É sensato querer que os informantes acreditem na afinidade que o pesquisador tem com as questões que o tema de pesquisa enseja. Em pesquisa, de forma consciente ou impensada, nos apresentamos ou nos portamos ao longo das interações (observação participante ou entrevistas) tentando causar boas impressões nos informantes. Em uma conversa, por exemplo, mostramos interesse e solidariedade com seus problemas e não raro mobilizamos experiências de pesquisas anteriores. Em campo, sempre me coloquei

¹⁸ DC, 12/2006.

¹⁹ DC, 03/2007.

explicitando meus interesses de pesquisa. Paradoxalmente, a experiência governamental me colocava – na visão de alguns informantes – como uma pesquisadora de “esquerda” ou de “direita”, sem que eu pudesse ter nenhum controle sobre esses rótulos. Os exemplos acima mostram exatamente esse dilema. Para a ativista, minha experiência governamental foi relacionada com um capital pouco militante e mais próximo do “capital intelectual” (como ela disse em uma ocasião, “Tem uma onda de intelectualização nos direitos humanos”²⁰); para o morador do “centro”, minha experiência era militante demais. Um dilema sem fim, em que a posição do pesquisador depende da ótica de quem o nomeia. O fato é que às vezes as impressões nos favorecem, outras vezes não.

Cabe ressaltar os aprendizados e “rendimentos” das contingências no trabalho de campo. Aprendi, por exemplo, que circular “na rua da classe média da periferia” com um entrevistado do sexo masculino poderia ser considerado inadequado, e que o melhor seria apresentar-me para sua família e filhos²¹. Em Sapopemba, com um informante líder comunitário, 60 anos, tentei marcar uma conversa por várias vezes ao telefone e, como ele se identificava como representante da habitação popular, propus que caminhássemos um pouco pelo bairro, de modo que ele me apresentasse o local. No terceiro contato, ele disse: *Veja bem, é um pouco complicado a gente andar pela comunidade, as pessoas falam. Seria melhor no final de semana quando minha mulher não está trabalhando*. Desde então, tomei algumas precauções: sublinhei aos meus informantes homens que seria bom se a entrevista fosse realizada em sua casa, de modo que eu pudesse conhecer sua família; além disso, passei a dar a mesma atenção para a esposa e quando isso não era possível, em virtude dela não se interessar em conversar sobre violência e segurança, procurei valorizar outros elementos como a casa, os filhos e a comida. Aprendi muito ao assumir essas posturas, sobretudo, pude conhecer as “mulheres da classe média da periferia” nas mesas de café da tarde, comendo seus bolos, e nos jantares, reunidas com as famílias, ou mesmo no ambiente de trabalho do marido. Nessas conversas, percebi que muitas opiniões sobre a

²⁰ Entrevista 1.

²¹ Com os moradores da favela não houve contingências de gênero. Muitas vezes, a ausência do “pai de família” me colocou em contato direto com as mães e os filhos. Mais um exemplo, portanto, da heterogeneidade da sociabilidade dos diferentes grupos sociais em um mesmo espaço social.

violência, os criminosos e a segurança pública remetem às memórias do passado, da história de vida e da própria experiência dessas pessoas como pais e mães de família.

Houve outros riscos, físicos, como indica este excerto de meu diário de campo:

Seguimos²² para a sede do Programa de Medidas Sócio Educativas para encontrar Pedro, educador social de referência de alguns dos mais de duzentos jovens atendidos e acompanhados pelo programa.

Pedro sugerira, no dia anterior, um encontro com Caio, um jovem que em cumprimento de medida continua vinculado ao tráfico de drogas numa das bocas da região. Circulamos pela favela a procura do menino, mas as “bocas” estavam vazias. No dia anterior, uma ação conjunta envolvendo policiais civis e federais havia prendido um chefe do tráfico local. Por isso o movimento do tráfico ficou temporariamente suspenso.

Estávamos prestes a concluir nosso trajeto de ida e volta, e eu já não tinha esperança de encontrar Caio. Mas eis que surge ele de boné, corrente no peito, subindo a ladeira e chamando por Pedro: *Falaram que você ‘tava me procurando!*. Os dois se abraçaram carinhosamente. Fomos apresentados e Pedro disse que éramos seus amigos e que gostaríamos de conversar. Seguimos até um dos equipamentos do programa, procurando uma sala vazia. O educador tentou explicar nosso trabalho, disse que éramos jornalistas e que pretendíamos fazer uma “matéria”. (...) Tomei a palavra e expliquei que não éramos jornalistas, mas que éramos da Unicamp e estávamos interessados na relação entre violência, juventude e políticas públicas. Logo após, pedi permissão para gravar. Imediatamente, Caio gesticulou e disse um “Não” incisivo. Tomei a palavra novamente: “Deixa a gente te explicar direito! Não tem problema se não gravarmos. Você não conhece a gente e a gente não te conhece. Você não tem porque confiar na gente nesse primeiro momento. Gravamos porque é difícil a gente guardar, na cabeça, tudo o que as pessoas dizem. Queremos conhecer a sua trajetória, a sua vida no bairro, a sua passagem pela FEBEM. Já falamos com a coordenação da entidade e temos um acordo: tudo que escrevermos passará pela entidade.” Caio responde: “O [educador] pensa que eu sou bobo, mais eu não sou. Eu sei o que vocês querem saber e eu digo o que eu quero dizer. Eu sei o que eu posso dizer e o que eu não posso. Eu não quero que saia escrito o meu nome, no jornal: Caio, tantos anos, do [bairro x]. Beleza! Qualquer coisa eu falo com o [educador] e encontro vocês rapidinho”.

Obviamente, tratava-se de uma ameaça e fiquei com medo, mas logo entendi que não bastava o acordo com a instituição; outros acordos deveriam ser feitos com os meninos. Reforcei a Caio que seu nome não seria citado, ele começou a falar. Indico esse trecho para mostrar que a pesquisa de campo na área da violência também implica em riscos. Em Belo Horizonte, esse risco também esteve presente quando, ao subir em uma favela, à noite, na companhia de uma moradora líder comunitária, a equipe de pesquisa foi surpreendida por três jovens que engatilharam suas armas em nossa direção – uns diziam que eram “macaquinhos” (armas de fabricação caseira), outros que eram metralhadoras do tipo AR-

²² Gabriel Feltran, meu colega no programa de Doutorado em Ciências Sociais, e eu.

15. Tanto faz. A experiência de estar na mira de uma arma de fogo foi o que causou medo. Essas vivências de campo, juntamente com as descrições das abordagens em assaltos, contribuíam para refletir sobre as organizações vicinais, a sociabilidade do tráfico de drogas e o medo imposto por ameaças (Zaluar, 2000).

Na pesquisa de campo junto à PM, uma das estratégias que utilizei em parte da pesquisa foi “pegar carona” com a polícia militar do “centro” para voltar para casa ao final de alguns encontros. As caronas me permitiram notar que a prostituição na região, embora frequentemente citada por alguns moradores como um problema grave a ser equacionado, era considerado de *pouca urgência* tendo em vista “assuntos de maior complexidade” como roubos e sequestros. Foi-me dito que a polícia tem *coisas muito mais importantes para se preocupar do que a prostituição*, tratava-se de priorizar *os crimes mais graves*, como aqueles contra o patrimônio e os sequestros. No discurso das polícias a prostituição é tratada como uma questão que não lhes compete totalmente, dado que se trata de uma atividade legal, cuja intervenção policial só é possível mediante evidência de atentado violento ao pudor ou flagrante de posse de arma.

De início, fiquei receosa quanto à carona. Na primeira vez, o policial disse que me deixaria no metrô, já que esse seria seu destino após passar na Companhia para tirar a farda. No entanto, o Capitão mudou o trajeto e disse que fazia questão de me deixar em casa. Tanto em Campo Belo quanto em Sapopemba, foi comum policiais militares e guardas civis metropolitanos indagarem não só o bairro onde eu morava, como também a rua e as ruas da imediação. Talvez o Capitão estivesse procedendo a uma espécie de investigação social a meu respeito, checando se minhas informações eram verdadeiras. Um sentimento dubio pairava em relação a essa experiência. Por vezes fiquei satisfeita em pensar que se tratava de reforçar uma relação de confiança que eu precisava estabelecer para continuar a pesquisa. Mas também cheguei a pensar que poderia sofrer algum tipo de represália. Esse último sentimento foi se dissolvendo ao longo da pesquisa, pois o Capitão sempre se mostrou prestativo, concedendo-me uma entrevista não gravada.

O receio junto aos policiais de Sapopemba tinha relação com fato de que não consegui convencê-los a me conceder entrevista, sobretudo após entrar em contato com o Coronel responsável pela área. Antes de conhecê-lo, eu consegui uma entrevista com uma policial feminina que representava a Polícia Militar em caráter excepcional, tendo em vista

que uma troca no comando estava em processo. Quando conheci o Coronel, ele também se dispôs a me receber e pensei que se tratava de uma grande oportunidade, uma vez que seu discurso era o do policial que valorizava o “trabalho junto com a comunidade”. No final das contas, o Coronel se recusou a dar entrevista, alegando ordens superiores inscritas nos Regimes Disciplinares da PM, que de fato existem (Muniz, 1997). Essa situação acabou por fechar as possíveis relações com os policiais de patentes mais baixas, aos quais não tive acesso, senão através de suas falas durante as reuniões dos Consegs.

Por fim, dei-me por satisfeita por ter conseguido entrevistar um policial em cada uma das áreas estudadas e me centrar nas observações participantes que permitiram notar e anotar a riqueza das interações. As relações com os policiais de diferentes classes sociais também contribuíram para verificar os diferentes tipos de interação com a comunidade em bairros de “periferia” e “centro”.

Para discutir os dilemas e as possibilidades da pesquisa de campo na área da violência e da segurança pública julguei adequado refletir mais detidamente sobre as dificuldades colocadas em um trabalho situado em bairros de estratos sociais distintos e grupos heterogêneos de informantes. A meu ver, pesquisas comparadas contribuem para matizar explicações maniqueístas em relação às classes sociais e fomentar uma visão mais tolerante em relação às desolações sociais causadas pela violência o que, no entanto, não deve dissolver o olhar crítico e a interpretação das relações de poder.

4. A Organização dos Capítulos

O Capítulo 1 trata da gênese e da história política dos Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo, assim como da composição de seus representantes nos bairros estudados.

No Capítulo 2, abordo os encontros do Conseg em Sapopemba e Campo Belo. Através da etnografia focada nas interações dos moradores, chamo atenção para um quadro de mudanças e paradoxos em relação à linguagem dos direitos na atualidade. Também enfatizo os temas frequentemente apontados como o “problema da violência” entre os participantes, indicando com isso que estereótipos de classe, gênero e faixa etária são mobilizados quando os atores disputam suas “verdades” ao falar em nome da segurança.

A discussão do Capítulo 3 desloca o foco dos Consegs para a localização das narrativas no espaço e tempo dos moradores, levando em conta a heterogeneidade dos grupos sociais em um mesmo território. A fim de investigar a “sociabilidade violenta nos bairros” e enfatizar as hostilidades mais frequentes entre os moradores, apresento os distritos e descrevo as histórias de vida e as trajetórias profissionais de alguns participantes dos Consegs. Ressalto suas relações de aproximação entre si e com os públicos considerados “agentes da insegurança”. Além disso, para compreender os dilemas para o estabelecimento de consensos em torno das “causas” e “respostas” para a “violência”, busco compreender os vários significados da categoria êmica “problema social”, frequentemente acionada para explicar os fatores que estariam incidindo sobre a violência. As concepções “nativas” dessa categoria indicam várias inflexões: a desigualdade social, a violência policial, a violência como produto da natureza humana e a violência como produto da família desestruturada.

O Capítulo 4 é dedicado aos assim considerados “agentes da insegurança”: as prostitutas, os jovens infratores e os policiais. Se o trabalho de campo nos Consegs revelou que os moradores responsabilizam essas categorias pela insegurança, este capítulo se preocupa com a maneira como os sujeitos tidos como desviantes representam-se a si mesmos a partir de suas interações sociais: as relações com a família, as entidades de assistência e apoio, a comunidade etc. Nesse sentido, busco dar voz a esses sujeitos,

indicado como as categorias “perpetradores” e “vítimas” são frequentemente nebulosas e essencializam experiências complexas.

Para realizar uma discussão sobre as tramas institucionais que comprometem as políticas públicas de segurança e prevenção da violência em São Paulo, o Capítulo 5 trata das dificuldades para estabelecer respostas adequadas para a resolução do problema político da violência. Essas tramas serão abordadas a partir de três eventos: o desmanche da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e do *Programa Comissão Civil Comunitária*, as *Operações Saturação* e os trabalhos da *Comissão Independente e Mista*. O debate, aqui, é o desempenho das polícias nas áreas pobres e a violação dos direitos individuais. A experiência do *Programa Fica Vivo – Controle de Homicídios* também é incluída a título de comparação

Capítulo 1

Situando Contextos: os Consegs, sua história e as disputas

Em um registro sonoro de 1998, durante um Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs), é possível ouvir o ex-governador Franco Montoro discursar para os presidentes dos 800 conselhos em atividade naquele momento e expor os ideais que inspiraram sua concepção em 1985. Nesse encontro, durante a gestão do governador Mário Covas, Montoro faz menção a Don Hélder Câmara e estimula os presidentes dos Consegs a “substituir a indiferença pela participação”, a exercer a “solidariedade” e o “respeito aos direitos da pessoa humana”.²³

Os Consegs foram criados para que policiais e moradores se reúnam mensalmente para discutir, analisar, planejar e acompanhar as soluções relacionadas à segurança pública. Eles representaram, sem dúvida, um avanço em relação à ampliação da participação da sociedade civil na discussão da violência. Basta dizer que o Regime Militar ainda estava nos estertores quando de sua criação. Eles foram resultado de um movimento mais amplo de participação política disseminada entre setores da sociedade e do Estado na transição do autoritarismo para a democracia.

Desde os princípios que inspiraram a criação de conselhos representativos até a sua implementação de fato, pode-se compreender sua formulação em três etapas. Nasceram, primeiro, no bojo das reformas democratizantes que visaram ampliar a participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Depois, materializam-se na formação de um Grupo de Trabalho ligado diretamente ao governador. E são efetivamente implementados em bairros da cidade e em municípios do Estado de São Paulo. Ao longo de mais de 20 anos de existência, os Consegs passaram por mudanças na composição de seus representantes e sofreram influência das políticas, das polícias e da sociedade.

²³ Discurso de Franco Montoro (09-06-98). Disponível em <http://www.conseg.sp.gov.br/conseg/downloads.aspx>. Acesso em /06/2009.

Para melhor compreender o contexto de surgimento dos Consegs e suas mudanças, é importante recompor sua história política e descrever a composição atual de seus membros nos bairros estudados.

1. Os Conselhos: uma história-política

O governo de André Franco Montoro (1983-1987) foi marcado por profundas mudanças em relação ao modelo autoritário e militarizado de segurança pública. Seu slogan de campanha - “retorno ao estado de direito” - sintetizou o quadro de mudanças que se pretendia implementar, o que incluía a construção da “Nova Polícia” (Caldeira, 2000) pautada no policiamento comunitário e no controle interno, além da materialização da democracia participativa na área da segurança²⁴.

A idéia da formação de conselhos ou comissões representativas marcou o mandato de Montoro e reverberou em ações concretas em questões que já vinham sendo debatidas pela sociedade civil: gênero, raça, idade, necessidades físicas especiais e violência. A criação da Secretaria de Participação e Descentralização foi o símbolo da preocupação de Montoro em contribuir para a institucionalização de conselhos representativos. Sob a coordenação de José Gregori, a Secretaria da Participação estreitou canais de comunicação entre a sociedade e o Estado e contribuiu para a criação do Conselho das Mulheres, Conselho do Negro, dos Deficientes Físicos, dos Idosos e da Segurança.

O projeto de construção da “Nova Polícia” era um passo importante na formação de conselhos representativos. A idéia central era que o conjunto de ações pudesse desmobilizar os vícios da polícia política em direção ao comprometimento em torno dos direitos humanos, o que tornaria mais fácil a aproximação com a sociedade civil. Sob o comando de

²⁴A doutrina do policiamento comunitário ficou conhecida após ter sido implementada de forma lenta e gradual em várias cidades dos Estados Unidos desde a década de 1970. Tanto o aumento dos homicídios quanto a imagem deteriorada dos agentes policiais levou os gestores da polícia, pesquisadores e ativistas de entidades de direitos humanos a indicarem o policiamento comunitário como uma mudança de estratégia, bem como “uma espécie de apelo moral em favor da mudança no relacionamento da polícia com a comunidade” (Beato, 2002: 114). Para aumentar a sensação de segurança e a confiança da população em relação à polícia, diversas experiências buscaram implementar programas de consultas às comunidades o que, não raro, também envolveu a participação decisória nos processos de resolução de problemas (Goldestein, H. 1990. *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill. *apud* Beato, 2002). De acordo com Beato (op. cit.), a introdução dessa “filosofia” no Brasil se deu inicialmente no Rio de Janeiro, através do coronel da PM Carlos Nazareth Cerqueira, ainda no período de abertura democrática.

José Carlos Dias na condução do plano de governo nas áreas da segurança pública e justiça, o governo Montoro idealizou uma polícia mais motivada (com um novo plano de carreiras) e uma gestão orientada para o fim da corrupção e da tortura (propunha-se, por exemplo, a extinção do DOPS e a reestruturação da ROTA, o que efetivamente ocorreu) (Storino, 2008: 80).

Além de criar os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Montoro tentou promover mudanças nas Polícias Militar e Civil. A concepção do primeiro governador eleito por sufrágio universal era promover uma sinergia positiva entre polícia e sociedade. Com corporações orientadas para a preservação dos direitos humanos e uma população mobilizada no contexto da abertura democrática, pretendia-se promover uma “mudança de mentalidades”. Ainda que a idéia de policiamento comunitário fosse vaga e embrionária, o governo almejava promover “maior integração entre a polícia e o povo, evitando que o único contato do cidadão com o policial fosse quando da ocorrência de um crime” (Mingardi, 1992: 83²⁵ apud Storino, op. cit.: 80).

Efeitos inesperados, entretanto, surgiram tanto da parte das polícias quanto da parte da sociedade civil. As tentativas de mudança logo soaram como impopulares e não tardaram oposições dentro das corporações e entre a população. Nas palavras de Caldeira (2000: 164): “(...) ficou claro que a tarefa de reformar a polícia era muito mais difícil do que se havia pensado e que a defesa de princípios humanitários e democráticos não era suficiente para efetivar reformas”. As mudanças na configuração da política de segurança não saíram como o esperado. Os motivos estão nos fatores internos e externos às polícias.

Em 1983, no primeiro ano do governo Montoro, Manoel Pedro Pimentel, ex-secretário de justiça de São Paulo, assume o posto de secretário de segurança pública. Ele altera os quadros das chefias o que permite que a Polícia Civil fique nas mãos de delegados acima de qualquer suspeita do ponto de vista da corrupção e da tortura. Os novos chefes de Polícia - Maurício Henrique Guimarães Pereira, Roberto Maurício Genofre e Guilherme Santana - sofrem resistências internas na própria corporação, o que repercute na paralisação do *modus operandi* da Polícia Civil, em um contexto de crise econômica.

²⁵ MINGARDI, Guaracy. 1992. *Tiras, Gansos e Trutas: cotidiano e reforma da polícia civil*. São Paulo: Scritta Editorial.

Ainda no mesmo ano, a “crise da dívida” é sentida nas empresas estatais, que passam a ser controladas no período de recessão, o que notadamente atingiu seus trabalhadores²⁶. Com corte de gastos de pessoal, redução dos salários reais e restrição dos direitos trabalhistas conquistados, uma greve geral se alastra em todo o país. De acordo com Sallum (1996: 76), “centenas de milhares de funcionários públicos federais – 50% do total no ápice da greve – (...) paralisaram suas atividades desde 1983”. As greves são acompanhadas por forte repressão policial, prisão de sindicalistas e demissão de funcionários. Mais do que isso, os saldos da recessão econômica foram além das greves organizadas pelos sindicalistas, sendo acompanhados por uma onda de saques que envolveu desempregados e trabalhadores informais (Ibid.: 87).

Em 4 de abril de 1983, ocorrem saques em Santo Amaro e Pimentel aciona as tropas da Polícia Militar (PM) para conter a população. A ação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) para conter as massas repercute de modo diferenciado na sociedade. Para alguns grupos, a repressão da PM é convertida no questionamento do direito à participação política no contexto de redemocratização. Para outros, os saques são sentidos como uma verdadeira “convulsão social” e “(...) desencadeou-se a expectativa de que o aprofundamento da recessão (...) pudesse ocasionar novos incidentes nas grandes cidades, só passíveis de repressão violenta” (Ibid.: 88). A Polícia Militar, contrariando as ordens do secretário, “cruzou os braços” e não conseguiu – ou não quis - controlar as manifestações²⁷. Ficou evidente que não apenas os delegados, escrivões e investigadores estavam descontentes com as mudanças propostas por Montoro, como também os policiais militares.

As resistências dos policiais civis ficam mais evidentes quando Pimentel pede demissão do cargo e é sucedido temporariamente por Genofre, um dos chefes da Polícia Civil conhecidos como “hiper-puros”, o que reforça o clima de oposição de seus

²⁶ A “crise da dívida” se instaura em 1983, não apenas em razão do padrão dependente da política econômica em relação ao plano internacional que perdurou durante toda a Ditadura Militar, mas também face ao aumento de juros internacional e a tentativa de evitar a recessão. O governo Figueiredo evitou onerar os grandes proprietários privados e as empresas estatais (Sallum, op. cit.: 66-67). Como resultado da política de combate ao déficit público, inaugurada desde Outubro de 1980 por Antônio Delfim Neto, o regime militar “[evitou] colocar em xeque a dependência crescente do Estado em relação ao capital financeiro e [os militares] concentraram-se no corte de subsídios e dos salários reais do pessoal do Estado” (Ibid.: 71).

²⁷ Para Mingardi (1992: 105), isso pode ter acontecido porque os policiais estavam com medo de agir “com rigor” no contexto de uma política de segurança orientada para o respeito aos direitos humanos ou, ainda, por conta de uma ação deliberada que visava à intervenção das Forças Armadas em São Paulo.

subordinados. O afastamento do secretário de segurança também coincide com a candidatura de Jânio Quadro às eleições municipais. Os distritos policiais se transformam em “frentes pró-Jânio” (Storino, op. cit.: 88). As insatisfações de ambas as polícias se tornam um problema operacional e político.

O advogado criminalista Miguel Reale Junior é nomeado secretário de segurança em setembro de 1983. Ele recebe como “herança” a paralisação das corporações, bem como a necessidade de instaurar a pacificação social. Comprometido com os direitos humanos (Caldeira, 2000), mas também com a tarefa de colocar a polícia para funcionar, Reale chama um velho delegado conhecedor de estrutura policial para “ativar” a corporação. Isso não significa que o governo Montoro tenha retroagido em seu intento de transformar as polícias em corporações pautadas nos direitos humanos. A troca nas chefias não significou a convivência do Estado com métodos de tortura e corrupção. O que o governo percebeu naquele momento foi que quaisquer mudanças deveriam ser feitas de forma lenta e gradual. Nas palavras de José Gregori, a lição do período Pimentel foi “que, talvez, pelos métodos apenas de apelo à virtude e de sanções radicais contra os impuros, o organismo [policial] deixa de funcionar”²⁸.

Reale orienta os chefes de polícia a agir diante das greves e protestos na perspectiva da organização das massas e não na sua repressão (Caldeira, 2000: 165). Mas a mudança no quadro das polícias afasta o grupo dos “hiper-puros” que teve como meta por fim à violência e à corrupção nas delegacias. Este, por sua vez, não consegue criar lideranças comprometidas com o projeto de reestruturação em direção à “Nova Polícia”. Tudo indica que o intento de fazer a polícia funcionar comprometeu o projeto de “mudança de mentalidades”, tarefa que Reale tomou para si²⁹. Muitos policiais compreenderam o

²⁸ Para realizar a história política dos Consegos me vali de trabalhos que abordam – de forma direta ou indireta – as políticas de segurança pública em São Paulo: Mingardi (1992); Gregori (2000); Caldeira (2000) e Storino (2008). Mingardi entrevistou pessoas próximas de Pimentel e Caldeira, dois ex-secretários de segurança pública do governo Montoro (Miguel Reale Junior e Eduardo Muylaert). Gregori entrevistou Alda Marco Antônio, que extinguiu a Secretaria Estadual do Menor durante o governo Quéricia. Storino entrevistou os secretários de segurança na gestão Mário Covas (José Afonso da Silva e Marco Vinício Petrelluzzi – também primeiro secretário da gestão Alckmin). Eu entrevistei o ex-secretário de Participação e Descentralização do governo Montoro, José Gregori, e dois policiais que trabalhavam na Coordenadoria dos Consegos em 2004, durante a gestão Alckmin. Além deles, também entrei em contato com pessoas que estiveram próximas do debate sobre os Consegos na gestão de Covas, que, no entanto, não responderam ao convite.

²⁹ O comprometimento de Reale em direção a incorporação dos direitos humanos nas polícias pode ser conferido em entrevista concedida à Caldeira (2000: 167-168): “(...) Como passar [valores] para esses

afastamento dos chefes da Polícia Civil como um afrouxamento das ações baseadas nos direitos humanos.

O quadro de substituição nas chefias e as resistências das polícias (verificadas a partir das “greves brancas”) tiveram influência no intento de aliar segurança pública e direitos humanos, o que também comprometeu o funcionamento dos Consegs nas comunidades. Não apenas o plano da “Nova Polícia” fracassou, como o modelo de organização e funcionamento dos Conselhos saiu do *script* inicial. Vejamos a situação mais de perto.

O ano da criação do primeiro decreto dos Consegs, em 1985, coincide com a gestão de Michel Temer como secretário de segurança (1984 a 1986). Antes disso, a idéia da criação dos Conselhos já vinha sendo discutida por uma espécie de superassessoria do governador, constituída por um Grupo de Trabalho formado por advogados, uma socióloga, um delegado de polícia e um oficial da PM ligado à Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP); esta última já havia feito o esboço do primeiro Decreto Estadual que deu início aos Consegs (Doc SSP, 2004)³⁰. Logo, o Grupo passou a questionar a baixa pluralidade da representação e o parco enraizamento das discussões sobre segurança na sociedade de forma organizada. Até então, os princípios de participação e policiamento comunitário que norteavam a concepção dos Consegs ficaram a cargo de um grupo de pessoas ligadas aos direitos humanos.

Em 1986, já sob gestão do último secretário de segurança pública Eduardo Muiyler (1986-1987), é instituída a função do coordenador dos Consegs com o objetivo de orientar a implementação dos conselhos e acompanhar os trabalhos em cada bairro, através de atas que são redigidas a cada encontro e encaminhadas para a SSP³¹.

policiais que vinham de um longo hábito autoritário?... Tudo isso era muito difícil, uma mudança completa de mentalidade, uma alteração de valores muito grande. Só aos poucos isso é feito. Agora, como isso é feito aos poucos, qualquer palavra contrária desmorona o trabalho. (...). Uma palavra de um superior dizendo ‘seja violento’, isso vai de cima para baixo numa rapidez incrível. O coronel falou, o praça no dia seguinte está sabendo. Se o coronel fala alguma coisa de contenção, de prudência, de bom senso, de equilíbrio, até chegar no praça demora. Agora, uma palavra de autorização de prática violenta corre como rastilho. Então é um processo muito lento”.

³⁰ Decreto Estadual 23.455, de 1º de maio de 1985, regulamentado pela resolução SSP-37.

³¹ Decreto 25.366, de 11 de junho de 1986.

Com a criação do cargo de coordenador dos assuntos do Conseg, a implementação dos conselhos fica a cargo da Secretaria de Segurança Pública e sob responsabilidade dos delegados locais – muitos dos quais **janistas** e contrários às mudanças propostas por Montoro. Os delegados passam a ter como tarefa mobilizar a sociedade para participação nos conselhos. Nessa segunda fase, os Consegs deixam de estar sob responsabilidade do grupo de direitos humanos, o que compromete o perfil ideológico de policiais e representantes da sociedade civil desejado desde o início.

Com autonomia para organizar os Consegs, os delegados reúnem os setores da sociedade com os quais já tinham relação, não raro membros de Associações Comerciais e Clubes de Serviço (Rotary Clube, Lions Clube etc). Os delegados também passam a presidir os encontros nas delegacias de polícia, o que intimida parte considerável da população. A datação dos fatos históricos leva a crer que essa configuração favoreceu a participação de pessoas (cidadãos comuns e policiais) que associavam os direitos humanos a “privilégios de bandidos” (Caldeira, 1991)³².

A autonomia dos policiais em relação à condução dos encontros permaneceu em alguns conselhos por longo período. Um estudo do NEV/USP realizado durante o governo Mário Covas identificou que o delegado de polícia e o capitão da PM comportavam-se de “maneira geralmente arbitrária, ficando a seu encargo os temas a serem discutidos, a data e local das reuniões, quem deve ser convidado ou não e o tempo que é dado para cada um expor seu problema” (Cardia et al., 1998: 42). Atualmente, a Polícia Civil tem menor proximidade com a comunidade e menor participação nos encontros. Os delegados atuantes em Sapopemba muitas vezes não comparecem às reuniões e enviam o delegado substituto ou um investigador. Outras vezes, as reuniões sequer contam com a participação da Polícia Civil. Em Campo Belo, foi comum presenciar a saída de um delegado antes do término da reunião, o que remete à constante cena: receber uma chamada ao celular e se despedir sem muito alarde, justificando “excesso de serviço”. Por esses motivos, as críticas mais frequentes em relação às posturas dos delegados de polícia são: *A Polícia Civil é elitista, são autoridades* ou *Ele [o delegado] não tem perfil comunitário*.

³² No imaginário popular, “A noção de direitos humanos (...) foi dissociada dos direitos sociais e passou a vincular-se de modo cada vez mais forte e exclusivo ao grupo dos prisioneiros comuns (...)” (Caldeira, 1991: 164), ainda que na década de 1980 a Igreja Católica, as comissões de defesa dos direitos humanos e grupos de centro e esquerda, incluindo o PT e o PSDB, estivessem envolvidos nesse debate.

No mandato de Quércia (1987-1991) há uma inflexão da política de segurança pautada nos direitos humanos, que é convertida em “política dura” (Caldeira, 2000: 168), quadro que permanece inalterado com seu sucessor Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1995). Com as eleições para presidente, as principais lideranças dos direitos humanos no governo estadual “migram” para a área federal³³. É também a partir desse período que o modelo cultural de polícia e policiamento centrado na “mudança de mentalidades” começa a ficar confuso. Os governos passam a emitir uma dupla mensagem: para a população – da qual os policiais também fazem parte – disseminam o discurso da **firmeza e dureza** no combate ao crime; para os policiais enviam a mensagem de que devem agir nos marcos da lei, o que gera incertezas para o policial de ponta que parece entender a mensagem como “pode bater, mas excessos serão punidos” (Storino, 2008: 143). Esse discurso ambíguo compromete o trabalho de “mudança de mentalidades”. Os agentes da segurança passam a incorporar as mensagens dirigidas à população através de posturas arbitrárias que se voltam para a população mais pobre e se frustram quando métodos de controle interno e externo são aplicados.

No governo Quércia, o caso mais exemplar dessa “dupla mensagem” são os diferentes princípios que nortearam a política para o jovem infrator. Quércia imprime uma idéia de política de segurança pública operativa, com investimentos mais canalizados para equipamentos, carros, armamentos etc, e incorpora a questão da “mudança de mentalidades” de forma ambígua. Seu governo ficou marcado pelo agravamento da “questão do menor” e por mudanças importantes na estrutura de atendimento até então existente na área, inclusive no que se refere à tentativa de evitar o assistencialismo e estigmatização do público atendido (Gregori, 2000)³⁴. Tais mudanças acirram o clima de

³³ Avanços consideráveis em relação aos direitos humanos ocorreram a partir da Constituinte de 88 e, depois disso, com a adesão do Brasil nos Tratados Internacionais, como o de Viena, no Congresso Mundial de Direitos Humanos (este, na vigência do governo de Itamar Franco). Contudo, só é possível uma política efetiva de direitos humanos no âmbito federal a partir da criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando de fato há programas adotados na direção da implementação do I Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 1996, e o II PNDH, em 2000. Para um balanço dos planos ver Adorno (2003).

³⁴ Em 1987, Quércia extingue a Secretaria Estadual de Promoção Social que é substituída pela Secretaria Estadual do Menor, o que trouxe modificações radicais no atendimento da “questão do menor”. Alda Marco Antônio - ex-secretária de transporte no governo Montoro - é nomeada e muda o perfil da clientela a ser atendida incorporando os meninos de rua, crianças e jovens moradoras de bairros periféricos e aqueles que sofriam violência familiar. Parcerias também foram realizadas com entidades de defesa que já atuavam na

tensão entre a chefe da pasta da então criada Secretaria do Menor, a sanitarista Alda Marco Antônio, e o primeiro secretário de segurança, o promotor Luis Antônio Fleury Filho (1987-1990). Fleury, ligado a uma ala do Ministério Público que questionava os direitos humanos, “defendia a tese de que o adolescente é capaz de identificar o caráter criminoso de ações cometidas” (Silva, 1994: 16) e chegou declarar ser a favor da pena de morte em diversas ocasiões³⁵. Alda e Fleury tinham diferentes visões sobre como prevenir ou combater a violência, e suas secretarias não agiram de forma cooperativa. Neste período, há uma série de denúncias envolvendo execução de jovens por parte de policiais, sobretudo da ROTA, que é ativada pelo governo.

É apenas no último ano da gestão Quércia que questões como o controle interno dos policiais e o policiamento comunitário começam a ser discutidas mais intensamente sem, contudo, resultar em mudanças substanciais. Antonio Claudio Mariz de Oliveira (1990–1991), advogado e ex-secretário da OAB paulista, foi o segundo e último secretário de segurança de Quércia. Ele se mostra preocupado com os excessos cometidos por policiais e declara a necessidade de incorporar programas de acompanhamento psicológico para a Polícia Militar e Polícia Civil.

Eu acho que em 1970, exatamente a partir de 1970, nós começamos a ter junto à Polícia Militar um trabalho ideológico o mais nocivo possível. Passou-se achar que Polícia Militar não era para fazer polícia. Polícia Militar era para guerrear, por fim à guerrilha, ser o braço longo do exército. Polícia Militar é polícia, é preciso que elas voltem às suas origens. (...) E hoje, o alto comando quer mudar isso, mas essas coisas ficam absolutamente arraigadas. Os homens passam, mas essas idéias ficam, e ficam sendo assimiladas de forma muito rápida. Eu acho que há ainda alguns homens na Polícia Militar, em escalões que eu não sei exatamente quais, que ainda pregam aquela ideologia de 1970. É preciso que todo o esforço venha a ser feito para que a Polícia Militar ou o policial militar volte a se tornar o homem amigo da comunidade. Tanto que nessa reciclagem há lá uma série de preleções sobre polícia e comunidade, para que ele volte a atuar como protetor e polícia, e não existir especificamente para guerrear [contra] segmentos da sociedade. O combate à criminalidade envolve também - e em grau muito elevado - este apoio. Este grau de confiabilidade que o

perspectiva da educação social de rua, como a Pastoral do Menor. Em 1990, a Secretaria também fica responsável pela FEBEM. Para maiores informações ver Gregori (2000).

³⁵ Em entrevista para o programa Roda Viva da TV Cultura, concedida em 11/06/1990 por Mariz de Oliveira, os jornalistas debatem a posição de Fleury Filho sobre a pena de morte. Mariz confirma a posição de Fleury e se declara contra a pena de morte. Ver transição publicada no site da Fapesp, *link Memória Roda Viva*. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/299/entrevistados/antonio_claudio_mariz_de_oliveira_1990.htm. Acesso em 16/07/ 2009.

policial pode angariar por parte da sociedade civil. Isso ele só o fará, entendo eu, voltando a ser policial. [Antônio Claudio Mariz de Oliveira, secretário de segurança no governo Quércia. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva, da TV Cultura 11/06/1990]

Mariz não foi um ferrabrás dos tempos da ditadura, como se pode notar em entrevista concedida para o *Programa Roda Viva*, da *TV Cultura*. Ele declara ser a favor do policiamento comunitário, também estabelece estreito contato com o quartel do comando geral da Polícia Militar e aproxima esta corporação da universidade. Em 1990, por exemplo, Mariz convida o professor Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político ligado ao Núcleo de Estudos da Violência da USP e ativista de direitos humanos, para ministrar uma palestra para os oficiais de alta patente³⁶. Embora Mariz tenha procurado imprimir sua “marca pessoal” na condução da segurança pública e se preocupado em tornar o “policial amigo da comunidade”, não há alterações na Coordenadoria Estadual dos Consegs em relação aos conselhos comunitários.

Durante a gestão do governador Fleury (1991-1995), ex-secretário de segurança pública no governo Quércia, a política de segurança pública continuou a enfatizar a linha operativa. Seu governo ficou marcado pela maneira como ele conduziu as polícias, as prisões e a FEBEM, o que aprofundou a relação tensa com os organismos de direitos humanos.

Seu primeiro secretário de segurança, o promotor Pedro Franco de Campos, chama para si a Secretaria de Assuntos Penitenciários (SAP) e acumula responsabilidades para além das polícias. O secretário chega a receber representantes da Comissão Teotônio Vilela e da Comissão de Justiça e Paz para discutir a mudança, momento em que foi apresentado um abaixo-assinado e foram feitos pedidos para barrar a extinção da SAP. Para as entidades locais e supralocais de direitos humanos, a medida parecia improdutiva porque a secretaria, que prende, passaria a tomar conta dos presos. A Secretaria de Segurança passa efetivamente a tomar conta das prisões e dos prisioneiros, além de responder pelas polícias. Uma das possíveis consequências da centralização da SAP foi a ausência de mediadores capazes de parlamentar sobre a autorização da entrada das tropas policiais no Complexo do Carandiru e impedir o assassinato de 111 presos, mortos oficialmente durante o “Massacre

³⁶ Entrevista da TV Cultura, supracitada.

do Carandiru”, ocorrido em 2 de outubro de 1992. A morte dos presos instaurou um clima de tensão no Estado o que provocou – mais uma vez - uma “greve branca” da Polícia Militar. Enfraquecido, Pedro Campos é exonerado do cargo de secretário de segurança.

Além das manifestações de ativistas preocupados com os presos, Fleury também enfrenta críticas por conta da mais grave rebelião ocorrida em São Paulo em 1992, na FEBEM do Tatuapé, pouco depois do Massacre do Carandiru³⁷. A Secretaria de Segurança, representada por Michel Temer (secretário pela segunda vez, por dois meses), receosa quanto às consequências da invasão, dá ordens para que o Batalhão de Choque não entre armado no Complexo Tatuapé. Os policiais, por sua vez, afirmavam que só entrariam armados. Ao mesmo tempo, o Corpo de Bombeiros “cruzou os braços” para apagar o incêndio que atingiu boa parte das unidades. Havia uma tensão generalizada entre diversas instituições, entre elas: Secretaria de Segurança *versus* entidades de defesa, Secretaria *versus* Polícia Militar e Polícia Militar *versus* entidades de defesa (Gregori, 2000: 182).

Não apenas as resistências dos policiais se instauraram com maior gravidade do que nos governos anteriores, como a tensão entre a Secretaria de Segurança Pública e as entidades locais de direitos humanos se agravaram na gestão Fleury. A lógica de interesses que deu poder de mobilização aos organismos de defesa, sobretudo ligados à igreja católica, voltou-se fortemente para a representação dos direitos individuais e coletivos de grupos específicos da sociedade: os presos e as crianças e adolescentes pobres. Os eventos da rebelião na FEBEM e o Massacre do Carandiru resultaram na forte pressão dos organismos contra as ações do governo nas áreas da segurança pública e do jovem infrator.

Os Consegs - vistos pelos ativistas do período como espaços contrários aos direitos por conta da mobilização da sociedade por parte dos delegados – foram ainda mais vinculados ao “braço duro” do Estado. Soma-se a esses fatos, a ausência de mudanças substanciais no funcionamento dos conselhos nas gestões Quércia e Fleury. A pesquisa já citada, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência entre 1996 e 1998 (Cardia et al., 1998) - portanto no início do primeiro mandato de Mário Covas (1995-1999 e 1999-2001) - indica que os métodos empregados pela Coordenadoria nas gestões anteriores deixaram

³⁷ Na rebelião de 23 de outubro de 1992, houve fuga de 553 jovens, dos 1200 internos. Das 16 unidades, 14 foram parcialmente ou quase destruídas (Gregori, 2000: 179).

como legado procedimentos escolares na análise das demandas da população, encaminhadas através das atas³⁸. A pesquisa conclui que as reuniões dos Consegs eram realizadas nas delegacias espantando a população, que havia uma representação “baixa, esporádica e pequena” da sociedade civil composta por grupos de amigos e aliados, além de disputas entre grupos no período de eleição para presidentes dos conselhos. Outra questão era a necessidade de regulamentar a emissão de carteirinhas com o timbre dos Consegs que eram utilizadas para garantir *status* aos representantes da sociedade civil. O primeiro secretário de segurança do governo Covas, José Afonso da Silva (1995-1999), comentou em entrevista concedida a Storino (2008:111-112) a respeito das carteirinhas:

Ele [o Conseg idealizado pelo governo Montoro] tinha algum problema, que é normal em qualquer atuação voluntária, porque muitos membros participavam muito mais por uma questão de *status*. Queria a carteirinha para ter descontos, para exhibir. E a gente cortou essa coisa.

Em 1995, o policial reformado José Vicente da Silva é nomeado o coordenador da Coordenadoria Estadual.³⁹ Foi em sua gestão que um novo Grupo de Trabalho foi formado, desta vez com a participação do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV) como um dos interlocutores. As reuniões contaram com três membros da Polícia Civil, três membros da Polícia Militar, dois líderes comunitários, a secretária da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) e um membro do NEV que participou de metade das reuniões (Cardia, et al., 2008: 89). O objetivo do Grupo era promover alterações no regulamento dos Consegs. As atividades do Grupo de Trabalho foram importantes para o regulamento final

³⁸ O procedimento escolar e pouco efetivo a que me refiro pode ser conferido nesta passagem: “Quanto ao percurso interno, quando as atas chegam à SSP, elas são lidas pelas pessoas responsáveis e depois são carimbadas com a data de entrada. Nesta leitura inicial, é grifado de caneta verde o representante da PC presente, de caneta vermelha o representante da PM, e de caneta azul os assuntos discutidos na reunião que seriam relevantes e da competência da SSP. **Sobre a escolha de quais assuntos grifar, fica a critério de quem faz a leitura.** Em seguida a ata é encaminhada ao Delegado Assistente e ao Capitão Assistente, ambos da Coordenadoria dos Consegs, para que estes anotem destes assuntos destacados o que lhes couber e que de posse disto tomem as devidas providências.” (Cardia et al., 1998: 06 [grifo meu])

³⁹ Ele participou da elaboração do plano de governo de Covas e, posteriormente, do plano de Fernando Henrique Cardoso para a disputa presidencial. Foi Secretário Nacional de Segurança Pública entre Julho e Dezembro de 2002, período em que escreve artigos enfocando o policiamento comunitário como uma estratégia de marketing para melhorar a imagem dos policiais e de resolução de problemas comunitários. Ver Silva Filho (2002).

que atualmente rege os conselhos, e que tornou o regulamento sumário de 1985 bem mais detalhado⁴⁰.

Estabeleceu-se uma terminologia institucional que dá nome aos seus participantes, classificados como **membros natos** e **membros efetivos**. Os delegados de polícia e os capitães da Polícia Militar responsáveis pela área circunscrita pelos Consegs são denominados membros natos⁴¹. Eles têm a incumbência de “articular a comunidade e os órgãos públicos para a correção de fatores que afetam a segurança pública” (Doc. SSP, 2004: 53). Os membros efetivos são todos aqueles que não são membros natos, podendo-se tratar de participantes assíduos ou visitantes.

Para ser membro efetivo é preciso não possuir antecedentes criminais, residir ou trabalhar na área circunscrita pelo Conseg ou área vizinha que não possua a instituição e ter idade mínima de 18 anos⁴². A Coordenadoria recomenda como “públicos básicos” uma lista extensa de representantes, entre as quais prefeitos, administradores públicos regionais, vereadores, juízes, representantes da Justiça e Ministério Público, Conselho Tutelar, jornalistas, líderes religiosos, professores, empresários e comerciantes, representantes de estabelecimentos de saúde, da FEBEM, órgãos da defesa dos direitos humanos, institutos de pesquisa, administração prisional, associação de amigos de bairros, de assistência a vítimas de atos violentos, idoso, mulher, migrante, moradores de rua etc, entre tantos outros. A lista inclui 102 tipos de representantes e a Coordenadoria declara que “admite constante atualização” (Doc. SSP, 2004: 71-73). O Conseg é definido “como instituição de difusão e defesa dos conceitos dos direitos humanos na sociedade” (Doc. SSP, 2004).

A diretoria do Conseg é composta por todos os membros natos, obrigatoriamente, e por membros eleitos por votação, que elegem o presidente e o vice-presidente. Os demais

⁴⁰ Em 1998, quando o NEV divulgou os resultados do Grupo de Trabalho, o regulamento ainda estava tramitando na consultoria jurídica, mas a proposta divulgada em relatório (Cardia et al., 1998: 90-102) é muito próxima daquela que consta do regulamento atual dos Consegs.

⁴¹ A abrangência de cada Conseg varia muito e está relacionada à área circunscrita pelas Delegacias de Polícia. Em São Paulo, há mais de um Conseg para cada região político-administrativa da cidade. O Conseg Campo Belo congrega quatro bairros e é administrado por duas regiões político-administrativas e duas Companhias de Polícia. O Conseg Sapopemba circunscreve apenas uma parte do bairro da Vila Prudente e também duas Companhias de Polícia.

⁴² Houve uma alteração quando o regulamento passou pela consultoria jurídica e a idade mínima proposta (de 16 anos) foi alterada para 18 anos.

membros da diretoria - dois secretários, o Diretor Social e o de Assuntos Comunitários e mais três membros da Comissão de Ética e Disciplina - são indicados pelo presidente. As eleições passaram a ocorrer bienalmente, com possibilidade de reeleição e o voto se tornou individual e secreto no caso de haver duas chapas⁴³.

Para resolver o problema das reuniões que aconteciam nas delegacias de polícia, o regulamento recomenda que os encontros sejam realizados em locais de fácil acesso, preferencialmente em imóveis de uso comunitário e que não sediém órgão policial. O Conseg não tem local fixo para a realização das reuniões. Elas acontecem mensalmente de forma itinerante. Não frequentei nenhuma reunião em delegacia de polícia. No Conseg Campo Belo, participei com mais frequência em encontros na sede de uma associação comercial, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No Conseg Sapopemba, as “sedes” se alternaram entre uma associação de idosos, o salão de uma igreja evangélica e uma escola.

A contribuição do Núcleo de Estudos da Violência foi no sentido de conceder maior poder à comunidade, sobretudo atribuir ao presidente responsabilidades sobre o planejamento de segurança na região e garantir o controle externo por parte da sociedade⁴⁴. Mas nem tudo saiu como desejado. No balanço sobre o que se passou durante um ano de discussão, a equipe do NEV registrou que “houve uma confluência perversa” na elaboração do regulamento, em que os policiais civis resistiram à ampliação dos poderes dos presidentes, enquanto os policiais militares imprimiram um código de disciplina severo⁴⁵. Os Consegs não se tornaram espaços de controle externo no que se refere aos abusos policiais, ainda que favoreçam instrumentos de cobrança por parte da sociedade civil.

⁴³ O presidente tem a competência de dirigir as reuniões, fixar um calendário anual de encontros (com data, hora e local), apresentar as reivindicações da comunidade às autoridades, representar o Conseg em reuniões oficiais e com a comunidade, entre outras atribuições. O 1º Secretário lavra atas, colhe assinaturas dos participantes e as encaminha à Coordenadoria dos Assuntos do Conseg.

⁴⁴ Dei atenção apenas para algumas mudanças do regulamento. Para maiores informações ver Cardia et al. (1998).

⁴⁵ Na Seção Ética e da Disciplina há itens como “promover o civismo através do culto aos símbolos e tradições da Pátria e suas instituições (artigo 52. X)”, ou “fazer com que se retire da reunião pessoa que esteja perturbando o andamento dos trabalhos, que haja sido excluída do Conseg por motivos disciplinares ou que possa trazer risco à integridade física dos frequentadores dos Conselhos” (XVIII).

Existem poucos trabalhos sobre os conselhos e o primeiro de que tenho notícia foi produzido exatamente no período do governo Mario Covas, o que dá a impressão de que ele foi um governador aberto a maior interlocução entre Estado e universidade⁴⁶. A fase de alterações no regulamento também coincide com mudanças importantes no controle interno e externo das polícias. Covas nomeou o sociólogo Benedito Mariano, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), para dirigir a então criada Ouvidoria de Polícia⁴⁷. Também criou o PROAR (Programa de Reciclagem de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Risco) com o objetivo de fornecer assistência psicológica para policiais envolvidos em conflitos que resultavam em desfechos fatais (mortes).

No entanto, a ausência de uma prerrogativa clara de fiscalização das ações policiais não garantia poder de controle externo para entidades locais de defesa discutirem o problema principal que aflige as comunidades pobres: a violência policial. Além disso, os conselhos configuram, ao menos nos casos estudados, instrumentos tímidos, ainda que importantes, para o planejamento e execução de ações que contribuam para minorar as causas da violência, conforme entendidas pela população e os policiais: segurança não é apenas assunto de polícia, mas está relacionada ao conjunto dos direitos humanos tais como educação, saúde, habitação, renda, políticas para grupos específicos etc. Talvez, uma das dificuldades mais notáveis dos Conselhos Comunitários fosse o fato de que por muito tempo eles estiveram atrelados à idéia de segurança pública orientada, sobretudo, às ações policiais, o que dificultava a resolução dos problemas sociais que os moradores julgavam importantes para a prevenção da violência.

O próprio plano de governo de Mário Covas começava reconhecendo que “os problemas de segurança decorrem de inúmeros fatores sociais e econômicos praticamente incontroláveis pela administração do Estado (pobreza, má distribuição de renda,

⁴⁶ Outros trabalhos foram produzidos a partir de 2000. Neme (2002) trata da atuação específica dos Consegs em São Paulo, classificando os problemas enfrentados pelas comunidades, pelas polícias e outras autoridades presentes, através da análise das atas. Cardia (2003b) investiga “o policiamento que a sociedade deseja” através de amplos grupos focais que envolviam participantes dos Consegs, em todas as zonas da cidade de São Paulo. Oliveira, Pereira e Silva (2008) realizam uma análise na ótica da administração pública.

⁴⁷ Diferente da Corregedoria de Polícia, a Ouvidoria não é coordenada por policiais, privilegia as denúncias encaminhadas pela população e não é diretamente encarregada pela punição, apenas reúne elementos que são encaminhados para a Corregedoria ou ao Ministério Público (Storino, op. cit.: 110).

desestruturação familiar, distúrbio psicológico, consumismo etc.)” (PSDB, 1994: 02⁴⁸ apud Storino, op. cit.: 90). Dessa forma, embora a Coordenadoria recomende articulações nos planos local, municipal, estadual e federal, não havia nenhuma estratégia integrada entre os diferentes níveis de governo e articulações de diversas secretarias que poderiam contribuir para minorar o problema.

A mais recente mudança no regulamento dos Consegs não incorporou nenhum decreto que estabelecia interdependência entre os níveis municipal de governo, limitando-se a descrever objetivos tópicos amplos como “articular a comunidade visando à solução de problemas ambientais e sociais que tragam implicações policiais”. Em parte, essa limitação estava relacionada com o fato de que o governo do Estado não pode ter ingerência no município, um ente federado, descentralizado e com prerrogativa de formular suas próprias leis. Alterações nessa direção só ocorreram em 2002, por meio de uma lei municipal apresentada por vereador do PSDB e assinada pela então prefeita Marta Suplicy, do PT, que instituiu a participação obrigatória da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e dos representantes das subprefeituras nas reuniões dos Consegs⁴⁹. Essa lei reforçou a participação da GCM e dos representantes da administração municipal nos conselhos, que passaram a ser representantes obrigatórios nos encontros.

Na segunda gestão Alckmin (2003-2006), procedimentos de tecnologia da informação foram implementados no *site* dos Consegs, no portal da Secretaria de Segurança Pública. Atualmente, é possível que o morador selecione a região interessada para obter informações sobre a data e local dos encontros - ainda que nem todos os conselhos divulguem a informação -, notícias sobre os encontros promovidos pela Coordenadoria, recomendações de segurança, relatórios de atividade e boas práticas de alguns conselhos⁵⁰. Alckmin e seu secretário de segurança, Saulo de Castro Abreu Filho, participaram do I Encontro Estadual dos Consegs no interior do Estado, ocorrido em 2003, no momento em que os índices de criminalidade diminuíram na capital, mas aumentaram

⁴⁸ PSDB. 1994. *Proposta de programa do governo Mario Covas para o setor de Segurança Pública*. Mimeo.

⁴⁹ SÃO PAULO, Projeto de Lei nº 214/01.

⁵⁰ Essa mudança ocorreu ao longo da pesquisa de campo. Quando comecei a frequentar os Consegs, em 2005, essas informações não estavam disponíveis, o que exigia encontrar estratégias para identificar os participantes e obter informações sobre data, local e hora das reuniões. A mesma dificuldade foi encontrada pelos pesquisadores do NEV USP, iniciada 10 anos antes da minha. Ver Cardia et al. (1998).

no interior. Esse aumento repercutiu no aumento de efetivos no Oeste Paulista e no “incentivo” de Cursos de Qualificação para os representantes das cidades de Marília, Dracena, Jaú, Assis, Presidente Venceslau e Presidente Prudente⁵¹. O governo Alckmin também foi marcado pela mensagem ambígua em relação o combate “firme” ao crime e o respeito aos direitos humanos. Em sua gestão aumentou a taxa de letalidade da polícia e dos civis e a proporção de revistas policiais (Storino, 2008: 132).

De tudo que foi dito presume-se que os Consegs revelam uma história-política perpassada por resistências e mudanças nas polícias, nos governos e na sociedade. Na gestão Montoro os conselhos são criados e encontram resistências por parte dos policiais **janistas** e da sociedade acostumada a ver direitos humanos como “privilégios de bandidos”. Covas reformula os conselhos em parceria com a Universidade, promove mudanças nos procedimentos de controle externo, incorpora um policial favorável ao policiamento comunitário na Coordenadoria dos Conseg, ao mesmo tempo em que pesquisas apontam que a mentalidade da sociedade civil estaria mudando (Cardia, 1999). Os demais governadores enviaram mensagens ambíguas para a sociedade e para os policiais quanto aos direitos humanos, preferindo persistir na imagem da política de segurança “dura”. Fleury, Quércia e Alckmin, guardadas suas diferenças, optaram por este caminho. Resistências e mudanças contribuíram para a configuração da composição dos conselhos em cada bairro.

2. Composição social dos conselhos e disputas

Os relatos de meus interlocutores sobre os Consegs atuantes a partir de 2005 indicam que mudanças substanciais ocorreram em relação à composição, de civis e policiais, que predominou nas gestões anteriores. Seus membros já não são limitados a grupos de amigos e aliados compostos de delegados de polícia e Associações Comerciais e Clubes de Serviço, que deram lugar aos representantes da escola, Conselho Tutelar, Posto de Saúde, associações de bairro, comércio, entidades locais de direitos humanos, prefeitura

⁵¹ CONSEG do Oeste Paulista Realizam Primeiro Encontro Estadual. Disponível em <http://www.conseg.sp.gov.br/conseg/noticiax.aspx?id=12>. Acesso em 19/07/2009.

e moradores de diferentes classes, idade e filiações religiosas. No entanto, é bom lembrar que o desenho institucional para o funcionamento dos Consegs supõe relações entre o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a sociedade civil que estão sujeitas às disputas políticas e ideológicas de toda sorte. As tensões dos participantes entre si e com o Estado revelam um contexto político de rivalidade. Os conselhos apresentam novidades na composição dos representantes, que, por sua vez, configuram novas ambiguidades. Passo a tratar dessa nova configuração.

2.1. Conseg Sapopemba

Os relatos de meus interlocutores indicam que até 2004 o Conseg Sapopemba foi dominado por chapas de comerciantes que utilizavam a polícia para a segurança do patrimônio privado, sobretudo de comércios, como indica a fala de uma ativista de direitos humanos:

Ativista de direitos humanos: Os Consegs - Conselhos de Segurança - sempre foram, ao menos nas nossas experiências, grupos de comerciantes que queriam, na verdade, dar condução de privatização para polícia que era pública. Então, através de cafezinho ou de acordos botavam a viatura da polícia, que é pública, pra proteger os seus comércios. (...).

AP – E a visão de direitos humanos das pessoas?

Ativista: É pra cuidar do bem privado. O Conseg é para proteger o patrimônio privado e material, inclusive, que é do comércio. São aqueles que fazem a vaquinha pra fazer a cabine ali na praça onde fica o centro do comércio. Então não era aquilo, não tinha condições de incentivar uma coisa desta natureza, visto que, inclusive, as reuniões são sempre dentro das delegacias, onde, na verdade, nas periferias isso fica mais complicado porque a dinâmica das polícias nas periferias, ao menos aqui no Estado de São Paulo, é aquela: a periferia é para onde vêm os profissionais que não conseguem pontuação boa pra ir para bairros de classe média ou estão de castigo. Então, nos lugares em que têm maior vulnerabilidade é para onde que vem o pessoal menos preparado, e que era a sede onde praticamente funcionam as reuniões. [Ativista de direitos humano. Entrevista 1]

Essa leitura parece corresponder com os problemas diagnosticados pelo último secretário de segurança pública do governo Covas, Marco Vinicio Petrelluzi (1999-2001). De acordo com seu relato, as bases comunitárias proliferaram em São Paulo sem planejamento em relação ao mapeamento dos índices de criminalidade. Em sua avaliação essa proliferação era um indício de que comerciantes e policiais combinavam a instalação das bases de acordo com interesses de privados:

Quando eu assumi, comecei a notar o seguinte: que nós estávamos sem efetivo para patrulhamento porque eles [da gestão Fleury] deixaram que comandante de Companhia, se quisesse, instalasse as bases comunitárias que achasse que devesse. E aí eu comecei a ver que tinha base comunitária que não tinha sentido, por exemplo, em frente de comércio. E aí eu falei “Isso está me cheirando à corrupção”, porque construíam uma base, o Estado colocava gente 24 horas. Para o comerciante isso é uma maravilha. (...) (Storino, 2008: 124)

Embora o ex-secretário não se refira à corrupção diretamente vinculada aos Conseg, as chapas formadas por presidentes-comerciantes favoreciam que demandas relativas ao policiamento dos comércios proliferassem, como indica o relato da ativista de direitos humanos. Para coibir o uso privado das bases comunitárias, Petrelluzzi instituiu uma resolução polêmica na SSP vinculando suas instalações à sua prévia autorização, utilizando como critérios os indicadores de criminalidade. Ao mesmo tempo, ele investe nas Bases Comunitárias Móveis, que circulavam em vários setores em horários diferentes. Essas duas decisões contribuíam para dificultar aquilo que, em suas palavras, “cheirava à corrupção”.

É preciso matizar o perfil de “privatização da polícia” a partir de 2005, quando uma eleição ocorreu no Conseg Sapopemba para o biênio 2005-2007. A nova chapa era composta por um representante da Associação de Lojistas que decidiu participar do Conseg por ocasião de uma onda de assassinatos cometidos em uma boate. Seu presidente, Dr. Alexandre, advogado e negociador de imóveis, chama José, segurança privado, evangélico e evangelizador em presídios para ser seu vice-presidente⁵².

Dr. Alexandre e José tinham boas relações com a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana. Tenente Heleno participou assiduamente durante quase toda a gestão e foi substituído, por um breve período, por Tenente Miriam, em fase de troca de comando, quando Tenente Marinho assumiu o Batalhão. A Polícia Civil sempre apresentou problemas em relação à participação e o presidente declarou, no final de sua gestão, que em 3 anos o Delegado Titular havia participado apenas duas vezes das reuniões.

A chapa fez uma gestão mais democrática em relação à aproximação com a sociedade civil, em comparação às gestões anteriores. Eles eram bem visto pelos ativistas de entidades locais de direitos humanos por estabelecer contato com as organizações locais: escolas públicas, Posto de Saúde, Conselho Tutelar (CT), Centro de Direitos da Criança e

⁵²As trajetórias individuais de alguns dos participantes dos Conseg serão tratadas no Capítulo 3.

do Adolescente (CEDECA), Centro de Defesa de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), Associações de Bairro e moradores comuns.

O Conselho Tutelar, o CEDECA e o CDHS eram compostos por pessoas do mesmo grupo, embora fossem organismos diferentes. Isabel, a principal liderança do grupo, raramente participava dos encontros, mas acompanhava as discussões através de Juci, conselheira tutelar, que foi a representante dos ativistas de entidades de direitos humanos designada para a participação no Conseg Sapopemba. Juci fora eleita com grande apoio do CEDECA e CDHS e, por vezes, relatava as discussões no encontro para seus pares, convocando Isabel *quando coisas precisavam ser ditas*.

É preciso deixar claro esse contexto de participação do Conselho Tutelar e acompanhamento do CEDECA e CDHS no Conseg a partir de suas razões “logísticas” e ideológicas. As articulações complexas a que essas entidades estavam envolvidas se voltaram para as políticas na área da infância (infratora ou não), as denúncias em relação aos abusos e corrupção e a mobilização/formação política.

As três entidades eram representadas por um mesmo grupo de pessoas formadas pela Teologia da Libertação e atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 1980. Esse grupo teve presença marcante nas discussões que deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já em 1990. Isabel foi a principal liderança do grupo. Em 1987, ela foi uma das principais mobilizadoras para a formação de organizações diretamente envolvidas na defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo daquelas envolvidas em situação de rua e exploração sexual. A fundação do CEDECA ocorre formalmente em 1991, pouco depois do ECA, apoiada por uma extensa rede de articulação com a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a CNBB e outras. Registrada como ONG, a entidade passa a atuar na defesa dos direitos, no controle e articulação das políticas públicas na área da infância, bem como na promoção dos direitos através da formação educativa na própria comunidade. No final da década de 1990, o CEDECA estabelece parcerias com o Estado para o acompanhamento de jovens infratores em situação de Medidas Sócio-Educativas, o que exigiu grande articulação política em meio à ausência de critérios claros para o repasse de

recursos em conformidade com o ECA⁵³. Entre os diversos projetos desenvolvidos havia trabalhos de assistência jurídica e psicológica para os jovens e suas famílias, a partir da referência de “proteção integral” recomendada pelo ECA⁵⁴. O Conselho Tutelar também era visto como uma importante organização para trabalhar em rede com o CEDECA na defesa dos direitos e Juci passou a disputar as eleições com o apoio da entidade. A complexa ramificação do CEDECA, em termos de projetos e convênios com o Estado, também impulsionou a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDHS) que passa a trabalhar com demandas recorrentes da população em relação à violência policial. Além disso, os convênios “amarravam” a mobilização política e tornava o CEDECA uma extensão do Estado. O CDHS nasceu como uma organização autônoma que atua de forma independente encaminhando denúncias de abusos para a Ouvidoria de Polícia e o Ministério Público. Isabel passou a coordenar o CDHS embora estivesse presente nas reuniões do CEDECA.

O Conselho Tutelar atua diretamente com policiais em diversos casos (atendimento de violência doméstica, abuso sexual, encaminhamento para abrigos etc) e o grupo decidiu que Juci seria a pessoa indicada para frequentar as reuniões. Além do fortalecimento da

⁵³ O primeiro convênio para o atendimento de jovens em Medidas Sócio-Educativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) foi realizado com a FEBEM, com complementação de recursos da Fundação Abrinq. Esse quadro se manteve de 1998 a 2002, quando houve um rompimento por conta de desacordos sobre os critérios dos repasses: a verba era insuficiente, a cobertura da região a ser atendida era enorme e o convênio não era municipalizado. Uma ampla articulação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é iniciada para pressionar pela municipalização das Medidas, conforme previsto no ECA. Em 2004, as Medidas são municipalizadas através de um convênio entre os três níveis de governo: a Secretaria de Direitos Humanos repassava os recursos para Prefeitura Municipal, que repassava para um Fundo Municipal e então para o CEDECA. Os recursos da FEBEM continuavam a chegar através de uma conta bancária direta, complementando o orçamento. Muitas dificuldades foram enfrentadas nesta fase; os convênios assinados por Marta Suplicy são cancelados nos últimos dias de Dezembro de 2004 por conta de problemas da prefeitura com a Lei de Responsabilidade Fiscal. José Serra, seu sucessor, retoma os convênios em 2005, mas reduz o financiamento, também atrasa os repasses e posteriormente os cancela, desvinculando os convênios do CEDECA e criando novos critérios para as parcerias. A partir de então, a FEBEM fica unicamente responsável pelos repasses e as entidades que acompanhariam as medidas deveriam ser *necessariamente* religiosas. Esse critério não fazia sentido algum para o CEDECA Sapopemba, cuja influência da igreja católica é marcante. A FEBEM se transformou posteriormente em Fundação CASA e uma nova estratégia para os convênios foi formulada.

⁵⁴ O CEDECA realiza acompanhamento Jurídico (para jovens e famílias, na perspectiva da proteção integral) e possui um Núcleo de Medidas Sócio-Educativo (dirigido aos jovens em situação de conflito com a lei). Outras entidades também foram criadas para complementar o suporte aos jovens: o Arte em Movimento (cursos de teatro, danças, *hip-hop*) e Nascidos para Voar (cursos e atendimento psicológico para jovens não necessariamente envolvidos com a justiça e apoio às famílias). Para uma descrição detalhada ver Feltran (2008).

rede atendimento para jovens (clínicas de reabilitação para dependentes químicos, abrigos para crianças e mães, políticas de prevenção à violência etc), a questão da tortura era assunto encaminhado por Juci ao Conseg.

A aproximação do Conselho Tutelar e dos organismos de direitos humanos também foi favorecida pela relação tensa entre Dr. Alexandre e o delegado local motivado pelo funcionamento do *Acessa São Paulo*, um programa de inclusão digital para a população e sediado nos distritos policiais. Sapopemba foi o primeiro bairro de São Paulo a receber o *Acessa São Paulo* em 2006. O programa foi resultado da política de desativação das carceragens nas delegacias, inaugurado por Cláudio Lembo, que sucedeu Alckmin no governo do Estado, afastado para disputar as eleições presidenciais. A desativação das carceragens era uma bandeira antiga dos organismos de defesa dos direitos dos presos e começou a ser pensada no governo Covas⁵⁵. Além de promover a inclusão digital, o programa pretendia passar a imagem de que os policiais civis estavam próximos das comunidades. Nas palavras de Cláudio Lembo durante a inauguração do programa, a transformação das cadeias em salas de computador representava “um exemplo de que é possível transformar área de repressão em área de liberdade”⁵⁶. Contudo, o delegado titular da época se mostrou refratário à continuidade do programa. Ao mesmo tempo, essa configuração favorece a relação de aproximação entre o presidente-comerciante e as ativistas de entidades de direitos humanos. A ausência de participação de representantes da Polícia Civil nos conselhos - ou mesmo o envio de escrivões, investigadores e delegados substitutos para as reuniões - foram entendidos como um indicativo de que o delegado não estava interessado em *tirar o mito de que delegacia é só para criminoso*, como disse uma moradora. A situação reforçava a visão de que os policiais civis são menos afetos aos trabalhos comunitários, ao respeito ao cidadão estigmatizado no atendimento direto

⁵⁵ A extinção das cadeias em delegacias ocorreu na gestão Alckmin através de um esforço entre o então secretário da Secretaria de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, e o Ministério da Justiça, com a retomada do plano de desativação do Complexo do Carandiru, uma das metas do Plano Nacional de Direitos Humanos. Esse plano não foi executado anteriormente exatamente por conta da superlotação nas carceragens, cujas condições dos presos eram ainda mais degradantes do que nas penitenciárias. O governo Covas entendeu que seria necessário construir ao menos 12 penitenciárias para que os presos em delegacias fossem transferidos para, então, desativar as carceragens e o Carandiru.

⁵⁶ GOVERNADOR inaugura a 400ª unidade do AcessaSP. Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php>. Acesso em 19/07/2009

(prostitutas, mulheres pobres e favelados) e resistentes ao controle da população em relação ao fim da tortura e da corrupção. Essa situação revelou relações tensas entre o Conseg, Conselho Tutelar, CEDECA e CDHS *versus* Delegacia de Polícia.

Há outro aspecto a analisar, talvez o principal: a rivalidade entre governador e ativistas de entidades de direitos humanos, Secretaria de Segurança e entidades locais de direitos e FEBEM e entidades locais de direitos. A gestão Alckmin é marcada pela volta do discurso de “dureza” e “firmeza” no combate ao crime, e de não publicização do apoio aos direitos humanos, repetindo a “mensagem dupla” já mencionada, que Quércia e Fleury praticaram. O caso mais emblemático dessa tensão foi uma nova rebelião da FEBEM do Tatuapé, ocorrida em Novembro de 2005. Alckmin afirma à imprensa que a rebelião havia sido incitada pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e pela Associação das Mães e Amigos de Adolescentes em Risco (AMAR), nomeando os ativistas Ariel de Castro Alves e Conceição Paganele como os culpados. Ele declara que os ativistas “ficam criando problemas” e “trabalham contra o governo”, e que a FEBEM abriria uma sindicância para apurar o envolvimento dos ativistas na rebelião⁵⁷. Várias organizações como a Pastoral do Menor, MNRM, CEDECA Sapopemba e Anistia Internacional se reuniram para discutir as declarações de Alckmin, e concluíram que seu discurso era uma tentativa de criminalizar o movimento de direitos humanos e seus ativistas e negligenciar os maus-tratos nas unidades. Em abril de 2006, uma manifestação foi realizada em frente à Secretaria da Justiça, no centro de São Paulo, com a participação de 23 entidades⁵⁸. Não havia interlocução. O governo acusava as organizações de “atrapalhar” e não reconhecer os esforços para extinção da FEBEM⁵⁹. As organizações declararam que o governo era “o mais autoritário” e que Alckmin não permitia a fiscalização das medidas de internação garantidas pelo ECA. Foi um período difícil na área das políticas para o jovem infrator, sem

⁵⁷ Após declarações de Alckmin, presidente da Amar se diz perseguida. *Folha on-line*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115563.shtml>. Acesso em 23/11/2005.

⁵⁸ O jornal *Folha de São Paulo* estampava uma fotografia de Conceição Paganele segurando um cartaz dirigido à diretora da FEBEM, Berenice Gianella: “Berenice: e se fosse seu filho? Poderia ser espancado e morte na FEBEM?”. (FEBEM é alvo de protesto em São Paulo. *Folha de São Paulo*, 21/04/2006. Caderno Cotidiano, Especial Juventude Encarcerada, C4)

⁵⁹ Na 13ª rebelião ocorrida em 2005, Alckmin declara que 8 das 18 unidades seriam desativadas. (NOVA rebelião na FEBEM deixa 50 feridos. *Folha de São Paulo*, 05/05/2005. Caderno Cotidiano, Especial Juventude Encarcerada, C1)

esquecer que os ativistas enfrentavam o problema de repasses de verbas para as Medidas Sócio-educativas já descritas.

Além disso, o clima de tensão se acirra em virtude da condução da política de segurança por parte de Saulo de Castro Abreu Filho (2002-2006), segundo secretário de segurança pública na gestão Alckmin que permaneceu no cargo quando Cláudio Lembo assumiu o governo. Saulo extingue o PROAR, valoriza a ROTA, além de ser o secretário em exercício durante os ataques do PCC. As entidades locais de direitos humanos também fizeram críticas diante de uma política penitenciária polêmica, como no caso da Operação Castelinho:

O secretário de segurança pública tirava alguns presos de dentro da cadeia para conversar com eles dentro da secretaria, para esses presos darem o contato de outros presos envolvidos no crime, aqui fora. Nessa operação (...) pegaram esses presos de dentro [do presídio], para auxiliar eles [na secretaria], lotaram um ônibus e, dizendo que eles iam fazer assaltos em algumas cidades, iriam roubar um avião em uma cidade em que o aeroporto estava fechado a mais de 15 anos, tá ok? Na estrada a polícia fecha, cerca esse ônibus e executa... inclusive alguns de nosso bairro aqui, inclusive o motorista que não era envolvido mas foi chamado e morreu também. Foi em 2003, a operação Castelinho. (...) São todas situações onde a própria autoridade máxima de segurança vai autorizando esse tipo de comportamento. Depois, a própria corrupção dentro. Para mim esse ataque [do PCC] é mesmo pra medir força e dizer: “Olha, nós existimos, estamos organizados, somos uma população que merece, no mínimo, que nos observe” (...). [Isabel, ativista de direitos humanos. Entrevista 2]

Em meio a todo esse contexto de críticas e mobilização política os Consegs, que estavam subordinados às regras emanadas pela SSP, não eram vistos pelos ativistas comunitários como um terreno efetivo de articulações que pudesse fazer frente às políticas nas áreas do jovem infrator, da segurança pública e das penitenciárias. O caminho escolhido foi o trabalho junto aos jovens, as denúncias de violência policial e a mobilização política.

Diante desse cenário, o presidente do Conseg, Dr. Alexandre, não via motivos para rivalizar com as entidades locais de direitos. Essa relação é alterada a partir da eleição para o biênio 2007-2009.

A primeira vez que encontrei o novo presidente, Oscar, trabalhador autônomo de aproximadamente 40 anos, foi em uma reunião no início de 2007, pouco antes das

eleições⁶⁰. Ele estava na companhia de Marcelo, um corretor de seguros cujo cartão de apresentação estampava a bandeira do Estado de São Paulo, muito próxima dos brasões utilizados por funcionários públicos, o que dava a entender que ele queria se passar como próximo do poder público ou vinculado ao Conseg. Dr. Alexandre não tinha boas relações com os dois. Tudo indica que Marcelo “atravessava” as decisões do presidente e tentava organizar os moradores que participavam do conselho para fazer reivindicações nos órgãos públicos, como aponta Dona Cidinha, operária aposentada de aproximadamente 60 anos:

Cidinha: (...) O Sr. [funcionário da subprefeitura] abria... as portas na prefeitura. A gente ia para conversar e ir nos Postos de Saúde. Estava indo tudo bem. Daí o [Marcelo] começou com uma coisa: ‘Não cumprimenta fulano’. Não queria que cumprimentasse ninguém, que não gostava de ninguém. E a turma foi desgostando do modo dele agir com nós. Daí falando que não ia mais na [subprefeitura], em lugar nenhum, que o lugar dele era com os donos dos porcos.

AP: O que é isso, o dono dos porcos?

Cidinha: Porque ele falava que era o Serra, o Alckimin [ri]... mas ninguém liga pra ele. Nem de lá [do Governo do Estado] tá vindo nada.

AP: Ele gostava de ter contatos políticos?

Cidinha: Ele falava: ‘Eles são os donos dos porcos’. E esses daqui [da subprefeitura] eram as porcadadas. Entendeu? [Entrevista 3]

Marcelo não estava na posse de Oscar, realizada no estilo de cerimonial recomendado pelo material de apoio fornecido pela Coordenadoria dos Consegs, com Hino do Brasil. Oscar começou seu mandato muito animado e disposto a convocar o máximo de entidades representativas da região, estabelecer boas relações com a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana (com os quais a gestão anterior já era amistosa) e promover o contato com o delegado de polícia, incentivando-o a participar dos encontros. No discurso de posse ele declarou que seu objetivo era *avançar compromissos entre a comunidade e os policiais e focalizar ações na prevenção da violência através de projetos entre pais, diretores e professores de escola, as polícias e o Conselho Tutelar*. Juci continuou a participar dos encontros, ausentando-se de alguns deles por ocasião da campanha para as eleições do Conselho Tutelar. Em um encontro logo no início da gestão, o novo vice-presidente informou que havia feito uma lista das 140 entidades que existiam na região e

⁶⁰ A observação participante foi dividida entre o Conseg Sapopemba e Conseg Campo Belo. A cada ano participei de 6 encontros em cada Conseg. É possível que Oscar tenha participado de reuniões que eu não observei.

que muitas não apareceram no encontro, ele disse: *É fácil reclamar e não se apresentar*. Oscar declarou que faria *uma campanha para aumentar a participação*. Sem conseguir conquistar a participação assídua do CEDECA e CDHS ele se ressentiu do aparente “pouco caso” dessas entidades locais em relação ao Conseg, e passou a vê-las como organizações que “denunciavam os policiais” e não os “maus elementos”. Voltarei a esse ponto na descrição dos encontros.

Os diretores de escola pública que já participavam das reuniões de Dr. Alexandre continuaram a participar. Oscar convidou Flávia, uma diretora de aproximadamente 40 anos de idade, para fazer parte de sua chapa. Na gestão anterior, Flávia havia se destacado entre os representantes de ensino pelo seu comprometimento em tentar resolver o problema da violência na escola e aumentar a segurança de professores e alunos. Entre os policiais militares e guardas civis metropolitanos, ela era particularmente bem vista porque valorizava *o policial parceiro da escola e da comunidade*. Os guardas civis eram os mais afetos ao desenvolvimento de projetos sociais junto aos jovens pobres. Inspetor Silva, por exemplo, era voluntário em um projeto de capoeira aos finais de semana.

Oscar não consegue manter a participação de líderes comunitários ligados às associações de bairro. Ainda na gestão de Dr. Alexandre, a única associação de bairro era representada por Sr. Bernardo. Na década de 1980, a Associação de Moradores União foi fundada para defender os direitos dos moradores em assuntos como asfalto, luz e regularização de moradias. Em 2002, a associação formou um conselho gestor para discutir as demandas dos moradores para a construção de conjuntos habitacionais, incluindo equipamentos sociais no entorno. Durante as eleições para a nova gestão, Sr. Bernardo se sentiu alijado das discussões para a montagem da nova chapa e considerou que não houve um debate entre a velha e a nova diretoria para a transição do mandato. O líder comunitário não conhecia Oscar até poucos dias antes da posse festiva, quando se conheceram em uma reunião da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, por ocasião de uma apresentação dos trabalhos desenvolvidos na região. Foi surpreendente, de acordo com Sr. Bernardo, quando anunciaram as entidades presentes: [alguém disse] “Oscar da [x] DP”. Foi nesse momento que ele, então diretor de ética, ficou sabendo que o novo presidente já circulava como representante do Conseg. Como ele explicou: “E depois [da reunião] ele

[Oscar] veio e deu o convite [da posse festiva] para mim. Ele veio me convidar. Eu que tinha que estar convidando. Então invertem os papéis”⁶¹.

Além de todas essas organizações havia a participação de um representante do Posto de Saúde, Sr. Alípio, morador da região, assíduo nos encontros em função de problemas relacionados à canalização de córregos, terrenos baldios e outros problemas de infraestrutura. Havia outros moradores, com mais de 60 anos, em sua maioria operários aposentados, como Cidinha e o casal Seu Tito e Dona Antônia, moradores da mesma rua, com o quais estabeleci relação, para os quais os problemas de infraestrutura no bairro e o policiamento eram os mais relevantes.

As disputas mais acirradas, como vimos, se estabelecem entre entidades locais de direitos humanos e Conseg *versus* delegacia de polícia, na primeira gestão, e entre Conseg e entidades locais de defesa, na segunda. As tensões mais amplas entre as entidades de defesa local, municipal e estadual em relação ao governo do Estado, somadas aos atendimentos do CEDECA e do CDHS, resultaram no acompanhamento das discussões através de participação sistemática do Conselho Tutelar.

2.2. Conseg Campo Belo

De acordo com os relatos, a chapa atuante na gestão 2001-2003 era composta por um grupo de pessoas partidárias, que aspiravam a cargos no legislativo, ou ainda membros da diretoria interessados em vender segurança privada para os moradores. O perfil partidário foi substituído por Vera, uma presidente que se esforçou em estabelecer contato com as associações de bairro, reforçar a participação da Polícia Civil, aproximar-se da Polícia Militar e convencer as subprefeituras de que a participação nos Conseg era necessária, além de obrigatória.

No plano das relações locais com a PM, Vera e Capitão Lúcio tornaram-se próximos. Ele conseguiu estabelecer uma relação de confiança e apoio mútuo na comunidade e era bem visto por todos. As reivindicações que ele não conseguia atender eram explicadas pela tensão entre o que a população julgava adequado para o bairro e as regras emanadas pela Secretaria de Segurança Pública. O caso emblemático foi a retirada

⁶¹ Entrevista 12.

do Canil da PM do Campo Belo. O treinamento de cachorros era avaliado com um trabalho simpático que aproximava a população dos policiais, mas ele foi desativado mesmo com o pedido dos moradores para que continuasse. Quando as estratégias do governo na área da segurança batiam de frente com os interesses da população, as atas encaminhadas para a SSP registravam o pedido de mudança e abaixo-assinados, sem sucesso. Essas situações reverberavam em críticas contundentes sobre o alcance dos conselhos:

(...) essa coisa de falar que o Conseg é um conselho comunitário pra discutir com a polícia civil e militar sobre as melhores técnicas, as melhores soluções para as políticas de segurança, eu coloco um baita ponto de interrogação. Discutir com quem, cara pálida? Posso até discutir com o meu capitão, eventualmente com o delegado, mas não passa disso. Se você pedir uma coisa ou você falar ‘Não, espera um pouquinho. Por que não conversou com a gente...?’ [Os policiais de alta patente respondem]: ‘Isso foi determinação do Alto-Comando’. Ponto. Quer dizer, [era como se estivessem falando]: ‘Filhinha, fecha a boca, isso não te compete.’ É bem isso. [Vera, presidente do Conseg Campo Belo, entrevista 4]

A relação com a Polícia Civil era mais tensa em função da rotatividade de delegados. Alguns eram mais bem vistos do que outros. As críticas quanto ao tratamento desrespeitoso por parte de escrivões, e mesmo delegados, nos atendimentos era constante. Essa rotatividade comprometia a relação de confiança que se pretendia estabelecer. Ao menos três delegados passaram pelo Conseg Campo Belo entre 2005 e 2007. Um deles se mostrava impaciente nos encontros e o tom geral de seus comentários era de que a população “alimenta” a prostituição e o tráfico de drogas. Outro foi transferido em momento de “crise”, por ocasião do acidente aéreo da empresa aérea TAM, em 2007, apenas para concluir o inquérito, e seria novamente transferido após o fim do trabalho.

É preciso comentar a particularidade do Conseg Campo Belo na relação com as subprefeituras. A área circunscrita pelo conselho abrange as subprefeituras de Santo Amaro e Vila Mariana. De acordo com Vera, a lei de 2002 que legislou sobre a obrigatoriedade da participação das subprefeituras era desconhecida pelos funcionários da prefeitura e ela teve que apresentar a lei para poder ser recebida e cobrar a frequência nos encontros. A rotatividade de representantes também era grande. Mesmo assim, os moradores encontraram formas de pressionar pela resolução dos mais variados problemas da alçada da prefeitura (poda de árvore, autuação de bares e casas de prostituição, lixo, esgoto etc) exigindo que processos fossem abertos nas instituições competentes e que os números dos protocolos fossem informados para o acompanhamento das respostas.

Vera iniciou a participação no Conseg em 2002 a convite de uma amiga. Em 2003, foi chamada para fazer parte da diretoria. Logo começou a conduzir as reuniões por conta do sumiço do então presidente e vice-presidente, que apareciam apenas nos encontros realizados na Coordenadoria dos Consegs. Nesses momentos, os responsáveis formais pela condução do Conseg retomavam suas funções e se apresentavam às autoridades do alto-escalão. Em 2004, Vera provocou a eleição para o biênio 2005-2007, quando foi até a Coordenadoria para fazer uma nova homologação do conselho. O abandono dos membros da presidência na condução das reuniões colocava o Conseg Campo Belo na situação de inatividade:

Teve a eleição porque eu provoquei a eleição. Eu presidia o Conseg sem ser presidente, eu tomava todas as atitudes sem ter poder para isso, porque eu não era reconhecida pela Secretaria de Segurança como tal, não constava o meu nome. Eu era uma simples participante, diretora social, não era vice, não era secretária, nada. E aí eu comecei a ver que eu afinava o piano, lustrava o piano, mas na hora de tocar lá, não era eu que tocava porque eu não podia me apresentar. Isso aconteceu porque o presidente se afastou, o vice era ocupado, o secretário sumiu e eu fiquei no Conseg sozinha. [Vera, presidente do Conseg Campo Belo, entrevista 4]

No mesmo ano, enquanto a homologação estava em processo, ela foi nomeada presidente provisória até que as eleições ocorressem e buscou pessoas para compor a nova chapa. Não tardaram as surpresas típicas das eleições; as pessoas convidadas aceitavam “ajudar”, mas se recusavam a participar como membros da diretoria. A chapa tinha que ser composta e Vera usou como critério, segundo ela por falta de alternativa, pessoas de sua confiança, algumas das quais moradoras do prédio em que morava. As reuniões dos meses que antecederam a eleição foram marcadas pelo aumento de moradores supostamente interessados nos problemas do bairro. Em pouco tempo, alguns deles sugeriram que gostariam de fazer parte da chapa, não como diretores, mas como vice-presidentes. O caso mais emblemático foi do dono de um jornal, que sugeriu poder colocar o Conseg Campo Belo na imprensa desde que ele fosse o vice-presidente. Um delegado também foi procurado por interessados em participar da presidência, que questionaram o perfil de Vera: “quem era ela”, “quem estava por trás de sua candidatura”, “qual era seu perfil político e em que medida era estratégico do ponto de vista das negociações com o poder público”. Tendo mantido a configuração que ela deseja e recusado incorporar essas pessoas na chapa, os “pré-candidatos” não voltaram mais nas reuniões.

A presidente inicia a gestão 2005-2007 a partir do mapeamento das associações de bairro realizado junto à Lígia Horta, uma conhecida líder comunitária da região de Moema, bairro nas imediações do Campo Belo, Jardim Aeroporto e Planalto Paulista⁶². Se em Sapopemba as escolas, Posto de Saúde, Conselho Tutelar e representantes das entidades locais de direitos humanos participavam ou acompanhavam o conselho, o contexto da participação em Campo Belo era mais limitado às associações de bairro. A descrição de Vera sobre a relação entre os representantes das associações é associada a “brigas”, “disputas” e “ciumeira”.

Assim que entrou em contato com as entidades, percebeu que algumas associações condicionavam a sua participação a não participação de outras. Após as primeiras disputas, ficaram ao menos três associações assíduas, cada uma representando uma região a que correspondia o Conseg: Campo Belo, Planalto Paulista e Jardim Aeroporto. O segundo problema era o uso dos Conseg para estabelecer contato com as autoridades e atuar em nome próprio, a partir dos contatos estabelecidos nos encontros. A partir de então, uma disputa foi acirrada entre as associações do Planalto Paulista e a presidente e entre Jardim Aeroporto e a presidente. Não era uma disputa clara e de oposição ferrenha, mas que se manifestava em pequenas coisas: chacotas, picuinhas e comentários irônicos de ambas as partes. O fato é que as associações precisam do Conseg para fazer suas articulações políticas com os policiais e as subprefeituras. Para os presidentes, embora a qualidade da representação seja importante, a quantidade de pessoas também importa. Uma reunião sem quorum é traduzida como uma incapacidade de liderança política. Sem platéia não há encontro. De modo que as pessoas se toleravam.

A Associação do Planalto Paulista é representada por um grupo de mulheres interessadas em resolver o problema da prostituição na Avenida Indianópolis e imediações. Elvira, Fernanda, Regina e Claudia frequentavam as reuniões para pedir apoio policial para coibir roubos, assaltos e tráfico de drogas, assuntos que, segundo elas, estavam todos ligados com a prostituição. A associação foi criada em 1995 e participa do Conseg Vila

⁶² Lígia Horta é uma respeitada líder comunitária do bairro, presidente da AMAM (Associação dos Moradores e Amigos de Moema) e autora do livro *Moema – histórias, pássaros & índios*. De acordo com ela, o principal problema dos bairros próximos ao aeroporto de Congonhas, inseridos na chamada “rota aérea”, são “poluição, barulho e segurança”. Entrevista disponível em <http://www2.tvcultura.com.br/reportereco/materia.asp?materiaid=440>. Acesso em 25/julho/2009.

Mariana desde 1997. Em 2003, Elvira assume a presidência da Sociedade de Amigos do Bairro e representa formalmente os moradores no Conseg Vila Mariana⁶³. Quando as representantes se deslocaram para o Conseg Campo Belo, a associação já tinha contato com as policiais e os poderes públicos para resolver problemas que, em seu entender, poderiam coibir a prostituições, tais como lei e zoneamento urbano, mudanças no plano viário etc. Em 1992, por exemplo, as moradoras se reuniram em um encontro para discutir o problema de prostituição com as autoridades policiais, entre os quais o delegado Romeu Tuma e, em 2003, através de um pedido direto da associação ao delegado houve uma “operação gigantesca” envolvendo policiais civis e militares em que foram detidas mais de 100 travestis para “averiguação”, das quais 40 foram presas. O episódio rendeu o afastamento do delegado, motivado por um processo de discriminação de gênero movido pelo Grupo Gay da Bahia, coordenado pelo antropólogo Luis Mott. As moradoras argumentavam que alguns assuntos não são da alçada da segurança e, por isso, seria necessário falar diretamente com as autoridades públicas. Além disso, como informaram em entrevista, o conselho é um bom lugar para fazer contatos com os policiais e os representantes dos poderes municipais, cuja rotatividade nos cargos é grande e está relacionada com os remanejamentos de funcionários que ocorrem a cada nova gestão estadual e municipal. A disputa entre as moradoras e Vera pela “autoridade” para falar em nome do bairro repercutiu em críticas quanto à capacidade de representação do Conseg:

Fernanda: “o pessoal da diretoria do Conseg é todo de Campo Belo. Então eu sinto que eles puxam [priorizam as reivindicações] para o bairro deles. Eles se esquecem que chama Conseg Campo Belo porque a delegacia é em Campo Belo, mas abrange uma região grande”. [Entrevista 5]

A Associação do Jardim Aeroporto é representada por Penélope. Diferente do Planalto Paulista que é um bairro que pertence à subprefeitura de Vila Mariana, o Jardim Aeroporto é um setor do Campo Belo, administrado pela subprefeitura de Santo Amaro. Dentre todas as associações, esta foi a que menos teve contato através das entrevistas. Penélope pedia apoio das polícias para coibir os assaltos em residências e em passarelas nas

⁶³ A partir de 2006, por conta de mudanças na área circunscrita pelas delegacias de polícia, o Planalto Paulista é incluído no Conseg Campo Belo.

proximidades do Aeroporto de Congonhas. Em razão dos constantes atropelamentos de moradores e intenso fluxo de veículos, ela solicitava a participação da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) para fazer alterações no transporte viário. Embora os demais moradores filiados à associação mostrassem ter boas relações com Vera, algumas falas de Penélope durante os encontros revelam que ela também sentia que a presidente priorizava os moradores da parte mais nobre de Campo Belo e não a sua região. A rivalidade era a mesma daquela verificada entre as representantes da associação do Planalto Paulista.

Alguns moradores do Jardim Aeroporto não eram filiados à associação de Penélope. Silvia era uma dessas moradoras com a qual tive mais contato. Ela afirmou haver “uma divergência” entre a diretoria do Conseg e as associações de seu bairro e que por isso decidiu não se filiar. O problema de Silvia – os barracos construídos em sua rua por ocasião de um incêndio que destruiu uma favela nas imediações - não era uma “bandeira” da Associação do Jardim Aeroporto. Dessa forma, ela preferiu buscar apoio no próprio Conseg e, sobretudo, nos conselhos jurídicos de Luíza, advogada, moradora do Campo Belo com boas relações com Vera, que contribuía com soluções jurídicas para pressionar pela solução do “problema dos barracos”.

A associação Movimento de Moradores do Campo Belo era um caso a parte, em que não havia disputas entre a presidente e o diretor da entidade, Fausto. A associação nasceu para “simbolizar a reação da sociedade contra o fracasso total do Estado de bem administrar e de bem implantar a coisa pública”. Não havia projetos em nome da associação, mas ela participava de debates sobre os problemas do bairro, sobretudo em relação à questão da moradia. O ideal de entidade autônoma dessa associação é muito próxima daquela verificada no CDHS, em Sapopemba, em que os recursos do Estado “engessam” a organização política. Eventualmente, há contatos da associação do Campo Belo com a União dos Moradores de Favela, mas, de acordo com Fausto, os movimentos não precisam “ser cuidados” e tutelados porque estão “há anos-luz em matéria de organização, de segurança, de conhecimento, de domínio da situação” se comparados aos moradores da classe média. Em entrevista, ele revela uma visão diferenciada dos problemas dos barracos e das favelas e da maneira como os assíduos participantes do Conseg Campo Belo reivindicavam seus direitos:

Então a gente não precisa cuidar deles [dos movimentos populares por habitação]. Eles têm condição de se cuidar, muito melhor até do que num bairro de classe média onde ninguém liga pra nada e todo mundo vive pro seu umbigo e só se mexe quando tem um buraco na frente da porta da casa. Aí o cara faz um escândalo, não sei o que lá, protesta, se organiza, tapa o buraco e no dia seguinte você não encontra mais ninguém. É basicamente isso. E o Conseg, na realidade, é apenas uma caixa de ressonância para os probleminhas individuais ou de grupo de pessoas que vivem no bairro. Uma vez solucionado esse problema de maneira total ou parcial, pronto, nunca mais aparece. [Fausto, presidente da Associação de Moradores do Campo Belo, entrevista 6]

Fausto e Vera se davam bem, sem que nenhum tratamento aparentemente especial fosse dispensado ao representante da associação⁶⁴. A “parceria” entre os dois aconteceu por razões de proximidade geográfica: eles moravam no mesmo bairro. Além disso, em 2005, eles se uniram para ajudar na formação da ONG Alquimia junto a moradores de uma favela da região. A formação da ONG foi impulsionada por uma senhora de classe média interessada em formar uma cooperativa de reciclagem de lixo para os moradores de uma das favelas. Nesse momento, se estabelece uma relação entre Fausto e a líder comunitária da favela, Laís, uma jovem de aproximadamente 25 anos, que recebe *uma força* de Fausto e de Vera para a implementação do projeto. Fausto também contribui, através de sua associação, para deslocar um Posto de Saúde de uma área nobre de Campo Belo para uma rua nas imediações das favelas.

Laís morava em uma das favelas que fazia parte do Complexo Buraco Quente, na beirada da Avenida Águas Espraiadas. Ela era uma líder comunitária interessada em promover alternativas de geração de renda. Fausto, por sua vez, era um entusiasta das alternativas de geração de renda e emprego através da reciclagem e crítico ferrenho da chamada “máfia do lixo” – um esquema de corrupção que, segundo ele, é “histórico” e funciona através de financiamento de empresários para campanhas políticas. Através do Conseg e da associação Movimento de Moradores do Campo Belo, Laís se aproximou da ONG Alquimia e foi uma das protagonistas na formação de uma cooperativa. Com o passar do tempo, tanto de acordo com Fausto, quanto de Laís, a composição inicial da ONG foi alterada e “dominada” por um grupo partidário que se aproximou de outras lideranças da favela. Ambos se desligaram da organização. Fausto resolveu se distanciar

⁶⁴ A predileção notória era apenas por Sr. Halim, um senhor de 80 anos muito questionador, sem nenhuma filiação em associação. Morador de Moema, bairro que não faz parte da área circunscrita pelo Conseg Campo Belo, ele chegou ali por engano e acabou ficando por conta da admiração mútua entre ele e a presidente.

porque se recusou a admitir “esse tipo de [grupo político] fanfarrão tomando conta dessa associação”. Laís se retirou porque a ONG se aproximou de outras lideranças, entre as quais uma moradora que disputou com ela, e ganhou, as eleições para o Conselho Tutelar. A ONG continuou com o mesmo nome, mas voltou seus trabalhos para as crianças da favela. A cooperativa de reciclagem perdeu força como um projeto que visava reunir diversos moradores e ficou reduzida aos familiares de Laís, ainda que outras cooperativas tenham surgido na mesma região. Sem que o Conseg tivesse conseguido resolver o problema do novo grupo político que passou a dirigir a ONG Alquimia e tomado para si as reivindicações de Laís, esta se afastou do conselho. Há quem diga que seu afastamento se deu porque Vera não recebia Laís para discutir os problemas dos favelados, desconsiderando seu *status* de líder comunitária.

Não menos importante é chamar atenção para o fato de que as reivindicações de Laís – a reciclagem e a regularização das favelas - também rivalizavam com os interesses de outros moradores, como Silvia, moradora do Jardim Aeroporto, que não apoiava o fim das favelas e do projeto de reciclagem de lixo na região. Em 2007, a remoção dos barracos nas favelas torna-se objeto da política municipal e Laís retorna ao Conseg Campo Belo para buscar apoio dos moradores da classe média. Ponto central nas disputas travadas com os demais moradores, essa configuração será explorada no contexto dos encontros do Conseg Campo Belo. De acordo com Fausto, os moradores das favelas do entorno estavam “desesperados”, com toda a razão, com as mudanças que impulsionaram o fim do projeto de urbanização das favelas.

Os problemas tratados pelos moradores mais assíduos não traduzem demandas por acesso a serviços públicos básicos, como moradia, apesar do Campo Belo também circunscrever, à época da pesquisa, alguns bolsões de pobreza. A composição de membros assíduos no conselho era de pessoas ligadas às associações de bairro e moradores comuns. Ao contrário do que ocorreu no Conseg Sapopemba, as organizações Centros de Direitos Humanos, Conselho Tutelar, escolas e Postos de Saúde não participavam do Conseg Campo Belo, ao menos no período em que lá estive como observadora. Portanto, não há correspondência entre as instituições representativas nos dois conselhos.

Apenas em 2007, quando Rui, o novo presidente, foi eleito, um grupo novo chegou ao Conseg Campo Belo. Os “recém-chegados” eram Júlio e Francisco do CEDECA Santo

Amaro. Coincidentemente, no mesmo encontro estava Laís que retomou sua participação para tentar barrar o desalojamento dos moradores da favela, já comentado.

O CEDECA Santo Amaro nasceu a partir do mesmo movimento que deu origem ao CEDECA Sapopemba e foi criado em 2003 a partir de uma fusão com a Associação Cultural Corrente Libertadora, instituída formalmente em 1997. A associação, liderada por Mestre Tigrão, já desenvolvia oficinas de capoeira junto a meninos de rua e crianças matriculadas ou não em escolas. Antes da criação do CEDECA, Mestre Tigrão tentava resgatar jovens envolvidos na criminalidade através da capoeira como instrumento de arte-educação fundamentada na educação de rua. A partir de debates travados no Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes sobre a necessidade de políticas de atendimento para o público, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Associação Cultural Corrente Libertadora foi instituído e passou a atender jovens infratores em situação de Liberdade Assistida. A estrutura era muito parecida com a do CEDECA Sapopemba, com núcleo jurídico, apoio psicológico para as famílias e trabalhos de proteção social em rede de atendimento. Diferente do CEDECA Sapopemba que foi assumido por pessoas com trajetória na Teologia da Libertação, o CEDECA Santo Amaro foi formado por pessoas sem vínculos com a igreja católica, mas que eram próximas do Movimento Negro. Julio era educador-social de capoeira. Francisco assumira recentemente a coordenação do CEDECA Santo Amaro após ter se envolvido no Movimento Estudantil, coordenado um movimento por habitação - conquistando a sua casa e de mais para 160 famílias - e se inserido no Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente a partir de seu trabalho como professor da rede pública de ensino. O motivo da participação do CEDECA Santo Amaro nos encontros foi explicado de diferentes maneiras. Francisco e Julio disseram que ouviram falar do Conseg Campo Belo e foram conferir as discussões. De acordo com outro educador social, Magrão, era importante desenvolver uma interlocução com a Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana em razão do desconhecimento dos policiais em relação ao ECA, cujo resultado era a repressão e estigmatização dos meninos de rua e jovens infratores em atendimento.

Esse era um possível tema para a discussão na medida em que Capitão Lúcio, no comando da Companhia de Polícia durante as duas gestões que acompanhei, teve o apoio de Vera para o desenvolvimento do *Projeto Farol Verde*, em que policiais-educadores,

entidades locais e uma faculdade da região desenvolvem trabalhos junto a crianças e adolescentes através da educação de rua. Vera, no entanto, já não era presidente no momento em que os representantes do CEDECA foram ao encontro. Adicionalmente, Júlio e Francisco não se posicionaram explicitando uma reivindicação concreta. O encontro em questão também foi tumultuado pela maneira como Laís foi recebida pelos antigos participantes em razão dos debates sobre o “problema dos moradores da favela”. Irritados com a maneira estigmatizante como os moradores das favelas foram tratados, Júlio e Francisco se retiraram no meio da reunião.

Diferente do que ocorre no Conseg Sapopemba, as tensões mais visíveis no Campo Belo ocorrem entre a presidente do Conseg e as associações de bairro. A configuração dos assíduos participantes, composto predominantemente por associações de bairro e moradores comuns da classe média, favorece a recorrência dessa tensão. Embora o CEDECA Santo Amaro e a representante das favelas não participem dos encontros com sistematicidade, a frequência desses moradores no Conseg Campo Belo também indica um contexto de disputas, o que será mais bem explorado no próximo capítulo.

*

Na década de 1980, a sociedade foi mobilizada para participar dos Conselhos Comunitários de Segurança através dos delegados de polícia, muitos dos quais contrários às reformulações de Montoro em direção à “Nova Polícia”. As reuniões realizadas nas delegacias afastavam a população e favoreciam a relação entre “amigos e aliados” que consideravam direitos humanos “privilégio de bandidos”. Mário Covas promove mudanças significativas nos conselhos e nos procedimentos de controle interno e externo das polícias.

A história política dos Consegs também coincide com mensagens ambíguas por parte dos governadores em relação aos direitos humanos, contribuindo com resistências dos ativistas de entidades de direitos para a participação nos encontros. Em 2002, novos atores entram na cena dos conselhos: os representantes das subprefeituras e os guardas civis metropolitanos.

A partir de 2005, presidentes mais comprometidos com a pluralidade da participação são eleitos e a composição das instituições, antes limitada aos Clubes de

Serviço e Associações Comerciais, são ampliadas. Em Sapopemba, representantes das escolas, Posto de Saúde, Conselho Tutelar, Associação de Moradores e entidades de direitos se aproximam das discussões. A rede complexa a que ativistas de entidades de direitos humanos do CEDECA Sapopemba e CDHS estão envolvidos, somadas às tensões envolvendo o governo do Estado e o movimento de direitos humanos nas áreas do jovem infrator e dos presos, reforçam o trabalho técnico, a mobilização política e a denuncia das arbitrariedades policiais o que, algumas vezes, resulta em tensões para a aproximação no Conseg. Embora essas entidades não sejam assíduas participantes, o grupo de ativistas locais é representado por Juci, conselheira tutelar. Em Campo Belo, o esforço da presidente para ampliar as entidades representativas não atinge a mobilização das entidades de defesa das crianças e adolescentes e, mesmo, das lideranças das favelas das imediações. Quando esses representantes se voltam ao Conseg, a tensão entre os “antigos participantes” e os “recém-chegados” se instauram. A etnografia dos encontros, objeto do próximo capítulo, irá tratar dessas tensões mais detidamente.

Capítulo 2

Os encontros: mudanças e paradoxos no campo dos direitos

Desde a sua criação até hoje, a existência dos Consegs coincide com mudanças importantes na concepção da segurança pública como um direito, bem como com paradoxos nos campos das práticas e das mentalidades.

No campo político, o conceito de segurança pública foi sendo gradativamente deslocado de seu foco eminentemente policial e judicial com vistas a encarcerar os “criminosos” (nas penitenciárias) e internar jovens em conflito com a lei (em supostas instituições de ressocialização juvenil). Acompanhando os debates travados em vários países da América Latina, técnicos do poder público, ONGs, acadêmicos, policiais etc têm se envolvido cada vez mais em discussões em torno da “segurança cidadã” como uma estratégia que focaliza, de forma integrada, a prevenção e a mediação de conflitos, a participação da sociedade civil nas discussões e a proteção social para a garantia do conjunto dos direitos humanos, ao lado de medidas repressivas (Escobar et al., 2005). Não obstante, políticas efetivas nessa direção ainda são escassas e os governos continuam a clamar por “dureza” e “firmeza” como a melhor forma de combater a violência.

Mudanças e paradoxos não menos importantes vêm ocorrendo na sociedade civil. Após a pesquisa de Caldeira (1991), realizada com dados coletados na década de 1980, que indica a recorrência do imaginário popular sobre os direitos humanos como “privilegio de bandidos”, a pesquisa de Córdia (1999) trouxe dados relevantes. Esta pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras, realizada no final da década de 1990, indica haver mudanças no imaginário social frente à temática dos direitos humanos, atenuando a visão de que estes seriam “direitos de bandidos”. Chama atenção, no caso de São Paulo, o baixo percentual de moradores que apóiam as práticas arbitrárias das polícias: 12% do total de entrevistados concordam que é justo “atirar em suspeito armado”, 6% são favoráveis à “tortura para obter confissão”, 3% são a favor de “invadir uma casa” sem mandado de busca e apreensão, apenas 1% acha justo “agredir suspeito” e 2% assentem em “atirar em suspeitos” (Ibid., 59). Esses dados, e

outros, levam a pesquisadora a concluir que não há uma “cultura da violência” na sociedade brasileira, mas que há “uma normalização ou aceitação da violência interpessoal (...) para determinados ‘tipos de pessoas’, ou para resolver determinados tipos de disputa (por exemplo, do tráfico)” (Ibid.: 01).

Em artigo recente, Caldeira (2006) constata mudanças semelhantes. Ainda assim, ela aponta novas ambiguidades, como aquelas presentes entre os *rappers* que denunciam preconceitos de classe e etnicidade, ao mesmo tempo em que reforçam dicotomias e preconceitos de gênero. De acordo com a autora,

Nos últimos vinte anos, diferentes grupos no Brasil – de político a prisioneiros, de membros dos movimentos sociais a policiais, ricos a pobres, brancos e negros – tornaram-se familiarizados com a linguagem e procedimentos da democracia. Eles têm aprendido a fazer usos de noções de direitos, justiça e cidadania para colocar suas demandas, indicando (...) como a democracia tem-se tornado hegemônica politicamente. No entanto, apesar de sua legitimação, os significados associados com noções como direitos e justiça têm permanecido instáveis e contestáveis e também são associados com práticas sociais contraditórias (Caldeira, 2006: 102, tradução livre).

Esse breve panorama de mudanças e paradoxos em torno das práticas e concepções sobre a violência e segurança pública não é muito diferente do que se passa nos Conselhos Comunitários de Segurança. No senso comum, ou mesmo entre aqueles que estão preocupados com a participação da sociedade civil nas discussões públicas, os Consegs são descritos como “retrógrados”, “conservadores” e há até quem postule o seu fim⁶⁵. Meu caminho será outro. Não porque tais adjetivos não sirvam de forma predominante, ou porque os conselhos não precisem de reformulações urgentes, mas simplesmente porque essas avaliações não bastam para explicar a complexidade e as nuances que os dados da pesquisa sugerem.

Neste capítulo, ao descrever os encontros mais tensos que observei, busco chamar atenção para os diferentes temas tratados em bairros de distintas classes sociais e indicar

⁶⁵ Essas argumentações foram feitas em três momentos: em 2004, por um funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Município de São Paulo, por ocasião do funcionamento das Comissões Cíveis Comunitárias; por uma funcionária do CEDECA Sapopemba, em 2004 e por um funcionário do Ministério Público do Estado de São Paulo, em uma reunião sobre a formação de Conselhos Consultivos Municipais para a discussão e implementação do PRONASCI em São Paulo, em 2008.

como estereótipos de classe, gênero e faixa etária permeiam as discussões sobre a insegurança. Considero essa discussão relevante porque poucos trabalhos se dedicaram às relações entre representações da violência e processos políticos a partir de uma perspectiva etnográfica. Uma das constatações marcantes das interações entre participantes nos encontros dos Consegs é que os moradores, ao falarem sobre os problemas locais e ao narrarem os dramas individuais e coletivos provocados pela “violência”, revelam a expansão do discurso dos direitos, ao mesmo tempo em que apontam para intolerâncias e paradoxos.⁶⁶

Vivemos um período em que as narrativas que se apóiam nos direitos humanos “organizam os vários discursos políticos contemporâneos” (Sorj, 2004: 17), o que pode ser verificado nos discursos de moradores de todos os estratos sociais. Por exemplo, em casos de denúncia de abusos policiais e na defesa dos jovens pobres e suas famílias; na evocação do direito à vida saudável, à cidade limpa, ao trânsito menos caótico e nas reivindicações por serviços de saúde, educação, lazer e segurança. As articulações das narrativas que coletei nesta investigação revelam que os limites do que se admite como direitos se colocam quando se trata de discutir “determinados tipos de pessoas”: os moradores de favelas, as prostitutas e os jovens infratores. Nesse ponto, é relevante chamar atenção para o fato de que os estereótipos relacionados a classe, gênero, etnicidade e religião permeiam as discussões sobre a insegurança.

⁶⁶ Caldeira (2000) usou a noção de “fala do crime” para indicar situações em que as narrativas circulam, reordenando simbolicamente o mundo e elaborando preconceitos. De acordo com a autora: “Ela [a fala do crime], de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. Na verdade, o universo do crime (ou da transgressão ou das acusações de mau comportamento) oferece um contexto fértil no qual estereótipos *circulam* e a discriminação social é moldada (...)” (p.10). Quando iniciei a análise dos dados de campo recorri à noção da “fala do crime”. Percebi, contudo, que em determinados contextos – seja em Campo Belo ou Sapopemba – as narrativas dos moradores não funcionam como articulações de conteúdos discursivos que produzem ou fazem a violência proliferar. De modo predominante, como o trabalho de fôlego de Caldeira aponta, os moradores de diferentes classes sociais reproduzem estereótipos criminalizadores. Para dar conta dessas duas situações, passei, inicialmente, a recorrer ao aposto da “fala do crime”, cuja oposição mais lógica é a “fala dos direitos”. No entanto, as falas cotidianas são fluidas e a mesma pessoa pode articular diferentes significados sobre a violência. Por fim, o constructo “fala do crime” *versus* “fala dos direitos” se mostrou um recurso que reforçava binarismos e dicotomias ao invés de contestá-las. Além disso, não dava conta das nuances e ambiguidades que os dados da pesquisa oferecem.

1. Encontros em Campo Belo: a igreja evangélica, a prostituição e os barracos

Sede da Fiesp, segundo semestre de 2007, encontro do Conseg Campo Belo⁶⁷. Logo que sentei na platéia notei que havia dois homens, um branco e um negro, e uma jovem negra, que destoavam do público habitual dos encontros. Esses, além de serem recém-chegados, compunham um grupo majoritariamente negro. Frequentando o Conseg desde 2005, não era difícil notar que entre seus participantes predominavam pessoas mais velhas e brancas, com exceção de um policial militar negro, mulheres elegantes e outras mais despojadas, além de homens com mais de 40 anos. O jovem negro, aparentemente entre 25-30 anos, trajava boné com as inscrições do MST (Movimento sem Terra) e um moletom verde e amarelo onde se lia “Brasil”. O homem branco, na faixa dos 40 anos, estava acompanhado por uma criança vestida de moletom e touca, uma moda muito valorizada nas periferias desde a influência dos *rappers* entre os jovens. A jovem negra, aproximadamente 25 anos, sentada na penúltima fileira, parecia desconfortável e tensa. Os recém-chegados eram Julio e Francisco do CEDECA Santo Amaro, e Laís, a líder comunitária residente em uma das favelas nas imediações da Avenida Águas Espreiadas.

O representante da subprefeitura de Vila Mariana deu conta de algumas demandas feitas na reunião anterior: a poda de árvores de uma praça e a reclamação do barulho vindo de uma igreja pentecostal, no Planalto Paulista. Disse que o PSIU (Programa de Silêncio Urbano, da Prefeitura de São Paulo) estava com dificuldade de autuar a igreja porque *quando vai fazer a medição, não tem barulho* e que a prefeitura estava tentando colher assinaturas para que se pudesse entrar com processo judicial, mas que esse procedimento estava se mostrando difícil porque *as pessoas não querem que o nome apareça* no processo. A colocação do representante da subprefeitura repercute em alguns apartes por parte da platéia, que pressiona o poder público para comparecer na igreja no horário do culto. A presidente da associação do Planalto Paulista, Elvira, recorre ao direito garantido em lei sobre a acústica interna, afirmando que o PSIU deveria comparecer nos horários dos cultos, dando a entender que Programa da Prefeitura existe exatamente para fiscalizar a

⁶⁷ As informações sobre este encontro estão em DC, 07/2007.

situação sem que a justiça seja acionada. Sua fala é um exemplo da maneira pela qual os moradores se colocam em embates com os representantes da subprefeitura para fazer valer seus direitos.

O representante da subprefeitura de Santo Amaro, a quem foi dada a palavra em seguida, ao comentar sobre o problema dos alagamentos, demanda da reunião anterior, disse que seria decorrência *de esgoto clandestino e de lixo deixado pelos trabalhadores ambulantes*. Ele reforçou o discurso do representante da subprefeitura de Vila Mariana, afirmando que não poderiam *fazer nada sozinhos* e que *se ninguém usasse a igreja não teria barulho*.

Quando se trata de responsabilizar os mais pobres como os causadores dos problemas, não há dilemas a serem equacionados. Contudo, quando a “sociedade” é acusada genericamente como a causadora dos problemas, como aconteceu no caso da igreja evangélica, os moradores da classe média e média ascendente tentam se diferenciar dos mais pobres, acionado comentários relacionados à classe e a religião.

O problema do barulho diz respeito a uma região próxima do bairro São Judas, habitado por uma população mais pobre se comparada àquela que vive em Campo Belo. Ainda que as igrejas pentecostais não sejam eminentemente frequentadas por pessoas pobres, nesse caso, trata-se de uma população residente nas proximidades de uma zona de comércio popular, em que há bastante trabalho ambulante e informal. Claudia, evangelizadora espírita e filiada à associação do Planalto Paulista, diz que *Deus não é surdo*, provocando risos na platéia - em um dos momentos não raros em que os dramas vivenciados pelos moradores, e o rechaço em relação aos mais pobres, convertem-se em piadas. Implícita em sua fala está a visão de que faltariam “habilidades” aos evangélicos para louvar a Deus, em oposição às formas de culto de sua religião, o Espiritismo. Dizer que não é preciso gritar para que Deus nos ouça é, ainda que de forma velada, desaprovar a maneira como esses fiéis mais pobres e menos escolarizados que compõem a maioria das religiões pentecostais, como a Igreja Universal e a Renascer, organizam-se nos cultos religiosos⁶⁸.

⁶⁸ Segundo Almeida e Monteiro (2001:95-96), 65,2% dos pentecostais possuem escolaridade fundamental incompleta e estão posicionados nos estratos socioeconômicos C e D e menos em A, B e E. No caso da Igreja Universal, Almeida (2009) mostra como os rituais para exorcizar o demônio, “fechar o corpo” etc, bem como o acúmulo de capital desta igreja possibilitaram sua expansão e estabeleceram conflitos religiosos.

Após a discussão da igreja, Fernanda, filiada a associação de bairro do Planalto Paulista, pediu mais viaturas e policiamento, já que o sentimento era que o bairro estava ao *Deus dará* em virtude de *assalto, furto de veículo e residência*. Ela identificou uma rua onde haveria tido três tentativas de assalto. Ressaltou que estava pedindo *para a segurança e não para a prostituição*. O Capitão da Polícia Militar afirmou que o sentimento de crescimento de insegurança da moradora era real, já que o bairro teria tido *20% a mais furtos de veículos e 1.000 autuações de veículos* naquele período. Claudia voltou à cena, retomando o problema do barulho, que também seria decorrência de bares ilegais e prostituição no bairro, e forneceu endereço e número de uma casa que seria um prostíbulo que alicia menores de idade. Alguém comentou em tom de voz baixo: *Ela [Claudia] quer policiamento particular*. Uma outra moradora do Planalto Paulista interveio e disse *que uma coisa vem atrás da outra*, referindo-se ao fato de que o problema da prostituição é “o que está por trás da prostituição: o roubo, o assalto, o tráfico, e menores”. O representante da subprefeitura argumentou que uma fiscalização já havia sido feita e que havia sido constatado se tratar de uma residência. Claudia argumentou que *seria boa outra fiscalização porque há prostituição de menores de idade* na residência.

Na fala de Fernanda e Claudia, duas motivações diferentes são acionadas. A primeira diz respeito ao aumento real de crimes. A segunda diz respeito à conversão do problema moral em ato criminal⁶⁹. Fernanda segue o caminho de reivindicar mais policiamento para o seu bairro, valendo-se do argumento, confirmado pelo policial, de que os furtos e roubos estão aumentando. Claudia segue rumo diferente. Ela associa o problema do barulho à casa de prostituição, e a casa de prostituição ao aliciamento de menores de idades. Essa reivindicação é acompanhada da denúncia informal com a especificação do nome da rua onde a diligência deveria ser feita. Claudia sugeriu à polícia, em vários encontros, que os clientes fossem parados em batidas policiais e autuados por eventuais irregularidades em seus veículos, o que, segundo ela e tantos outros moradores, poderia ter efeitos na diminuição da prostituição.

Na discussão sobre “o problema da prostituição” a expansão da linguagem dos direitos é evidente quando os moradores demandam o direito ao respeito da lei de

⁶⁹ No Capítulo 3 a discussão do pânico moral será retomada.

zoneamento de seu bairro, reivindicando o fechamento das casas de prostituição e a desarticulação da prostituição infantil. Ao mesmo tempo, os limites do que entendem por direitos são reforçados quando os moradores desobrigam-se de levar em conta os direitos civis e políticos das prostitutas e travestis. Essa ambiguidade é clara na fala Vera, que usa a fala dos direitos para proteger as vítimas de prostituição infantil e o direito dos moradores de usufruírem o direito à cidade, sem reconhecer as demandas particulares e a participação política dos representantes das prostitutas no Conseg.

Vera: (...) Eu não sou contra [a prostituição]. Eu não tenho nada contra as prostitutas, o corpo é delas e elas fazem o que quiserem com o corpo. Só que eu preciso dormir, ter a minha vida e elas não deixam. Então se elas quiserem se prostituir num lugar que não atrapalhe, perfeito! Mas na porta da minha casa, não dá. (...)

AP: E tem muita coisa irregular lá?

Vera: Claro que tem. Exploração sexual é crime. É o que ele [refere-se à Oscar Maroni, dono da boate Bahamas⁷⁰] diz: ‘Eu não tenho na que ver com isso. A prostituta vai lá e frequenta. Eu sei que ela frequenta, mas o que ela faz não é nada comigo’. Mentira, porque ela está lá e ele está ganhando o [dinheiro] dela [da prostituta]. Vai dizer que ela vai usar o espaço dele e ele não vai receber um tostão dela? Não existe. Então é conversa pra inglês ver. (...)

AP: Eu queria que você comentasse em relação a como essas instituições [policiais e o poder municipal] respondem.(...)

Vera: Olha, eles estão anestesiados. Existe também uma justiça lenta, conivente. É o seguinte, a indústria das liminares, de tudo. Então hoje, quando você tira uma prostituta ou um travesti que está em atitude não permitida, nua ou com gestos, você leva pra delegacia e imediatamente aparece a ONG das prostitutas negras, das vesgas, da verde, da amarela, pelos direitos delas. Todas, pelos direitos delas. Aí consegue um *habeas corpus*, foi um abuso de autoridade. Então, o que está acontecendo com as nossas autoridades? Eles não vão lá, porque sabem que vai ser um problema para eles, porque não tem um poder que dê respaldo pra ele. Está faltando um poder maior que segure isso. Ninguém está pedindo para agredir, para bater. A gente está pedindo é para que se possa viver na cidade da mesma maneira que eles. Tipo assim: “Ah, mas se o travesti estiver na rua, ele pode trafegar aonde ele quiser, é o direito de ir e vir.” Tá, tudo bem. Eu vou passear com o meu filhinho de 7-8 anos? [Vera, presidente do Conseg Campo Belo. Entrevista 4]

É notório na fala de Vera o desânimo causado pela insuficiência de respostas para resolver os problemas dos moradores dos bairros de Campo Belo e, especialmente, do Planalto Paulista, onde a prostituição de rua já é tradicional. É legítimo que moradores demandem por qualidade de vida, que procurem a polícia quando há ato obsceno, brigas, roubos e, até mesmo, que questionem a mobilização política das ONGs ligadas à defesa

⁷⁰ Também candidato derrotado a vereador da cidade de São Paulo, em 2007.

dos direitos da prostituição e da travesti. No entanto, embora exista um discurso pela demanda de segurança, os movimentos ligados ao público GLBTT⁷¹ não são mencionados como possíveis interlocutores. Vera, que era presidente do Conseg na época da entrevista, não menciona a possibilidade da participação política desses organismos de defesa, para os quais algumas das reivindicações são, exatamente, os abusos nas abordagens policiais e a violência praticada pelos civis. Ao indicar que existem ONGs que defendem uma diversidade de particularidades, “das prostitutas negras, das vesgas, da verde, da amarela”, a moradora aponta que as reivindicações desse público importam pouco. Outros moradores lançam mão do mesmo argumento, como aconteceu nessa entrevista com Elvira, Fernanda e Claudia, moradores do Planalto Paulista, participantes de associação de bairro:

Claudia: Porque o problema... com as prostitutas mesmo você não pode fazer nada, apesar de que eles [os policiais] chegavam na esquina e mandavam passear. Então ele [o policial] pegava, fechava toda a rua e parava os clientes. Os clientes você pode revistar, deixar lá meia hora lendo o estatuto. É uma forma de você afugentar, mas eles não vão fazer isso todos os dias. Por exemplo, o ponto do Planalto Paulista é um ponto bom, então elas voltam. Vêm outras que você não sabe da onde vem, sempre tem prostitutas diferentes. Tem as mesmas que passam vinte e quatro horas na rua, não sei que horas elas dormem.

Fernanda: E agora com esse grupo de direitos humanos de defesa GLS, né?

AP: GLS, o GLBT agora, né?

Fernanda: (...) se o policial se excede um pouquinho, já imediatamente tem um delegado já na delegacia aguardando pra soltá-los, e não pode haver nenhuma violência porque eles já, em seguida, mandam um processo em cima do delegado. Eles se unham, eles se machucam - os travestis -, pra dizer que eles foram agredidos pelos policiais.

AP: É mesmo?

Fernanda: Eles sequer encostam a mão neles [travestis]. Eles mesmos se unham assim, se apertam pra ficar roxo, pra dizer que o policial pegou e... sabe?

AP: Você já viu isso na rua?

Elvira: Eu não posso falar porque...

Fernanda: Já vi guarda pedindo por favor pra assaltante deitar no chão (...). Há policial com revolver e “Por favor, deite no chão”. Não tem cabimento.

Claudia: O teste [foi] quando [o delegado] fichou todos os travestis (...). Ele levou um processo de um grupo da Bahia, Elvira?

Elvira: É, ele está com um processo. É daquele Luis Mott, aquele baiano.

[Entrevista 5]

Fernanda afirma que “se os policiais se excedem um pouquinho” as travestis simulam provas para a comprovação de tortura em exames de corpo de delito. O excesso

⁷¹ Para um estudo sobre o movimento homossexual na década de 1990, ver Facchini (2005). Há várias ONGs que atuam nesse campo, cujas reivindicações estão organizadas contra os abusos policiais, pela orientação jurídica e por cursos e seminários para o público GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).

policial é tolerado. As moradoras se referem ao episódio já mencionado em que, de acordo com elas, mais de 100 travestis foram detidos e outros 40 presos. Elas ainda reclamam implicitamente das instituições ligadas ao movimento GLBTT que buscam medidas judiciais para garantir os direitos das prostitutas e travestis. Elvira, representante de associação de bairro, afirma não poder falar sobre o assunto, mas em outra passagem da entrevista ela critica a expansão da Parada Gay em São Paulo e seu caráter “imoral”. O teor das falas mostra a tentativa de deslegitimar os direitos civis e políticos das prostitutas e travestis, quando as moradoras concordam que processos movidos pelos ativistas “atrapalham” o serviço da Polícia Civil.

Após a discussão da prostituição, os moradores do Jardim Aeroporto lançaram um tema frequente e o mais caloroso da noite: *roubos de fio, “gatos” de TV a cabo, barracos, carroceiros estacionando nas ruas e o aparecimento de caminhões para transportar ferro velho e fios na madrugada*. Segundo os moradores, esse tipo de roubo teria aumentado desde que uma favela da região foi destruída em virtude de um incêndio e novos barracos foram construídos em um terreno particular situado em uma rua de classe média. O representante da subprefeitura argumentou que havia sido montada uma grande operação para “realocar” os moradores dos barracos, mas que o processo era lento e exigia cadastramento das famílias e vagas em habitação popular. Além disso, o proprietário da área em questão teria se *recusado e perdido a oportunidade de murar o terreno*. Silvia, moradora de uma casa próxima de onde os barracos foram construídos, afirmou que os proprietários tentaram murar o terreno, mas que um policial a havia impedido, pois os moradores do barraco argumentavam que derrubariam o muro caso fosse construído. Em resposta aos moradores do Jardim Aeroporto sobre os barracos, o Capitão da PM disse se tratar de fofoca, pois *o Major nunca falaria isso*. A reunião ficou tensa. *Isso é assunto de polícia!* disse um morador, exaltado. O representante da subprefeitura, dando a entender que os proprietários do terreno tinham interesse na ocupação e futura desapropriação da área, questionou: *Por que ninguém invade outra área?* Silvia respondeu que os proprietários pagam vigilantes para que as áreas não sejam “invadidas”.

O reconhecimento, por parte das autoridades públicas, tanto dos policiais quanto das subprefeituras, de que suas ações são insuficientes para dar conta do problema perturba a população que argumenta cumprir seus deveres como cidadãos, pagando impostos, sem

ter garantido o direito à segurança. Alguém exclamou do fundo da sala: - *Nós pagamos impostos!*

Os moradores da classe média e média alta reclamavam que contribuam muito com impostos e pouco recebiam do governo. É emblemática dessa visão a fala política de Luíza, 60 anos, advogada, segundo a qual “os não carentes são os mais onerados” e o “jovem do barraco” tem mais respeito que os “trabalhadores”. Em um momento do encontro a moradora afirmou, comentando sobre a ocupação de moradores em um terreno baldio: (...) *nossos trabalhadores, que pagam impostos, não têm o respeito que o jovem do barraco tem. Por que eles não vão para a periferia, que é onde nossos trabalhadores estão? Porque favorece a clandestinidade! Se queremos ajudar, é não ter pena e agir na lei, [senão] teremos uma situação como no Rio de Janeiro. (...) Como uma mulher que não zela pela propriedade não é autuada, não paga nada? Apenas entrei com representação [no Ministério Público], porque vou entrar com uma ação contra a proprietária e a prefeitura, que está sendo omissa em nome da coletividade. (...). Quando um sujeito resolve se instalar em um terreno baldio, nós devemos pagar? São pessoas carentes sim, mas os não carentes são os mais onerados. É a sociedade, o civil. O que se faz com essa gente? Meu Deus! Se ele afronta o poder público, ele está para ser punido. Não é porque é pobre. Ele tem TV, celular... Não é porque ele é pobre que não tem que pagar. O que a prefeitura está protegendo? Esse indivíduo tem o direito de importunar todo mundo?*⁷²

A moradora pontua bem o que parece ser o interesse da dona do terreno de não zelar pela propriedade, “facilitando” as ocupações com vistas a uma futura desapropriação da área. Luíza, como advogada, afirma que entrará com uma representação no Ministério Público contra a proprietária e a Prefeitura. Mas ao se defrontar com a complexidade do problema, a ira se voltava contra os moradores dos barracos. Ela força conexões entre pobreza, criminalidade e a questão social da habitação. No seu modo de ver, os trabalhadores que vivem em conjuntos habitacionais na periferia são “prejudicados” porque pagam impostos, enquanto os jovens do barraco nada pagam, vivendo como clandestinos em relação ao fisco. Nesse julgamento, a “clandestinidade” é restrita a uma determinada faixa etária e classe social (os jovens pobres e favelados). Essa parcela

⁷² DC, 07/2006

população estaria, ainda, relacionada com a criminalidade e prestes a transformar as favelas em zonas de conflito tal qual se vê em *situações como no Rio de Janeiro*, que, aqui, é uma referência ao tráfico de drogas. Daí, um passo entre aqueles que moram na favela (os jovens pobres) e a criminalidade. Ela também se incomoda com o fato de que os pobres adquirem bens materiais, o que supostamente indicaria que eles “podem” pagar impostos, mas preferem viver como “clandestinos” e investir, a seu ver erroneamente, em TV, celular etc⁷³. Outra associação é dizer que as piores consequências das favelas recaem sobre a “sociedade”, os “civis”, como se os moradores de favelas nada tivessem a ver com a sociedade civil.

Argumentar que os guardas civis metropolitanos “protegem” os pobres também é tema em debate. Em um dos encontros, o guarda argumentou como se comportou diante da tarefa de desalojar uma família: *A situação das pessoas não é igual a nossa. E começou a chover e perguntei aonde as pessoas iam ficar. Ah! Na rua. E eu não posso fazer parte de uma situação em que pessoas são colocadas na rua, na chuva, com mães que têm crianças. Se virou moradia, vocês vão me desculpar. Tem que ter ação rápida, concordo. Mas...* Sem acabar de concluir sua frase, ele é interpelado pela presidente do Conseg, Vera, que argumentou a necessidade da remoção em razão do pagamento de impostos. Ela disse: *Eu sou dura, mas tem que entender que nós pagamos impostos. É muito legal quando é dos outros, mas quero ver quem gosta de pessoas defecando na frente da casa da gente. Se a subprefeitura não tira quando tem um, não vai tirar quando tem cinquenta. Alguma coisa tem que fazer. Não vamos espalhar* [para a população que a Guarda Civil Metropolitana afirma] *que se tem família, não sai*⁷⁴. Aqui, tal qual ocorreu na fala mencionada acima, o discurso do cidadão que paga imposto é indicativo de distinção de classe e suposta condição para a cidadania. Como indica Zaluar (1994), ao tratar das questões que articulam pobreza e a questão social, o discurso do contribuinte que paga imposto estabelece os critérios de cidadania ancorada nos deveres. Não há, portanto, “uma idéia de comunidade

⁷³ Como afirma Caldeira (2000: 71), a irritação em relação ao consumo é uma forma de distinção de classe: “a idéia de que os pobres não sabem consumir adequadamente, que desperdiçam recursos e que têm ‘mentalidades esbanjadora’ é muito difundida entre as classes média e alta. (...) aqueles que se consideram em melhor situação frequentemente negam aos pobres as características e comportamentos associados ao capitalismo e modernidade, como racionalidade, conhecimento, capacidade de poupar, de planejar e de aproveitar ao máximo os recursos”.

⁷⁴ DC, 07/2006

política à qual todos se submetem, mas da qual todos participam” (Zaluar, 1994: 191). A cidadania é uma questão de deveres e não de direitos: quem paga mais merece mais, quem paga menos merece menos. O discurso do policial, ao mesmo tempo, não se funda propriamente nos direitos, mas na compaixão. Na cena descrita, a compaixão se expressa a favor da mãe com crianças no colo, sendo desalojada em um dia de chuva.

Durante a discussão dos barracos, Laís, a jovem negra representante das favelas, retrucava os dados trazidos pelos outros moradores, dizendo frases como *Não é bem assim*. Ela pediu um aparte, bastante nervosa. *Sou moradora da rua* [em questão], *representante da comunidade*. *A gente também tem direito*. *A Senhora pode falar comigo* [referindo-se à Silvia, moradora da rua de classe média]. *Infelizmente a gente não paga imposto, mas queremos ser* [tratados como] *cidadãos*. *Não somos favelados, somos cidadãos*. Referindo-se aos seguranças privados que vigiam os terrenos particulares, disse que sabia que *a PM está envolvida*. Um burburinho se seguiu à sua fala. Um pouco desconcentrada, ela convidou os participantes para uma audiência pública que aconteceria poucos dias depois, onde os moradores das favelas colocariam seus problemas. Reforçou que falava *como cidadã e moradora*, que os moradores das favelas tinham *o direito de se colocar* e reiterou o convidou para a reunião que aconteceria dias depois na subprefeitura para discutir as ações da prefeitura para a remoção dos barracos da Avenida Águas Espraiadas⁷⁵.

Julio, o jovem negro representante do CEDECA Santo Amaro, apoiou o discurso de Laís. Ele se levantou e disse: *O Conseg tem uma visão... grileiros invadem*. *Não queremos tirar o respeito de vocês, mas queremos ser respeitados*. *Independente de a pessoa morar na favela, não temos responsabilidade*. *O problema é social*. (...) *A gente está num país que tem muita terra e não tem reforma agrária*. Um morador de Moema dissimulou a questão trazida pelo jovem e trouxe o problema do caos no transporte público de São Paulo. Julio e Francisco, que estavam juntos, levantaram-se após perceberem que não encontrariam eco entre os assíduos participantes. Quebrando o protocolo saí da sala e procurei saber quem eram e de onde vinham.

Quando voltei à sala, a discussão do transporte já havia terminado. Laís argumentava que havia participado de uma reunião na gestão passada (de Vera) e que

⁷⁵ DC, 07/2007

havia sido constrangida por um morador que teria dito, a respeito de uma de suas colocações, *abafa o caso*. Esse fato a teria colocado em situação de rechaço perante os demais moradores, motivo pelo qual ela teria deixado de participar dos encontros. Uma moradora de Campo Belo, integrante do grupo que presidia a antiga gestão do Conseg, interveio: *É fácil se fazer de coitadinha!* Nesse momento, um grupo de cinco pessoas saiu da sala. Pedir para que Laís não se faça de *coitadinha* e sair da sala são mecanismos sutis para promover a segregação política. Essas tensões não se resumem às interações entre pobres e ricos; existem também entre a classe média e a classe média alta, mas é de se notar que falas mais duras são acionadas em relação aos mais pobres.

Rui, o presidente recém-eleito, tentou dar continuidade à reunião e, dirigindo-se a Laís, disse em tom de voz conciliador: *A gente não quer brigar e discutir. Identifique-se, venha desarmada. Você será respeitada e atendida pela ordem competente. Não adianta vir com um monte de gente. Tente trazer deles as reivindicações.*

Essa passagem indica como as performances na cena pública implicam, em determinados contextos, na distribuição desigual nos instrumentos de produção da política⁷⁶. Rui, presidente do Conseg, pede que a representante da favela, Laís, *venha desarmada* e não traga *um monte de gente* para “bagunçar” o encontro. Com base nessa distribuição desigual é difícil estabelecer pontos de negociação entre os diversos atores. Julio, que ia pela primeira vez ao encontro, avalia rapidamente que a linguagem que predomina no Conseg reflete *uma visão* em que não caberia sua demanda para contemplar as particularidades dos grupos que ele representa. Quando o debate segue no caminho oposto daquele defendido, os ativistas frequentemente desistem da participação no encontro. Portanto, os mecanismos que favorecem a segregação política se combinam com um processo em que os representantes dos mais pobres, que nesse caso são mobilizados politicamente, retiram-se voluntariamente dos encontros. Eles simplesmente desistem de participar e de contestar os argumentos contrários àqueles nos quais acreditam. Embora estejam acostumados a reivindicar, eles não se apropriam dos Consegs, permitindo um

⁷⁶ De acordo com Bourdieu (1989: 169-170), os “meios de produção propriamente políticos” (ou os mecanismos para a produção da política, como o autor define em outras passagens) são aquelas competências específicas “que podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político”, que também implica em “certos ritos (...) que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo (...)”.

campo fértil para que os preconceitos circulem, e não consideraram uma parcela dos participantes cujas visões sobre os favelados são mais matizadas. Vejamos.

A tensão entre os “antigos participantes” e os “recém-chegados” marcou os encontros seguintes, apesar da desistência desses últimos em participar do Conseg Campo Belo. Rui, então eleito presidente, avaliou que a presença de Laís foi *palhaçada*, houve *bate-boca* e as pessoas ficaram *constrangidas*, motivo pelo qual *começaram a sair da sala*. Segundo ele, as moradoras que haviam relatado o problema dos barracos tiveram a *casa apedrejada para ficar com a boca calada* e foram atirados *blocos de tijolos e despacho de macumba* em suas residências. Os moradores das favelas também haviam comparecido na audiência pública a qual Laís se referiu, e, nas palavras do presidente, *tumultuaram* a discussão.

O presidente afirmou estar com medo do que poderia acontecer com ele próprio e com os demais participantes: *Quem garante a integridade física e moral após a saída dos encontros?*. Sua proposta era alterar as datas dos encontros, sem dia da semana fixo a cada mês, de modo a torná-la secreta para os moradores das favelas. Ele disse que sua *bandeira* era combater *prostituição e barracos*, mas se sentia de *mãos amarradas*. Seu desapontamento era também com alguns dos “antigos participantes”, descontentes com a maneira como o presidente tinha mediado a participação de Laís, em comparação com a antiga presidente, vista como combativa por muitos deles.

Alguns moradores da classe média avaliaram que o sentimento de insegurança do presidente era exagerado e que não era necessário reorganizar o funcionamento dos encontros para segregar a participação política dos moradores de favelas.

Elvira, representante da associação de bairros do Planalto Paulista, relatou que já havia sido *quase linchada por traficante*, que situações como essa *aborrecem, magoam*, mas que era preciso relevar. Em entrevista com as moradoras do bairro, elas se mostraram abertas à interlocução com Laís, embora o mesmo não tenha ocorrido quando o possível interlocutor é uma prostituta, um travesti ou seus representantes.

Elvira: Ela [Laís] era uma moradora da região, ela tem todo o direito de estar no Conseg, e ela tinha todo o direito de reclamar.

Fernanda: Queriam proibir a [Laís] de... Diz que fizeram até perguntas secretas no segundo Conseg falando que eles tinham que fazer um negócio tão secreto que era pra ela não saber, porque os sem-teto iam invadir o Conseg.

AP: Eu não entendi o porquê.

Fernanda: O capitão [da PM] foi acordado às quatro horas da manhã pelo [presidente do Conseg, Rui] naquele dia.

AP: - No dia que a Laís esteve lá?

Fernanda: Foi. E não tinha nada, eles não iam invadir ninguém. Ela se sentiu ameaçada. [Entrevista 5]

Fausto, representante da associação de moradores do Campo Belo, argumentou que a subprefeitura de Santo Amaro estava tomando providências para resolver os *problemas habitacionais* e que o comportamento dos mais pobres na audiência pública ocorrida na subprefeitura revelou que os moradores das favelas estariam *revoltados por sua questão social*. Ele disse ao presidente: *Isso é um desespero deles. Eles não querem sair da favela. Eles sentem, como nós,... eles estão inseguros. Está todo mundo inseguro, ninguém sabe o dia de amanhã. Não tome como ameaça*. Mais tarde, no mesmo encontro, Fausto ressaltou que era preciso *não perder a classe* e *manter uma atitude diferenciada*, já que haveria uma *visão higienista de mandar* [os moradores de favela] *lá no fundão* [a periferia], já que por conta das *Operações Urbanas os moradores de favelas* estavam *furiosos*, o que *exacerbaria o espírito dessa gente*.

Como indiquei a pouco, Fausto era um morador da classe média, presidente de uma associação que tinha relações prévias com Laís e o movimento de habitação popular. Diferente de outros moradores, ele considera a insegurança dos favelados. Nota-se a sua disposição diplomática junto aos moradores dos barracos, a constatação que as injustiças sociais afetam preferencialmente esses últimos (através de uma *política higienista*) e que o medo é uma manifestação generalizada de pessoas de todas as classes sociais que vivem na cidade de São Paulo. Como ele explicou em entrevista, o desespero dos moradores da favela tinha relação com a Operação Urbana Águas Espraiadas e o desmanche das favelas⁷⁷.

⁷⁷ A chamada Operação Urbana Águas Espraiadas foi encaminhada à Câmara Municipal em 1991, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, e aprovada em conformidade com o Estatuto da Cidade, em 2001, na gestão de Marta Suplicy. Para resolver o problema das favelas que foram construídas em terrenos particulares ou de propriedade do Estado, a Operação previa a desapropriação dos terrenos e a construção de 1600 habitações de interesse social na mesma região. Na gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996), as favelas foram efetivamente removidas com o início das obras, sem que as habitações populares tivessem sido construídas. Marta Suplicy (2001-2004) retoma a Operação, no contexto de outras alterações no plano urbano da cidade – tais como o Plano Diretor Municipal, a divisão da cidade por subprefeituras e a elaboração de Planos Estratégicos para cada uma delas. O projeto da Operação foi novamente reformulado, mas seguindo o projeto de 1991 em relação às Habitações de Interesse Social. O projeto foi aprovado em 2001 e

De acordo com Fausto, houve alterações na Operação Urbana a partir do Plano Diretor⁷⁸ e o dinheiro que seria investido na urbanização das favelas foi dirigido à construção da Ponte Estaiada, conhecida popularmente como “Estilingão”. Nas reuniões do Plano Diretor – “tudo fachada, tudo de mentira, porque não houve debate” – os moradores das favelas não conseguiram garantir que os recursos fossem destinados à urbanização das favelas já existentes. A alternativa encontrada pela prefeitura foi remover os barracos e indenizar as famílias. Os moradores das favelas ficaram revoltados, e Fausto também

(...) Está no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor, na Lei da Operação Urbana, explicitamente, que as verbas conseguidas terão que ser aplicadas num plano de urbanização das favelas. E não, a urbanização ali é o seguinte: fizeram um conjunto residencial parece que em Campo Limpo. Então ‘Olha, se vocês quiserem tá lá no Campo Limpo’. [Os moradores das favelas da região Águas Espraiadas dizem:] ‘Mas escuta, a minha vida tá aqui, eu trabalho aqui, eu fiz toda a minha vida aqui, eu quero saber por que quê eu tenho que ser transferido lá pro fundão’. Se estava combinado por lei é por lei, a urbanização da favela ali, um projeto urbanístico que depois de uns certos anos você não percebe a diferença, que ali era uma favela. E não, estão lá assistindo a construção daquele monstro [a Ponte Estaiada], gastando uma fortuna, enquanto os caras estão morando na favela. Podia ter um projeto ali e pronto, resolvia definitivamente a questão, a inserção social na comunidade, a habitação, equipamento social, emprego e pronto, acabava o problema. Mas não. É claro que eles ficam revoltados com aquela parte ali de baixo (...). Na Audiência Pública eles [os moradores das favelas] foram lá em peso e quase saíram no tapa. [Fausto, presidente da associação de Campo Belo, entrevista 6]

A intervenção de Fausto indica a necessidade de matizar o perfil eminentemente “retrógrado” dos moradores de classe média que frequentam os Consegs. Se é possível afirmar que a articulação de conteúdos sobre os problemas do barulho na igreja evangélica, da prostituição e das favelas implicam, em alguns casos, no não reconhecimento dos

regulamentado em decreto do mesmo ano. De acordo com Castro (2006), houve um avanço significativo em relação à fiscalização e controle da Operação por parte da sociedade civil, que seria realizado por um Grupo de Gestão constituído por associações profissionais do setor imobiliário, acadêmicos, União do Movimento de Moradia e demais associações dos moradores das favelas. Contudo, a gestão de Marta Suplicy não resolveu “a dependência do empreendedorismo imobiliário” (Ibid. :194). A par dessa configuração, a lei deu margem para execução da obra através do orçamento e financiamento captado pelas gestões posteriores, criando “dependência da orientação política da coalizão do poder que fará a aplicação da lei” (Ibid.:195).

⁷⁸ O Plano Diretor é um processo de discussão entre a sociedade civil e o poder público para a formulação de regras e diretrizes para a cidade que deve ser aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito.

direitos do “outro”, também se nota a expansão ou mesmo difusão da linguagem dos direitos nesses mesmos contextos.

2. Encontros em Sapopemba: violência contra as mulheres, violência policial e violência na escola

Sede da Associação de Idosos, 2006, encontro do Conseg Sapopemba⁷⁹. Ao entrar pela porta, Isabel, ativista de direitos humanos, me disse: “Você tinha que estar lá”, referindo-se às entidades locais de direitos humanos e às favelas atendidas pelo CEDECA, por onde eu já tinha passado para fazer trabalho de campo. Ela se dirigiu à mesa, juntando-se aos representantes dos órgãos públicos. Todos se reuniam no Conseg pela primeira vez, com exceção dos inspetores da Guarda Civil Metropolitana. De camisa e gravata, o delegado substituto apresentou-se como representante do delegado titular e reclamou do acúmulo de inquéritos deixados pelo antigo delegado. O Tenente era recém-chegado na Companhia de Polícia e vinha da região do ABC. Um novo Chefe de Gabinete da subprefeitura de Vila Prudente-Sapopemba acabara de assumir e estava ali para *reforçar a necessidade da proximidade da região com o poder público*⁸⁰. Todos se apresentaram, colocando-se à *disposição da população*. Isabel também compunha a mesa, ocupando o lugar de representante das entidades de defesa dos direitos, que usualmente era de Juci.

Dirigindo-se ao delegado substituto, Isabel pediu que a Polícia Civil fosse mais sensível ao lidar com mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. De acordo com ela, serviços inadequados estariam desencorajando mulheres a procurarem a Delegacia de Polícia para resolverem conflitos. O delegado, em resposta, caracterizou queixas que envolvem mulheres como questões de “menor complexidade”, como o caso de uma mulher – profissional do sexo - que compareceu à Delegacia reclamando que alguém *ofendeu a sua moral*. O delegado sugeriu que o fato da mulher ser prostituta a desqualificava para

⁷⁹ As informações sobre este encontro estão em DC, 12/2006

⁸⁰ Eram tempos de transição política e o então vice-prefeito Gilberto Kassab havia assumido a Prefeitura da Cidade de São Paulo, enquanto José Serra (PSDB), então Prefeito, disputava as eleições para Governador do Estado. Esses momentos de eleições municipais e estaduais resultavam em mudanças nos comandos e na base das Polícias Civil e Militar - mais do que a alternância já habitual - e total alteração nos cargos de confiança das subprefeituras.

fazer a queixa. Ele disse: *Quando foram ver o que aconteceu, o escrivão perguntou: ‘Qual é a sua profissão?’.* ‘Prostituta’. *Então né....* Em inflexão irônica, o Delegado não completou a frase. Em face à resposta, Isabel se mostrou surpresa, com os olhos abertos e fixos na audiência, como que os convidando para uma insurgência, claramente incomodada com a resposta do policial. A platéia não se pronunciou de imediato.

A tensão desse encontro aparece rapidamente quando a ativista do CDHS demanda os direitos coletivos de jovens e mulheres prostitutas, pressionando a Polícia Civil para que esses direitos fossem respeitados. Isabel se coloca em favor dos direitos da mulher prostituta, enquanto o delegado claramente os desqualifica. Como observei anteriormente, Isabel não era uma frequentadora assídua dos encontros do Conseg Sapopemba e, em parte, a ausência de um representante direto do CEDECA e CDHS estava relacionada com o fato dos ativistas considerarem os participantes do Conseg “retrógrados”. Embora a platéia tenha ficado em silêncio, os participantes com os quais conversei reprovaram a ética policial regida pelo preconceito. No momento da pesquisa, as Delegacias Especiais da mulher não existiam na região e os casos que envolviam mulheres ou crianças e adolescentes eram tratados pela delegacia comum, o que envolvia o atendimento desses casos por policiais não treinados para o enfrentamento dessa questão. Isso aprofundava um problema já verificado no atendimento das delegacias de defesa da mulher “o dilema dos agentes [de] combinar a ética policial com a defesa dos interesses das minorias atendidas” (Debert & Gregori, 2008: 167).

José, vice-presidente do Conseg, evangélico e segurança privado, comentou sobre o atendimento de mulheres na delegacia:

Ela [a mulher violentada] está lá embaixo e chega em uma delegacia e tem um monte de escrivão, uns dois, três escrivães e um investigador, aquele monte de homens. Como que ela vai falar? Chega lá e fala “Eu fui violentada”. Como ela vai falar com um homem que foi violentada? (...). Eu acho que toda a delegacia daqui da região tinha que ter uma sala especial com uma delegada para atender essa pessoa, esse tipo de pessoa, porque a pessoa já está violentada, ela já chega lá com a moral lá embaixo. Ela chega e vai falar com homem, para um polícia que foi violentada! Como que aquele polícia vai interpretar? Aquele polícia já pode aproveitar aquele... aquela fala pra ficar tirando o sarro ou aproveitar aquele momento de fraqueza da mulher para querer outras coisas. (...). [Entrevista 7]

Em entrevista, o casal de operários aposentados, Seu Tito, 70 anos, e Dona Antônio, 65, questionaram a violência contra as mulheres ao comentarem a motivação de jovens da classe média que, ao terem espancado uma empregada doméstica, justificaram tê-la confundido com uma prostituta⁸¹. Ao final de seus comentários, Seu Tito disse: “Acharam que era travesti e só porque tiveram aquele engano, arrebutaram? O que é isso?”. Eles também mostraram indignação em relação ao preconceito de raça e de gênero, além de não apoiarem a pena morte porque só morreriam “puta, preto e pobre”⁸².

Seu Bernardo, representante de associação de bairro, 66 anos, disse a respeito do comentário do Delegado:

(...) um despropósito, ele não tem que levar em consideração se a pessoa é isso ou aquilo. Ela [a prostituta] está dizendo que foi vítima de uma situação, o dever dele é atender como todos, investigar a situação, independente disso ou daquilo. Não deixa de ser uma forma de desrespeito, de discriminação. Eu costumo dizer que independente da pessoa, tem que ser respeitada dentro de seus desejos, de sua situação. Investigar, esse é o papel da autoridade. [Entrevista 12]

A discussão do atendimento inadequado de mulheres na delegacia mobilizou “sensibilidades” para os problemas que em geral eram identificados entre os públicos mais discriminados. Apoiado por Dr. Alexandre, o presidente que tinha críticas à Polícia Civil por conta do programa *Acessa São Paulo*, já comentado, o discurso de Isabel não contribuía para que mais violência circulasse nos encontros. Ao falar sobre a violência contra as mulheres, ela incorporava a experiência de muitas meninas que conheceu ao longo de sua trajetória⁸³.

⁸¹ Eles se referem ao episódio ocorrido em 24 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro, em que a empregada doméstica Sirlei Dias de Carvalho foi espancada por quatro jovens da classe média que afirmaram tê-la confundido com uma prostituta. (JOVENS de classe alta são acusados de agredir doméstica no Rio. *Folha on-line*, 25/06/2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u306939.shtml>. Acesso em 06/2009.) Em depoimento, os jovens afirmaram que saíram de casa para “zoar as putas”. (ACUSADOS de espancar doméstica dizem que estavam ‘zoando’. *Folha on-line*, 17/07/2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u312514.shtml>. Acesso em 06/2009.)

⁸² Entrevista 8.

⁸³ A história de vida de Isabel será comentada no Capítulo 3. Relevante apontar que o CEDECA Sapopemba – “Mônica Paião Trevisan” é homenagem à Mônica, que foi estuprada, assassinada e esquartejada aos 15 anos de idade. Os pedaços do corpo foram achados aos poucos, como contou Isabel: “(...) mandaram avisar a gente onde estava a cabeça, onde estava o corpo, onde estavam as pernas” [Entrevista 11].

Diante do tema lançado por Isabel, o presidente do Conseg aproveitou o momento para distribuir a primeira edição da *Cartilha da Abordagem Policial*. A Cartilha foi produzida pelo CDHS, com apoio da Associação Juízes para a Democracia⁸⁴. Na introdução da cartilha era enunciado seu objetivo: orientar a população sobre “o que a polícia pode e o que não pode fazer quando aborda uma pessoa, quando entra em uma casa, bem como o tratamento que deve ser dispensado ao cidadão(ã) na delegacia de polícia” (CDHS, 2006: 05). Suas ilustrações e conteúdo tinham caráter educativo, na medida em que o CDHS tem um perfil vocacionado para a formação em direitos humanos, que se justificava em um contexto de escassez de direitos materiais e predomínio do controle policial realizado com bases em estereótipos criminalizadores. De acordo com Isabel, a formação em direitos humanos era fundamental para a luta contra os preconceitos, pois “as pessoas deviam conhecer os direitos para poder, então, brigar, porque você não briga por aquilo que você nem sabe que existe”. Na primeira página, a cartilha tratava do procedimento de “revista policial”, situação em que os policiais podem parar um cidadão e fazer uma “busca pessoal” quando tiverem “fundada suspeita” de porte de armas ou outros objetos destinados para práticas de crime. Nessas situações, a cartilha dizia que

Os policiais não podem parar as pessoas (...) por preconceito. (...), porque ela mora na favela, ou num bairro pobre, ou porque é negra, amarela ou branca, ou está de chinelo ou boné. (...) não podem GRITAR com a pessoa, xingá-la, chamando-a de LADRÃO, VAGABUNDO, NÓIA (...) (CDHS, 2006: 12).

As letras em caixa alta vinham acompanhadas de uma ilustração em que os policiais enquadram “suspeitos” por meio de estereótipos e os colocam em um “paredão”, expressão que virou jargão entre os próprios policiais para nomear a abordagem legal de busca pessoal por “fundada suspeita”. Situações arbitrárias em função de preconceitos étnicos e de origem social eram retratadas na página ao lado, que mostrava as seguintes interações entre polícias e “suspeitos”: na Ilustração 1, via-se um policial branco batendo em um jovem negro, dizendo “Parado aí, seu nóia. Só podia ser **preto!**” (grifo e negrito do

⁸⁴ A Associação Juízes pela Democracia tem como objetivo “concretizar a defesa dos valores próprios do Estado Democrático de Direito, na defesa abrangente da dignidade da pessoa humana, na democratização interna do Judiciário (na organização e atuação jurisdicional) e no resgate do serviço público (como serviço ao público) inerente ao exercício do poder, que deve se pautar pela total transparência, permitindo sempre o controle do cidadão”. Disponível em <http://www.ajd.org.br/quemsomos.php>. Acesso em 2008.

Documento); na Ilustração 2, um policial torturava e espancava um homem dizendo, “Eu sei que foi você, fale!”. O torturado, em exclamação de dor dizia: - “Não sei, eu juro!”. Na última Ilustração, um policial armado ordenava que um homem, aparentemente jovem, saísse correndo sem olhar para trás.

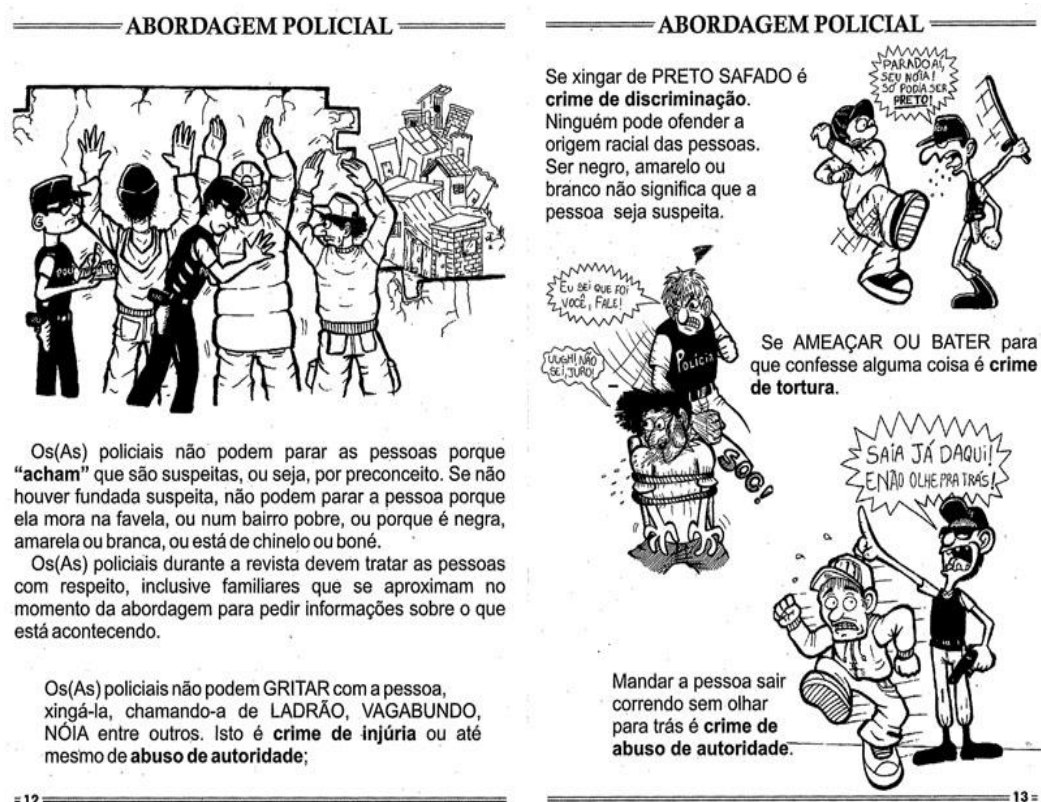


Figura 1 - Cartilha da Abordagem Policial. Fonte: CDHS (2006)

Todas essas situações estavam relacionadas com circunstâncias em que os policiais agem arbitrariamente, cometendo discriminação, tortura e abuso de autoridade⁸⁵. As ilustrações apontavam os policiais militares como perpetradores da violência através do uso de estereótipos criminalizadores para abordar “suspeitos”. Outras passagens também abordavam a tortura e a corrupção em Delegacias de Polícia.

⁸⁵ Essas situações foram frequentemente relatadas pelos ativistas de entidades de direitos humanos, assim como por moradores da favela em audiências públicas, as quais acompanhei, além de aparecerem em dossiês produzidos pela Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT, 2005) e Anistia Internacional (2005).

Segundo a Guarda Civil Metropolitana, os ativistas de entidades de direitos humanos procuraram a Polícia Militar para discutir sua elaboração, mas os policiais não gostaram de seu conteúdo porque, para eles, a cartilha caracterizava o “lado ruim” da polícia. Tendo predominado a figura do “mau policial”, a cartilha não obteve o apoio dos policiais civis, militares e da Guarda Civil Metropolitana, que se irritaram com seu conteúdo. No final do encontro, eu conversei com dois guardas civis metropolitanos e perguntei sobre o que acharam do seu conteúdo. Um deles disse, em clima de suspense, que sua produção havia dado “muita confusão” e que a Polícia Militar estava ressentida pela maneira como a imagem estereotipada do policial havia sido reproduzida. Eles se referiam às ilustrações que mostravam atuações arbitrárias da polícia, que eram situações que cotidianamente chegavam ao CDHS por parte da população residente nas favelas. Segundo um dos guardas, os ativistas procuraram a Polícia Militar para discutir a cartilha, mas os policiais não gostaram de seu conteúdo porque, para eles, ela caracterizava o “lado ruim da polícia”. Como resultado da intolerância que se instaurou em alguns policiais, os educadores do CEDECA e CDHS passaram a sofrer ameaças, incluindo, Isabel.

Dentro do conjunto de procedimentos para fazer valer os direitos, a cartilha orientava que “Denunciar os maus policiais é valorizar os(as) bons/boas policiais e zelar pela cidadania” (CDHS, 2006: 19). A segunda edição diz que “Denunciar os maus policiais é valorizar os bons policiais” (CDHS, 2007: 22). O que chama a atenção nessas frases é o uso da dicotomia bons e maus policiais, que, a bem da verdade, não reflete a reflexão mais elaborada dos ativistas sobre as corporações policiais. Em entrevista concedida em 2004, no momento em que eu fui a campo como consultora da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), Isabel afirmou “que a polícia é um ator importante no modelo de sociedade que nós temos” e o que estava no centro do debate era “o modelo de polícia que nós temos e a forma com que ela atua”. Na mesma entrevista, ela afirmou que dialogar com a polícia é importante, mas que as discussões eram frustradas tendo em vista que os policiais posicionados em patentes mais altas se comprometem com ações baseadas nos direitos humanos que, todavia, não são respeitadas pelos praças.

AP: Como que é o cotidiano com a polícia? Até que ponto vocês estão dispostos a dialogar com a polícia? Nesse sentido (de estabelecer parcerias).

Isabel: Dialogar sempre, sempre. Porque nós entendemos que a polícia é um ator importante no modelo de sociedade que nós temos, o que nós não concordamos é com o modelo de polícia que nós temos e a forma com que ela atua e muito menos ainda com o atual comandante da polícia do Estado de São Paulo. Mas veja bem, o diálogo, quer dizer, é fundamental para qualquer tentativa de transformação. Agora, entendemos que ela faz parte, muitas vezes, a própria polícia também, ela limita a sua participação. E dialogar com a polícia... nessa esfera não é difícil, porque geralmente vem alguém encaminhado pelo comandante, já vem aquela pessoa que está preparada pra relações públicas. Então você sai geralmente com muita esperança, você cumprimenta e eu acho que é uma relação até sem hipocrisia da nossa parte, acho que a nossa relação é até meio ingênua, porque nós, sem se cansar, a gente se senta, enfim, dialoga e muitas vezes até, vamos dizer assim, enfrentamos com menos radicalidade na esperança de que a conversa de boa vizinhança, acreditando na boa vizinhança, um novo diálogo, sabe? Sem pressa, porque nós acreditamos nisso. Agora, ela [a relação] vai ficando... gerando uma sensação de frustração quando você, na verdade, não tem as consequências concretas dessa iniciativa que parecia boa, então você não tem uma mudança na base da polícia. [Entrevista 1]

O diálogo é fundamental para “qualquer atividade de transformação”. No entanto, o discurso dicotômico bom/mau policial reproduz as explicações simplistas a que os próprios grupos criminalizados estão submetidos. Ao criticar a classe média em uma passagem de outra entrevista, Isabel indica que o discurso que predomina em relação aos infratores pobres é “‘Olha, existe o bem e existe o mal. O mal é vocês presos, é vocês suspeitos. Nós somos do bem’. Até que o suspeito possa ser um dos seus”⁸⁶. Ao tratar os policiais como a classe média trata os pobres, reproduz-se um discurso ambíguo, que reforça a dicotomia bem/mal.

Durante a fala de Isabel, no encontro mencionado, Juci comentou comigo: *Está vendo como a gente mudou?*. Ao dizer que “a gente mudou”, Juci indicava que havia interesse em estabelecer diálogo com a polícia. Nessa ocasião, ela também se referiu a uma publicação recente sobre as mudanças da polícia nas últimas décadas⁸⁷, o que indica o reconhecimento de que o Estado estava avançado no esforço de incluir o respeito aos

⁸⁶ Entrevista 2.

⁸⁷ Trata-se do livro de Ricardo Balestreli, *Direitos Humanos é Coisa de Polícia* (1998). Balestreli é Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP.

direitos humanos no *modus operandi* da polícia. As entidades de direitos humanos de Sapopemba tinham claro que as denúncias deveriam andar lado-a-lado com o desafio de maior aproximação com a polícia, como apontou um padre ligado ao CDHS.

AP: E como é a parceria com a polícia?

Padre: É rivalidade, né? Aqui a polícia é, por tradição, conivente com a organização criminosa. Conivente, participante. E profundamente corrupta nessa relação. É repressiva. E estamos numa região de divisa de município aonde vem policias que ninguém sabe a quem respondem, para que estão aqui; vem de Santo André, de Mauá. Então há um descontrole do policiamento. E a polícia não é bem vista pela população. O povo tem medo da polícia. Aquela história que você já conhece.

AP: Se relacionar com a polícia é complicado?

Padre: Olha, esse é até um desafio aberto pra nós. É uma área que até tem que crescer. A relação foi sempre tensa, difícil, de contraposição e até de ameaças. As ameaças contra a [Isabel] são todas de policiais. Depois houve encontros, audiências que eles vinham participar. Tentativas de diálogo, aproximação. Vamos trabalhar juntos, fazer educação do povo, criar relação com a população que não seja de medo e desconfiança, mas não se materializou como coisa efetiva. [Entrevista 9]

As situações de arbitrariedades policiais com os moradores mais pobres, sobretudo os residentes em favelas, e as relações de “acertos” entre policiais e “bandidos” são caracterizadas pelo padre com um comportamento tradicional, uma “história que você já conhece”. Há inúmeros relatos de arbitrariedade: jovens presos e torturados injustamente, pessoas com deficiências executadas ao não obedecerem “voz de prisão”, ativistas de entidades de direitos humanos ameaçados de morte, participação direta de policiais em esquemas de tráfico de drogas e desmanches de carros etc. Mas também há o reconhecimento de que a relação entre policiais e ativistas é um “desafio”, uma “área que tem que crescer”. Como disse Isabel, a relação é “sofrida”, mas “diplomática”: “Se a gente diante da criminalidade nega essa instituição [a polícia]... Nós não estamos preparados, não temos alternativa ainda. Então o que nós pensamos por enquanto é no aprimoramento dessa instituição, a qualificação. E aí o diálogo é a porta”. A dificuldade da interação está, contudo, na sociabilidade corrupta e na convivência com o crime organizado, o que gera falta de confiança da população e dos ativistas na polícia.

Dr. Alexandre apoiou a distribuição da *Cartilha da Abordagem* do Conseg. Mas cabe mencionar que na gestão posterior as críticas contra os ativistas de entidades direitos

humanos se intensificaram e Oscar acusa as entidades de “não ver o lado dos policiais” e “não denunciar os maus elementos”:

AP: E [como você avalia a participação] as entidades de direitos humanos aqui, o Conselho Tutelar, o CDHS, o CEDECA?

Oscar: Eu considero hoje, sem atitude. Eles não têm atitude.

AP: E eles foram convidados [para participar das reuniões do Conseg]?

Oscar: Foram, todos foram. Eles veem mais o partido do que da comunidade. (...) Acho que eles estão mais defendendo o partido deles do que os direitos das comunidades. Infelizmente poucos ganham com as ações deles.

AP: Mas o Conselho Tutelar teve uma participação (...) pelo menos na época do [Dr. Alexandre, na gestão passada] o CT estava atuante e na sua [gestão] também.

Oscar: Só que aquilo, a presença em si é uma coisa, agora a presença em reunião e falar que está tendo ações é outra coisa. Então, ir a uma reunião e estar disposto a responder pergunta é uma coisa. Agora, falar que está fazendo isso, que vai fazer um trabalho para o ano que vem, divulgar seu trabalho, sua ação futura de melhoria para a comunidade, isso eles não têm. (...). Eu acho que eles têm medo de se expor, né? Acho que eles defendem um lado, mas não o outro. O lado das pessoas que tão sendo massacradas por um lado devido uma situação que ela fez de errado, tal, tal, que eu também condeno. Mas tem que haver outro lado, que eu já vi muito, as pessoas condenarem um policial. Condenarem algumas ações. Mas as pessoas não querem saber o porquê dessas ações, quem são os policiais, se eles têm família ou não. (...). Hoje... no passado houve vários erros de comando da polícia que é justamente ir no local e fazer uma ação mais ostensiva e eles nem sabiam o que estavam procurando. Hoje essas ações são mais inteligentes, [os policiais] vão buscar as pessoas certas. Hoje, devido ações que mudaram... o Conseg está justamente ajudando nisso, a incentivar as pessoas, a denunciar o que tem de errado, é o que eu falo. O CEDECA denuncia os policiais, ela [a entidade] denuncia os bandidos? Ela ajuda a policial a tirar aquele mau cidadão que está danificando o local, que está prejudicando as crianças, levando para um caminho errado? O CEDECA fala que aquela pessoa não serve de exemplo pra aquela criança? Ou só exige que os policiais cumpram a lei e respeite o cidadão? Eu acho que temos que exigir, sim, dos policiais que cumpram a lei. E a gente tem que fazer nossa parte denunciando quem está prejudicando nossas crianças, quem está prejudicando nossa família. Então têm esses dois lados, que eu não tenho visto o CEDECA fazer, que é eliminar os maus elementos que estão prejudicando nossas famílias. Ele só defende, pelo que eu ouço falar, que eles só denunciam os policiais. Agora, eles denunciam os bandidos que estão perto deles? Então eu acho que a partir do momento que a entidade pensa dos dois lados, está correta a ação, que é o que o Conseg hoje faz. Nós ouvimos os dois lados, fazendo as ações, eu não tenho medo de apontar o dedo onde está a ferida. E assim tem que ser todas as entidades que defendem a população. Não só defender um caminho e sim ver no todo o que está prejudicando a sociedade.[Entrevista 10]

Para Oscar, os policiais devem agir na lei, mas os “maus elementos” devem ser denunciados. De acordo com ele, é preciso ver os “dois lados”, o que o motiva a “apontar o dedo onde está a ferida”. Para ele, a polícia hoje é mais “inteligente” e “técnica”, e os abusos são menos frequentes. As diferenciações elaboradas por Oscar e outros moradores

em relação aos ativistas de entidades de direitos humanos inscrevem-se nessa disputa entre reconhecer ou não os abusos policiais. Para os ativistas, os abusos são dirigidos para determinados tipos de pessoas: os jovens pobres e as prostitutas. O debate sobre a violência na escola parece iluminar esse ponto. Vejamos.

Durante o encontro, Isabel questionou a subprefeitura sobre quais seriam as ações da nova gestão municipal para a região de Sapopemba, visto que *O problema social acaba nas mãos da polícia. E boca de tráfico tem uma a cada esquina, mas na Saúde não tem um Centro Especializado*. Dirigindo-se novamente ao delegado substituto reivindicou o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pedindo para que o Conselho Tutelar fosse imediatamente acionado quando alguma criança ou jovem menor de 18 anos fosse preso e conduzido à Delegacia. De acordo com Isabel, o Conselho Tutelar precisava *atuar no momento do susto, senão [a criança ou o jovem] vira 'cadeiera', ganha fama* [por ter estado na cadeia].

Em um encontro ocorrido três meses antes⁸⁸, em que Isabel não estava presente, Juci relatou que um jovem havia sido torturado pela Polícia e que também estava ameaçado de morte pelo tráfico de drogas, por conta de uma dívida. O Tenente respondeu que era provável que o jovem estivesse sob efeito de drogas no momento da prisão e que *Só dando tapa no pé da orelha [para o adolescente] parar de falar*. Visivelmente desconfortável com a colocação da conselheira tutelar, o policial reclamou da postura das entidades de direitos humanos que condenam os policiais diante de “posturas mais enérgicas” em casos em que os jovens deslegitimam a autoridade policial. De acordo com ele, os ativistas de entidades de direitos humanos só ouvem *um lado*, o dos jovens infratores, e não se preocupam com *o lado dos policiais* que são desacatados. Ele disse: *Os jovens perderam os valores morais. Desacato [de autoridade] não dá em nada. A multa é de R\$ 100,00!* [O jargão utilizado pelos jovens diante da abordagem policial] *É o 'Se liga, veio!' Eles tiram o policial do sério*.

Seguiu-se uma discussão que evocava os direitos civis de jovens infratores por parte da conselheira tutelar, por um lado, e a legitimidade da polícia em exceder o uso da força em relação aos “bandidos”, sobretudo os traficantes, por outro lado. De acordo com o

⁸⁸ DC, 09/2006

Tenente, o direito à preservação da integridade física deveria ser respeitado, mas o desacato à autoridade seria uma espécie de ação-limite, que legitimaria ações mais duras. Em seguida, argumentou que no caso do tráfico de drogas as ações corporais duras seriam necessárias, porque *traficante não tem direito a nada*. Juci cobra da prefeitura mais abrigos para casos graves, como ameaças de morte, já que o menino era ameaçado por traficantes por dívida de droga. Ela explica que a intenção era garantir a integridade física do jovem, inserindo-o numa rede de serviços sociais. O policial questiona o procedimento, já que o menino tinha vínculos com tráfico, o que mereceria a intervenção policial para a denúncia e a prisão do traficante.

Uma terceira personagem entra em cena: Flávia, aproximadamente 40 anos, diretora de uma das escolas públicas da região, interessada em aumentar as rondas policiais na escola. Ela pede ações enérgicas para casos de tráfico de drogas e uso de armas na escola, corroborando a fala do policial de que seria necessário conter os jovens através do uso da força: *Perante uma pessoa drogada, não tem diálogo. De verdade, eu tenho vontade de meter a mão na cara. Ou você enfrenta, ou perde a escola*. Narrou o caso de um menino que *colocou a língua na boca de uma professora. Ela corrigiu o menino até ele se sentar. Ele não queria, mas ela deu uma bundada nele e ele sentou*⁸⁹. Reclamou das políticas educacionais que não permitem que o jovem seja expulso e elogiou a parceria entre polícia e escola através da Ronda Escolar⁹⁰, realizadas pela polícia: *A Ronda [Escolar] me atende, eles são parceiros da escola. Eles chegam lá e não precisa fazer mais nada. Mas têm casos que fogem do controle. E eu preciso me expor [perante os meninos] porque eu sabia até que tipo de arma vinha se tivesse a briga. O policial chegou [para controlar uma briga na escola] e lançou spray de pimenta*.

⁸⁹ Nessa passagem, é nítido como marcadores de gênero e sexualidade estão imbricados na questão da violência nas escolas. E, tudo indica, reflete a maneira como os educadores têm encontrado dificuldades para formular/acionar soluções para mediar os conflitos.

⁹⁰ A Ronda Escolar é uma das atividades operacionais que ficam sob supervisão do CPC (Comando de Policiamento da Capital), órgão responsável pelo policiamento ostensivo no município de São Paulo. O CPC está dividido em oito Comandos de Policiamento de Área (CPA) e vinte e cinco Batalhões (BPM/M). As atividades operacionais da Polícia Militar são: Radiopatrulhamento motorizado; Policiamento Ostensivo à pé; Patrulhamento Tático Móvel (Força Tática); Policiamento de Trânsito; Policiamento Escolar; Posto Policial Militar; Policiamento com motocicletas; Policiamento com bicicletas; Radiopatrulhamento Feminino; Policiamento com cães e Policiamento de guarda. Há outras formas de atuação como Programa Forças Táticas, para a repressão ao crime organizado, sobretudo homicídios e roubos. Disponível em <http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp>. Acesso em 03/12/2008.

A conselheira tutelar explica que em atos de violência envolvendo jovens acima de 12 anos, o procedimento é lavrar um boletim de ocorrência, porque *alguns lugares têm que ser sagrados: a escola, a casa, a igreja*. A diretora questiona que a escola e o Conselho Tutelar não estavam *falando a mesma língua* já que o menino agressor permaneceu na escola, *está lá, na boa*. Ela argumenta que se refere a casos gravíssimos como a de um menino que estava sendo abusado pelo tio: *A semana passada eu apanhei porque o tio abusa do menino e eu não deixei* [aparentemente o tio foi buscar o menino na escola]. *Ele jogou o portão em cima de mim e conseguiu me chutar bastante. Fiz corpo de delito. E eu deixei de ser a vítima, enquadrada no artigo 349* [abandono de função do cargo público]. *A pessoa do plantão se reusou a me escutar.(...) Tenho Ronda Escolar que vai de dia que não vai à noite. Eu tive ontem sete ônibus que foram para o Playcenter. Eles quebraram o ônibus. Pedi para o policial subir no ônibus e ele disse que não podia*. Tenente Heleno explicou que a polícia poderia ter pedido para que todos os alunos saíssem do ônibus e fizessem um *paredão*. Insistiu que os policiais da Ronda Escolar poderiam, sim, atuar nesses casos e, sendo Tenente, prontificou-se a acompanhar a primeira abordagem antes que os alunos saíssem para uma atividade externa.

Até onde sei, o papel do Programa Ronda Escolar, da Polícia Militar, e o Programa de Proteção Escolar, realizado pelos Guardas Civis Metropolitanos através da prefeitura, não têm a finalidade de enquadrar os alunos em “paredão”, a não ser que se considere que todos os alunos que forem fazer uma atividade externa sejam “enquadrados por fundada suspeita”, o que não parece ser o caso⁹¹. A diretora, em outra passagem, também comenta:

⁹¹ O governo do Estado de São Paulo decidiu instalar câmeras nas 5.300 escolas da rede depois que “(...) alunos da escola Professor Antônio Firmino de Proença, na Mooca (zona leste), quebraram vidraças, cadeiras e mesas, após a polícia entrar na unidade para retirar dois estudantes, acusados pela direção do colégio de terem envolvimento com o tráfico. Essa é uma das unidades da rede que já conta com câmeras. (...). Outra medida do plano será um manual de procedimentos, para que diretores e professores tenham instruções de como proceder em cada caso (para saber, por exemplo, quando a polícia deve ser chamada)”. (SÃO PAULO quer pôr câmeras em todas as escolas. *Folha on-line*, 16/05/2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u566902.shtml>. Acesso em 07/2009.) A Prefeitura de São Paulo lançou o Programa de Proteção Escolar, em que 2.472 câmeras foram instaladas em 302 escolas da rede municipal monitoradas pela central da Guarda Civil Metropolitana que também tem a atribuição “de manter contato com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs, Associação de Pais e Mestres e demais órgãos públicos envolvidos, direta ou indiretamente, para assegurar a sintonia necessária ao programa”. Os guardas civis têm a responsabilidade de reforçar os vínculos de confiança entre os professores, pais, alunos e todos os atores do ambiente escolar, para buscar alternativas para a construção de um ambiente seguro.

Ver: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/seguranca_urbana/seguranca_escolar/0001

Pego o menino na lan-house, pego na orelha e coloco no meu carro. Tiro ele da padaria quando está bebendo. Estudos sobre a violência nas escolas apontam que ações de “vigilância constante” por parte de diretores frequentemente favorecem conflitos entre professores e alunos (Ruoti, 2006). Encaminhamentos mais jeitosos ou apropriados foram realizados através do Conseg Sapopemba a pedido de Flávia, por exemplo. Em ações conjuntas entre a subprefeitura e as polícias, foram lacrados estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, dispensando *puxões de orelha* nos alunos.

A temática da violência nas escolas não é um assunto banal e o ponto ressaltado pela diretora é cada vez mais relevante em São Paulo. A literatura tem indicado que nas grandes metrópoles são comuns problemas como tráfico de drogas, vandalismo e ameaças físicas aos professores por parte dos alunos, bem como xingamentos, gírias, jargões inapropriados e punição excessiva por parte dos professores (Paiva et al., 1998; Zaluar & Leal, 2001 e Ruoti, 2006). A crise da instituição escolar se coloca em um contexto em que as escolas “cada vez mais têm dificuldade em administrar as relações entre o interior e o exterior, entre o mundo escolar e o mundo juvenil” (Debut, 1998: 29). Diante de um contexto de crise, prolifera-se uma das marcas centrais das relações entre funcionários de escolas e alunos: a ausência de reciprocidade (Zaluar & Leal, 2001) ou “a falta de respeito [que] se figura como o ponto mais nevrálgico da relação que se institui entre os membros escolares, assinalando uma quebra de reciprocidades, dando espaço à violência” (Ruoti, 2006: 103)⁹².

Chama a atenção, o fato de que o encontro começa com a disputa, por parte da conselheira tutelar e do policial, para delimitar quem é o “perpetrador” da violência, o jovem sob efeito de drogas *ou* o policial. O policial “ganha” a disputa quando a diretora entra em cena legitimando o *Só dando o tapa no pé no ouvido* para conter um jovem sob efeito de droga. Ao elogiar o trabalho da Ronda Escolar, a diretora conquista o apoio do policial para fazer “batidas policiais” antes que os alunos saiam para uma atividade externa. O discurso da escola e da família como espaço sagrado lançado pela conselheira

⁹² Ao realizar um balanço bibliográfico sobre o tema, a autora aponta que as ciências sociais têm localizado a discussão tanto na perspectiva do campo das práticas escolares e das exclusões que provocam, quanto na violência (física e psicológica) que é transposta para o contexto escolar. As perspectivas intra e extramuros são trabalhadas por Zaluar e Leal (2001: 157), para quem há “a invasão da escola pelos códigos e práticas que dominam as ruas das áreas pobres”, ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes são estigmatizadas.

não convence a diretora, que trata da necessidade de garantir a segurança na escola. O deslocamento do direito à segurança para o sagrado, nesse contexto, não convence e afasta a discussão dos direitos da infância e adolescência conquistados historicamente através do ECA, em que o comportamento violento de policiais em relação aos jovens se tornou passível de ser punido. Além disso, abre espaço para a suposição incorreta de que os ativistas de entidades de direitos humanos não estão preocupados com as regras perversas que regulam o mundo do crime e afetam o comportamento dos jovens. Como afirmou Isabel em entrevista de 2006, logo após os ataques do PCC em São Paulo:

A gente fica preocupada porque eu acredito que nós não podemos ficar atrás de uma organização criminosa, porque ela é perversa, porque quando você pede para um adolescente fazer as regras de um centro comunitário, é assim: ‘Se não fez, é expulso’. O educador é que tem que fazer uma mediação pra não ser tão severo.[Entrevista 2]

Há ainda um último ponto a ser mencionado. Tal qual ocorre em Campo Belo, um dos paradoxos da incorporação da linguagem dos direitos nos Consegs é a segregação política de grupos, pessoas ou entidades de direitos humanos que defendem os grupos estigmatizados.

Tal qual Oscar desqualifica as entidades por não “denunciar os bandidos”, Flávia também acusa o serviço do Conselho Tutelar de sua falha em controlar os jovens. Ela disse: *Nós, muitas vezes, não sabemos como lidar com a situação, o que é certo e o que é errado. Antigamente o Conselho Tutelar era uma ameaça aos meninos.*

Meses mais tarde, houve novas eleições para conselheiros tutelares⁹³. Juci, novamente com o apoio do CEDECA e CDHS, foi eleita conselheira. Nesse momento, começou uma verdadeira campanha contra sua gestão. Dois candidatos que concorreram e perderam as eleições do Conselho Tutelar comparecem ao encontro. Um deles perguntou à mesa, em tom de crítica, se *tirar criança de rua não é papel do Conselho Tutelar (?)*. A representante da subprefeitura respondeu que *é papel deles sim*. Ela disse em tom de ironia, referindo-se a Juci: *porque quando “eu” queria voto eu estava aqui sentada (...). O Conselho Tutelar tinha que estar aqui. Eu estou indignada porque o Conselho Tutelar que ganhou não tem compromisso. Nós vamos cobrar. (...) Não pode prometer casa (...). Não*

⁹³ DC,11/2007

pode boca de urna. A gente vê tanta corrupção e vota novamente. Usaram outras formas para ganhar o Conselho Tutelar. Eu não vou falar nomes, mas quem ganhou, onde está?

As denúncias de compra de votos em relação aos conselheiros eleitos com vínculos com a Teologia da Libertação eram caluniosas. Essa era, exatamente, a crítica que os ativistas de entidades de direitos humanos dirigiam a uma chapa que ganhara uma das eleições concorridas há alguns anos.

*

As articulações de conteúdos, em alguns contextos, são indicativos da expansão das reivindicações da segurança como um direito. O grande paradoxo, como aponta Sorj (2004), reside no fato de que os diversos grupos se organizam em torno dos direitos humanos, mas restringem a representação a interesses individuais ou particulares de grupos específicos, de modo que “(...) os indivíduos não procuram mais construir uma utopia socialmente inclusiva e a desigualdade só é relevante em relação ao próprio grupo, e não ao conjunto da sociedade” (Ibid.: 51).

Em Campo Belo, situações como barulho, casas de prostituição e prostituição infantil, proprietários de terrenos que não zelum pelos terrenos são indicativos da maneira como os moradores incorporam a linguagem dos direitos. No entanto, os limites do que se entende por direitos aparecem quando se trata de determinados “tipos de pessoas”: os evangélicos, as prostitutas e os moradores de favelas. Nesse ponto, é relevante chamar atenção para o fato de que estereótipos relacionados a classe, gênero e religião permeiam as discussões sobre a violência. Ainda que esse seja o cenário predominante, há aqueles, como Fausto, que constroem uma “utopia socialmente inclusiva”, nuançando o perfil eminentemente preconceituoso de moradores que frequentam os encontros.

O cenário de Sapopemba não se mostra muito divergente. A discussão da violência na escola indica como o discurso do direito à segurança anda lado-a-lado com intolerância e estigmatização dos jovens pobres e tolerância em relação ao abuso policial. Os temas do atendimento de gênero na delegacia e a violência policial sugerem como a participação dos ativistas de entidades de direitos humanos contribui para a circulação de narrativas afinadas com a expansão dos direitos das mulheres e dos jovens. A apresentação da

Cartilha da Abordagem Policial aponta para um campo de negociação da noção de direitos, em um contexto em que a sociabilidade corrupta e violenta de policiais com a população e os próprios ativistas é evidente.

Capítulo 3

Sociabilidade e violência

No capítulo anterior, tratei das interações dos moradores nos Consegs. Agora, gostaria de localizar as narrativas no espaço e no tempo dos informantes. Considero essa discussão importante porque tenho como hipótese que as histórias de vida, as trajetórias profissionais e a vida nos bairros podem informar alguma coisa sobre como as pessoas concebem a violência, bem como a multiplicidade de falas e dissensos sobre a questão. Tudo indica que as práticas no plano da vida cotidiana podem ser relevantes para informar a “sociabilidade violenta” nos bairros.

Misse (1999: 12) indica que a sociabilidade violenta se inscreve “no crescente fechamento da sociabilidade cotidiana entre os ‘ricos’ e ‘classe média’ e entre estes e a massa dos ‘pobres’ (indicada pela ausência de áreas comuns de encontros sociais interclasses e pela segregação cada vez maior)”. De acordo com o autor, a “violência urbana”, mais do que um conceito, é uma representação, um objeto a ser estudado⁹⁴. O trabalho de Caldeira (2000) sobre “crime, segregação e cidadania em São Paulo” mostra que ao falar sobre o crime os moradores de diferentes classes sociais reproduzem a violência, classificam determinados grupos como perigosos e favorecem a segregação urbana valendo-se, para tanto, de “padrões de diferenciação social e separação” (Ibid.: 211).

A abordagem espacial e temporal presente nos trabalhos de Bourdieu (1991 e 1987) e Das (2007) também ajuda a fornecer uma orientação analítica para os objetivos deste capítulo. Ao pesquisar as relações entre narrativas, violência e configurações locais, Das pretendeu “ver a relação entre um evento e o cotidiano (...) localizando-o em termos social e temporal”, entendendo que a “localização pode ser definida como construção de referências que nos permite situar vários programas de narrativas de um discurso em relação ao espaço” (Das, 2004: 135 e 252). Para Bourdieu, a própria categoria “classe

⁹⁴ Ver também Zaluar (1999a)

social” deve acompanhar a complexidade da heterogeneidade social e as configurações de espaço e tempo. De acordo com o autor, o espaço social é multidimensional e pode ser construído empiricamente através da descrição dos princípios de diferenciação acionados em determinadas configurações de espaço e tempo, considerando os contrastes das relações sociais⁹⁵. Desse modo, as categorias classe média ou média alta são referências que remetem aos diferentes tipos de capitais que se colocam de forma relacional em cada espaço social.

Seguindo a idéia de que a efetividade da linguagem institucional vem “de fora” e “há uma retórica que caracteriza todos os discursos institucionais” (Bourdieu, 1991: 109), trata-se de entender como as linguagens das instituições e pessoas que participam dos Conselhos Locais de Segurança são produzidas através das experiências e das lutas simbólicas que existem no cotidiano dos espaços sociais e em que medida essas dimensões da vida mobilizam o ato de *nomear* o outro: o bandido, o pobre, o favelado, o policial etc. Este capítulo discute os diferentes grupos locais que participam dos Consegs com mais frequência, enfatizando suas posições de classe, gênero, idade e, em alguns casos, religião. Trata-se de compreender a sociabilidade e os fundamentos que conformam a “violência” em determinadas configurações de espaço e tempo.

O capítulo segue duas direções. Primeiro, apresento os distritos de forma comparativa, mobilizando dados estatísticos sobre os crimes e suas condições diferenciais de vulnerabilidade. A intenção, aqui, é comparar a criminalidade violenta em Campo Belo e Sapopemba. Essa primeira parte abre caminho para apresentar os princípios de diferenciação entre os moradores que participam dos Consegs e descrever as nuances que foram encontradas nos diferentes distritos em relação aos significados da violência. Embora generalizações no campo de estudos da violência sejam difíceis de serem feitas, sob a pena de tornar o universo maniqueísta, algumas recorrências merecem ser analisadas.

⁹⁵ Para Bourdieu, a análise da configuração das classes não é determinada puramente pelo econômico. O espaço multidimensional, ao contrário, leva em conta a descrição dos diversos tipos de capital (econômico, social, cultural e simbólico), que são princípios de diferenciação presentes em dado universo social. Segundo ele, a formação de uma classe, ou de frações de classe, tem toda relação com disposições de aproximação ou distância entre indivíduos – é, portanto, relacional - e *habitus* compartilhados entre grupos sociais. “Classe social” não é uma coleção de propriedades – gênero, idade, origem social, etnicidade, ocupação etc –, mas a estrutura de relações entre todas essas propriedades e os efeitos que cada uma delas exerce nas práticas sociais (Bourdieu, 1984).

Os moradores de Campo Belo tendem a mostrar claro incômodo no convívio com os favelados e as prostitutas. Em Sapopemba, embora a “mistura” se mostre muitas vezes indesejável, é estar “do lado” do bandido ou “do lado” da polícia que parece ser imperativo para as lutas travadas nos posicionamentos dos moradores, ainda que esta fronteira não seja rígida e absoluta (Zaluar, 2000). Três princípios de diferenciação são usados para investigar a sociabilidade nos bairros: o local de moradia, a relação mais ou menos próxima dos sujeitos considerados os “agentes da insegurança” e as relações entre as organizações civis que estão representadas nos conselhos.

Em segundo lugar, para discutir a dificuldade de formar consensos em relação às formas de contenção da violência, faço o esforço de mapear os fatores que estariam incidindo sobre ela, segundo as representações dos participantes dos Consegs.

1. Os Distritos

Quando realizei a pesquisa de campo, deslocava-me do bairro Vila Mariana, já na divisa com o bairro da Aclimação, próximo da área central de São Paulo, para Sapopemba e Campo Belo. Minha ida para esses bairros - seja para observação das reuniões dos Consegs ou a realização das entrevistas - levava-me a diferentes regiões da cidade onde predominavam as categorias nativas centro e periferia. Foi comum ouvir dos moradores expressões tais como “aqui na periferia” ou “lá na periferia”, bem como “na cidade”, para designar a oposição “centro-periferia”. Por serem categorias “nativas” não há como desconsiderar essa distinção, ainda que, do ponto de vista analítico tais categorias essencializem espaços sociais que, na verdade, são heterogêneos do ponto de vista dos grupos sociais.

O mapa abaixo identifica a localização dos bairros e das regiões político-administrativas que foram objeto de pesquisa: na região centro-sul, o distrito de Campo Belo e o subdistrito Jardim Aeroporto, pertencentes à subprefeitura de Santo Amaro e Planalto Paulista, administrado pela subprefeitura de Vila Mariana. Na zona leste, o distrito de Sapopemba, pertencente à subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba.

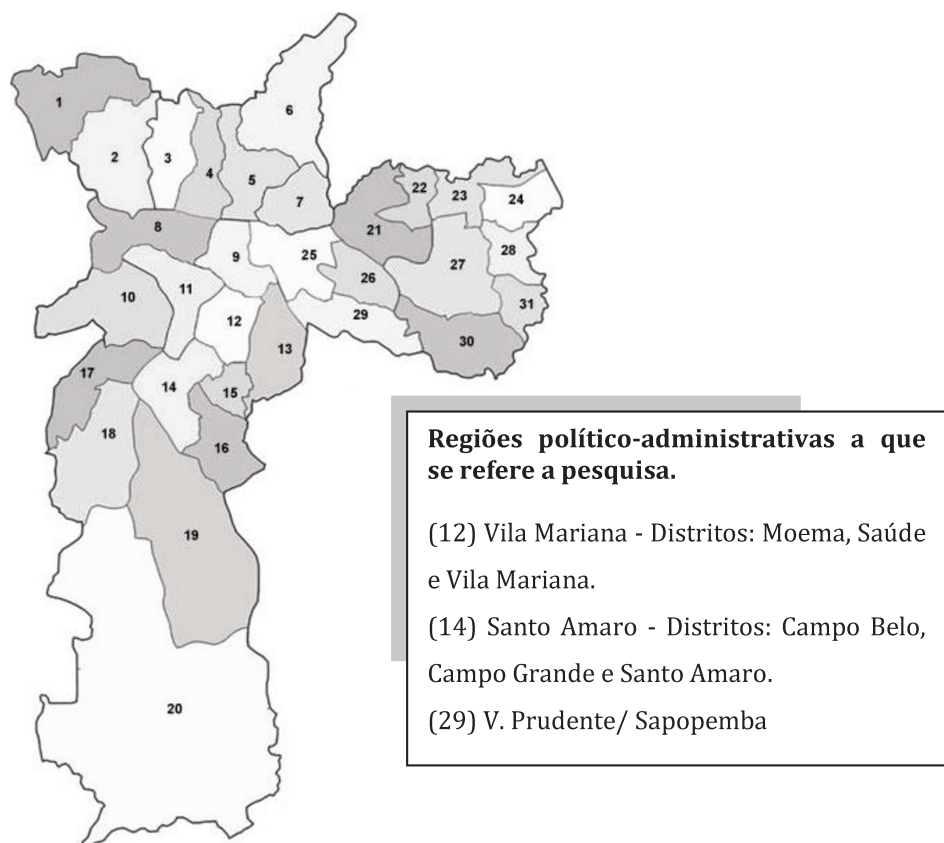


Figura 2 - Mapa das Regiões Político-Administrativas de São Paulo. Fonte: *Site* Prefeitura de São Paulo: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapas/0001>

É difícil definir um paralelo preciso entre essas regiões. Os dados quantitativos disponibilizados pelas agências encarregadas de produzir as estatísticas socioeconômicas e aquelas encarregadas dos dados criminais não correspondem às mesmas áreas. Não há equivalência entre as áreas circunscritas pelas Delegacias de Polícia, definidas pela Secretaria de Segurança Pública, e que são base para a delimitação dos Consegs, e as áreas político-administrativas, desenhadas pela Prefeitura Municipal. De toda forma, é possível contextualizar esses bairros em função de algumas variáveis.

Quando comparamos os números absolutos das ocorrências policiais referentes a homicídio doloso e outras modalidades de crimes, como roubo de veículo, outros roubos, estupro consumado, ato obsceno e extorsão mediante sequestro entre os anos de 2000 e 2004⁹⁶, vê-se que os crimes contra o patrimônio são os mais recorrentes nas proximidades

⁹⁶ Dados gerados a partir de banco de dados disponibilizados pela Fundação SEADE, referente aos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. Ver Anexo 1.

de Campo Belo, enquanto em Sapopemba há mais homicídios. Como mostram os números abaixo.

Em Sapopemba há mais homicídios, roubos de veículos e mais estupros: 326 homicídios dolosos, contra 81 em Campo Belo, Moema e Região; 8.824 ocorrências de roubo de veículos consumados e 4.546, respectivamente; 29 estupros consumados, contra 21 no segundo.

Em Campo Belo, Moema e Região, inversamente, registrou-se mais ocorrências de roubos de outras naturezas (como roubo a residência, comércio e banco), sequestros, furtos e ato obsceno, como apontam os números absolutos: 12.323 roubos consumados (com exceção de roubos de veículos), contra 8.110 em Sapopemba; 15 extorsões mediante sequestro, contra 11; 7.448 furtos consumados no primeiro e 2.726 no segundo e 24 ocorrências de ato obsceno, contra 7 no segundo⁹⁷.

Em resumo, em Sapopemba as pessoas morrem mais, enquanto na região de Campo Belo, os crimes contra o patrimônio são mais frequentes, além dos sequestros e roubos a banco.

Ao tomarmos os diferentes bairros que compõem as regiões político-administrativas, é possível verificar a heterogeneidade entre eles e também aquela intrabairros, no interior de uma mesma subprefeitura.

⁹⁷ Dados gerados a partir do SEADE, Base de Dados 2000, 2001, 2003 e 2004.

Tabela 1. Taxa de homicídio, renda e escolaridade das regiões político administrativas de Santo Amaro, Vila Mariana e Vila/Prudente Sapopemba

Subprefeitura	Bairro	Taxa Homicídio (1999)	Sem Renda* (2000)	Renda 3SM (2000)	Renda maior 20 SM (2000)	Escolaridade (2000)	
						Menos de 4 anos	Mais de 15 anos
Santo Amaro	Campo Belo	26.88	4.51	10.48	38.11	6.1	45.6
	Santo Amaro	42.02	7.64	8.55	32.63	6.4	32.2
	Campo Grande	44.41	6.85	16.76	21.02	9.1	26.9
Vila Mariana	Moema	4.11	5.46	3.04	53.42	1.8	60.2
	Vila Mariana	11.55	4.28	6.79	37.12	3.5	51.9
	Saúde	19.16	4.42	10.47	29.79	23.4	2.8
Vila Prudente/ Sapopemba	Vila Prudente	47.84	7.74	27.68	8.30	16.3	13.3
	Sapopemba	77.68	12.85	36.96	0.99	25.5	1.3
	São Lucas	47.24	8.65	28.31	4.75	16.3	11.7

*A renda se refere ao ganho do chefe da família.

Fonte: Dados agrupados a partir de tabela apresentada em Cardia et al. (2003), gerados a partir da Fundação SEADE (para as taxas de homicídio), IBGE-PNAD e IBGE Censo 2000, para os demais dados.

Dentre todas as regiões político-administrativas que foram investigadas, o distrito administrativo de Vila Mariana apresenta menor taxa de homicídio, maior escolarização e maior renda acima de 20 salários mínimos, sendo a área de Moema visivelmente menos sujeita a crimes violentos, comparando-se à região de Vila Mariana e Saúde, onde está o bairro Planalto Paulista. Para os moradores dessa última região, há uma clara diferenciação entre o bairro de Planalto Paulista e o bairro de Moema, cuja escolaridade e renda são maiores.

A região de Campo Belo, bairro pertencente à subprefeitura de Santo Amaro, que faz divisa com bairros considerados de classe média alta como Itaim e Moema, além de Saúde e Jabaquara (considerados de classe média), apresenta maior escolaridade, com taxas mais compatíveis com os bairros da região da Vila Mariana, com exceção do bairro Saúde. As taxas de homicídio de Campo Grande (44.41) e Santo Amaro (42.02) são praticamente o dobro do mesmo indicador de Campo Belo (26.88) e muito próximas à taxa do bairro Vila Prudente (47.84). Campo Belo ainda apresenta taxa de escolaridade do chefe

de família (45.6) mais próxima dos moradores de Vila Mariana (51.9). Na visão de alguns moradores, esses dados contribuem para uma imagem de Campo Belo como um bairro que está “mal encaixado” na divisão político-administrativa de Santo Amaro, que deveria fazer parte da subprefeitura de Vila Mariana. Essa “mistura” com os bairros de maiores índices de criminalidade irritam alguns moradores, que consideram que o perfil do bairro é mais compatível com bairros mais ricos ou menos “violentos”. Interessante notar que tal desejo de elevação de *status* do bairro desconsidera a grande concentração de favelas no bairro de Campo Belo, cujo número total era de vinte e três (23) de acordo com dados da Sempla (2008)⁹⁸.

A região político-administrativa de Vila Prudente/Sapopemba também apresenta um espaço heterogêneo. A taxa de homicídio do bairro Sapopemba (77.68) é quase o dobro dos bairros de Vila Prudente (47.84) e Parque São Lucas (47.24), assim como são discrepantes as taxas de escolaridade dessas regiões. Sapopemba é mais “periférico” se comparado aos bairros dessa região político-administrativa⁹⁹. Quanto ao indicador “renda”, vê-se que 8.30 é a taxa de moradores de Vila Prudente que ganham mais de 20 salários mínimos, enquanto apenas 0.99 dos moradores de Sapopemba têm o mesmo rendimento. O bairro de Vila Prudente também apresenta taxa de 13.3 em relação à escolaridade acima de 15 anos de idade, acima do bairro Saúde, cuja taxa é de 2.8, ainda que a renda acima de vinte salários mínimos seja maior nesse último.

Como indicam os estudos (Torres et al., 2008 e Cardia et al., 2003), territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica são também as regiões onde as taxas de homicídios são maiores. Em Sapopemba, cuja taxa de homicídio é maior se comparada a todos os bairros, também se verificou maiores taxas de chefes de família sem renda, ou que ganham três salários mínimos, e menor índice de escolaridade. Ao mesmo tempo, apresenta menor taxa de moradores que ganham renda maior que vinte salários mínimos.

⁹⁸ É provável que o número de favelas em Campo Belo esteja mais baixo atualmente, em virtude da Operação Urbana Água Espraiada, realizada de 2008 a 2009, que removeu favelas da região. Convém apontar que essa região, portanto, ao apresentar diversas clivagens internas - entre os pobres e a classe média alta -, torna-se particularmente profícua para o estudo das estratégias distintivas e classificatórias.

⁹⁹ O termo “situações periféricas” foi empregado por Almeida et al. (2009) para caracterizar posições hierarquicamente inferiores de espaços sociais distantes da centralidade da produção e reprodução de bens materiais.

Na zona centro-sul, a região central de Campo Belo e o bairro de Moema são considerados mais nobres, próximos de áreas valorizadas com a verticalização de apartamentos de alto padrão, onde predominam moradores de classe média ascendente (ou média alta) com trajetória de ascensão social. Os bairros considerados menos nobres - Planalto Paulista nas imediações da Avenida Indianópolis e Jardim Aeroporto (que faz parte de Campo Belo), próximo ao Aeroporto de Congonhas - são considerados bairros de classe média. Nessa região, há também presença de favelas e cortiços. De fato, há ruas de classe média que se configuram como “zonas de fronteira” na medida em que os residentes convivem com barracos ali instalados. As caracterizações dos moradores que vivem nessas localidades dão uma idéia clara das diversas classes sociais que convivem no bairro e a heterogeneidade da configuração espacial da região que congrega o Conseg Campo Belo¹⁰⁰.

Na Zona Leste, o bairro de Sapopemba é recortado por moradores das vilas, consideradas de classe média, compostas em geral por operários, comerciantes ou profissionais autônomos que moram nas casas mais bem acabadas, em geral, sobrados reformados, gradeados e pintados. Alguns desses moradores são considerados – ou se veem – com prestígio, maior capital econômico e social. Pondero que esses moradores fazem parte das camadas médias da periferia. Ao mesmo tempo, há uma série de favelas na região onde predomina moradores que, ao contrário da trajetória operária que permitiu ascensão social, apresentam história de vida marcada pela luta pela sobrevivência. Seja por qualquer tipo de critério de diferenciação que se queira tomar – puramente econômico ou as várias formas de capital que conferem poder – os moradores das favelas, excluindo obviamente os traficantes, têm renda muito baixa e difícil acesso aos diferentes capitais. Tais configurações também remetem à heterogeneidade de moradores em um mesmo espaço social.

A significativa heterogeneidade na configuração da cidade de São Paulo me leva a analisar, neste capítulo, as hierarquias sociais que a acompanham e a maneira como contribuem para a “sociabilidade violenta” nos bairros. Tal análise é importante na medida

¹⁰⁰ Entre os moradores de Campo Belo, Jardim Aeroporto e Planalto Paulista, a distinção entre os bairros fica clara. Um morador de Campo Belo, por exemplo, ao caracterizar seu bairro, disse: “você tem a classe alta, a média, a baixa, e os pobres” [Entrevista 6]. Uma moradora do Jardim Aeroporto, subdistrito de Campo Belo, disse que o bairro “é classe média para baixo. É uma mistura de tudo” [Entrevista20].

em que, como lembram Elias e Scotson (2000), as hierarquias presentes em um dado espaço social revelam tensões, conflitos e atritos que são componentes estruturais. Vejamos como se dão as interações entre esses atores, bem como as opiniões, fofocas e comentários que envolvem os moradores de uma mesma região e que refletem posturas de distanciamento e aproximação (com base em diferentes posições em relação à origem social, ocupação, gênero, idade e etnicidade). Os mecanismos de distinção social, acredito, servem para reforçar determinadas e diferentes hierarquias sociais que contribuem para uma sociabilidade violenta que separa “alguns moradores” de alguns “tipos de pessoas”.

2. Campo Belo: O desgosto da “mistura” com os favelados e as prostitutas

Os bairros que compõem o distrito de Campo Belo e Moema estão entre as melhores taxas socioeconômicas da cidade de São Paulo, no que se refere à renda, escolaridade e emprego. Mesmo assim, o percentual de moradores em favela incomoda¹⁰¹. Em geral, os moradores das favelas não frequentam o Conseg. Quando são mencionados no discurso dos moradores da classe média alta, frequentemente são relacionados ao tráfico de drogas, a exploração de jovens e idosos como “aviões” do tráfico e a remoção dos seus barracos é apontada como a solução para controlar a violência. A ocupação de terrenos públicos configuraria infração da lei, invasão do patrimônio público e ameaça do patrimônio privado, o que mereceria ação legal – via Ministério Público – e policial para remoção das famílias e “realocação” das populações na periferia.

Os participantes do Conseg Campo Belo eram predominantemente da classe média e classe média alta, em geral filhos de funcionários modestos, militares e pequenos comerciantes, indicando parcela significativa de gente que ascendeu socialmente. Apenas esporadicamente alguns representantes dos moradores mais pobres compareciam aos encontros e, quando iam, os embates eram visíveis, como foi indicado no capítulo anterior. Mas as tensões mais frequentes ocorreriam entre os demais grupos, isto é, entre moradores da classe média e média alta.

¹⁰¹ Em 2008, o percentual de população residente nas favelas era de 0.62 em relação ao total da população. A região político administrativa de Santo Amaro possui 43 favelas, com o percentual de 3.20% da população em favelas. Em Campo Belo, como foi mencionado, a Sempla contabilizou 23 favelas (Sempla, 2008).

As hostilidades entre os participantes que gozavam de maior e os de menor prestígio são frequentes. As diferentes hierarquias sociais são compartilhadas entre os moradores e, tudo indica, as redes de relações sociais respeitam o *status* dos bairros em função de, pelo menos, três fatores: a posição social conferida pelo local de moradia, a relação com os sujeitos considerados “agentes da insegurança” e as disputas entre as organizações civis presentes nos conselhos. Existem heterogeneidades internas no grupo de participantes, o que traduz as clivagens no interior do próprio distrito.

2.1. As mulheres diligentes da região central

Os moradores da classe média ascendente viviam na parte mais “nobre” do bairro, a região central de Campo Belo, entre as avenidas Vereador José Diniz e Washington Luís. A região central de Campo Belo sofreu um *boom* imobiliário na década de 1980. As casas construídas por funcionários públicos modestos em chácaras loteadas, entre 1915 e 1940, deram lugar à verticalização do bairro, hoje composto por prédios de apartamento para a classe média e média alta (Castro, 2006). O bairro se tornou um híbrido entre essas habitações antigas e os empreendimentos imobiliários mais recentes. O comércio se desenvolveu, mas há um claro sentimento de declínio da qualidade de vida entre os moradores, consequência do adensamento populacional, trânsito tumultuado, poluição e falta de áreas verdes. Enquanto os bairros vizinhos – Moema e Itaim – consolidaram-se como bairros privilegiados pela proximidade do Parque Ibirapuera e pela intensa vida boêmia, Campo Belo desenvolveu um tipo de lazer considerado inferior pelos próprios moradores - “bar, bingo e bordel” - e a mistura com a população pobre e “favelada”¹⁰².

¹⁰² A par dos problemas que eram sentidos como declínio da qualidade de vida, a região central de Campo Belo abrigava moradores de classe média e média alta que foram protagonistas de crimes violentos recentes. Suzane Von Richthofen, então com 18 anos, matou os pais junto com o namorado, morador do Jardim Aeroporto. Carla Cepolina é acusada de ter matado o coronel da reserva da Polícia Militar Ubiratan Guimarães, seu namorado, conhecido por ter estado no comando do grupo de policiais responsáveis pelo “Massacre do Carandiru”, onde 111 presos foram executados. Em matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, cujo título é “Duas histórias de crime dão fama à rua da zona sul” (01/10/2006, Cotidiano, C3), ressalta-se que “criminosos não estão na rua, mas dentro da casa”. Esses crimes, no entanto, não eram objeto de discussão. Os problemas do bairro não se enquadravam no problema dos homicídios. Os crimes perpetrados pela classe média eram tratados como desvio e exceção, resultado da desestruturação familiar que também ocorre na classe média.

As pessoas de classe média alta de Campo Belo, moradoras da região central do bairro, estão relativamente preservadas do contato cotidiano com os moradores das favelas que residiam mais ao sul do bairro, na Avenida Águas Espraiadas. Elas estão livres de uma convivência intensa com os barracos e com a “mistura” com os pobres, mas, de toda forma, moravam ali e não estão livres do convívio com os cortiços que ocupavam as casas mais antigas da região e das casas de massagem – “pequenas, vulgares, barulhentas”, nas palavras de uma entrevistada – consideradas bordéis disfarçados que exploram a prostituição infantil, “o câncer da região”, de acordo com um delegado.

Duas mulheres da classe média alta de Campo Belo, com mais de 50 anos, cuja trajetória é marcada pela ascensão social, apresentam-se como as dirigentes dos encontros do Conseg. As duas lideranças com as quais tive maior contato têm vínculo muito próximo com bairros considerados mais nobres, por motivo de trabalho ou casamento. Não se trata, portanto, de uma elite econômica ou de uma classe média intelectualizada, mas de pessoas que ascenderam socialmente através do trabalho ou do casamento. Essas mulheres expressavam seus descontentamentos com a configuração atual do bairro com tamanha convicção e força persuasiva, que grande parte dos demais participantes as consideravam diligentes e tendiam a concordar com a maneira como os problemas do bairro eram colocados. Esse grupo era representado por Vera, então presidente do Conseg, 54 anos, neta de militar, e Luíza, advogada, aproximadamente 60 anos, filha de imigrantes europeus, sempre ovacionada por suas sugestões para resolver os problemas através do Judiciário. O capital político de Vera e a linguagem jurídica de Luíza contribuíam muito para a legitimidade delas nos encontros.

Essas mulheres tiveram a infância e a adolescência privilegiadas quando comparadas aos outros moradores que narraram uma vida marcada desde muito cedo pelo trabalho. Suas memórias sobre o passado são muito positivas. Elas, mais do que os outros entrevistados, disseram que suas histórias de vida foram espelhadas em figuras masculinas (como pai ou o avô), cujas trajetórias profissionais foram construídas pelo respeito às leis, honestidade e ordem – valores que elas assumem seguir rigorosamente. Diferente de outros entrevistados, cuja origem social esteve relacionada com a obrigação do trabalho doméstico ou no comércio, essas mulheres se dedicaram aos estudos e à profissão, dando continuidade ao projeto de ascensão social iniciado pela família de origem.

Vera e Luíza ingressaram em cargos públicos e se dedicaram a eles, paralelamente ao projeto da constituição da família, alcançando colocações distintivas dentro de suas especialidades (professora e advogada, respectivamente). Enquanto Vera saiu da sala de aula e começou a se dedicar a projetos junto aos alunos, Luíza ocupou cargos importantes da carreira jurídica, chegando a presidir uma associação de classe.

Vera considera que foi uma “menina geniosa” e teve uma infância feliz em um bairro da zona leste de São Paulo, ainda que sua família não tivesse poder aquisitivo alto. De acordo com ela, o perfil genioso da infância foi equilibrado com a maturidade. O trabalho de professora e orientadora sexual lhe permitiu “ouvir o diferente”. A despeito das dificuldades pelas quais passou depois de casada, quando se mudou para o Morumbi – momento em que trabalhava, cuidava dos filhos e enfrentou problemas graves de saúde na família –, ela conservou sua posição social¹⁰³. Vera se definiu como uma mulher que luta visceralmente, quando acha que está com a razão.

Quando eu acho que eu estou com a razão, é muito difícil eu voltar atrás do que eu faço, do que eu falo. Eu finco o pé e é uma coisa daqui de dentro, é uma coisa visceral pra mim. Quando eu acredito nessa coisa eu luto por essa coisa e vou até o fim. Então é uma coisa que, antes, era tudo muito mais sofrido, porque se você quer uma coisa você briga, você grita, você chora. Era tudo muito mais emocional. (...). Hoje eu faço um equilíbrio com isso, a pessoa vem, eu percebo que ela está pronta pra agredir, então eu não contraponho e eu espero pra contrapor. Nem sempre é possível porque a gente também nem sempre consegue essa perfeição, mas enfim, eu tenho tentado agir dessa maneira. [Entrevista 4]

O perfil descrito por ela condiz com sua postura nos encontros e boa parte dos comentários a seu respeito coletados durante a pesquisa, que a caracterizam como uma mulher “lutadora”, “combativa” e “diligente”. Como mencionei no capítulo anterior, Vera foi uma das principais protagonistas na reativação dos Conseg, disputando o interesse de formar uma chapa com pessoas vinculadas a partidos políticos que tradicionalmente ocupavam a liderança dos encontros. Nesse processo, ela teve o apoio de outros moradores, sobretudo aqueles ligados à classe média organizada do bairro, como Fausto, também insatisfeito com o caráter partidário que os antigos dirigentes do Conseg haviam imprimido na gestão anterior. De acordo com Fausto, quando esse grupo partidário dirigia as reuniões,

¹⁰³ No momento da entrevista ela tinha se casado com um homem que foi preso e torturado durante o regime militar e acabara de se mudar para um apartamento em um bairro considerado nobre da cidade, conservando seu imóvel no Campo Belo.

não havia nenhuma influência da sociedade nas demandas feitas ao Estado e Vera “conseguiu levantar o Conseg”.

Ela, sem dúvida, era uma das oradoras privilegiadas nos encontros quando se tratava de chamar atenção para o hiato entre a insegurança, os altos impostos e a ineficiência das instituições públicas para resolver os problemas do bairro. Ela tinha grande disposição em se relacionar com a Polícia Militar, instituição que ela aprendeu a respeitar desde a infância, e maior capital social no que diz respeito aos recursos baseados em conexões com os policiais e representantes da subprefeitura atuantes no bairro, em virtude das relações de aproximação que estabeleceu ao longo de sua gestão no Conseg. O Capitão da Polícia Militar da área recebeu seu apoio para reivindicar o aumento de policiais na área e permanecer no comando do Batalhão quando sofreu um processo de insurgência dos soldados que estavam no seu comando - segundo o Capitão, os soldados estariam descontentes com o esquema de folgas que ele havia proposto e, segundo Vera, o Capitão teria afastado policiais “viciados” do batalhão e, por isso, sofrido retaliações. Vera conseguiu apoio da Polícia e da subprefeitura que atuaram em operações conjuntas para fechar casas de massagem no Campo Belo, além de mobilizar a mídia para a publicação de matérias que denunciavam a prostituição infantil. Foi em sua gestão que o problema das casas de massagem foi paliativamente resolvido.

No entanto, alguns moradores de outros bairros a consideram “arrogante” e avaliam que exista diferença de tratamento entre os setores “melhores” e “piores”.

Em um dos encontros Penélope, a representante da associação do Jardim Aeroporto, reclamou que suas questões não haviam sido priorizadas: *Tem uns que se levantam* [passando na frente da ordem estabelecida para os discursos], *e outros são abafados. Eu não fui ouvida.* Vera explicou em tom de ironia: *Eu separei por região. Faz questão de ser a primeira? Tá bom, na próxima [reunião] você vai ser a primeira.* Além disso, Penélope tratava o Capitão da Polícia Militar pelo primeiro nome, o que repercutiu na manifestação de outra mulher que achou *um desrespeito a maneira* [informal] *como ‘aquela senhora’ se dirige a uma autoridade*¹⁰⁴. Além de se abster da formalidade, “aquela senhora” trajava camiseta regata branca e calça de moletom azul, não estava maquiada, não usava brincos e outros adornos, com exceção de uma aliança na mão esquerda, o cabelo era

¹⁰⁴ DC, 03/2007

preso por grampos - uma aparência que destoava das outras mulheres com cabelos escovados e discretamente maquiadas.

As hostilidades entre os moradores revelam as distinções de poder e posição social. Dentre elas, vestir-se bem e falar bem eram aspectos que conferiam atributos de maior capital simbólico, sobretudo entre as mulheres. Quando a participante perdia controle em relação à imagem que os demais faziam dela, acabava oferecendo à “oponente” um “ponto frágil” mediante o qual era, frequentemente, criticada (Goffman, 2007). Esses aspectos acionavam as distinções sociais entre mulheres que moravam no mesmo bairro, mas em regiões consideradas mais e menos nobres.

As mulheres que moravam na região central de Campo Belo e que tinham vínculo com os bairros mais nobres da cidade, também sentiam que a localização de seu bairro na região político-administrativa de Santo Amaro não correspondia ao *status* do bairro. Vera, por exemplo, considerava que o bairro de Campo Belo apresentava um perfil “diferente” dos demais bairros da região administrativa de Santo Amaro e mais próximo da região de Vila Mariana. O perfil popular dos bairros de Santo Amaro e Campo Limpo não seria compatível, em sua opinião, com o *status* de Campo Belo. Basta lembrar do comércio popular do Largo Treze de Maio, em Santo Amaro, onde predomina a venda de produtos nordestinos, trabalhadores ambulantes e “casas de massagem”.

Para além dos sinais de distinção caracterizados pela indumentária e linguagem, outros aspectos eram postos em disputas, como a já mencionada polêmica em torno das associações comunitárias para estabelecer contato com as autoridades públicas. Não obstante, era claro que as mulheres consideradas diligentes com mais de 50 anos apresentavam maior rede de relações se comparadas aos outros moradores.

Luíza também conquistou o respeito dos moradores em virtude de sua atuação junto ao Judiciário e sua capacidade de transitar por espaços públicos para demandar melhorias para o bairro. Antes de me receber em seu escritório em área nobre da cidade, ela sugeriu que eu participasse de uma reunião do Plano Diretor para que eu percebesse os diferentes movimentos que atuavam na região. O interesse dela em participar dos encontros do Plano Diretor se referia à luta para cobrar a aplicação efetiva de alguns moradores em relação ao respeito à lei de zoneamento urbano do bairro, pois, se seguido, impossibilitaria a existência de imóveis sendo usados para fins comerciais, como era o caso das casas de

massagem. Eles também requeriam a ampliação de áreas verdes e a possibilidade de frear os interesses das corporações imobiliárias que estavam verticalizando o bairro rapidamente. Luíza considerava que tais empreendimentos, junto com os cortiços e as favelas, resultavam na baixa qualidade de vida dos moradores. Como advogada, sugeria ações junto ao Ministério Público para defender os direitos dos moradores de classe média e média alta do bairro¹⁰⁵.

Vera e Luiza estavam menos próximas da prostituição de rua e das favelas, mas conviviam cotidianamente com as casas de prostituição e os cortiços. Elas eram as representantes mais bem posicionadas para falar em nome do “problema da prostituição” e do “problema dos barracos”. Vera acionava sua rede de relações para desmobilizar as casas de prostituição. Luiza acionava o Ministério Público para defender os direitos dos moradores de classe média no caso das ocupações de terrenos. Ambas reproduziam o discurso dos impostos com propriedade. É de Luiza, por exemplo, o discurso de que *nossos trabalhadores, que pagam impostos, não têm o respeito que o jovem do barraco tem*, descrito no capítulo 2.

2.2. A rua de classe média e o problema dos barracos: uma “zona de fronteira”

Os moradores do Jardim Aeroporto se definiam como sendo de classe média e residiam nas proximidades da Avenida Washington Luís, já na parte de trás do Aeroporto de Congonhas e da Avenida Águas Espraiadas, mais ao sul da parte central de Campo Belo. A Associação de Moradores do Jardim Aeroporto enfatizava o problema dos assaltos em passarelas e o problema do trânsito. Outros moradores não eram associados nem representados por essa associação.

¹⁰⁵ Através da associação de moradores presidida por Fausto, ela entrou com alguns processos junto ao Ministério Público para paralisar obras no Aeroporto de Congonhas, conquistar o fechamento das “casas de massagem” e também foi advogada contratada por pessoas de classe média do Jardim Aeroporto (ver a descrição no próximo item), que demandavam a legalização de um muro construído com recursos dos próprios moradores para separá-los dos barracos e recicladores de lixo. O processo reunia elementos para argumentar a insalubridade do local e o pedido para que o muro de separação fosse considerado legal pelo Estado.

Estabeleci maior contato com Silvia, aproximadamente 55 anos, professora, que frequentava o Conseg havia dois anos para resolver o problema das “invasões de barracos” em sua rua. Essa rua representa um espaço de “fronteira” no qual moradores de classe média e de barracos convivem de forma hostil.

Ela passou a adolescência nessa rua, quando os pais vieram do interior para montar um pequeno comércio, “quem não trabalhava na loja, trabalhava em casa”. A chácara grande que “ficava com os vidros abertos o dia inteiro” deu lugar a terrenos loteados, com habitações de classe média. Depois de casada, Silvia mudou-se para uma das casas nessa mesma rua. Na década de 1970 ou 1980 – ela não se lembra bem – iniciou-se o processo de equipar a casa com aparatos de segurança: subir o muro, colocar grade e incluir uma chapa no portão, já que “a segurança estava arriscada”, segundo ela, por conta da presença dos moradores da favela que cometiam furtos.

Silvia recorda que o problema se agravou na gestão de Paulo Maluf (1993-1997). Nessa gestão, foi realizada a “Operação Águas Espraiadas”, que consistia na ampliação da avenida e canalização do córrego, mas não considerava a construção das habitações populares destinadas à população que morava nas favelas, como sugerido em estudo concluído pela EMURB na gestão anterior (Castro, 2000). Ela lembra que “o Maluf deixou um espaço bem grande” entre a avenida e as casas e as áreas deram lugar às favelas¹⁰⁶. Silvia acha que as mesmas pessoas que conquistaram a habitação popular na periferia voltaram para a região: alugavam seus apartamentos e voltaram a morar nas favelas. Por preguiça de terem que percorrer grandes distâncias até o local de trabalho, e por já estarem “acomodadas” em espaços bem servidos de infraestrutura, as pessoas teriam se acostumado a viver nas favelas bem localizadas e fizeram de suas habitações populares um “grande negócio”.

O drama de Silvia e seus vizinhos se agravou quando os moradores das favelas “subiram” para os terrenos particulares, em virtude de um incêndio. Nesses terrenos foram construídos barracos e um ferro velho, cuja atividade era a reciclagem de lixo. Os moradores dos barracos recebiam materiais recicláveis ou reutilizáveis trazidos pelos

¹⁰⁶ Estudos demonstram que parte das famílias foi para o extremo da zona leste em construções populares financiadas pela prefeitura, enquanto outras famílias procedentes dessa região foram encontradas em outras favelas próximas da represa do Guarapiranga (Castro, 2006).

carroceiros. A separação do material era feita na rua. Silvia reclamava da sujeira e de objetos que eram deixados em frente à sua casa, ou jogados na casa da mãe. Em visita ao local, pude constatar que, de fato, a rua estava suja e que havia vários entulhos obstruindo a passagem. Através das demandas feitas ao Conseg, a subprefeitura passou a limpar o terreno e enviar caminhão itinerante de coleta de lixo reciclável. Mas o problema, de acordo com Silvia, não seria resolvido apenas com ações para limpar ou organizar o espaço para a reciclagem. O grande problema estava na tensão entre ela e os moradores do barraco, marcada por relações violentas.

Ela e seu marido começaram a receber ameaças: galinhas degoladas no quintal, vidros apedrejados e ameaças de ter a casa metralhada. Silvia chegou a discutir com o dono do ferro velho que, segundo ela, trazia “gente do norte” para alugar barracos que ele mesmo construía¹⁰⁷. As interações entre eles eram marcadas pela sociabilidade violenta e discussões intransigentes:

Silvia - Uma vez eu fiquei atacada. O meu marido e as minhas irmãs ficam atacados comigo porque eu me exponho demais. Mas você chega num limite e já passou do seu limite. Outro dia eu desci lá e fui falar com o homem do ferro velho.

AP - O que você falou pra ele?

Silvia - Eu falei pra ele que do jeito que estavam as coisas não podiam continuar. Que eu entendia que ele tinha que trabalhar, mas ele tinha que me respeitar. Olha como está a minha casa! Aí o favelado veio, ouviu: “Esse pessoal que... porque mora numa casa melhor acha que pode tudo, mas não pode não”. Uma das ameaças foi por causa da reclamação do “gato”, que eles apedrejaram a casa que era pra aprender a não reclamar deles. Depois, como se não bastasse, disse que apedrearia a casa. Outra vez, logo em seguida, eles fizeram um despacho e jogaram lá, bem onde entra com o carro. Apareceu um frango com o pescoço cortado, degolado. Por que eles não aproveitaram pra comer já que eles morrem de fome? E é assim Ana Paula. É assim. Mas você não pode se confrontar com eles porque você leva a pior. Tanto é que esse dono do ferro velho, ele falava declaradamente “Vocês são em dois e nós somos em 300”. Isso não é ameaça? (...). [Entrevista 20]

Ela bate-boca com o morador da favela que a acusa de “poder tudo” porque ela mora em uma “casa melhor”. Na interação com os moradores de barraco, ela se vê como vítima de ameaças porque está em uma situação econômica melhor e obrigada a conviver

¹⁰⁷ Diversos trabalhos indicaram que o preconceito em relação a pessoas vindas do norte e nordeste é uma forma poderosa de discriminação, como demonstram os estudos de O’Dougherty (1998) sobre a classe média e de Caldeira (2000) sobre violência e segregação.

com pessoas de nível cultural inferior. Ela considera que sua posição de superioridade frente a eles resulta do “trabalho da vida inteira” enfrentando o trânsito, acordando cedo, enquanto os moradores da favela, em sua opinião, não querem enfrentar as dificuldades típicas dos demais trabalhadores da cidade.

Contudo, essa posição de superioridade é relativizada quando comparada aos moradores que frequentam o Conseg. Em relação a eles, Silvia se põe em posição inferior em função da desvalorização das casas de sua rua. Durante suas narrativas nos encontros nos quais descrevia os dramas vividos nas relações interpessoais com os moradores de favela, ela era alvo de chacotas e desqualificações: *Nossa, parece descontrolada!*¹⁰⁸. Ao mesmo tempo, suas falas mobilizavam o apoio de outros moradores e inflamavam o desgosto coletivo pela convivência com os pobres; em um dos momentos em que ela reclamava da falta de higiene dos moradores de barracos e do tráfico de drogas, alguns moradores diziam: *Tem que matar esse povo* ou *Tem que contratar uns pistoleiros*¹⁰⁹. Nesse sentido, relações de aproximação e distância se faziam presentes ao mesmo tempo. Se, por um lado, alguns moradores se identificavam em torno de uma intolerância em relação aos moradores de favela – vistos sempre como sujos, incultos, bandidos e, não raro, nordestinos –, por outro, também se diferenciavam quanto a maneira (mais ou menos próxima) de se relacionar com os públicos considerados “agentes da insegurança”. Diferente de muitos moradores, Silvia não apenas morava na mesma rua que os favelados, como se relacionava com eles.

Estava claro que os moradores do Jardim Aeroporto não pertenciam à mesma fração de classe dos moradores da região central de Campo Belo. Retomando a noção de classe social indicada por Bourdieu (1987)¹¹⁰, os moradores da rua da classe média não ocupavam a mesma posição no espaço social, não dispunham de condições materiais equivalentes e apresentavam diferentes experiências com os moradores de favelas. Enquanto os moradores da classe média alta de Campo Belo se sentiam mais próximos dos

¹⁰⁸ DC, 03/2007.

¹⁰⁹ DC, 12/2007.

¹¹⁰ Vale lembrar que, de acordo com Bourdieu, “Pessoas que pertencem à mesma classe são pessoas que ocupam a mesma posição no espaço social. Suas posições são definidas intrinsecamente por condições materiais semelhantes e por semelhantes experiências no mundo social. Relacionalmente, em relação às posições dos outros, como estando acima ou abaixo deles ou entre eles.” (Bourdieu, 1987: 06; tradução livre)

bairros nobres da cidade, os moradores da classe média tinham a clara sensação de que sua renda não era compatível para arcar com o custo de vida das áreas mais nobres da cidade. Sem renda necessária, eles não poderiam “banciar” o imposto das casas, “o preço do pão francês” e outros produtos que são mais caros em áreas mais valorizadas da cidade. As diferenças entre Silvia e os moradores de barraco era, em sua opinião, que ela se contentava com o que tinha e os pobres não se resignavam em viver dentro dos limites da pobreza. Em outras palavras, ela aceitava sua inferioridade, enquanto os pobres, não:

Mistura entre a classe pobre e a classe média só fomenta o desejo de ter mais que ele [o pobre] tem. Ele pode ter, mas ele não quer trabalhar. Ele quer conseguir fácil. Se não consegue fácil, ele vai tirar de você. Foi o que eu falei pra eles: “Por que eu não vou morar no Jardins? Porque eu não tenho condições de bancar o Jardins”. Eu tenho que estar onde eu posso bancar a minha sobrevivência. Se eu for morar no Jardins, o pãozinho não custa o que eu pago aqui, o sorvete (...). Então começa a crescer o olho de querer o que o outro tem. Tudo bem, ele tem todo direito de ter o que o outro tem, só que ele tem que trabalhar para aquilo. Você não pode querer o que o outro tem sentado em casa, tomando cerveja, bebendo o dia inteiro, sentado na calçada. É o que eles fazem. Você sai pra trabalhar e elas [as mulheres residentes nas favelas] estão ali sentadas embaixo da árvore com uma garrafa de cerveja, ou bebendo cerveja, se drogando, que é o que eles fazem aí. [Entrevista 20]

Entre os fatores que aproximavam moradores com diferentes capitais econômico, social e simbólico, o desagrado em relação à “mistura” era preponderante. Às vezes, Silvia usava palavras de baixo calão para narrar seus problemas, dizendo, por exemplo, que as mulheres das favelas *trepam o dia inteiro*, o que era reprovado e considerado um linguajar impróprio para o encontro. Mas, por outro lado, muitos concordavam que a “mistura” era um problema. Mesmo entre aqueles que não se viam obrigados a repartir suas ruas com moradores de barracos, os descontentamentos causados pela “mistura” era compartilhado.

Embora existam distâncias entre Silvia e os moradores da região central de Campo Belo marcadas pela proximidade física com os barracos, o “problema das favelas” reforçava a aproximação entre moradores da classe média e média alta que, a par de suas próprias diferenças, aspiravam à distância em relação aos pobres do bairro.

2.3. Entre “palacetes” e casas operárias: a prostituição de rua.

Para me deslocar até a reunião, encontrei-me com Regina em frente a sua casa, um sobrado geminado localizado em rua que lembra vila operária, no bairro Planalto Paulista. Lá estava outra moradora, Claudia. Entramos no carro e nos dirigimos à casa da presidente da Associação de Moradores do bairro, Elvira. Ao chegarmos, a motorista disse se tratar do *palacete da [Elvira]*, uma casa localizada no mesmo bairro, porém afastada da avenida e com arquitetura mais moderna. Quando a presidente entrou no carro, mais uma vez, a motorista comentou se tratar de um palacete. Elvira respondeu: *Vocês não sabem o que é um Palacete!* Seguindo o trajeto, a caminho da reunião, passamos por ruas com grande movimentação de prostitutas e travestis. Na medida em que avistávamos a movimentação entre clientes e profissionais do sexo, as mulheres relatavam o desconforto com a situação. *Que horror!..., Olha o travesti que eu te falei..., Outro dia tinha um com a ‘coisa’ prá fora”...*, *“Eles fazem cocô no chão”*. Durante a reunião do Conseg, Elvira, a “dona do palacete”, indicou que os problemas do seu bairro e de suas amigas - *do lado de cá da ponte* [dos Bandeirantes] - eram maiores que dos outros bairros (Campo Belo, Moema e Brooklin). [DC, 03/2007]

O bairro Planalto Paulista, pertencente à subprefeitura de Vila Mariana, apresenta um híbrido de ruas com casas que lembram vilas operárias e habitações de classe média alta. O trecho acima chama atenção para as hierarquias sociais que se configuravam entre os moradores do mesmo bairro e desses com os demais participantes do Conseg. Ainda indica o desconforto das moradoras em relação à prostituição. Planalto Paulista é um bairro conhecido em São Paulo pelo grande fluxo de prostituição de rua, o que tem conformado as hostilidades entre moradores, prostitutas e travestis desde a década de 1970. Tal qual ocorre com o problema dos cortiços e favelas, a prostituição é um problema moral, também vinculado a outros tipos de ilícitos: assaltos, roubos e tráfico de drogas. Segundo os relatos que ouvi, as travestis seriam comparsas dos bandidos que assaltam as casas, consumidoras de drogas e vendiam ilegalmente bebida alcoólica.

De acordo com um morador, a prostituição teria se iniciado no bairro na década de 1970, apenas com mulheres e não travestis. Nesse período, embora se tenha notícia da morte de um morador, agredido fisicamente por uma prostituta, a sensação era de que o bairro ainda era tranquilo. No início da década de 1980, as travestis (tratadas por *elas* pelo morador), que são “mais violentos, escandalosos e andam armados”, teriam migrado para o bairro, o que teria favorecido o desejo dos moradores em se mudar para apartamentos. Ainda no início da década de 1980, teria ocorrido a primeira mobilização da sociedade

civil para acabar com o problema: os vizinhos, em geral descendentes de espanhóis e portugueses, reuniram-se numa igreja e decidiram confeccionar faixas com a frase: “Você está sendo filmado”. A intenção era atingir os clientes, fazer vigília para anotar as placas dos carros e desmotivar o comércio sexual, ligando para as famílias e delatando-os. Um morador, ao explicar sobre o êxito desse tipo de estratégia, disse que “Os clientes que procuram os travestis não são ativos, são passivos, então a gente ligava para as famílias, para atingir o consumidor. Eles não voltavam mais”¹¹¹. No entanto, a prostituição permanece como problema de insegurança para os moradores. Eles se queixam de não poder andar na rua, de terem vergonha de receber parentes e visitas em suas casas diante da imoralidade provocada pela prostituição e, no caso das mulheres, de serem confundidas com as prostitutas.

Nas visitas que fiz na Avenida Indianópolis, à noite, notei o grande fluxo de prostitutas e travestis na esquina ou em até duas ou três esquinas bairro à dentro. As profissionais do sexo se “montam” de diferentes formas: havia as “universitárias”, as “executivas”, as “funkeiras”. As prostitutas posicionam-se nas esquinas, esperando o contato dos clientes. As travestis chamam atenção pelos seios e calcinhas à mostra. Há relatos de que as ruas viram bordéis, que camisinhas são jogadas na rua, que calçadas se tornam sanitários.

Uma das maneiras encontradas pelos moradores para chamar atenção para o problema foi entrar em contato com a imprensa escrita para pressionar ações por parte do poder público. Como mencionaram no Conseg algumas vezes, a imprensa era um instrumento. *Está na hora de chamar a imprensa*, disse, em um dos encontros, Vera, que também participou de um programa de TV para discutir a questão da prostituição. Entre os meses de maio e junho de 2005, pelo menos duas matérias do jornal *Folha de São Paulo* tiveram como temática a exploração infantil na zona sul.

¹¹¹ Durante um encontro outro morador sugeriu, ironicamente, que as placas dos carros dos clientes fossem anotadas e divulgadas em um site, que poderia se chamar: www.seumaridoestatetraido. DC, 03/2007.

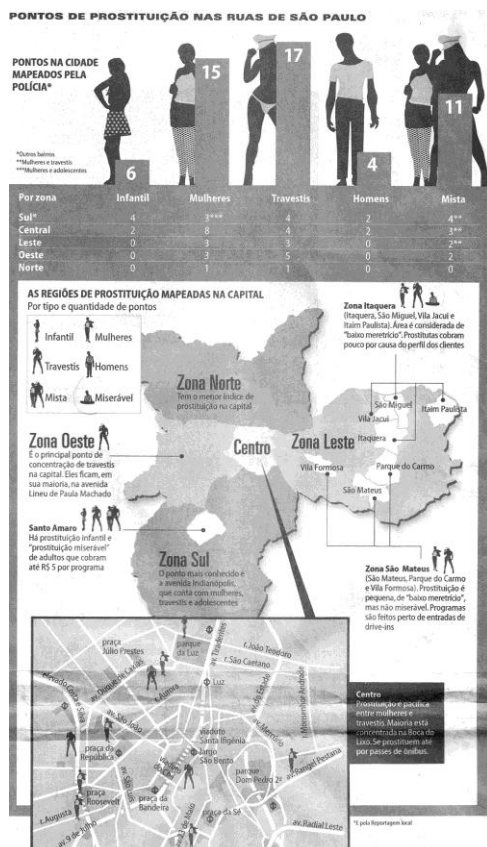


Figura 3 – Prostituição em São Paulo. Fonte: *Folha de São Paulo*. Caderno C4. Especial Infância Perdida, 17/07/2007

Uma dessas matérias apresentava um mapa da prostituição nas ruas de São Paulo (fig. 3), com seis tipos de prostituição: infantil, mulheres, travestis, homens, mista e miserável. A matéria identifica, logo no primeiro parágrafo, “a existência de prostituição de adolescentes na Avenida Indianópolis”. De acordo com esse mapa, produzido a partir da pesquisa investigativa da própria jornalista, a região da zona sul seria a única que teria desenvolvido a “corrupção de menores”, caracterizada como crime pela legislação penal, além da presença de mulheres e travestis¹¹².

A prostituição – quer de rua, quer em casas – é vista como degradante para o perfil residencial do bairro, desvalorizando os imóveis e incomodando os moradores. Na medida em que o tema se enquadra em um assunto de difícil solução, aumentam os apoios pela vigilância dos clientes, por um lado, e o apelo à defesa de jovens aliciadas pelos cafetões

¹¹² De acordo com a matéria, na Zona Leste estaria prevalecendo a prostituição de mulheres e travestis em áreas de “baixo meretrício, devido ao pouco poder aquisitivo dos clientes”.

através da denúncia da prostituição infantil, por outro. Os moradores aprenderam que seria difícil resolver esse problema reivindicando o direito individual à segurança, e que enquadrar o problema na prostituição infantil seria uma forma mais eficaz para garantir mais aliados, incluindo a mídia e a legislação penal.

Talvez, a ênfase dos moradores na prostituição infantil seja uma estratégia para alcançar mais visibilidade e intervenção do poder público¹¹³. O apoio ao desmantelamento da prostituição infantil não parecia ter relação direta com os direitos reconhecidos pelo ECA. Referiam-se mais à tentativa de encontrar “brechas” na legislação para que seus interesses prevalecessem. Claudia sugeriu à polícia, em vários encontros, que os clientes fossem parados em batidas policiais e autuados por eventuais irregularidades em seus veículos o que, segundo ela e tantos outros moradores, poderia ter efeitos na diminuição da prostituição. A avaliação recorrente é que a prostituição acompanha outras ações criminosas, como roubos, tráfico de drogas e atos obscenos, o que de fato ocorria no caso de *alguns travestis*, de acordo com o relato de duas irmãs prostitutas entrevistadas ao longo da pesquisa¹¹⁴.

A região de Campo Belo não constava especificamente nesse mapa, mas em matéria veiculada em maio do mesmo ano, afirmava-se:

Bairro familiar de classe média alta na zona sul de São Paulo, o Campo Belo virou nos últimos meses reduto de casas de prostituição. Hoje, só no trecho considerado mais crítico pela polícia, ao menos 35 casas térreas e sobrados estão tomados por garotas que cobram na maioria dos casos R\$ 20 por programa.

Os moradores reclamam de transtornos – como brigas entre clientes, bebedeiras e homens urinando na porta de suas casas – e da própria desvalorização dos seus imóveis.

¹¹³ Na coletânea “Sexualidade e saberes”, antropólogos brasileiros indicam a tendência que há atualmente em usar a prostituição infantil como modo de incitar o “pânico moral” – um conceito inspirado nas análises da sociologia britânica da década de 1970 e utilizado pela antropologia feminista e da historiografia *gay* para dar conta das ansiedades construídas em torno das questões sexuais (Pscitelli, Gregori e Carrara, 2005). De acordo com os autores: “Essa ansiedade suscitaria conflitos no marco dos quais complexas agendas políticas acabaram utilizando o sexo à maneira de um veículo para a expressão de outras preocupações, como as relacionadas a uma suposta decadência moral ou desorganização social. Segundo essa linha de pensamento, o conceito de pânico sexual tem sido particularmente adequado para pensar questões tais como os movimentos antiprostituição na Inglaterra do final do século XIX, ou as cruzadas contra a homossexualidade nos Estados Unidos em meados do século XX”. (Ibid.: 09-10).

¹¹⁴ As irmãs confirmaram as queixas dos moradores em relação aos assaltos cometidos por travestis. Dessa forma acionam estratégias de diferenciação em relação a essas últimas. Como aponta Fonseca (2004), no caso de prostitutas e travestis, “a corda sempre rompe no elo mais fraco”. O capítulo 4 irá tratar dos sujeitos acusados de serem os “agentes da insegurança”.

(...)

Vizinhos das casas de prostituição reclamam também de barulho e de carros parados diante das garagens. “Do meu apartamento escuto os gemidos. Sei que é coisa de profissional porque é muito alto”, diz uma moradora. Segundo a presidente do Conseg, um apartamento na Otávio Tarquínio semelhante a outro na mesma região chega a valer 30% a menos.

Nem todos reclamam da presença desses estabelecimentos. “Para mim todo mundo tem o direito de trabalhar. Elas são discretas, não me incomodam”, diz Fábio, vizinho de um prostíbulo.”

[Folha on-line, 11/05/2005]

Embora a imprensa caracterizasse a prostituição de Campo Belo como sendo realizada em bordéis, os moradores alegavam que os proprietários diziam tratar-se de casas de massagem, na tentativa de burlar a lei. Como informa a reportagem, alguns moradores não pareciam se importar com os bordéis e as prostitutas - que “são discretas, não incomodam”. Os próprios policiais, como relatei na Introdução, não julgavam que a prostituição era um assunto que deveria ser priorizado, dado os “assuntos mais sérios” que envolviam a criminalidade na região. Enquanto na região de Campo Belo havia uma preocupação dos donos de bordéis de usar o nome de “casas de massagem” como fachada, os bordéis das regiões do bairro São Judas (vizinho mais pobre do Planalto Paulista) - que também não são incluídos como “pontos de prostituição” pela reportagem da *Folha de São Paulo* - distribuíam folhetos à luz do dia. A naturalidade com que o sexo pago era tratado no bairro São Judas resultava, aos olhos das moradoras, na desvalorização das casas e inferioridade do bairro. Folhetos como o da figura 4 eram usados pelos moradores para indicar “a cara-de-pau” dos donos dos estabelecimentos.



Figura 4 - Panfleto de Casa de Prostituição, fornecido por moradora.

Os próprios moradores do Planalto Paulista pareciam diferenciar as regiões a partir do tipo de prostituição do local. Eles associavam formas mais “vulgares” aos “piores” bairros. Elvira, presidente da associação de bairro, caracterizava a região de São Judas pelos travestis “pobrinhos” e “maltratadinhos”, enquanto a região onde estavam localizadas as melhores casas, inclusive a sua, as travestis e prostitutas eram mais *chics*:

Elvira - Porque você pega da parte da São Judas até onde a Regina mora, os travestis ainda não puderam pôr silicone, são maltratadinhos, são bem pobrinhos ainda, e você vem aqui pro lado da Indianópolis, eles estão parados em carros importados, mesmo as prostitutas.

Outra moradora - É, eles têm carros importados, visom, cachorrinho, brilhantes. [Entrevista 5]

Não era de se estranhar, portanto, que houvesse distinção entre o *status* das regiões em função do tipo de prostituição existente. Na comparação (sempre relacional) entre o bairro mais rico e o bairro mais pobre, as travestis do primeiro usam “carros importados, visom, cachorrinhos, brilhantes”, enquanto no segundo os diminutivos “maltratadinhos” e “pobrinhos” são usados para indicar a inferioridade das travestis que frequentam o bairro. Isso explica a distinção entre as casa e o “palacete”, como indicado no trecho etnografado no início deste tópico. Tudo leva a crer que as diferenciações entre os bairros eram feitas

de forma corriqueira entre os moradores, que acordavam tacitamente com essas diferenciações, utilizadas cotidianamente nas relações sociais que se estabeleciam no bairro. As diferenças, contudo, eram feitas também dentro dos encontros.

Claudia, moradora que também pertencia à associação de bairro presidida por Elvira, ocupava uma posição muito semelhante à de Silvia durante os encontros do Conseg, quando narrava suas disputadas diretas com uma travesti. Nesses momentos, ela sublinhava as situações vexatórias pelas quais passou. Em geral, esses momentos eram caracterizados por chacotas da parte dos demais participantes.

Num dos encontros, ela reclamou que uma travesti bateu na porta de sua casa para ameaçá-la. Ela diz que ligou para a delegacia de polícia e o policial a tratou por “minha querida”. Um morador comenta: *Chacota, né?* Outro morador disse em voz baixa: *Essa mulher é tão chata que também...* Claudia continuou narrando sua história. Ela afirmou que o policial a acusou de importunar os travestis e que o atendimento da polícia civil não funcionava na ausência do delegado. Discussão vai, discussão vem, outro morador comenta: *Também, ela provocou.* Claudia, já no final da narrativa, conta o fim do episódio: *Peguei um revólver do meu pai que é militar reformado, tirei a arma e sai pra rua (...). Dei a volta no quarteirão, liguei pra polícia, os policiais foram e disseram que eu estava atrapalhando.* Enquanto ela concluía sua queixa contra a polícia, afirmando que polícias jogam beijo para prostitutas, o morador comentava: *Põe um esparadrapo na boca [dela]!*¹¹⁵

Claudia parecia não se importar com os comentários depreciativos. A esquina da rua onde mora é ponto de prostituição há algum tempo. Ela teve problemas com um travesti, que teria feito ameaçadas de morte por suas constantes queixas à polícia. Ela argumentava que os policiais jogavam beijos para as prostitutas e travestis e nada faziam para impedir as brigas e algazarras em sua esquina¹¹⁶.

¹¹⁵ DC, 03/2007.

¹¹⁶ A pesquisa de campo junto aos policiais indicou que, de fato, parecia haver convivência entre a polícia e as casas de prostituição do bairro. Ao pegar carona com a Polícia Militar, passávamos próximo ao Aeroporto de Congonhas quando o soldado que dirigia o carro da Ronda Escolar perguntou se eu conhecia o Bahamas. Respondi que não. Trata-se de uma casa de prostituição de luxo, que mais se parece com um hotel. Contava-me que fora um dos policiais que esteve à frente da prisão de Mike Tyson (o pugilista) em sua última estada em São Paulo, quando este agrediu um jornalista que fazia fotos sem pedir autorização. Coincidentemente, passamos exatamente por uma *pick-up* vermelha que, explicou-me, era o carro de propaganda da *casa*. O motorista do carro “gentilmente” cumprimentou os policiais com um toque de buzina. Achei estranho.

Claudia é evangelizadora espírita, realizou trabalhos com prostitutas e travestis e junto a moradores de rua na Cracolândia, no bairro da Luz. Ela definiu as prostitutas assim: “Muitos [as] chamam de meninas, mas pra mim são putas mesmo, porque são marginais, escandalosas, vadias”. Ela se recusa a utilizar a expressão “profissional do sexo” porque, em sua opinião, a palavra prostituição não designa profissão, mas por si só “ato de violência”. Fica claro como as relações violentas marcavam a sociabilidade entre ela e as prostitutas que trabalham na esquina de sua casa. Faz parte do jogo de relações sociais estabelecer dicotomias como “a travesti barulhenta e violenta” e o “morador importunado”. O problema é quando a dicotomia leva à intolerância e a segregação.

Nas interações entre moradores e prostitutas/ travestis e os moradores entre si para discussão da questão, a intolerância permeia todos os níveis de relações sociais. Todos tentavam se diferenciar dos demais, articulando argumentos depreciativos. A par do reconhecimento do “problema da prostituição” entre os moradores, alguns sugeriam que Claudia estaria utilizando o espaço político para fazer “terapia de grupo”. Mas outros, em geral aqueles que também sofriam chacotas, percebiam nitidamente que suas falas eram desconsideradas e ela, menosprezada. Danilo - morador de Campo Belo que se considera de classe média alta, 26 anos, branco, cujo pai foi assassinado, também tratado com desdém por seu aparente nervosismo ao articular palavras, comentou a respeito de Claudia: “[Ela] começou a falar, falar, falar, (...) e o pessoal começou a ficar conversando pra discordar da opinião dela, ou falando muito baixo (...), as duas pessoas que discordaram e conversaram, (...) forjam longe dela”¹¹⁷. Claudia, mais do que os outros moradores, convive diariamente com as prostitutas e travestis e as relações violentas entre elas a colocava em situação de rechaço em relação aos outros moradores.

Nenhum dos três policiais se manifestou. E o silêncio se seguiu até minha próxima pergunta. Imaginei que talvez tenha fundamento a hipótese de que haja convivência, ou outro tipo de relação, entre policiais e prostituição, o que certamente renderia uma outra pesquisa.

¹¹⁷ Entrevista 23.

3. Sapopemba: o lado das “pessoas de bem” e o outro lado

Sapopemba é composta por vilas e favelas. As vilas são constituídas de casas simples, gradeadas, que em geral crescem verticalmente na medida em que as famílias também crescem. Muitas pessoas com as quais conversei disseram que suas famílias vieram do norte e do nordeste do país, outras do interior do Estado de São Paulo. Conta-se que a região cresceu com a luta pela habitação popular, com grande apoio da igreja católica, encabeçada pela Teologia da Libertação e outras organizações locais fundadas por trabalhadores com experiência sindical.

Com a urbanização, os barracos de muitas favelas foram removidos, o que impulsionou o crescimento de outras favelas já na divisa de São Paulo com outra cidade da Grande São Paulo. Os investimentos em infraestrutura e lazer não foram suficientes para garantir uma arquitetura urbana segura à população de forma geral – as ruas das vilas são muitas vezes ligadas por “escadões” com muitos degraus, com pouca ou nenhuma iluminação, o que favorece estupros e homicídios.

O distrito apresenta clivagens internas quanto à posição de seus moradores na estratificação social local. Embora os moradores da favela não tivessem nenhum impedimento de participar do Conseg, o regulamento fixou que apenas pessoas com mais de 18 anos e sem antecedentes criminais participem das reuniões. Próximos das “bocas de fumo” e vivendo os “acertos” entre a Polícia e o tráfico, os moradores das favelas não tinham nenhuma disposição em participar do Conseg. Aliás, nenhum morador das favelas de Sapopemba demonstrou saber de sua existência. Os moradores das vilas eram os únicos assíduos, o que revela uma certa segmentação social e política. Por diversas vezes, os participantes do Conseg Sapopemba chamaram atenção para a ausência de políticas públicas para os mais jovens, que acabavam sendo recrutados pelo tráfico de drogas.

Entre os problemas apontados no Conseg, há queixas de policiais que “passam na rua correndo com a viatura” e “que batem nos jovens”. Ao mesmo tempo, há aqueles que reclamam da falta de valores morais, como a diretora de escola que narrou suas dificuldades para lidar com brigas que envolviam armas brancas e de fogo, conforme descrito anteriormente. Diante desses problemas, são acionadas respostas sociais e policiais. Os representantes de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente

tendem a pedir, prioritariamente, por políticas públicas para os jovens, pressionando a subprefeitura, uma vez que “o problema social acaba nas mãos da polícia”, e reivindicam um tratamento baseado nos direitos humanos. Outros, que tendem a imputar o problema à “falta de valores morais”, pedem por intervenções de policiamento. Outros ainda, que apontam o jovem duplamente como vítima e agressor, demandam por políticas públicas e ações policiais.

Os moradores se diferenciavam pelo local de moradia, proximidade estabelecida com os sujeitos considerados “perpetradores da violência” e disputas políticas relacionados às entidades locais, como associações de bairro e entidades de direitos humanos.

3.1. Operários aposentados

Com base nos relatos dos moradores com 60 anos e ex-operários moradores da “vila”, é possível realizar comparações a partir dos recortes de classe e geração e suas visões sobre a violência. Para eles, a inserção no mundo do crime é vista como uma possibilidade para jovens sem oportunidade de cultura, lazer e emprego. Especialmente mais próximos da destruição das famílias envolvidas no tráfico, esses moradores pedem por políticas públicas básicas, como educação e saúde. Essa visão do problema não exclui, contudo, a visão depreciativa dos favelados. Esses moradores também demandam o direito à segurança pública, inclusive o controle policial do tráfico local, pelos quais se sentem coagidos.

O projeto de ascensão social predomina na trajetória de vida da classe média de Sapopemba, entre o público que frequenta os encontros do Conseg. Boa parte dos participantes assíduos eram homens e mulheres mais velhos, que migraram para São Paulo para se dedicar ao trabalho operário. Vindos do norte, nordeste ou do interior do Estado de São Paulo, esses moradores deixaram o trabalho no campo para se juntarem à força produtiva das fábricas instaladas em São Paulo e, posteriormente, na região do ABC. Em suas narrativas aparece a infância difícil marcada pela presença do trabalho na lavoura, entre os homens, e, em casa, entre as mulheres. A chegada em São Paulo sempre marca um novo momento na vida: acordar cedo para “pegar no pesado” da fábrica, a constituição da família e o planejamento para uma vida melhor.

Os moradores mais velhos que migraram para Sapopemba, hoje com mais de 60 anos, narraram a melhoria da infraestrutura urbana. Entre as décadas de 1970 e 1980, eles tiveram que regularizar casas, pagar por luz e asfalto, mobilizando-se através das associações de bairro. Quando ali chegaram, apenas a avenida Sapopemba, que atualmente corta o bairro, era asfaltada. Os entrevistados dessa faixa etária lembram-se que a Avenida Anhaia Melo era cercada por favelas em toda sua extensão. Apesar da remoção dessas favelas e a construção da avenida, eles têm a impressão de que a violência era menor, a despeito das recordações sobre a atuação do Esquadrão da Morte. Havia pequenos furtos de roupas no varal, bacias e bicicleta perpetrados por “moleques” que viviam na favela, como informaram Seu Tito e Dona Antônia, anteriormente citados. Os relatos de roubo de automóveis e a banco começaram a aparecer na década de 1990. O casal de aposentados das fábricas e uma viúva, todos haviam sido assaltados.

Embora haja uma percepção de que nem todos os moradores da favela são bandidos, os moradores da classe média se diferenciam dos “favelados”. A entrevista de Seu Bernardo, 66 anos, ex-operário e presidente da Associação de Bairro, é emblemática:

Seu Bernardo - Era solteiro e a gente já vai entrar na questão da violência, da vulnerabilidade. De situações de porque é da favela, a favela que traz a violência... não é bem isso. A gente viu a favela crescer... nasceu, cresceu, saiu, e nós tivemos naqueles anos nenhum problema de violência com os moradores locais, não tinha roubo, as ruas escuras, a gente andava tranquilo e não tinha crime, essa coisa da violência... o vício, o consumo de droga – claro, a população era menor -, mas era bem escondido, bem enrustido. O que foi acontecendo depois, a violência, o crescimento das situações de violência, de vulnerabilidade, de enfrentamento... [foi] depois que terminou a favela e aí, aí eu digo pra você, essa situação foi se construindo com os nossos próprios filhos que nasceram aqui, que não eram da favela. Não era da favela! E aí foi criando essa situação. Quantos jovens aqui... eu mesmo perdi um filho, vítima das drogas, com 19 anos. (...)

AP - Tinha uma favela e essas pessoas foram removidas para outros locais?

Seu Bernanrdo - Foram removidas na construção da avenida, removidas no governo do prefeito Jânio Quadros, foram removidas para o São Nicolau, que é uma área também muito violenta. Mas não ficaram, não ficam. Deram casa pra eles... deram não, comercializaram pra eles, mas dificilmente ficam, acabam vendendo e voltando de novo pra outra moradia irregular.

AP - Por quê? O que causa esse trânsito das pessoas?

Seu Bernardo - Isso, pela experiência própria no movimento de moradia, que a gente foi tendo mais clareza porquê. As pessoas não querem ter compromisso social, eles não querem estar organizados. Vai morar em casa, vai vir a conta de luz regularizada, impostos, a água, tudo isso aí é um benefício que tem custo e eles não se adaptam a isso e eles voltam aos seus lugares de origem.

AP - Não se adapta, ou não tem dinheiro?

Seu Bernardo - Uns não têm dinheiro, outros não querem pagar, porque eu sou testemunha disso e têm muitos que saíram de moradia irregular, da favela, a gente visitava muito quem morava em favela, pelo movimento de moradia, a gente ia buscar e via que embora morando em um barraco, eles tinham mais equipamentos eletrodomésticos do que eu, por exemplo, naquele momento. Eu vim ter uma televisão, um vídeo cassete, quando eu trabalhava na fábrica, em 85. (...) [Entrevista 12]

Para Seu Bernardo, o “antes” calmo e o “depois” violento não são marcados por uma ruptura imposta pelo fim da favela. Seu próprio filho morreu em decorrência do uso de drogas, cuja inserção na comunidade coincide com a remoção da grande favela na região. Segundo ele, a morte de seu filho está relacionada à ausência de atividades de lazer, a dificuldade dele e da esposa de permanecerem mais tempo em casa graças ao trabalho e a própria inserção das drogas em São Paulo. Mas essa percepção não exclui a visão depreciativa dos favelados. De acordo com Seu Bernardo, os moradores de favela são “acomodados” e não querem pagar impostos – uma representação muito semelhante dos moradores da região centro-sul –, desconsiderando os “distintos modos de vida” dos moradores que vivem nesse espaço social (Borges, 2006).

Quando visitei um conjunto habitacional com Seu Bernardo, perguntei à síndica do prédio como se dava a sociabilidade dos moradores vindos de lugares tão diferentes da cidade. Ela respondeu que os moradores provenientes das favelas tinham mais facilidade de se adaptar às regras estabelecidas pelo condomínio, na medida em que já vinham de espaços onde “respeitar as regras” era imperativo para a convivência. Apesar da falta de consenso entre Seu Bernardo e a moradora do conjunto habitacional, a experiência como líder do movimento por moradia é o que embasa sua afirmação de que os moradores de favela não se adaptam à casa própria porque não querem pagar impostos, ao mesmo tempo em que moram em barracos equipados com modernos eletrodomésticos, que ele mesmo demorou muito tempo para adquirir.

Não obstante, havia um consenso entre Seu Bernardo e a síndica do conjunto habitacional no que se referia ao envolvimento de jovens no mundo do crime, inclusive dentro do próprio conjunto habitacional¹¹⁸. E, nesse ponto, a experiência das famílias que

¹¹⁸ A síndica explicou que alguns jovens roubavam carros e os escondiam na garagem do próprio conjunto habitacional, além de consumirem drogas dentro do Centro Comunitário. Para driblar esse problema, ela e outros moradores começaram a incluir esses jovens em atividades para a comunidade, como a construção de uma biblioteca, o que, segundo ela, era uma maneira de incluir os jovens nas atividades do bairro sem estigmatizá-los.

conquistaram a casa própria coincidia com a experiência do líder comunitário que perdeu seu filho, morto em decorrência do uso de drogas. O problema dos jovens moradores da periferia era a ausência de políticas públicas capazes de competir com as vantagens estabelecidas pelo mundo do crime. *Estamos perdendo nossos filhos para o tráfico, perdi um filho para o tráfico*¹¹⁹, alertava Seu Bernardo durante os encontros.

O discurso de outra moradora, Cidinha, 60 anos, ex-operária, viúva, com filhos adultos, é exemplar para perceber os conflitos e hierarquias sociais que conformam as relações entre moradores de classe média, favelados e jovens infratores. Não houve rupturas em seu projeto de ascensão social. Hoje, com dois filhos adultos e empregados (um é *sommelier* e outro é vendedor – esse último “lindo! Um loirão alto”, de acordo com ela), e recebendo a aposentadoria do marido, seu plano era vender a casa e se mudar de São Paulo. Mas não encontrava comprador disposto a pagar o valor da casa porque “o bairro não compensa”. Sua esperança era a valorização do imóvel a partir da instalação do Batalhão da Polícia no bairro, que já estava em andamento no momento da entrevista.

De acordo com seu relato, o que melhorou no bairro foi “o esforço do povo de fazer casas bem feitas”. Sua casa, sem dúvida, é a mais imponente da rua: possui três andares, foi recém pintada e é equipada com aparelhos eletrônicos, além de acessórios considerados de luxo, como banheira. Na parte superior, como é comum em outras residências, há um terraço amplo para área de lazer, de onde ela indicou uma outra residência cujos vizinhos, de acordo com ela, perturbam sua paz, fazem festinhas até de madrugada. Ela distingue os moradores entre os que estão “em baixo” (na favela) e “em cima” (na vila). E entre esses últimos, os proprietários e os inquilinos. Vejamos como essas diferenças aparecem em sua narrativa:

¹¹⁹ DC, 12/2006

AP - Mas os vizinhos sabem e apóiam [sua participação no Conseg]?

Cidinha - Aqui, todos da parte de cima sabem e apóiam, só não apóia uma favela que tem aí em baixo porque aí, minha filha, tem que ó...

AP - Você acha que as pessoas que cometem os crimes moram nas favelas?

Cidinha - Não, não é não viu? Eu conheço gente aqui que não mora em favela e eles nem roubam, eles têm os comparsas deles [para] roubar. E é gente finíssima. Esses caras sábios mesmo, eles não roubam, botam laranja pra fazer pra eles. E acho que é onde esses bestas da favela vão, eu acho que é isso. Tô certa ou tô errada?

(...)

AP - O que você acha que um policial tem que fazer?

Cidinha - Eu acho que o policial tem que fazer o seguinte: “Ó meu, não é só você que quer morar aqui, tem mais gente. Na rua não é lugar de festinha à noite inteira”. Mas eles falam que na rua ninguém manda, que é publica. Mas na hora de pagar a luz e o asfalto, sou eu que pago, né?

AP - Eles não pagaram?

Cidinha - Sei lá, eles só moram de aluguel. Quem paga imposto caro aqui sou eu, asfalto foi eu, eles não pagam asfalto. Luz sou eu [quem paga]. Os donos que pagam. Mas casa de aluguel é uma droga, né? Pra bairro residencial. Era bom se fosse tudo dono. O [x] é dono, o [y] é dono e não causa problema pra ninguém. Mas é aquela maloca que vem do [nome da favela], veio do diabo de sei lá, fazer inferno na porta da casa da gente. Toda turma é da favela.

AP - Mas quem são? São meninas? Uma é irmã da outra, prima? É uma família?

Cidinha - Aqui na frente tem duas que são irmãs, a mãe e um menino. E os meninos vêm tudo aqui cheirar [cocaína]. Outro dia tinha 15 motoqueiros atrás delas, fazendo cavalo de pau, zoando com elas. Parece que faz de propósito. E no fundo da rua, onde eu te mostrei, têm mais três irmãs. Quer dizer, três lá, mas duas aqui, quatro, duas ou três desse lado que também é de aluguel, junta tudo aqui na frente. Isso ficava das 22:00 [...] a noite inteira, faz festa na rua.

AP - Mas não são prostitutas...

Cidinha - Se entram lá e faz as coisas, acho que são, né? Arruma esses molecão que ficam tudo aí na frente. Quer “dar uma”, vamos lá, quer “dar outra”, vamos lá. Acho que é assim. Eu penso que é assim, porque é um entra e sai de rapazinho. [Entrevista 3]

Os inquilinos, que teriam vindo da favela, são descritos como pessoas que têm comportamentos desviantes: fazem sexo sem discriminação e sua casa seria reduto de uso de cocaína. Do terraço de sua casa, Cidinha apontou para uma série de pára-choques de carro amontoados, o que seria indicativo de que o local também seria usado para guardar peças de carro roubadas. Apesar do incômodo com os vizinhos, Cidinha não os delata nos encontros do Conseg. Sua participação ali reforçava demandas relativas ao saneamento básico, preocupação de outros participantes, homens e mulheres da mesma idade, que reclamavam de ratos, sujeira e córregos não canalizados e da conduta inadequada de policiais que dirigiam em alta velocidade pelo bairro. Cidinha também gostava de

frequentar as reuniões e de participar das atividades solenes para as quais era convidada. Na ocasião da entrevista ela me mostrou fotos da família e outras nas quais aparecia com políticos famosos.

Quanto à delação, parece haver diferença entre os moradores que vivem em territórios com alto índice de homicídios, como Sapopemba, e os moradores da região de Campo Belo. Os primeiros são muito menos dispostos a delatar locais onde há tráfico, bandidos e outras ações consideradas ilegais. Como indicam vários trabalhos de campo em favelas do Rio de Janeiro e na classe popular em São Paulo, os moradores de áreas violentas são reféns tanto da polícia (Caldeira, 2000 e Zaluvar, 2004) quando dos traficantes (Zaluvar, 2004). Em Sapopemba, onde casas da classe média operária e as favelas são muito próximas, o tráfico e os “acertos” entre policiais e bandidos eram bem conhecidos. Seu Bernardo, por exemplo, era categórico ao afirmar que fazia questão de não comentar com outros moradores que ele participava dos encontros porque “quando fala em Conseg [a pessoa] pensa que todos estão ali pra ser dedo-duro”.

Entre os operários aposentados que entrevistei, seu Bernardo era único que se envolveu na gestão de associação de bairros. Durante toda a sua vida de operário, envolveu-se em greves e manifestações e, no momento da entrevista, era um representante de associação de bairro. Após mobilizar a comunidade nos anos 80 para a regularização de casas, asfalto e iluminação, ele foi um dos líderes comunitários que compôs a Comissão Gestora das Associações de Moradores que organizou a comunidade para a construção de conjuntos populares em mutirão. Essa comissão foi constituída durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) e, de acordo com Seu Bernardo, foi criticada pelos ativistas locais com vínculos no Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo os ativistas do CEDECA e CDHS, que entenderam que a proposta do governo não contemplava as reivindicações dos movimentos sociais ligados à habitação popular. Para ele, a grande divergência era partidária. Além disso, aparentemente, um dos desacordos entre os grupos foi a instalação de um Batalhão da Polícia nas proximidades do conjunto habitacional.

AP - Qual é o papel da sociedade, das polícias e da subprefeitura pra resolver o problema [da violência]? O que o Sr. imagina?

Seu Bernardo - Acho que tem que ter uma operação integrada entre sociedade civil organizada, do poder público, subprefeitura local... as Secretarias de Cultura, Educação... se não tiver uma integração coletiva, fica muito difícil de resolver algumas coisas. Nós tivemos uma experiência em 2002. O governo queria desenvolver uma ação em um distrito, governo do Estado, Casa Civil, atendendo a Agenda 21 e combate à violência. E olhando para uma experiência que nós tivemos com um grupo aqui na [região chamada] Fazenda da Juta (...) chamado experiência gestora... o que é isso? Antes de construir os conjuntos [habitacionais], esse grupo começou a se organizar, além de acompanhar a habitação, a gente se preocupou com organização, com infraestrutura, escola, dentro dos conjuntos, equipamentos sociais. Não basta só o governo construir as casa e botar as pessoas dentro... já cumprimos o nosso papel. Não é isso. Essas lideranças se organizaram e criaram uma comissão, antes era comissão voluntária, não era jurídica e quando os conjuntos estavam sendo entregues, já tinha escola sendo construída dentro, posto de saúde, iluminação. Isso foi possível graças à comunidade dialogando com os vários setores públicos. O asfalto dentro da Juta, a gente conseguiu quando o Pitta era prefeito. Iluminação com a ILUMI. E asfalto com a CDHU. Eu me lembro que um engenheiro foi lá e a gente estava discutindo com a associação de gestores – que congrega pessoas e associações de vários segmentos, é aberta em termos de segmentos partidários; ninguém pergunta que partido você apita. Quem quisesse vir e entendesse a proposta vinha, e a gente construiu... uns saíram porque achavam que eram partidários e aqueles que entenderam a proposta [ficaram]; nós conseguimos grandes resultados. Eu falei que não tinha problema de escola, só faltava creche, não conseguimos creche... escolas estaduais [conseguimos], é uma cidade. Conseguimos...

Tinha a necessidade de construir um Batalhão, porque eles pagavam aluguel (...). Pra tudo isso a gente foi ouvido, os Coronéis chamaram a gente e fomos na CDHU e foi formado uma Comissão Gestora. E foi assim. Interesse nós temos, secretaria nós temos e só falta vocês, se vocês não quiseram a gente não vai. A gente queria comércio, um shopping, mas ficamos satisfeitos com o Estado ouvir a gente. Isso é questão de respeito, nós temos condições de dialogar com todos os segmentos do Estado e do município e os moradores querem isso... Eles não vêm falar com vocês [policiais] porque têm medo da repressão... que tinha um campo de futebol e tem a questão do tráfico... mas [a população] fala pra gente, então quer queira ou não, nós estamos sendo porta voz e vamos tocar. E está lá construído, já foi objeto de matéria e a população está satisfeita. [Entrevista 12]

O discurso de Seu Bernardo indicava amplo estoque da linguagem dos direitos - o direito à cidade, a parceria com a sociedade civil e a implementação de programas de geração de emprego e renda, saúde, educação e segurança no entorno do conjunto habitacional. Ele via com bons olhos a iniciativa da Secretaria Estadual da Habitação e do CDHU de financiar a construção dos conjuntos populares. Entretanto, tinha divergências com as entidades de direitos humanos com vínculos históricos com Movimento de Defesa

dos Favelados (MDF), União dos Movimentos de Moradia (UMM), pois, lideranças como Seu Bernardo eram tidas, por estes ativistas, como “cooptadas” pelo poder público¹²⁰.

Para Seu Bernardo, tal como para Oscar, o presidente do Conseg, a baixa participação do CEDECA e CDHS nos encontros está relacionada com o fato de que elas são refratárias à interlocução com as polícias. Nesse ponto, a crítica do líder comunitário e do presidente do Conseg era que o CEDECA e CDHS eram organizações particularistas e partidárias.

3.2. A primeira geração nascida em São Paulo: o trabalho religioso no contexto da violência.

Em se tratando dos moradores mais novos, como menos de 40 anos, as diferenças religiosas contribuem para iluminar os caminhos escolhidos para o trabalho de apoio junto aos jovens pobres vinculados ao mundo do crime. O vínculo religioso, ao que tudo indica, também se coloca como um marcador importante para o tipo de relacionamento com as polícias.

A experiência da violência se mostrou marcante entre os entrevistados da primeira geração nascida em Sapopemba, cujas famílias migraram para São Paulo na década de 1970. Suas famílias, embora pobres, não residem em favelas. Os pais de Isabel, 38 anos, vieram de Minas Gerais. A família de José, 39, de Pernambuco. Ambos se recordam muito bem da violência na década de 1980. Isabel, solteira, que se define como feminista e negra, foi formada pela Teologia da Libertação no momento de efervescência das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) nos bairros pobres. José, casado, com filho, branco, tornou-se evangélico após o início de uma vida adulta marcada pelo desemprego. Isabel se tornou

¹²⁰ Os movimentos de habitação apoiados pelas entidades de direitos humanos demandavam não apenas a participação da comunidade nos mutirões, mas “sentar” com o poder público para definir as plantas das residências e articular uma série de questões que diziam respeito à implementação de equipamentos de saúde, programas de geração de renda, educação etc. Embora estes tenham tido sucesso em discutir os projetos de habitação popular na gestão de Mário Covas, os governos posteriores decidiram por formar parcerias através das Comissões Gestoras, como essa em que Seu Bernardo participou, o que era entendido como um processo de “desmobilização” dos movimentos populares e “cooptação” de líderes comunitários. Como concluiu um ativista ligado à habitação e vinculado ao CEDECA, “fazer um convênio pra você não ter participação é melhor esperar a empreiteira fazer, a gente tem alguns princípios. E o princípio da autogestão e da participação popular a gente não abre mão, do acompanhamento, de discutir”. [Entrevista 24]

ativista e fundadora do CEDECA e CDHS. José, segurança privado e evangelizador em presídios. A experiência da violência e a religião se interpõem de forma crucial no envolvimento dessas pessoas com os outros moradores do bairro e em suas escolhas profissionais, bem como a maneira como entendem o problema da violência. Começamos por José.

Na década de 1980, então com 14 anos, José frequentava a favela, fumava maconha e cheirava cola com seus amigos e um traficante. Nessa época, os bandidos locais faziam “mansão”, roubavam em bairros nobres, como o Morumbi. Ele relata que a execução de um traficante foi fundamental para sua saída do mundo do crime, momento em que foi salvo por uma igreja pentecostal. Ao longo da entrevista, José conta que trabalhou com o pai em um bar e, concomitantemente, atuava como porteiro no centro da cidade. O pai morreu, ele assumiu o bar e cuidou da mãe enferma, que morreria logo depois. Ele ficou “sem mulher pra lavar roupa, cozinhar”, casou-se e ingressou definitivamente na igreja evangélica. Foi quando decidiu transformar o bar em outro negócio, porque, em sua opinião, há um paradoxo entre servir a Deus e vender bebida alcoólica: “todo dono de bar, dono de boteco, todos são ignorantes, gostam de falar alto, gostam de andar só de bermuda, sem camisa, por quê? Porque é um verdadeiro ignorante, não tem estudo, não tem nada.” O negócio faliu, a esposa estava grávida e José, desempregado. Ele fez um “propósito com Deus”. Emocionado, ele contou que “punha o rosto num pó da terra e ficava lá clamando a Deus”. À igreja ele atribui sua volta à escola e o fato de ter se tornado um pequeno empresário no ramo de segurança privada:

Hoje em dia eu estou com vinte e cinco lojas, tomo conta. Hoje (...) dou emprego para as outras pessoas. Têm seis pessoas que trabalham pra mim. Eles não ganham mal, eles ganham bem. São seis pais de família (...). E lá atrás eu passava fome, não tinha nenhum emprego. Hoje, Deus me abençoou, me deu do bom e do melhor. [Entrevista 7]

Para ele, ser membro do Conseg é estar ao lado de “pessoas de bem”, “do lado da polícia” e contra o tráfico de drogas e as quadrilhas. Entre os “maus elementos”, estariam aqueles que têm filhos envolvidos com drogas, que são coniventes ao receberem dinheiro e objetos conquistados através do crime. Ao mesmo tempo, assim como Seu Bernardo e Cidinha, José questiona a imagem da favela como eminentemente perigosa e assinala para a ausência do Estado, inclusive da polícia, que favorece a entrada de pessoas no mundo do

crime. Muitos de seus amigos foram criados na favela e não se envolveram no crime, são “trabalhadores” e “pais de família”, ainda que exista “muita coisa errada”. Embora a opção pelo trabalho colocasse José em uma posição “moralmente superior” em relação aos bandidos - como Zaluar (2000: 152-160) identificou ser comum ao estudar as “relativizações e aproximações” entre trabalhadores e bandidos na Cidade de Deus -, em oposição às pessoas que “roubam, cheiram e fumam”, José mantinha um laço religioso e uma proposta salvadora em relação aos encarcerados.

Há uma relação entre religião, a possibilidade de levar o projeto de vida adiante e o problema da violência. Para José, a pobreza e a ausência de Estado contribuem para o problema da violência e, sobretudo, “falta de Deus no coração”, o que o motivou a evangelizar detentos. Estudos sobre o crescimento da religião pentecostal têm indicado que as redes evangélicas têm tido sucesso em estabelecer redes de ajuda mútua entre “os irmãos”, estabelecendo “laços de confiança” e trabalhando para a “valorização da pessoa e das relações pessoais” (Almeida, 2004: 21). É ancorado exatamente nesse preceito de ajuda mútua que José se voltou para salvação individual, embora seu discurso estivesse menos organizado pela busca por justiça social como valor universal, como fazem os católicos que se organizaram na região.

O projeto religioso que se desenvolveu nas comunidades pobres com vistas a articular religião e o problema da violência não se limitou às religiões pentecostais, cujo crescimento é mais recente (Almeida, op. cit.). Na década de 1970 e 1980, as CEBs tiveram um impacto importante nas associações voluntárias das classes populares, com vistas à discussão de soluções para os seus problemas vitais. Tais associações lutavam pela democracia e o combate das injustiças do capitalismo (Peirucci et al., 1982). As CEBs influenciaram “de forma decisiva, a formação de diversas organizações sociais, entre movimentos políticos, sindicatos e grupos partidários” (Prandi, 1996: 72). Em Sapopemba essa influência se fez sentir na formação das organizações civis pró-direitos humanos. A trajetória de Isabel é exemplar para reconstruir a mobilização das entidades de direitos inspiradas pelas CEBs. Sua trajetória também aponta para o caminho tomado pelos ativistas de entidades de direitos humanos locais educados sob essa formação: no caso de Sapopemba, tal formação resultou numa extensa rede de articulações pró-direitos humanos.

A história de vida de Isabel no bairro é influenciada pela Igreja Católica desde a década de 1970, quando ela aprendeu a “viver a vida cristã encarnada na realidade”, através da formação junto a padres e freiras vinculados à Teologia da Libertação. Participando das CEBs desde os 14 anos, ela se envolveu no trabalho comunitário nas favelas e acompanhou a atuação de justiceiros no extermínio de jovens, bem como as execuções promovidas pelos bandidos locais. Aos 18 anos, também influenciada pelo movimento feminista da década de 1980, ela iniciou seu primeiro trabalho junto a mulheres dispostas a sair da prostituição, “porque todo mundo sempre usou o *slogan* meninos de rua, meninos, meninos, mas a maior parte da população é menina”. Ela também sofreu graves ameaças de morte por parte de policiais e violência sexual consumada. A experiência da violência no corpo, além dos diversos casos acompanhados, conferiam a ela uma performance política que não estava separada da “força corpórea”, elaborada por ela através de “muita terapia” e exílios forçados no exterior¹²¹.

Embora o trabalho com as meninas prostitutas tivesse um vínculo claro com a ideologia dos setores de esquerda da Igreja Católica, seu trabalho provocou hostilidades na comunidade, tanto da parte de fiéis católicos quanto no interior de sua própria família, uma vez que Isabel passou a morar com prostitutas.

Também houve protestos dos comedores de hóstia, porque nem todo mundo que vai a igreja é cristão mesmo, (...) então assim: “Ah, vai montar um puteiro no bairro?” (...). Mas foi um período de muita solidão, porque eu tinha apenas ... completando 18 anos, minha família achando que eu ia virar prostituta, porque onde já pensou, uma menina de 18 anos morar numa casa cheia de meninas que vinham da rua ou da prostituição... é, as famílias que eu frequentava na comunidade obviamente me proibiram de conversar com as filhas da minha idade, porque era para eu não influenciar. Então foram anos de muita solidão [enfática]. [Entrevista 11]

A solidão a acompanharia ao longo de sua trajetória profissional, em função das mudanças de domicílio e exílios forçados devidos às ameaças policiais. Mas a solidão não estava apenas relacionada com a violência policial, embora essa fosse, sem dúvida, a mais sofrida. De alguma forma, ela se sentia deslocada do seu mundo, entre “os seus” e “os

¹²¹ Penso nas ameaças contra Isabel como tipos de censuras elaboradas, por certo com sofrimentos, que acabaram por produzir sua performance política “Censorship is a productive form of power: it is not merely privative, but formative as well” (Butler, 1994:133).

outros”, dada sua intensa vida política e o seu alto grau de escolaridade. Ela fez duas faculdades, uma de Pedagogia e outra de Direito. Nas aulas do curso de direito, por exemplo, os alunos de classe média já sabiam as leis enquanto ela “estava correndo atrás do português”. Nas relações de “mistura” com as pessoas de outras classes sociais, ela sentia os preconceitos com um grande sofrimento¹²².

Na década de 1980, ela esteve envolvida na mobilização que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, no movimento nacional que resultou na criação dos Centros de Direitos da Criança e do Adolescente. Como foi explorado no Capítulo 1, ela foi uma das responsáveis pela criação do CEDECA Sapopemba, que desenvolve trabalhos junto aos jovens em conflito com a lei e, posteriormente, do CDHS, atuante na denúncia de policiais que agem arbitrariamente. Ela é, sem dúvida, uma líder comunitária conhecida por suas ações no campo dos direitos humanos, tendo recebido uma série de prêmios em São Paulo. Como disse um outro ativista, quando se trata de enfrentar os policiais, “os olhos dela brilham”. Formada em Direito, tinha o saber jurídico necessário para confrontar qualquer tipo de autoridade. Sua força persuasiva só é comparada a das “mulheres diligentes da região central”. Tida como salvaguarda dos direitos fundamentais dos moradores mais pobres, Isabel tinha clareza que havia se tornado um mito criado pelo “povo”, com todas as dificuldades que isso representava: a devoção e a dependência de uns e a antipatia de outros¹²³.

¹²² De fato, a “mistura” com a classe média era um assunto paradoxal entre os ativistas de entidades de direitos humanos - sendo mais intenso para uns do que para outros. Alguns técnicos do CEDECA eram de classe média e moravam mais ao centro da cidade. Outra grande parcela era de moradores do próprio bairro. Uma das advogadas de classe média, com trajetória no ativismo na questão agrária - e também na área dos direitos da criança e do adolescente -, disse que era preciso provar permanentemente que era “da luta” para que fosse aceita entre os demais técnicos. Para exemplificar esse ponto, ela contou o caso de uma colega, também advogada, que chegava para trabalhar e era recebida, cotidianamente, com a frase: *Tudo bem, branquinha?* Isabel, por outro lado, apontou que nas entrevistas para conquistar o emprego, todos se mostravam comprometidos com Che Guevara e Rigoberta Menchú (líder indígena de grande expressão na Guatemala). Contudo, no cotidiano do trabalho, os procedimentos técnicos acabavam por se mostrar de interesse central para esses técnicos de classe média (e nesse caso, também com perfil universitário), em detrimento da “ideologia”. Para essa moça advogada que fez o relato, a cobrança por ter que demonstrar permanentemente o seu compromisso político era algo sem propósito: nascida no nordeste, filha de pai caminhoneiro que conseguiu adquirir alguma frota, tendo falido posteriormente, ela não se sentia pouco engajada. Ao contrário, durante todo o curso de Direito, pago com esforço, ela sempre fez estágios e trabalhou na área da infância e adolescência. Além disso, tinha forte vínculo e amigos no MST (Movimento Sem Terra).

¹²³ Retomar Weber (1986: 135), aqui, é de grande utilidade: é o “arrebamento emotivo” que o líder carismático provoca que causa a “devoção pessoal”. O líder carismático *não* age buscando o “reconhecimento por parte dos submetidos”, mas o que o move é a própria “crença” e o sentimento de “dever” que exige para si

Uma liderança comunitária ímpar, mulher pequena e de voz forte, sua vida foi orientada pela valorização do princípio ético que leva o fiel a se pensar não como um indivíduo isolado, mas como um sujeito coletivo que vive e sente as dores do mundo, visando a sua transformação através da ação política. Quando foi receber um dos três prêmios que reconhecia seu trabalho como ativista, a faixa comemorativa trazia a frase: “Isabel somos todos nós”. O trabalho incessante de formação junto aos mais pobres tinha como objetivo educar e formar as pessoas em direitos humanos e no aprendizado da participação política, partilhando a visão segundo a qual não é o indivíduo que importa, mas o coletivo. Na visão que orienta a prática das CEBs, o problema está na elite econômica e na política opressora, o sobrenatural é deixado de lado em nome da materialidade das classes sociais, da burguesia e do sistema econômico. Nessa linha de juízo, o pecado é a exploração do homem contra o homem (Prandi, 1996: 70-71). O combate político da opressão e da miséria se combina com a leitura do mundo em que os “aparatos do Estado” são, em geral, braços da burguesia. Visão de mundo que Isabel reproduziu em várias passagens das entrevistas, com frases tais como “o poder judiciário é da elite” ou “a escola é um mecanismo de controle de Estado”, ainda que, paradoxalmente, diferenciasses algumas pessoas e grupos do Estado que eram vistos como exceção.

Já na década de 1980, momento de grande aposta na organização dos movimentos sociais ligados à igreja católica, discutia-se alguns riscos impostos às CEBs, como a “convicção na sabedoria inata e exclusiva das classes desprotegidas” que poderia dificultar “o diálogo com outras organizações, bem como a articulação de alianças com outras categorias sociais” (Peirucci et al., 1982: 79-80). As análises mais recentes sobre as articulações entre política e religião em comunidades pobres (Zaluar, 2006) têm identificado que os ativistas católicos estimulam “uma atitude tolerante” em relação a crimes, ao mesmo tempo em que estimulam a mobilização política, enquanto que os

mesmo. Não menos importante é o quadro administrativo que o cerca, “escolhido segundo carisma e vocação pessoais, e não devido à sua qualificação profissional”. Isabel sabia das ambiguidades que sua força carismática provocava. E a tranquilidade que me toma ao escrever sobre ela, nos termos aqui expostos, vem de sua própria convicção de que “a referência” criada em torno dela fugiu de suas próprias mãos; como ela disse “cri[ou] essa ambiguidade” [Entrevista 27]. É impossível não admirar essa mulher e não reconhecer a sua importância. Sem pretender reverenciar a atitude do distanciamento completo do antropólogo, assumo que foi preciso sair da “zona ativista” de Sapopemba e circular na “vila de classe média operária” para conseguir compreender as relações que se estabeleciam entre Isabel e o conjunto mais amplo dos moradores de Sapopemba. Também a encontrei nos demais “campos” da pesquisa, como ficará claro no Capítulo 5.

evangélicos mantiveram-se em uma postura bem sucedida voltada para a reeducação de criminosos, das famílias e dos filhos, ao mesmo tempo em que mantiveram soluções individualistas para resolver problemas coletivos. De acordo com Zaluar (2004):

(...) enquanto os militantes católicos preferiram o silêncio e a distância em face da ameaçadora presença dos traficantes armados, com uma velada reprovação a estes no seio da comunidade local e uma forte oposição a punições mais severas do Estado, os protestantes escolheram uma proximidade evangélica, tentando salvá-los para aumentar o rebanho. (Ibid.: 223)

Como já mencionado, os ativistas de entidades de direitos humanos de Sapopemba passaram a atuar através de uma rede de proteção social em diversos níveis de governo, o que lhes garantiu reconhecimento público¹²⁴. Não obstante sua expansão para garantir direitos de jovens pobres, esses ativistas eram mal vistos por parte da comunidade, sobretudo entre outros moradores organizados em entidades de bairro localizadas nas vilas, que se mostravam simpatizantes dos partidos de centro-esquerda.

*

Até aqui, realizei uma descrição da heterogeneidade dos espaços sociais a partir dos moradores e grupos que participam dos conselhos. Enfatizei suas histórias de vida e trajetórias profissionais, bem como as diferentes relações de aproximação e distância entre eles e os públicos considerados “agentes da insegurança”. Variáveis tais como local de moradia, relação com os “perpetradores” da violência e disputas de natureza política conformam parte das hostilidades na sociabilidade local. As clivagens entre os grupos são múltiplas e as distinções entre eles, aqui tratadas, não encerram, de forma alguma, a heterogeneidade no interior desses bairros.

¹²⁴ Seus parceiros locais eram o Conselho Tutelar e os PSFs (Programa de Saúde da Família); mantinham relação com movimentos nacionais e estaduais de defesa dos direitos humanos, como o MNDH e CONDEP, e supranacionais, como a Anistia Internacional, além de buscar apoio político junto a legisladores de esquerda comprometidos com a questão dos direitos. Feltran (2008), em sua tese de doutorado, faz uma descrição rica do CEDECA e do CDHS, apontando o perfil de trabalho técnico do primeiro e o “ideal de comunidades política” do segundo.

Outra constatação importante é que a “violência”, na visão da população de qualquer classe social, não se limita aos atos criminais. Como já foi apontado por estudiosas da área, “nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é categorizado como crime” (Adorno, 2002: 88) e é “a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente” (Zaluar, 1999a: 28). Como aponta Misse (1999), a criminalidade urbana não se confunde com a “violência urbana”, que, longe de ser um conceito, é um objeto a ser analisado.

Para os moradores, questões que envolvem políticas públicas para os jovens, políticas de emprego e renda, algazarra de vizinhos, prostituição, saneamento urbano, trânsito etc., são considerados assuntos que interferem na “violência” e contribuem para a caracterização do “problema da segurança pública”.

Resta compreender como esses moradores pensam de forma igualmente diversa as “causas” da violência. Não trato dessas causas para estabelecer relações causais, mas para compreender os vários julgamentos que informam os imaginários de pessoas de distintos estratos sociais, idade, filiação partidária e gênero, sobre os fatores que estariam contribuindo para o “problema social da violência” e sua solução. E, de forma adicional, e nem por isso menos importante, entender melhor os dilemas colocados às políticas públicas de prevenção à violência que buscam consensos na “sociedade”.

4. O “problema social da violência” e suas inflexões

Quando se trata de apontar os fatores que incidem sobre a violência, diferentes narrativas são acionadas a partir de especificidades relacionadas à prática social (experiência política, trabalho de assistência, atividade profissional) e, menos, à idade, classe, gênero etc. Há consenso entre todos os moradores que a violência é consequência do “problema social”. Essa categoria êmica, no entanto, indica inflexões distintas: pode apontar a desigualdade social, a violência policial, a violência como produto da natureza humana e violência como produto da família desestruturada. Algumas vezes, tais linhas de argumentação justificam a violência, criam estigmatização e reforçam opiniões “duras” sobre como “solucionar” o “problema social da violência”. Nesse tópico, descrevo as

enunciações mais recorrentes. Não se trata de mapear as representações da população em geral, mas de um grupo *seleto da sociedade* – exatamente aqueles grupos interessados em discutir os problemas da insegurança junto às autoridades públicas nos espaços sociais onde residem.

a) Do Estado criminoso à proteção dos pobres

O “problema social” remete a uma visão sobre a ausência de políticas públicas, a preponderância da desigualdade social e sobre a ineficiência e a corrupção. Até aí todos os moradores concordam, refletindo a idéia de um Estado “quase ausente” ou, quando presente, omissivo na execução de ações consideradas de relevância fundamental.

Mas é também nesse ponto que as divergências começam a aparecer. Na visão dos moradores que se dispõem a participar dos Consegs, o problema social que gera a violência pode ser dividido em dois grupos de explicações, que acabam por enfatizar tipos diferentes de inflexões em relação aos poderes públicos. Por um lado, um Estado que não assiste os pobres e, por outro, um poder público que os “protege”.

A primeira inflexão pode ser resumida na frase (a) *Nós sabemos que a questão passa pelo controle social*. Aqui, a violência estrutural é vista como um *continuum* e se refere à ausência de políticas sociais dirigidas aos mais pobres, os mais afetados pelo desemprego. De acordo com Isabel, ativista de entidade de direitos:

Então eu acho que tem essa coisa da estrutura, tem a questão ideológica mesmo, porque essa é uma população [os pobres] que não é pauta de política de nenhum governo, nem mesmo dos governos mais democráticos. É uma população que, por parte de quem está na administração, quer muito mais o controle do que realmente contextualizar essa população dentro de uma questão social, como consequência de uma série de exclusões e tentar uma inclusão. [Entrevista 2]

Entre os ativistas comunitários, a “violência estrutural” é uma noção bastante relevante. A “violência estrutural” aparece no discurso da igreja católica nas décadas de 1970 e 1980, como causa principal da violência, na medida em que:

(...) os verdadeiros problemas e questões seriam evidentemente a miséria crescente, o desemprego, a falta de serviços públicos eficientes, em especial no setor da saúde e da

educação, e ausência de políticas sociais, todos entendidos como violência perpetrada pelo Estado contra a população necessitada. (Zaluar, 1999a: 34).

Para a autora, ainda

Tais proposições ganharam foro de verdade permanente por meio do conceito de violência estrutural, utilizado até hoje para delimitar melhor o que esse discurso dos anos 70 deixava confuso. A violência estrutural passa a ser distinguida das outras formas de violência: a institucional, a doméstica, a interpessoal (...). A dificuldade principal desta abordagem é que violência torna-se um sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou a discriminações de cor e de gênero. Não oferece, pois, meios para pensar aquelas ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole no uso da força física (ou dos seus inúmeros instrumentos) nas interações sociais, passíveis de controle democrático. (Zaluar, 1999b: 11)

Os grupos adeptos a essa matriz explicativa são aqueles que desenvolveram suas práticas nos movimentos sociais. Para esses, a violência estrutural é resultado de um processo histórico desigual que culminou na marginalização dos setores mais pobres da sociedade. Os ativistas de entidades de direitos humanos, em especial, explicitam que a escravidão e a Ditadura Militar são parte desse *continuum*, em que o próprio Estado é o grande perpetrador, responsável pela explosão das facções criminosas nas penitenciárias e expansão do crime organizado, pela pauperização das famílias, assim como pela utilização de critérios como ocupação, lugar de moradia, idade e cor para punir. Sob essa perspectiva, a violência estrutural e policial (da qual trataremos adiante) atinge os mais os pobres, também os mais afetados pela desigualdade social e o preconceito das instituições do Sistema de Justiça Criminal e parte da própria sociedade civil.

(...) hoje já tem outras iniciativas, mas o que bairro de periferia tem? Escolas, com a qualidade que já é notória pra todo mundo, e polícia... depois é que foram surgindo alguns postos de saúde, mas são esses os equipamentos públicos que existem em bairros de periferia. Polícia, escola e posto de saúde... agora médico... eu falava assim, pobre não tem só lombriga, porque só mandava clínico geral, há poucos anos que aparece algum especialista, né? E aí assim, o que ocorre... na semana, horário comercial, se acontece alguma coisa têm outros olhares. Mas e nas férias? Em posto de saúde só fica mesmo quem mora no bairro, porque os médicos tão em férias por causa dos filhos; vão viajar, e aí essas pessoas que de alguma forma têm alguma autoridade não estão na região. Aí é que realmente a cobra fuma, né? Fuma por quê? Porque muita gente que tá presa vem de “saidinha” [da prisão], encontra a situação de miserabilidade da família, aí obviamente que o narcotráfico investe mais, nessas ocasiões, que o pessoal tá mais vulnerável. (...). [Isabel. Entrevista 2]

De acordo com Isabel, o narcotráfico investe mais em regiões com ausência de políticas públicas e onde a miserabilidade das famílias é grande. No trecho acima, as polícias aparecem como uma das poucas instituições públicas que atuam no bairro. Em trechos de outras entrevistas, ela se refere ao controle social como um componente da violência estrutural, o que seria uma estratégia que persiste no Brasil desde a escravidão tendo perdurado na Ditadura Militar com os justiceiros e o Esquadrão da Morte e, após a década de 1980, com os presos comuns (que ela também considera presos políticos), sobretudo os jovens negros e pobres. Em uma entrevista realizada logo após os ataques do PCC em 2006, ela comentou: “nós já sabemos como é que é o sistema carcerário, seja pra adolescentes, seja pra adultos; nós sabemos que a questão passa pela questão do controle social. Cadeia e FEBEM é pra controle social dos mais pobres”¹²⁵. Essa é uma teoria difundida sob o rótulo de “política higienista” entre os ativistas de entidades de direitos humanos, não é mencionada pelos demais participantes que demandam o serviço da polícia.

A política higienista - ou de controle - conforme entendida pelos ativistas, é muito próxima da tese de Wacquant (2007) sobre o crescimento do encarceramento de jovens nos Estados Unidos, cuja função social teria extensa conexão com a economia desse país, baseado em práticas discriminatórias das instituições policiais e judiciais colocadas em prática nas décadas de 1980 e 1990¹²⁶. A polícia teria a função de controle da criminalidade pensada nesses termos, sendo que seu esforço deveria ser dirigido para investimentos nas políticas sociais e preventivas e no sistema penal baseado em penas alternativas.

Outros moradores se referem ao problema social como fruto da desigualdade, como expressão coloquial, e não necessariamente atrelada à noção de “violência estrutural”:

(...) São dezenas de favelas, são mais ou menos oitenta mil pessoas que moram nessas favelas [do bairro de Campo Belo], isso é tradicional, antigo, isso aqui tem mais de cinquenta anos, quando começaram as favelas em São Paulo. Então você tem aqui um

¹²⁵ Entrevista 2.

¹²⁶ De acordo com Wacquant, as prisões teriam a função de “limpar as escórias/detritos produzidos pelas transformações econômicas em curso e remover os rejeitos da sociedade de mercado do espaço público” que atingiria “delinquentes ocasionais, desempregados, indigentes, doentes mentais deixados à própria sorte sem proteção social, e jovens de origem popular os quais estariam destinados ao emprego marginal e a informalidade” (Wacquant, 2007: 455). Há uma forte conexão entre a tese de Wacquant e a chamada “política higienista do Estado”, conforme descrita pelos ativistas de entidades de direitos humanos em São Paulo.

bairro de classe média que tem até um porte social bem nítido, então o bairro da classe média do Campo Belo tem, em média, um nível salarial de vinte e dois, uma renda, né, de vinte e dois salários mínimos, é a renda média da família.

(...)

Agora, na favela não chega a dois, então você vê a brutal diferença. Uma favela que não tem nada, um nível cultural baixíssimo, profissional baixíssimo, não tem escola, não tem... isso é típico. Então, qual é a relação? É uma coisa que acontece no Brasil inteiro, esses grandes grupos de favelas descambam fatalmente para serem os centros radiadores da distribuição de drogas, mas isso é no Brasil inteiro. Então a comunidade tem uma relação de hostilidade com a favela, porque vê na favela, exclusivamente... racionaliza e simplifica, todo mundo é bandido, todo mundo é traficante e é a causa fundamental da insegurança no bairro, que como eu disse, não tem dez por cento dos problemas de segurança que tem um bairro de periferia (...).”

[Fausto. Entrevista 6]

Fausto, 53 anos, advogado formado na Faculdade de Direito São Francisco, já foi mencionado. Ele era funcionário público e representante de uma associação de bairro criada na década de 1990 como símbolo da reação da sociedade civil contra a desagregação do Estado. Apresentando quase sempre um perfil observador e calado, ele era respeitado pelas mulheres diligentes da região de Campo Belo, com as quais se aliou para demandar melhorias para o bairro. Em sua entrevista, ele estabelece uma relação entre o processo desigual da sociedade brasileira no que se refere ao baixo acesso ao direito econômico e as políticas públicas para as populações que vivem nas favelas com o fato das favelas terem se tornado “pólos irradiadores” de distribuição de droga. Para ele, as relações hostis entre moradores de classe média (ascendente e descendente) seriam decorrentes de uma visão simplificadora dos que veem na favela a fonte de todo o mal.

Outra inflexão deriva de um reconhecimento do problema social, mas pode ser sintetizada pela frase (b) *É um problema social, mas é um problema social também conviver com essa coisa [as favelas e a prostituição]*. Essa explicação diz respeito à visão segundo a qual os pobres se fazem de vítimas incondicionais das mazelas produzidas pelo Estado, valendo-se do mote de “coitadinhos” do sistema, em um contexto de violência marcado pela corrupção e ineficiência do Estado que tem atingido diferentes setores da sociedade, inclusive a classe média e média ascendente. Esse segundo discurso caminha, no limite, para o lado oposto do primeiro no que se refere às políticas públicas para os mais vulneráveis. Se os moradores engajados historicamente nas lutas coletivas demandam por mais políticas públicas para os mais pobres, os moradores que vão aos Consegs

pontualmente para denunciar seus problemas entendem que as políticas sociais e de distribuição de renda apenas reforçam a “pobreza cultural”, que já permeia os mais vulneráveis. Os grupos que se enquadram nessa segunda matriz tendem a rejeitar a proposição de que os pobres são alvos prioritários de políticas sociais a partir de critérios que avaliam suas condições desiguais no acesso aos direitos. Quando os mais vulneráveis são priorizados pelo Estado, argumenta-se tratar de “proteção dos pobres”¹²⁷.

Para esses, o problema social gerou uma “desculpa” para os mais pobres se colocarem como “coitadinhos” e utilizarem a condição de pobreza para cometer ilegalidades e “viver na clandestinidade” ou na “moleza”, onerando os pagadores de impostos. Essa é uma explicação muito corrente entre mulheres mais velhas de todas as classes sociais. Cidinha - que se sentiu lesada por ter pagado asfalto enquanto os inquilinos que vieram da favela, não - compartilha essa mesma idéia. Implícito nesse discurso está o julgamento de que o direito coletivo da população tem sido “prejudicado” pelo direito individual dos mais pobres. As falas de Vera e Luiza, as mulheres diligentes da região centro-sul, são emblemáticas nesse sentido. No momento em que comentam as causas da permanência dos moradores de barraco em uma rua de classe média, elas afirmam:

Ninguém fala: “É um problema social, e ponto. Como vamos resolver esse problema social”. (...).

Tudo bem que é um problema social. Mas o que se pode fazer por esse problema social? Vamos lá, vamos cadastrar, se estão trabalhando, aonde trabalham, o que estão fazendo, porque estão na rua. Se isso é um problema social, então vamos resolver, vamos colocar os assistentes sociais para trabalhar. “Mas aqui na rua você não pode ficar. Nós estamos oferecendo um abrigo”. [e o morador de rua/ barraco responde]: “Não, esse abrigo não quero”. A questão não é não quero, aí eu tenho um atrito, porque não é “não quero”, o teu direito vai até onde você atrapalha o direito do outro. Esse “eu não quero” pra mim não existe. Eu não vou matar o cara pra ele ir, mas vou dizer “aqui não, eu estou te oferecendo, estou te levando, estou te dando isso, isso e isso”. [Se ele responde:] “Não, eu não quero”. Tudo bem: é um direito seu não querer ir, mas “aqui você não fica”. Eu acho que a gente deixou essa coisa do direito do cidadão invadir o direito da comunidade, acho que não pode sobrepor.

[Vera, professora, membro da diretoria do Conseg, 54 anos. Entrevista 4]

¹²⁷ Voltarei a esse ponto no Capítulo 5.

Outra moradora usa argumento semelhante mobilizando preconceitos em relação aos pobres:

Eu sou contra usar o mote “Eu sou pobre e favelado” pra com isso fazer o que bem entende. Não é assim, você pode ser pobre e favelado, mas ter respeito e dignidade, não jogar lixo na rua, não ofender os outros, não roubar, não é assim? O que eu sou contra é o que acontece em função da promiscuidade da vida em favela, tá certo, e que leva esse... essa, essa.... Porque ninguém quer ter uma favela do lado da sua casa. Será que o governador gostaria que tivesse uma favela? Será que o prefeito de São Paulo gostaria que do lado da casa dele tivesse uma favela? É muito fácil você dizer que é um problema social quando o problema social está do lado da casa do outro, entendeu? Agora, eu quero ver se for na sua casa, se você vai dizer assim “Ah, tudo bem, é um problema social”, imagina, ele vai lá e manda desativar no dia seguinte, não é? Então é um problema social, mas é um problema social também conviver com essa coisa. Aliás, eu não sei o que é mais grave, se é estar dentro da favela ou estar fora da favela à mercê desse pessoal, sabe?

E isso é que eu acho também que a gente precisa pensar. Não basta dizer “Coitadinhos, moram na favela”. Quem são os coitadinhos que moram na favela? Quem são eles? Aí é que está. E quem são os coitadinhos que estão aqui embaixo, porque às vezes o fulano trabalhou a vida inteira pra comprar uma casinha aí no... entendeu? Aí vem um favelado rouba tudo que tem lá na casa dele e fica tudo por isso mesmo porque ele é fruto de um problema social. [Luiza, advogada, aproximadamente 60 anos. Entrevista 21]

A idéia de que os direitos coletivos (entendidos como os direitos dos moradores do bairro) não são respeitados, enquanto os direitos individuais dos moradores dos barracos são preservados, é apoiada no projeto de ascensão social conquistada pela classe média. Dito de outra forma, Luiza considera que a classe média trabalhou para conquistar seus bens, sua casa, enquanto os moradores de favela são tratados como “coitadinhos” porque são frutos de um problema social. Tendo construído o projeto de vida em torno da ascensão social (e não da origem social), onde valores como o mérito e o esforço individual são considerados importantíssimos, a desigualdade dos mais pobres em relação aos direitos civis, social, culturais e econômicos contam pouco. Deriva dessa visão da sociedade meritocrática críticas às políticas de distribuição de renda tal qual o Bolsa Família, que seria assistencialista na medida em que pretensamente “dá o peixe, mas não ensina a pescar”. Nessas narrativas, a violência continua atrelada a um Estado visto como tradicionalmente ineficiente, e as políticas de redistribuição de renda só confirmariam essa ineficiência. Tomemos as opiniões de Luíza, caracterizada como de classe média alta, e Silvia, classe média do Campo Belo:

(...) O Estado é responsável, entende o que eu quero dizer? Nós podemos trabalhar e devemos trabalhar por uma questão de conscientização de cada um, mas o Estado é responsável. Agora tem um outro lado que é o Bolsa Miséria, desculpe, o Bolsa Família [irônica]. O Bolsa Família incentiva às pessoas a não fazerem nada. Eu mesma já tive uma empregada... Tô procurando empregada, aliás eu tô procurando loucamente, e o que acontece? Uma chegou pra mim e disse assim “Ah, quanto que a senhora vai pagar?”, “Tanto? Ah, então não quero”, “Por quê?”, “Porque eu ganho Bolsa Família não sei quanto, na escola do meu filho eles dão leite de graça, meu marido está desempregado e tem auxílio desemprego”. Então, quer dizer, na verdade ninguém trabalhava na casa, e isso também não pode acontecer. Primeiro porque você cria para essas pessoas uma subvida em que elas vão passar o resto da vida delas dependendo de uma ajuda. Elas não se põem à disposição pra trabalhar, não crescem e não melhoram de vida. É interessante pro governo? Muito, porque são estas as pessoas que vão votar pra eles, claro, eles recebem o Bolsa Família, eles dão um voto lá. É o Bolsa Miséria, é o chamado Bolsa Miséria, entendeu? Eles vivem naquela situação de vulnerabilidade. Tudo isso não dá pra mudar de um dia pro outro, por isso que eu tô falando, não dá pra você pegar uma varinha mágica e dizer “Olha, agora daqui pra frente todo mundo vai viver bem”, mas nós podemos consertar o que dá pra consertar, e impedir de fazer o que ainda... acho que tudo, o básico é a educação, educação e trabalho. Se o jovem tiver um local, eu digo as crianças desde pequenininhas, tiverem um local pra estudar, pra aprender uma profissão, pra ter um esporte durante o dia, elas se direcionam pra coisas boas, entende? Agora, se você continuar soltando esse pessoal todo que está aí na favela, ter que tapar os olhos e isto é um problema social, o quê que vai acontecer? Vai acontecer que essas crianças não têm chance. Quer dizer, eu não quero dizer que nenhuma delas talvez com mais qualificação, com mais inteligência, de repente se destaque, mas a maioria já está numa situação de dificuldade extrema para o básico, então tem que mexer, sim, com isso, tem que mexer com as favelas, tem que pôr ordem na bagunça, porque é uma bagunça. Quer dizer, você ser favelado não significa que você tem que jogar lixo no meio da rua. Precisa fazer isso? [Luiza. Entrevista 21]

Ao lado das críticas aos programas de distribuição de renda, os programas de ação afirmativa também são mencionados:

Eu sou totalmente contra esse paternalismo da prefeitura que em qualquer lugar o governo federal, estadual dar bolsa disso, daquilo. Não tem que dar nada. Dá trabalho. E cada um que consiga pelos seus méritos. É por isso que as coisas estão do jeito que estão. Eu vejo, Ana Paula, quando esses alunos recebem coisa que o governo dá é aviãozinho o dia inteiro com a folha do caderno, o lápis apontam até acabar. Eles não valorizam. O governo não tem que dar casa, merenda, material, o que ele tem que dar é prédio, pagar funcionários, os professores, mas não tem que dar caderno, o lápis, o livro(...). [Silvia, professora, moradora do Jardim Aeroporto, aproximadamente 60 anos. Entrevista 20]

Nesses dois trechos, as políticas de redistribuição de renda são tidas como condenáveis porque estariam contribuindo para as pessoas não trabalharem. Além disso, estariam incentivando os moradores de favela a viver na “bagunça” e na sujeira, criando filhos que não valorizam os direitos que possuem, como a educação. Embora moradores da

classe popular também tenham preconceito em relação aos moradores de favelas, como exposto no tópico acima, esses moradores não questionaram espontaneamente o Programa Bolsa Família. Estudos recentes que trataram de analisar essa política têm concluído que o programa contribui para a promoção de uma sociedade mais justa e a integração social dentro dos parâmetros da democracia e do universalismo, embora não constitua uma solução única para resolver o problema da pobreza. Além disso, também discutem seu caráter assistencialista, não porque faça com que pessoas se “acomodem” ou não trabalhem, mas porque o Bolsa Família não atinge todos aqueles que se adequam ao seu perfil e, sobretudo, porque não se trata de um direito constitucional, mas de uma medida presidencial cuja continuidade não está assegurada (Ferreira, 2007).

Um terceiro desacordo entre moradores é relacionar o problema social ao preconceito étnico. Apenas entre os moradores da classe média de Campo Belo, há uma tendência no que diz respeito à negação desse tipo de preconceito. No capítulo anterior, foi descrita a posição das mulheres do Planalto Paulista que afirmavam que Laís, a representante da favela, teria sofrido preconceito por ser negra e pobre. No entanto, moradores afirmam não haver racismo no Brasil. As posições de Luiza e Silvia, respectivamente da classe média alta e classe média, indicam esse argumento em um momento da entrevista quando conversávamos sobre as ações arbitrárias da polícia:

Eu só vou dizer uma coisa pra você, eu tenho viajado muito e o Brasil é um país onde quase não existe preconceito, então todo mundo fala o contrário e eu nego. Aqui não se faz... Veja, nós brasileiros... hoje é uma miscigenação de raças, preto, branco, amarelo, nós não temos essa discriminação, nós não somos... não é da índole do povo brasileiro discriminar, não. Agora, a discriminação em relação aos pobres e mais ricos? Não é a população que discrimina o pobre, sabe, é a situação que é discriminatória, porque há uma diferença, é claro que há uma diferença. Então, isso sempre houve, desde o início da humanidade. Agora, o quê que tá acontecendo? O que tá acontecendo é o seguinte: o povo brasileiro é muito sofrido porque a remuneração básica do brasileiro é muito baixa, não é verdade? [Luiza. Entrevista 21]

Eles [os negros] são os maiores racistas. Eles já se discriminam. Não tem o dia da consciência negra? Por que o negro tem que ter cota nas universidades? Quem está na favela não é só o negro. Então tem que ter uma cota pros alunos pra rede pública, não importa se é japonês, negro, branco, chinês, italiano. Agora porque ele é negro ele não tem o mesmo q.i? Isso é discriminar. [Silvia. Entrevista 20]

Os moradores cujas práticas remetem à luta pelo direito à moradia em áreas pobres, mesmo com trajetórias políticas diferentes, ao contrário, tendem a confirmar o preconceito étnico por parte das polícias. Além de Isabel, Seu Bernardo afirmou:

(...) na visão cultural da polícia a pessoa às vezes é vista só pela aparência, pela cor, (...) a maioria gosta de julgar pela aparência, pela cor, a questão da discriminação, do negro, se está dentro do carro negro é suspeito... o que aconteceu com aquele dentista. Que direito que deram pra julgar a pessoa pela aparência, se está mal vestida, se está suja, isso não é forma de julgar, não.

[Seu Bernardo, ex-operário, presidente de associação de bairro, morador de Sapopemba, 66 anos. Entrevista 12]

O “problema social” também é vinculado à corrupção. Os ativistas de entidades de direitos humanos tendem a focalizar a corrupção no sistema prisional, denunciando que “não há crime organizado sem a participação do Estado”. Acredita-se que as penitenciárias passaram “a delegar sua autoridade para as lideranças da própria organização” com base “em subornos”. Ainda que as ações da polícia sejam diferentes nos bairros estudados, como abordarei adiante, a percepção do esquema de subornos cobrados pelos policiais é difundida entre moradores de todas as classes sociais, organizados ou não em entidades de bairro e movimento sociais. Muitos entrevistados, moradores de bairros mais ricos da pesquisa (Campo Belo e Moema), narram episódios onde foram achacados pela polícia. Os moradores de bairros populares, mais do que os moradores da classe média e média alta, afirmam que era notório o esquema de subornos entre policiais e traficantes nas proximidades de suas residências. Os moradores do Jardim Aeroporto, que vivem em “zonas de fronteira”, afirmaram presenciar comportamentos “suspeitos” por parte das polícias. Não obstante, a corrupção não é exclusividade da polícia; está nas subprefeituras, “na máfia do lixo”, na “máfia dos fiscais” e no Congresso Nacional. Os comentários a esse respeito foram muitos. Ouvi inúmeras críticas sobre a corrupção perpetrada por funcionários do Estado: “Todo mundo sabe que São Paulo é propriedade da máfia do lixo, quer dizer, existe meia dúzia de empresas que dominam o setor do lixo em São Paulo” ou “Enquanto não acabar com isso, não acaba com a violência, não acaba mesmo”.

Como afirma Caldeira (2000), ao falar da violência as pessoas tentam organizar um mundo caótico, o que também mobiliza argumentos em torno dos problemas sociais e econômicos. Quando Caldeira realizou seu estudo, era o Plano Collor e a inflação que eram

colocados em evidência. Para a autora, suas entrevistas informam que “crime, crise econômica e social estão interligadas na percepção dos moradores de São Paulo” (Ibid.: 34), de forma reducionista. Incluir a corrupção no registro das causas da violência indica a maneira pela qual novos problemas políticos, como os simultâneos escândalos de corrupção no governo, mobilizam a associação com o crime. Nesse sentido, “o crime oferece a linguagem para expressar, de maneira sintética, os sentimentos relacionados às mudanças no bairro, na cidade e na sociedade brasileira de modo geral” (Ibid.: 36). Tudo indica que associar a violência à corrupção é também chamar atenção para o próprio evento criminal que configura os crimes de “colarinho branco”, o que remete à questão da impunidade da justiça. Essa associação desloca o perfil do criminoso dos marcos da criminalização dos pobres para a tipificação do “ladrão rico e corrupto”, além de indicar o desejo da população para o rigor das instituições do Sistema de Justiça Criminal em relação a esses perpetradores.

b) Violência Policial e ameaças

Ser ameaçado pela polícia é uma experiência que afeta, sobretudo, os mais pobres. As ameaças perpetradas pela polícia são mais graves entre os jovens e ativistas de entidades de direitos humanos de Sapopemba, onde ocorrem ameaças graves consumadas, além de ameaças menos graves cometidas entre aqueles que, por algum motivo, tornam-se desafetos de policiais. Para exemplificar esses dois últimos casos mobilizo as experiências de Isabel, ativista do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, e José, pequeno empresário do ramo da segurança privada. Entre os moradores residentes em bairros considerados de classe média e média alta, a violência policial é acionada para indicar subornos - como revelam as experiências de Vera e Sr. Halim - e muito raramente ameaças contra a vida, ainda que rumores tenham indicado que Vera, na época presidente do Conseg, teria recebido ameaças não consumadas. Nesse sentido, são os mais pobres e seus representantes os mais vitimados pela violência policial.

São os ativistas do CEDECA e CDHS que incluem, com mais veemência, a violência policial, ao lado da desigualdade social, como *uma* das causas da violência, o que coloca os policiais civis e militares na condição de perpetradores da violência. Como resultado, denúncias de abusos por parte da corporação policial – execuções sumárias,

humilhações e intimidações – têm sido realizadas com frequência pelos ativistas de entidades de direitos. A cartilha da abordagem policial, já mencionada, é um texto revelador da maneira pela qual a violência policial é denunciada e combatida pelos ativistas de entidades de direitos humanos através da democratização da informação sobre direitos na classe popular. Difundindo direitos, chama-se atenção para a criminalização dos mais pobres e negros e a atuação dos maus policiais.

Uma análise mais apurada mostrará que, para os ativistas, a violência policial é fundada a partir de questões de classe (e, portanto, mobilizadora de preconceitos étnicos, de gênero, origem social e faixa etária) que teriam ficado acobertadas nos anos de arbítrio da Ditadura Militar. Nesse período, as execuções promovidas por agentes do Estado e justiceiros já eram praticadas, mas ainda não eram amplamente discutidas pela sociedade civil – cujo foco das reivindicações estava voltado para os direitos dos presos políticos, em geral, pertencentes à classe média. Como informou Isabel em entrevista, a mobilização que culminou na formação dos CEDECAs no Brasil, entre 1990 e 1991, precedeu uma discussão sobre a caracterização dos jovens pobres desassistidos de direitos sociais, econômicos e culturais como “presos políticos”. E teve sua expressão na conquista dos direitos das crianças e adolescentes no que se refere, por exemplo, a penalização da ameaça física e mental, lesão corporal, omissão e discriminação como crime de tortura e o reconhecimento do conjunto dos direitos humanos para essa parcela da população. Em entrevista, Isabel indica como a violência policial já estava materializada nos anos 80, no contexto da Ditadura Militar, através das ações do Esquadrão da Morte e de Justiceiros, ainda que a execução de jovens não fosse discutida na cena pública, tendo sido posteriormente reconhecida através do processo histórico de mobilização popular que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

(...) os Centros de Defesa das Crianças e Adolescentes saem no grito pra dizer: “Escuta, é importante ter o Centro de Defesa para os presos políticos, mas têm outros presos, que não vêm da classe média, que são tão políticos quanto. Então foi o primeiro corte, na verdade, se olharmos as histórias. E aí depois, daí é que vêm surgindo outros centros de direitos humanos, que aí encarna realmente as violações de direitos humanos que não só das questões envolvidas da ditadura militar mas também da ordem econômica. Então aí, já havia uma mobilização para pressionar, tanto que o [artigo] 227 da Constituição, tem muita pressão civil. [Isabel. Entrevista 11]

Na explicação desses ativistas, há uma correlação entre ausência de direitos, desigualdade social e homicídios praticados por policiais. Estudos realizados por vários autores (Peres et al., 2008 e Torres, et al., 2003) indicam haver associação significativa entre os coeficientes de mortalidade por homicídio e os indicadores de desenvolvimento socioeconômico e violência policial. O estudo de Peres et al. aponta que:

(...) quanto piores os indicadores educacionais e a situação de renda, maiores os coeficientes de mortalidade. Quando consideramos o número de vítimas fatais de violência policial, encontramos, também, correlações positivas e significativas com o coeficiente de mortalidade por homicídio. (Ibid.: 271).

Há uma analogia entre as denúncias em relação à ausência dos direitos humanos, sobretudo civis, em favor dos moradores mais pobres de Sapopemba e as ameaças dirigidas à Isabel. Como foi mencionado, sua ação política na defesa dos direitos dos mais vulneráveis resultou em uma trajetória profissional e história de vida marcadas por ameaças. As ações violentas praticadas pelos policiais foram, algumas vezes, intercedidas por políticos tais como Eduardo Suplicy e Geraldo Alckmin. A própria elaboração e publicação da cartilha da abordagem policial resultou em ameaças contra ela e outros ativistas, como um educador social que passou a ser procurado por policiais com posturas intimidadoras.

Foi ao longo de uma história de vida marcada pela experiência da violência no próprio corpo, além do acompanhamento de inúmeros casos, que Isabel construiu sua imagem sobre a polícia. Como foi constado por Cardia (2003) a partir da análise de *surveys* realizados na zona sul de São Paulo, “a maior exposição à violência afeta a imagem da polícia”. As pessoas que sofrem exposição grave à violência, tendo sido vítimas de crime violento, tendem a não confiar na corporação policial, seus mecanismos de ação e seus agentes. Para os ativistas de Sapopemba a polícia age cotidianamente com base em preconceitos e arbitrariedades na coleta de provas e na relação desrespeitosa com a população. São esses critérios que se combinam na construção da imagem das polícias, a partir da experiência cotidiana dos próprios ativistas e também nos inúmeros casos vivenciados pelos moradores mais pobres. Tortura, forja de provas, prisões injustas, homicídios, maus tratos em operações policiais e subornos são frequentemente relatados.

Os diferentes índices de exposição à violência variam entre a “exposição leve” e a “muito, muito grave”, conforme definido por Cardia (2003)¹²⁸. Nessa gradação, Isabel sofreu o que foi classificado como a exposição mais alta à violência – foi vítima de crime violento por mais de uma vez e acompanhou diversos casos de execuções sumárias e estupros, além de outros considerados menos graves. José sofreu “exposição séria”: foi ameaçado de morte e preso por desacato à autoridade, sem ter sido vítima de crime violento (estupro, assassinato, sequestro e latrocínio).

Lembremos que José, 39 anos, era vigilante, pequeno empresário da segurança privada e participante do Conseg. Ele foi ameaçado por policiais por conta de uma desavença pessoal. Ele acredita que as ameaças foram feitas em razão de sua atuação como segurança privado. Sua pequena empresa incomodou alguns policiais que teriam perdido “bicos” como vigilantes. José sofreu três ameaças de policiais: telefonemas intimidadores, com ameaça de morte; foi procurado por policiais armados e preso posteriormente por desacato à autoridade. Mesmo assim, ele afirma confiar e apoiar a polícia. No trecho abaixo, fica evidente como ele recebeu apoio do delegado de polícia da região e como as relações pessoais junto aos policiais lhe valeram apoio no momento da ameaça:

José - Já precisei muitas vezes da polícia civil e da polícia militar, já fui muito bem atendido.

AP - Ah, é?

José - O fator de eu ser do Conseg, tudo, já fui ameaçado de morte. Já fui ameaçado de morte. Já foram até a minha casa de moto, lá.

AP - Eu não acredito.

José - Com um revólver na mão e tudo. De eu acionar a viatura ou o 190 e demorar poucos minutos e a viatura a chegar; ir até a delegacia fazer um boletim de ocorrência de ameaça de morte e tudo, o delegado...

AP - Mas te ameaçaram?

José - Foi. O delegado ficou...

AP - Te ligaram?

¹²⁸ Os índices de exposição da violência considerados são aqueles formulados por Cardia (2003): “1.– ‘**exposição leve**’: condição que incorpora aqueles que não foram vítimas direta ou indireta de qualquer tipo de violência (leve ou grave), 2.– ‘**exposição moderada**’: quando as pessoas só ouviram contar casos (não graves) que ocorreram com parentes ou amigos, 3.– ‘**exposição séria**’: quando a pessoa sofreu violência leve (sem ameaça a integridade física), e testemunhou violência mais grave, 4. ‘**exposição grave**’: quando a pessoa foi vítima de crime violento e ouviu falar de casos que ocorreram com amigos ou parentes, mas não testemunhou casos envolvendo outros, 5.– ‘**exposição muito grave**’: quando a pessoa foi vítima de crime violento, assistiu a eventos violentos e ouviu falar sobre casos ocorridos com amigos e parentes, 6.– ‘**exposição muito, muito grave**’: reunindo aqueles que foram vítimas de crime violento mais de uma vez, assistiram e ouviram falar de casos envolvendo amigos e parentes”. (Ibid.: 310 [grifo meu]).

José - Ligar no meu telefone, isso aí é de praxe, né, é praxe. Ir até a minha casa armado e tudo.

AP - Bateram na sua porta e te ameaçaram com um revólver?

José - Com um revólver, tudo. (...). Foi. Então, aí o delegado se mostrou muito, muito... Como se diz? Muito preocupado e tudo, de eu fazer o boletim de ocorrência. Ou em outras ocasião (sic) o delegado ligar para mim e perguntar como que eu tô, como que a minha família tá; a Polícia Militar, a viatura ficar passando na porta da minha casa, na rua onde que eu moro, para cima e pra baixo, patrulhando. Então tudo isso aí eu devo a eles, em primeiro lugar a Deus, e não aconteceu nada de ruim porque se sentiram preocupados. Eu vi a preocupação que eles sentiram, entendeu? [Entrevista 7]

A gravação da entrevista foi interrompida nesse momento a pedido de José, que alertou que seria “bom não falar muito sobre o assunto”. Quanto aos telefonemas disse que isso é “normal”. Quanto aos policiais que o procuraram armados, disse que o intuito era gerar medo para que ele andasse armado e, assim, pudesse cometer uma ilegalidade que lhe renderia um processo judicial e, conseqüentemente, a impossibilidade de participar do Conseg. Quando o gravador foi ligado novamente, ele disse espontaneamente que daria “nota dez à Polícia Militar” e defendeu a “teoria da laranja podre”: tal como no saco de laranja, “em toda profissão tem gente que não presta”. Apesar de sua experiência negativa com alguns maus policiais, José é muito criterioso nas opiniões gravadas em relação às polícias. Não sem razão, tem medo de sofrer retaliações.

Isabel e José, moradores do mesmo espaço social, apresentam diferentes envolvimento junto aos públicos considerados “perpetradores” da violência, foram expostos a diferentes gradações de violência e obtiveram respostas distintas frente às ameaças sofridas. Isabel continuou a ser ameaçada, ainda que tenha feito parte do Programa de Proteção a Testemunhas, enquanto José teve seu problema resolvido com o apoio da PM e PC local.

Entre os moradores de Campo Belo não houve nenhum relato sobre ameaças de morte, o que indica que a variável classe social e local de moradia conta significativamente para o tipo de relacionamento entre polícia e comunidade. Já mencionei as desconfianças dos moradores da região do Planalto Paulista, no bairro de Campo Belo, que vivem em “zonas de fronteira” entre casas de classe média e barracos, em relação aos acordos entre policiais e traficantes. Vejamos como Silvia, professora, residente nessa região, se coloca frente à violência policial:

AP – Como você avalia a polícia?

Sílvia – Polícias: você não sabe quem é o mocinho e quem é o bandido. Outro dia eu cheguei em casa, acho que eram 2hs da manhã. Falei pra ele [o marido], “entra rápido que tem o caminhão lá embaixo”. Quando a gente vê na esquina têm dois carros da Rota lá guardados. Agora eu te pergunto: o que o carro da Rota está fazendo às 2hs da manhã na favela? Procurando bandido?

AP - O que você acha?

Sílvia - Eu não acho, a gente pensa, né? Outro dia eu cheguei e bem na entrada tinha um carro da Rota, um policial com metralhadora guardando o carro. E o outro estava onde? Pegando bandido sozinho?

AP - E como se comportam, cumprimentam [vocês]?

Sílvia - Olham, cumprimentam.

AP - Na periferia, nos bairros de classe popular, dizem que existem muitos acertos entre policiais e bandidos.

Sílvia - É o que a gente pensa. Eu não vejo isso daí. Eu vejo a situação. (...)

Eu acho que quando você vê uma cena dessa você pensa que é abuso de poder, mas você não sabe o que o fulano fez. Agora, a imprensa, os direitos humanos gostam de falar mal da polícia. Eu vejo, eu presencio a ROTA, o carro da polícia, alguma coisa vai fazer que não pegar o bandido. Só que com o bandido você vai agir como? Quem mora aqui sabe como é a história. Agora a imprensa fala muito que a polícia deveria fazer o trabalho dela. Quantas vezes os direitos humanos vão (sic) defender o bandido e aquele pai que perdeu o filho. Os direitos humanos vão se a polícia espanca, aparece lá, mas é o pai e mãe que perdeu [o filho] no assalto, por que os direitos humanos não vão lá? A igreja parou de se intrometer e parou, calou-se agora, está afastada nisso. O Dom Evaristo é um que sempre estava no meio. E o coitado que perdeu o filho, que foi assaltado, baleado, que é o trabalhador?

AP - Você conhece pessoas que passaram por isso?

Sílvia - Eu falo desses casos que a polícia foi lá [na favela].

AP - Na época do PCC teve isso, [de entidades] acusando que pessoas foram executadas.

Sílvia - É. É que nem o Rio, são todos trabalhadores [irônica]. [Entrevista 20]

O argumento de Silvia de que os ativistas de entidades protegem bandidos e que não atuam na defesa dos policiais e dos parentes das vítimas que sofrem crimes violentos é exatamente o mesmo daquele exposto por Oscar, crítico à atuação do CEDECA e CDHS em Sapopemba¹²⁹. A tolerância de Sílvia em relação aos abusos policiais é ainda muito próxima dos discursos emitidos pelo policial militar e Flávia, diretora de escola pública, em um dos encontros etnografados no Conseg de Sapopemba, no Capítulo 2. Tudo indica que entre os participantes dos Consegs não há consenso sobre as opiniões acerca do caráter ilegítimo da violência policial como causa da violência. Os mais expostos às ameaças graves são os mais enfáticos ao atribuir uma relação de causalidade (ainda que não única), enquanto os menos expostos estão menos inclinados a considerar a violência policial como

¹²⁹ Chama atenção o fato de que há uma grande confusão no entendimento do significado dos direitos humanos, que é usado diversas vezes no trecho citado como se fosse uma pessoa: “os direitos humanos gostam...”, “os direitos humanos vão...”.

causa, apoiando, algumas vezes, ações arbitrárias em relação aos que não se enquadram na categoria “trabalhador”.

A afirmação de que na atualidade não se sabe diferenciar se o policial é “mocinho ou bandido” também é muito difundida em todas as classes sociais. Grande parte dessas afirmações está vinculada à experiência de ter sido subornado. Sr. Halim, aproximadamente 80 anos, morador de bairro de classe média alta, contou-me que foi achacado pela polícia por ocasião de um roubo em sua residência e que, adicionalmente, as prostitutas eram extorquidas pelos policiais:

(...) fui até a delegacia (...), fui reclamar, eles foram lá e me pediram como é que eu provava que não tinha as coisas em casa pra poder fazer queixa [de roubo]. Eu mostrei que tava arrebitada e tudo, e o quê que me disseram? “Bom, isso é meio complicado, nós vamos arrumar uns detetives particulares, o senhor paga pra eles pra eles pesquisarem”, e como é que eu soube quem roubou e como roubou, depois? Porque naquela época aqui na Avenida Indianópolis, um pouco antes de chegar na República do Líbano, tem um colégio, um colégio municipal de um grupo escolar aí e era tudo cerca de cipreste e estava cheio de prostitutas por aqui - as prostitutas que eles reclamam que estão lá em cima no Planalto ficavam aí -, e tinha uma menina que ficava na porta. Como eu estudava a noite eu via, ela me abria à porta [do carro] e eu não ligava. Eu falei “É só não fazer fuá na minha frente”, e ela viu os ladrões. E por quê que ela viu? (...). Por quê? Porque os policiais passavam a noite pra arrecadar. Dinheiro delas pra não prenderem, então os policiais exploravam as prostitutas, a polícia. [As prostitutas] davam dinheiro pra polícia e aí elas continuavam [na rua]. E pra ela não dar dinheiro, ela se escondia atrás do muro de casa e às vezes eu chegava, ela fazia assim [sinal de silêncio] e eu ficava quieto, eu ficava com dó da menina. (...), porque a corrupção não é em baixo, é em baixo, é em cima, é de tudo quanto é lado. Quando eu vim pra cá eu fui assaltado, fui assaltado não, arrombaram a porta, tem um cofre quebrado até hoje (...). Entraram num domingo ao meio dia, eu tinha ido ao [clube] porque eu era sócio, fui fazer esporte e quando eu voltei eu fui reclamar pra polícia, que tá agora... a delegacia tinha mudado ali pro Itaim Paulista. Fui lá, expliquei, eles vieram aqui, constataram e não sei o que lá, e ele falou ‘Não, nós vamos mudar a chave, só que nós vamos indicar um chaveiro pra você’. E eu falei “Por que um chaveiro de vocês?”, ‘Não, nós indicamos porque a gente fica...’. Eu fiquei com medo [da indicação], eles dar o chaveiro (sic), o chaveiro fazer a chave, ficar com cópia da... Tá entendendo, porque eles viram que tinha dinheiro, que tinha coisas, não dei. O que acontece? A mesma coisa do outro, “O senhor arruma... dá uma partezinha pra nós em dinheiro e a gente vai fazer uma pesquisa mais profunda”. Eu falei “Obrigada, não precisa, o que foi, foi, e quem levou, levou”. [Sr. Halim, administrador de empresas, morador de Moema. Entrevista 22]

Ainda que Sr. Halim não tenha sido ameaçado gravemente, a corrupção policial é um dos fatores que estaria incidindo na baixa procura das delegacias de polícia para a formalização da queixa. Consequentemente, a impunidade e a ineficiência das instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal, para além de sua morosidade, encontram terreno fértil no contato com as instituições policiais. Digno de observação é o fato que

moradores entrevistados em todas as classes sociais apontaram ter sofrido, ou ter ouvido falar, de esquemas de suborno.

A única ameaça grave, e não consumada, no bairro de classe média foi relatada em relação à Vera, uma das mulheres diligentes da região central, ex-presidente do Conseg. Vera, em entrevista, não trouxe elementos para elucidar esse fato, cujos rumores circulavam entre os demais participantes do Conseg. As ameaças eram contadas a partir de duas histórias diferentes. A primeira, como tendo partido de policiais do batalhão do bairro, os quais se insurgiram contra o capitão da PM da área, muito próximo de Vera. Na segunda versão, a Polícia Civil, ou ainda a SSP, estaria descontente com as cobranças de Vera em relação à efetividade dessas instituições. Nenhum desses rumores foi confirmado no momento da entrevista com Vera. De toda forma, não há dúvidas de que a exposição grave à violência é uma condição que recai mais fortemente sobre os mais os jovens pobres do sexo masculino e aqueles que operam na cena política buscando a legitimidade dessa parcela da população como sujeitos de direitos historicamente garantidos.

Do que foi dito, cabe resumir que as graves exposições à violência foram verificadas entre os moradores do bairro mais vulnerável, incluindo os ativistas. Nota-se, retomando a trajetória ativista de Isabel que se as ameaças pretendiam censurá-la, estas produziram o seu contrário. Não apenas ela e os demais ativistas de Sapopemba não deixaram de denunciar a arbitrariedade policial, como passaram a formar quadros para o ativismo político dentro da própria comunidade. De modo que as entidades de defesa dos direitos passaram a formar (produzir) sujeitos políticos constituídos pela experiência comum de terem sido expostos gravemente à violência¹³⁰.

c) Violência com base “na natureza humana”: da “má índole” à pena de morte.

Embora a literatura acadêmica esteja longe de considerar as explicações naturalizantes para as causas da violência, moradores de todas as classes sociais, não vinculados aos movimentos sociais, o fazem. A relação entre violência e “natureza

¹³⁰ Um exemplo dessa experiência comum é a “conversão” de Sandra – manicure, negra, casada - ao ativismo político dos direitos humanos. Ela se tornou educadora social do CEDECA após os assassinatos de dois dos seus três filhos [Entrevista 26].

humana” se coloca pelo menos em duas situações: quando o morador busca fundamentos religiosos (fundados no espiritismo ou pentecostalismo) para explicar a violência ou quando imputa ao perpetrador uma “má índole”, o que o leva, frequentemente, a uma justificativa do sobrenatural aliado ao biológico e ao social para a construção do criminoso e seus distúrbios, desvios e transtornos. Com base em explicações religiosas e biológicas que inferiorizam os “perpetradores” da violência, são comuns comentários que tendem a desumanizá-los, utilizando expressões como “vadia”, “vagabunda” e “animal”. Cidinha, moradora de Sapopemba, afirmou que a pobreza não interfere na formação do criminoso, “mas se o bicho é pobre e tem mau pensamento, acontece. É [uma questão] de valores, porque eu fui tão pobre e nunca roubei nada de ninguém”.

Para Claudia, professora de educação religiosa espírita, solteira, a prostituição é decorrência de espíritos pouco evoluídos, que se tornam “depravados” na terra. Em um shopping de São Paulo, onde Claudia preferiu conceder uma entrevista não gravada, ela articulou três causas simultâneas para a prostituição e o travestismo, todos interligados a idéia da (falta) de evolução espiritual em vidas passadas: “estupro na infância”, “consumo de drogas” e “safadeza”¹³¹. Para Claudia as prostitutas precisam de ajuda psicológica para que seja possível uma “mudança de valores” em relação ao comportamento desviante. A sequência de explicações elaborada por ela converge para a desumanização das prostitutas e travestis e sua consequente proximidade com os animais. Claudia explicou que já não limpava as fezes de seu cachorro da rua porque se as prostitutas têm o “direito” de fazê-lo sem sofrer nenhuma consequência, ela também não teria que ser responsável por limpar as fezes de seu cão.

Embora no discurso de Claudia a noção de desvio seja constituída nos planos espiritual e psicossocial¹³², é no discurso relativo aos “bandidos” que a noção biológica de

¹³¹ A violência sexual também tem sido considerada um dos eventos que predis põem jovens à prostituição, sendo uma explicação muito difundida entre educadores sociais e conselheiros tutelares que se dedicam à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, os quais têm sido treinados por psicólogos para detectar os “sintomas da violência sexual” (autoflagelo e conduta sexual exacerbada e precoce).

¹³² Uma análise interessante sobre as categorias utilizadas pelos psiquiatras, passando pela visão psicossocial para a biológica, pode ser encontrada no trabalho de Russo (2004). A autora indica que o travestismo foi considerado um “distúrbio de sexualidade” pelo *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (DSM II), produzido pela *American Psychiatric Association*, sendo posteriormente caracterizado como “desordem de identidade sexual e de gênero” (DSM IV).

transtorno se instaura mais fortemente. Ao perguntar às entrevistadas do Planalto Paulista os motivos que levariam as pessoas a cometerem crimes, Fernanda, advogada e moradora do Planalto Paulista, sugeriu que eu investigasse os componentes biológicos da mente do criminoso:

Fernanda - Olha, eu conheço um psiquiatra forense, e ele estuda o perfil do criminoso, o problema é também essas pessoas que se envolvem com o tráfico, se envolvem com pessoas, no caso da Suzane Richthofen, num nível menor, então premeditam a coisa de uma maneira... E uma pessoa dessas tem que ficar encarcerada por muitos anos. Eu sou a favor da pena de morte.

Claudia - Eu também sou.

Fernanda - Porque eu acho que se ela puder, ela vai sair e vai matar o irmão por causa de uma herança. Então, se traça (sic) o perfil do criminoso, inclusive pelo tipo de crânio. Você precisa ver que interessante que é a tese dele, é muito bacana.

(...)

Fernanda - (...). Então, Ana Paula, são pessoas de classe média que é pouco o dinheiro que têm, ou classe alta, eles querem cada vez mais, e eles matam avós, matam pais, uma crueldade, uns requintes que tem que ver (...) pra todo o sempre, porque eles vão repetir isso, e tudo por causa de ganância de dinheiro e drogas. Porque a droga é muito cara. Como pro pequeno consumidor do crack que rouba uma empregada doméstica aqui no bairro, o dinheiro do ônibus, pra comprar uma pedra de crack. Você não pode... O capitão fala “Não andem de bolsa”, tem que andar com dinheiro enfiado [na roupa]. Eles assaltam por causa de uma pedra de crack. Então, essas [pessoas] de classe média e alta, o Doutor Palomba, ele é assim, taxativo, é a ganância, é o poder de cada vez querer mais dinheiro, facilidade, e eles vão matar, se ela sair ela vai matar de novo, se eles saírem, os irmãos Cravinhos [cúmplices de Suzane no homicídio dos pais], eles vão continuar fazendo as coisas. [Entrevista 5]

A “má índole” (entendida como gênero ou temperamento ruim, geneticamente herdado) auxilia os moradores a explicarem o motivo pelo qual não apenas o pobre, mas também o mais rico, rouba, mata e comete outros crimes violentos. Além disso, as explicações que naturalizam a violência tendem a ser acompanhadas por forte tolerância de ações duras da polícia e ao endurecimento das leis, como a pena de morte. Conforme abordei anteriormente, a concepção de Claudia sobre a prostituição pressionava por medidas punitivas via ações policiais e mudanças legais: os clientes deveriam ser punidos e leis mais rígidas deveriam prever a “vadiagem”.

Não é de se estranhar que entre os entrevistados que se apóiam na teoria da violência como base na “natureza humana” há uma permeável tolerância em relação às arbitrariedades policiais, às mudanças legais em relação aos jovens e à pena de morte. Vejamos mais um exemplo de explicação religiosa, em Sapopemba.

Para José, o problema da inserção de jovens no mundo do crime é interpretado através de relato bíblico. O problema faz parte da “natureza humana” e da “falta de fé em Deus”, além da questão populacional. Não há nada que se possa fazer para diminuir a violência: o “problema vai sempre existir”.

Não tem saída porque isso é um negócio que sempre vai... (...) isso aí começou com Caim e Abel, quando Caim e Abel matou o irmão, não foi? Que começou o princípio do mundo, Caim e Abel matou o irmão, aí veio vindo. Isso aí não tem... mesmo que a polícia dê em cima, trabalhe e tudo, a polícia acaba aqui, começa ali, a polícia vai e acaba ali, então isso aí sempre vai ter. E esse negócio que a turma tá reclamando de maus-tratos da polícia, não vou falar que não tem, tem. Vamos falar, vai, de dez abordagens tem uma que... que eles maltratam mesmo, mas a maioria disso daí (...) é pai e mãe envolvido, sabe que o filho é ladrão, sabe que o filho usa droga e tudo, mas não quer acreditar, “Não, meu filho não”, “Teu filho está usando drogas”, “Não, meu filho não”. Então quer dizer que o filho tá usando droga, aí a polícia pega com droga, aí vai tratar rígido... quer dizer que o pai, a mãe ou a avó, alguém vai reclamar. Sendo que, porque se eu estiver andando na rua, se eu não estiver fazendo nada de errado, se eu não estiver usando droga, se eu não tiver fazendo nada de errado, eu acho não tem como a polícia me maltratar. Pode até acontecer deles me maltratarem sim, mas eu acho que é meio difícil, né, da polícia me maltratar. Agora, se eu tiver com droga e se eu tiver fazendo coisa errada, como que vai acontecer? Então, quer dizer, que tudo é um meio termo, entendeu? [Entrevista 7]

Essa explicação tira todo o peso das causas da violência relacionadas aos processos políticos, sociais e culturais, para dar lugar a uma idéia do mal conforme exposto na interpretação bíblica de Caim e Abel – por ganância e poder se comete crimes.

Uma espírita, um evangélico e uma advogada julgam pertinente discutir as causas da violência a partir da “natureza humana”. Essas teorias são frequentemente acompanhadas do apoio de soluções duras para aos perpetradores da violência. Mas apenas alguns participantes de Campo Belo dizem apoiar a pena de morte. Os ativistas formados pela Teologia da Libertação encontram causas materialistas e históricas para a explicação da violência, o que os têm impulsionado à mobilização política dos jovens, à educação para os direitos e à denúncia das arbitrariedades policiais, ainda que o mundo seja basicamente dividido entre dominantes e dominados, tomado, também, em uma abordagem que polariza o bem e o mau.

d) Família desestruturada

Se moradores vinculados aos movimentos sociais tendem a rejeitar as explicações baseadas na natureza humana, a desestrutura familiar é mais aceita como uma das bases explicativas – aliás, uma explicação empregada não apenas por eles, mas por todos os entrevistados. Para os ativistas, as famílias desestruturadas se configuram por meio do processo histórico da formação da sociedade brasileira, da ausência de serviços públicos essenciais por parte do Estado na atualidade (incluindo a educação e geração de emprego e renda), o que exacerbaria os conflitos familiares e a ausência de cuidado das famílias.

Os moradores de todas as classes sociais entrevistados reconhecem que a desestrutura familiar não é um fenômeno circunscrito apenas aos mais pobres. Os crimes frequentemente mobilizados para indicar que a desestrutura familiar se inscreve na classe média são aqueles perpetrados por jovens mais ricos, cujos exemplos foram muitos ao longo da pesquisa¹³³. Vejamos a explicação de Luíza, advogada, moradora do Campo Belo, sobre os motivos que levaram Suzane Richtofen, 18 anos, branca - na companhia de seu namorado e o cunhado, os irmãos Cravinhos -, a matar os pais:

Luíza - Tudo passa pela educação. Se o Estado não fornece educação o futuro é negro, porque se você não tem educação você não tem trabalho, você não tem trabalho você não tem dinheiro, você não tem dinheiro você vai querer roubar, não é assim que se formam os marginais? Eu não tô dizendo que todo mundo que é filho de gente que não tem condição financeira seja marginal, pelo contrário, pelo contrário, tem nas camadas sociais mais elevadas.

AP - O caso da Suzanne.

Luíza - Casos terríveis. É, o caso da Suzane Richtofen, que inclusive era colega dos meus filhos.

AP - Sim?

Luíza – [Ela explica as circunstâncias que favoreceram a proximidade de seus filhos com Suzane]. Mas então veja, isso é outro problema mais grave do que o problema da... financeiro.

AP - Como a senhora... [Luíza interpela imediatamente]

Luíza - É o problema da banalização, da banalização, os jovens hoje acham tudo muito fácil, muito simples e acabam achando que tem direito a tudo, esquecendo que existe um binômio direito e responsabilidade. Não adianta você querer tudo no mundo, e os pais acham que dando tudo para os filhos vão resolver o problema deles e não vão resolver

¹³³ Durante o período da pesquisa, foram noticiados vários crimes cometidos por jovens da classe média alta que renderam inúmeras notícias, artigos de especialistas e da população em geral. Os textos divulgados pela imprensa dirigida à classe média salientaram a discussão sobre as causas que levaram a vitimização de pessoas do próprio núcleo familiar - como pais ou filhos - e sujeitos rotulados como “desviantes”, como no caso de empregada doméstica confundida com uma prostituta, no Rio de Janeiro.

coisíssima nenhuma. É por isso que criam jovens que não sabem ouvir não, que não sabem lidar com deficiências financeiras e tudo mais.

AP - Porque o que aconteceu com essa menina... [Luiza interpela novamente]

Luíza - Olha, quando for três e quinze eu tenho que sair daqui. [Entrevista 21]

Na primeira passagem, a “formação do marginal” ocorre em função da pobreza – “quem não tem dinheiro vai querer roubar”. Mas os casos “terríveis” de jovens da classe média e média alta que perpetram crimes violentos são recordados, o que lhe força a matizar seu argumento inicial sobre constituição da identidade criminosa. Passa-se, então, a outra explicação: a desestrutura familiar. Pais que fundam o projeto de vida unicamente na constituição e reprodução de bens materiais falham como família, pois resolvem os conflitos suprimindo seus filhos de bens materiais e se esquecem da afetividade, descuidando da formação da personalidade. Como resultado, criam filhos que “não sabem ouvir”. A entrevistada deixa “escapar” a proximidade/contato entre Suzane e seus filhos e parece se arrepender. É claro, no final do trecho, o desconforto de Luíza ao falar sobre esse crime que ocorreu em seu bairro entre pessoas próximas de seu círculo social e perfil socioeconômico. Ela se irrita com minha insistência em querer ouvir sua opinião sobre as causas que levaram Suzane a matar os pais e interpela minhas perguntas, ainda que responda na primeira tentativa. Diante de minha pertinácia, ela recua e ameaça acabar a entrevista nos três minutos que restavam em relação ao tempo inicialmente outorgado para a sua realização. Quando se muda o assunto, a entrevista prossegue de forma menos tensa e por mais tempo.

Isso revela que é mais fácil rotular o “marginal pobre”, do que nomear o “marginal rico”. Luiza afirma que não é apenas a “questão financeira” que implica na formação do criminoso, mas é o desviante pobre que é apontado como problema a ser resolvido na cena pública, enquanto o marginal rico não se converte em assunto a ser equacionado dentro dos encontros do Conseg. O que é importante assinalar é que é mais fácil rotular o pobre. Embora os moradores de classe média já tenham se dado conta de que pobreza e violência não se entrecruzam de forma determinante, suas queixas em relação a desestrutura familiar só se tornam um problema social quando relacionada com os pobres.

A desestrutura familiar também é uma explicação acionada para falar sobre os meninos de rua. Partilhar dessa teoria frequentemente leva a construir soluções baseadas

no apoio à mudança da legislação em relação à mudança da maioridade penal. Para moradores mais velhos pertencentes à classe média de Sapopemba, com trajetória profissional no mundo operário, como Seu Tito e Dona Antônio, além de Cidinha, a desestrutura familiar leva os jovens a saírem de casa e se tornar meninos de rua. Para eles, programas de geração de emprego e renda, ao lado da redução da maioridade penal, deveriam ser considerados como solução para a violência. No caso de dois moradores da região de Campo Belo – Claudia e o jovem Danilo – e no caso de José, como vimos, o controle de natalidade é visto como uma solução plausível.

Vejamos alguns trechos que apóiam mudanças na legislação em relação à diminuição da maioridade penal:

Dona Antônio - (...) hoje em dia, uma pessoa que tem de dois filhos pra cima já é falta de juízo. Antigamente, o meu pai e minha mãe tiveram bastante, o pai dele [do marido] e a mãe tiveram bastante, mas criaram tudo direito. Hoje em dia, as meninas aí de 12, 13 anos têm os filhos, jogam pela rua e não têm educação.

Seu Tito - E quando quer pôr o cabresto, não consegue mais.

(...).

Dona Antônio - É, mas a maioria aí, você vai por essas favelas, eles têm 7, 8, 10 e eles põem num farol aí pra pedir (...).

Seu Tito - Mas é exatamente isso.

Dona Antônio - Eu criei dois [filhos], (...), a primeira coisa que eu fazia quando eles chegavam da escola era olhar dentro da bolsa pra ver se tinha alguma coisa que não era deles, entendeu? Então eles foram criados assim: o que é vosso é vosso, e o que é dos outros é dos outros. Eles foram criados assim, e ele também a gente fala assim. A gente é uma família pequena, só tive dois, Deus levou um, ficou ele [o neto] e ficou outro que mora aqui. Mas a maioria, quanto mais pobre é o casal, mais filhos eles têm. Depois põe no farol para pedir dinheiro e pra isso, aí chega os traficantes, e aí é onde vai, né.

[Dona Antônio e Seu Tito, 65 e 70 anos, casados, operários aposentados, moradores de Sapopemba. Entrevista 8]

Eu acho que essa história de criança [roubar] é porque o pai dá moleza. Os meus filhos nunca tiveram essa moleza. Se chegasse em casa... e Graças a Deus, nunca chegou, mas se chegasse, por um acaso, fazia devolver na mesma hora. (...) Através dessa coisa de pedir é que manda roubar. Esses tempos pra trás eu tava com tênis novo de 120 reais e tava bem aqui. [Ela se levanta e mostra onde o tênis estava, em cima de uma mesa, próxima da grande lateral da casa]. Uma mulher, com duas crianças, tive a coragem de, com o prego em um pau, puxar meu tênis, com as crianças e tudo junto.

[Cidinha, aproximadamente 60 anos, operária aposentada, moradora de Sapopemba. Entrevista 3]

Bom, primeiro [a solução da violência é] com o controle de natalidade (...) porque não é possível uma moradora de rua já com os seus 30, 25 anos, 40, pensar em ter filho (...).

Então, primeiro o mais errado pra mim são os pais, que deviam ter um mínimo de... ir num posto médico pegar camisinha pra não fazer um filho. Agora vai na fé, pá, pá, depois nasce uma criança que não tem nada a ver com a situação e acaba pagando o pato. (...). Têm muitos moradores de rua que ficam te pedindo esmola, dizendo que é pra comprar comida, só que você vai ver que chega a prefeitura pra remover, eles mandam pra um albergue, e eles não querem isso. Eles querem continuar na rua fazendo bagunça. Têm as pessoas boas, mas têm as pessoas ruins.

[Danilo, 26 anos, advogado, morador de Campo Belo. Entrevista 23]

A função delas [mulheres moradoras nas favelas] é parideira. É fazer filho. Elas fazem porque ou vão ganhar bolsa família ou leite, vale-leite, leva e traz. Elas não sabem quanto custa porque o governo dá tudo. Ou elas põem no farol pra pedir dinheiro. E eles ficam em casa bebendo, gastando, porque arruma a criança e depois quando a criança não serve mais, larga. Aliás, já largou desde que nasceu, porque pôs no farol, joga na escola, então isso é o problema da natalidade que realmente deveria ser controle de natalidade. Aliás, é não dar. Vai trabalhar. Tem filho? Vai trabalhar pra sustentar. Emprego sim. Tá cheio de rua pra limpar, estradas para serem recuperadas, replantios das florestas. E eles vão fazer a vida pra sustentar o filho com o seu suor e todas essas crianças são conscientes do que estão fazendo. Tem que ter redução da maioridade penal, sim. Eles fazem tudo consciente, hoje tem muita [mais] informação [do que antes], que não tinha televisão, Internet, jornal. Hoje tem informação pra todos os lados e eles sabem o que estão fazendo.

[Sílvia, aproximadamente 60 anos, professora, moradora do Jardim Aeroporto. Entrevista 20]

Em todas as passagens, o problema da violência está relacionado com “mulheres que têm filhos demais”. A frase de Cidinha - “através dessa coisa de pedir, que manda roubar” - sintetiza essa impressão. As operações por trás dessas opiniões são equações simplistas que Gregori matiza em seu estudo: “menino de casa = aquele para quem o modelo familiar e o escolar são as principais referências, e menino de rua = aquele para quem a perambulação, as drogas e a infração das regras da infância prevalecem” (Gregori, 2000: 69). A autora mostra que boa parte das mães que trabalham com seus filhos nas ruas veem o trabalho precoce como uma atividade positiva (pois educa os filhos para responsabilidades e o uso do dinheiro), mas também são rigorosas e tentam evitar o contato de seus filhos com os meninos de rua. Dessa forma, não há uma transformação imediata entre “meninos que pedem” e meninos de rua. No entanto, na medida em que os moradores essencializam essa relação, o modelo “meninos de casa” é mobilizado nos discursos de Cidinha e Dona Antônia para indicar como a educação que deram aos seus filhos reflete o respeito aos modelos familiar e escolar.

Para Gregori, não há uma relação causal entre meninos que começam a pedir (com a família) e meninos expostos a maior incidência de conflitos entre os pais, com a saída de

casa. Não obstante, é verossímil, em alguns casos, que os meninos comecem a pedir e depois se envolvam com as turmas (de meninos de rua), passando a praticar roubos; assim como há correspondência entre as queixas das crianças e adolescentes em relação aos conflitos familiares. Mas nada disso parece indicar uma relação determinista para viver nas ruas. Por diversos motivos as crianças são deslocadas da família de origem – viuvez, separação, novos casamentos, irmãos de diferentes pais – indo para casas de parentes ou instituições, mas nem as crianças rompem o “lanço de sangue” e a lealdade com as mães, nem essas últimas afirmam ter rejeitado seus filhos – são as adversidades da vida que levam a doação das crianças, entendida como sacrifício (op. cit.: 83).

Não parece, como os meus entrevistados afirmam, que as famílias pobres largam seus filhos “desde que nascem”. O que é importante frisar é que não está só na família a causa que leva os jovens a se tornarem meninos de rua ou criminosos (seja através do abandono ou das mães pedintes). A desestrutura familiar é apontada por moradores de diferentes classes, idade, gênero, filiação política e religiosa como fatores que incidem na violência. Essas explicações, frequentemente, convertem-se no apoio à redução da maioridade penal, o controle da natalidade dos pobres e a inclusão dessas crianças e adolescentes como trabalhadores precoces.

*

Nesse capítulo busquei entender a maneira como os moradores concebem a violência nos bairros a partir de suas experiências e relações sociais. Busquei articular histórias de vida de diferentes atores, experiências com os públicos considerados “agentes da insegurança” e representações sobre as causas da violência¹³⁴. Lancei a hipótese de que o “arsenal” de representações sobre a violência tem toda relação com aproximações e distâncias na prática social (experiências políticas, de vida etc.).

Para tanto, descrevi os grupos que mais frequentemente participam dos Consegs. Em Campo Belo, as mulheres diligentes, moradores de “zona de fronteira” e moradores da

¹³⁴ Nesse domínio, as representações são pensadas nos termos de Goffman. Em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* o autor chama de representação “toda a atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (2007: 29).

região de prostituição de rua. Em Sapopemba, ex-operários aposentados com e sem trajetória em movimento social, assim como profissionais dedicados “a prevenção da violência” a partir do desdobramento do trabalho religioso (católico e pentecostal).

Entre esses moradores notei que há uma estratégia para se diferenciar daqueles que estão posicionados abaixo deles na estrutura da estratificação social. Através dos contrastes das relações sociais estabelecidas entre moradores desses distritos, pode-se fazer algumas generalizações. 1) As estratégias para perpetuar o *status* superior são mais frequentes em Campo Belo, onde as hierarquias intraclasses acionam princípios de diferenciação tais como: vestir-se bem, falar bem, morar em região “melhor”, o que não raro mobiliza práticas como chacotas que visam desacreditar ou inferiorizar o interlocutor. 2) Os mecanismos de diferenciação se acirravam ainda mais quando se tratava de nomear os “perpetradores” da violência. Há rotinas de relações sociais que tendem a reforçar estereótipos e estigmas que caracterizavam os “agentes da insegurança” em relação a seus comportamentos desviantes.

Estereótipos criminalizadores são atribuídos aos indivíduos mais pobres, que moram na favela, não raro pessoas que vêm do norte ou nordeste, consideradas preguiçosas, sem higiene, bagunceiras, filhos de “parideiras”, que não pagam impostos, que querem ganhar dinheiro fácil etc. Esses estereótipos se aplicam tanto aos “bandidos” quanto às prostitutas. É preciso apontar que estereótipos criminalizadores em relação aos nordestinos são mais acionados em Campo Belo e entre moradores cuja origem social remete à migração européia. Em Sapopemba, onde há forte presença de moradores que migraram para São Paulo vindos do norte de nordeste, tais estereótipos não se apresentam com tanta intensidade.

A segunda constatação é que o “problema social” é uma categoria êmica cujos significados podem remeter ao reconhecimento da desigualdade social, à violência policial, à “natureza humana” ou à desestrutura familiar. Os sentidos atribuídos a essas noções variam mais de acordo com as práticas sociais dos moradores, e menos em relação a marcadores como classe, gênero e idade. Dessa forma, a desigualdade social pode ser acionada para designar a falta de assistência do Estado aos pobres ou, inversamente, como fruto de clientelismo por parte do Estado, que trataria os pobres como “coitadinhos do sistema”.

O reconhecimento da violência policial e as arbitrariedades parecem estar relacionadas com as diversas experiências que os moradores têm com a polícia, tais como ameaças e subornos, ainda que outros moradores não reconheçam práticas de discriminação étnica e de classe. É de se notar que são os moradores de Sapopemba, e não de Campo Belo, que estão mais vulneráveis a esse tipo de relacionamento com as polícias.

Associar o “problema social” da violência à “natureza humana” também é recorrente entre todos os moradores, sobretudo entre aqueles que se apóiam em explicações religiosas. Geralmente, tal associação mobiliza soluções duras como a pena de morte, como notamos nas opiniões das moradoras de Campo Belo.

O “problema social” vinculado à desestrutura familiar é outra associação recorrente, que têm favorecido o apoio de moradores de diferentes classes sociais em relação à diminuição da maioridade penal.

A meu ver, um dos pontos centrais de toda essa discussão é a maneira como os moradores facilmente rotulam os públicos considerados “agentes da insegurança”, o que será objeto do próximo capítulo.

Capítulo 4

Quando os (assim chamados) “agentes da insegurança” falam

Um dos elementos recorrentes das representações da violência que tratei até aqui é a maneira como os moradores articulam narrativas que responsabilizam determinadas categorias pela insegurança: as prostitutas, os jovens infratores e os policiais.

Delimitar essas categorias como “agentes da insegurança” depende de interações sociais específicas e da ótica de quem os nomeia, incluindo os próprios sujeitos nomeados. No capítulo anterior, considerei as representações que predominam nas imagens que os participantes dos Consegs fazem da violência nos bairros. Essas representações são compostas a partir de experiências pessoais, de experiências de outros (parentes, amigos, vizinhos etc) e de opiniões gerais que circulam no senso comum. Usualmente, essas imagens conferem representações estereotipadas e estigmatizantes a esses sujeitos, atribuindo rótulos que os tornam menos desejáveis e mais perigosos. Para usar o termo empregado por Goffman (2007), existem vários “vínculos de indícios” que contribuem para a constituição dessas representações que levam em conta, frequentemente, a conduta, a aparência e os casos pessoais ou relatados por outros¹³⁵.

Este capítulo segue um rumo diferente e aborda a maneira como esses sujeitos são vistos por eles mesmos. Interessei-me em investigar as práticas que são entendidas como formas que “geram a violência”. Ao ouvir as vozes dos (assim nomeados) “agentes da

¹³⁵ De acordo com o autor: “Se o indivíduo não for conhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplica-se estereótipos não comprovados. Podem também supor que, baseados na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social. (...) Se (...) estão informados a respeito dele, em virtude de uma experiência anterior à interação, (...), como meio de predizer o comportamento presente e futuro. (...) Muitos fatos decisivos estão além do tempo e lugar da interação, ou dissimulados nela” (Goffman, 2007:10-11).

insegurança”, busco indicar como essas categorias são nebulosas e não podem ser tomadas como essencialidades fixas.

Berkeley, California. Centro para Estudos Latino Americano. 2008.

Da sala térrea ouvi tiros sendo disparados. Instintivamente olhei pela janela e vi o estacionamento descoberto. Um homem negro cravado de balas nas costas era amparado por uma mulher negra. Sem sucesso, ela tentava abrir a porta do carro. O jovem caiu ali. Tudo foi muito rápido: os tiros, a chegada da polícia e dos paramédicos, a tentativa de reanimá-lo em vão, o grito de desespero da mulher. O espanto durou mais tempo. Não se falou de outra coisa na semana que seguiu.

Poucos dias depois, Luciana¹³⁶ e eu pegamos um ônibus em direção a Oakland, bairro negro de Berkeley. Um senhor branco, aparentando 70 anos, puxou conversa. Falamos sobre o crime. De acordo com ele, jovens negros residentes de bairros pobres se armam. Se o jovem negro morreu foi porque fez alguma coisa para merecer. A vítima de homicídio havia sido convertida em provável criminosa.

Sapopemba, São Paulo. Zona leste. 2005

“Teve uma vítima que tava armada um dia, nós catamos o carro dela e ela foi sair e dei uma pá de tiro no carro, tirei a arma e comecei a dar tiro (...). Eu peguei mais coragem. E com o ódio que eu estava porque minha mãe morreu, eu comecei a ficar muito mal. Eu peguei amizade com esses caras. Um dia, fomos pra um assalto e um cara levou um tiro na mão. Eu vi e comecei a dar tiro, mas nunca consegui acertar. Aí, teve uma vítima que tava armada, uma [arma de calibre] ‘nove’, parece. ‘Ce tá armada?’ ‘Não, não tô não, não tô não!’ Eu estava com uma arma mais forte, engatilhei ela, apontei bem na boca. ‘Abre a boca!’ ‘Não, não vou abrir não!’ Eu dei uma coronhada, ele abriu a boca: ‘Nem se mexe, se você se mexer eu arrebento a tua cara’. Meu colega viu e ele estava com uma arma. [O amigo perguntou]: ‘Você é polícia?’. ‘Não’. Meu colega ia matar ele. Eu disse: ‘Não, não mata não. Deixa ele vivo. Só quero o dinheiro dele e nada mais’ [Felipe, 20 anos, ex-infrator, órfão de mãe, mulato. Entrevista 16].

Parelheiros, São Paulo. Zona Sul. 2007.

AP: Você sempre sentiu essa diferença, né?

Jaqueline: Sempre, sempre, sempre. Ela sempre falou que me odiava. A minha mãe é racista. Ela me chamava de negra nojenta, sempre falou que devia ter me abortado porque eu era uma negra, preta nojenta.

AP: E ela te mandou embora depois, né?

Jaqueline: Quando eu engravidei. Ela disse que meu filho não era neto dela, era filho do Cão. E se alguém aparecesse com o meu filho na porta dela ela ia por pra correr. Então, isso de pegar [a guarda do] meu filho foi palhaçada, porque excomungou tanto a criança e agora, tá aí. Ao invés de entregar o meu filho, fica aí com patifaria. Notícia boa pra ela era quando falava “Eu vi a Jaqueline muito louca, não sei onde, jogada, bem louca”. Pra ela era bom.

[Jaqueline, 23 anos, prostituta, mãe de um filho, negra. Entrevista 13]

¹³⁶ Luciana Martins, doutoranda do Programa de Ciência Política da UFSCAR, também *visiting scholar* no CLAS - *Center for Latin American Studies*, no mesmo período que eu.

Morro das Pedras, Belo Horizonte. 2004.

Havia marcado uma reunião com Edgar e Davi – lideranças do Morro das Pedras – para falarmos sobre o programa *Fica Vivo!*

Cheguei [no Centro Comunitário] muito animada, embora soubesse que a companhia da polícia poderia não ser bem vinda.

Cumprimentei Edgar com sorriso. Ele retribuiu.

O Edgar se veste com camisa de linho e calça social. Um traje um tanto formal, a julgar pelos outros moradores do Morro. (...).

O Centro Comunitário fica no limite do morro. De lá é possível visualizar toda a favela. Edgar me mostrou onde fica a Vila São Jorge I e II, a Cabana, todas as vilas ...

De repente chegou Davi. Eu havia trombado com ele na esquina, minutos antes.

Quando Soldado Resende e eu chegamos próximos da região indicada, não conseguíamos encontrar a Rua Belfort Roxo. Decidimos nos informar com um transeunte. Era o Davi.

O carro da Polícia parou ao seu lado. Eu disse: -“Bom Dia”. O soldado também.

Soldado Resende é um cara legal, não tem a cara amarrada que muito policiais insistem em conservar para espantar as pessoas e intimidar os “suspeitos”. Ele (...) tem medo do trabalho ostensivo. Os policiais que gostam de trabalhar na rua chamam esse tipo de policial de “muxiba”. (...). [Foi o próprio Resende que contou que era visto como “muxiba” pelos colegas].

Perguntei ao Davi onde era o Centro Comunitário. Ele explicou, meio desconfiado. Preto e pobre, quando é parado pela polícia, mesmo que para dar informação, não costuma sorrir. (...). Davi perguntou quem estávamos procurando. Falei o nome de Edgar e perguntei se ele trabalhava lá. Ele disse que não. Minutos depois nos encontramos no Centro Comunitário, como se nunca tivéssemos nos visto antes.

Estava constrangida por ter chegado com o carro da polícia¹³⁷. Este sentimento ficou ainda mais acirrado quando o Edgar disse: -“Eu ia te chamar para tomar um café na minha casa, mas com a polícia não dá!”

Decidi que, em algum momento, deveria me desculpar por estar acompanhada da polícia. Guardei meu propósito, esperando um momento oportuno que só viria no final de nossa conversa.

O jovem negro americano, Jaqueline, Felipe, Tenente Resende são vítimas ou perpetradores da violência? Essa pergunta, que à primeira vista pode parecer banal, permeia qualquer encontro onde se discute as causas da violência e as soluções para a segurança pública¹³⁸. Abro este capítulo com os fragmentos acima para indicar o quanto as

¹³⁷ Foi a partir do trabalho realizado em Minas Gerais, no Programa *Fica Vivo!* – Controle de Homicídios, mencionado na Introdução, também abordado no Capítulo 5 adiante, que passei a estabelecer maior interlocução com policiais militares. Antes disso, durante o mestrado, a relação com a polícia era de desconfiança, como é comum com grande parte da população. Quando cheguei à Belo Horizonte para fazer pesquisa de campo, eu não tinha nenhum domínio da cidade e aceitei a corona de soldado Resende. Depois da experiência mencionada, em que ficou evidente que a presença de policiais atrapalhava a pesquisa de campo, optei por me deslocar na cidade de ônibus. De todo modo, a experiência em Belo Horizonte foi um aprendizado, uma oportunidade para matizar meus preconceitos e receios em relação à polícia.

¹³⁸ No caso do jovem infrator é preciso fazer ressalvas. Como aponta Sérgio Adorno no prefácio de Spagnol (2008), o debate sobre juventude e violência tem sido marcado em, pelo menos, duas direções: “(...) por um lado, grupos de defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes entendem esses jovens como vítimas

categorias “perpetradores” e “vítimas” podem ser, e frequentemente são, nebulosas. Como a classificação de jovens infratores, prostitutas e policiais pode ser variável de acordo com os cenários em que as interações se dão, aqui, ou em qualquer lugar do mundo; seu sentido e significado mudam facilmente a partir da ótica de quem os nomeia. Neste capítulo pretendo discutir o caráter contingente dessas categorias, impressas a um sujeito particular rotulado como desviante.

Os comportamentos desviantes, nomeados de acordo com as regras socialmente aceitas, são objeto de preocupação da ciência social clássica, além de uma preocupação do poder público através de suas políticas e programas que visam à prevenção do crime e preservação da ordem social. Comportamentos desviantes também são elaborados por rótulos difundidos socialmente através de jogos de acusações realizados na vida cotidiana e, como busquei mostrar até aqui, também estão presentes nas demandas para o aumento da sensação de segurança. A mácula do desvio é, inclusive, introjetada por sujeitos cuja identidade social é caracterizada como desviante. Como abordei nos Capítulos 1 e 2, os sujeitos considerados desviantes têm poucas chances de se fazer representar nos Consegs, seja pelos limites impostos pelo regulamento dos Consegs, que não favorece aqueles que estão mais próximos do crime, seja pelo processo de segregação política frequentemente acionado para desestimular a participação política dos representantes dos grupos estigmatizados.

O que se pretende agora é exatamente confrontar as representações dominantes que moradores de Campo Belo e Sapopemba fazem dos perpetradores da violência e as representações que os sujeitos assim nomeados fazem de si próprios. Dessa forma, as

de uma sociedade injusta, fundada em extremas desigualdades sociais, incapaz de incluir aqueles que se encontram nos degraus mais inferiores das hierarquias sociais, em especial os segmentos jovens. Neste contexto, esses jovens somente podem reagir às injustiças sociais com a mesma linguagem através da qual foram socializados, isto é, com violência. Romper esse ciclo perverso é enfrentar as desigualdades estruturais. Por outro lado, situam-se as opiniões que enfocam o jovem – sua personalidade, sua condição moral, seus determinantes naturais até os limites de sua composição biogenética. Para esta corrente, a sociedade é pouco responsável. Nada pode fazer contra a força da natureza, quicá mesmo contra a vontade divina. (...) [A pesquisa de Spaganol sobre jovens de diferentes classes sociais envolvidos em homicídios] (...) reconhece que se alguns jovens, entre tantos outros, agridem com crueldade, sadismo, prazer mórbido suas vítimas, chegando mesmo a matá-las, tal não se deve por razões que devem ser buscadas na natureza humana, ao menos sob uma perspectiva sociológica. Suas motivações devem ser investigadas no terreno das vivências subjetivas que fazem do ser jovem, em uma sociedade como a brasileira, uma experiência ímpar, múltipla, heterogênea, disforme que pode convergir para auto-estimas deterioradas, exacerbadas justamente em um ambiente social favorável: o mundo circundante carente de referências que ultrapassam a contingência de estar armado pela violência, em palavras e em atos.” (Adorno, 2008a: 14-15)

prostitutas, os jovens infratores e os policiais – público considerado perpetradores da violência – falam sobre suas condições de “agentes da insegurança” e “vítimas”. Nesses relatos – que também mobilizam histórias de vida - as causas da violência, anteriormente discutidas, voltam nas narrativas desses personagens. Fica claro, por exemplo, o reconhecimento do uso de estereótipos criminalizadores, por parte de policiais, para prender, a escolha das prostitutas “pela rua” e dos jovens pelo “mundo do crime”, assim como as dificuldades vivenciadas em família e o alto grau de violência que acompanha suas condutas. Trata-se, portanto, de sublinhar as representações que esses “agentes” fazem de si mesmos e confrontá-las com as representações que foram coletadas nos discursos presentes nos espaços sociais e no campo político da insegurança. À moda de Becker, pretende-se

... prestar atenção à forma como os atores sociais se definem uns aos outros e a seus ambientes. Prestar particular atenção a diferenciais no poder de definir, no modo como um grupo conquista e usa o poder de definir a maneira como outros grupos serão considerados, compreendidos e tratados. (Becker, 2008: 204)

A discussão sobre os fenômenos desviantes são temas centrais da ciência social clássica, desde a preocupação pela coesão social de Durkheim e a busca, na antropologia de Radcliffe-Brown, pelos elementos que fornecem manutenção social. Na década de 1960, a literatura norte-americana também se dedicou amplamente aos estudos sobre crime e transgressão. Entre esses últimos, o quadro teórico dos interacionistas contribuiu ao trazer elementos sobre os processos de rotulação no interior do quadro de relações em que o desviante está envolvido: a família, a comunidade, as instituições de ressocialização e aquelas de caráter assistencial e religioso¹³⁹.

Goffman (2007) e Becker (2008) contribuíram com estudos considerados clássicos sobre estigmas e desvios (Becker, 2008). A teoria interacionista do desvio, nos termos de Becker, fornece um quadro de “drama de acusações” onde os acusados sabem muito bem dos rótulos que recebem, pois “aprendem, por intermédio da interação social, a interpretar sua própria experiência física” (Becker, op. cit.: 182). Os estigmas foram tratados por

¹³⁹ A abordagem interacionista recebeu críticas à esquerda e à direita. No primeiro caso, foram acusados de desconsiderar as opressões de classe. No segundo, de mascararem o fato de que atos como roubos e homicídios são de fato desviantes e, por conseguinte, merecem sanções inscritas na lei (Becker, 2008).

Goffman como atributos depreciativos apreendidos nas relações sociais. Colocando a questão central na “linguagem de relações” que caracteriza o estigma, como quer Goffman, ou no “drama da retórica” que caracteriza o sujeito desviante, como faz Howard Becker, esses autores chamam a atenção para o complexo jogo de relações que envolvem as acusações de transgressão e as reações de outros envolvidos nessa ação. Os acusados, antes de serem meros agentes passivos dos rótulos que recebem, avaliam como seu prestígio ou posição serão afetados, levando em conta as relações sociais em que estão envolvidos. Dessa forma, a teoria interacionista estimula a investigação “de todas as pessoas e organizações envolvidas num episódio de comportamento potencialmente desviante” (Becker, 2008: 184)¹⁴⁰. Essa abordagem é capaz de explicar porque alguns atores definem determinadas ações como desviantes, enquanto outros recusam fazê-lo, o que implica distinguir diferentes posições quanto às formas de privação ou concessões de controle social, que influenciam os julgamentos morais sobre o comportamento potencialmente desviante. O desvio “é criado pela sociedade. (...) “não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso”. (Ibid.: 21-22).

Bourdieu fornece outro importante subsídio analítico para entender-se a nomeação de sujeitos como perpetradores e vítimas: o conceito de “violência simbólica”. Ao lado das categorias “estigma” e “desvio”, o conceito de “violência simbólica” também se preocupa com a eficácia de determinados grupos de impor regras morais aos demais grupos. Bourdieu e Wacquant (2004) chamam de violência simbólica o processo em que a violência que é experimentada por um agente social é introjetada com a cumplicidade desse último, de forma que “contribui para reproduzir com eficácia aquilo que o determina” (Ibid.:

¹⁴⁰ De acordo com Goffman: “O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma ‘pessoa normal’, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. (...) Além disso, ainda pode perceber geralmente de maneira bastante correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em ‘bases iguais’. Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser.” (2007:16-17)

272)¹⁴¹. Bourdieu trata da violência simbólica como parte dos sistemas simbólicos dominantes que tendem “a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (Bourdieu, 1989: 14). Tal qual Goffman, ele recorre à concepção de solidariedade social em Durkheim e Radcliffe-Brown para indicar como o sistema simbólico é parte de uma estrutura estruturante de mentalidades cuja legitimidade pode ser transformada ou confirmada por meio de uma relação determinada, com base na cumplicidade ou resistência à dominação¹⁴².

Embora a “resistência à dominação” possa ser realizada pelos sujeitos estigmatizados e rotulados de desviantes, ou seus representantes, como de fato tem sido feito por vários grupos da sociedade brasileira através dos movimentos sociais, a cumplicidade parece ser um traço central desse processo de interação. De acordo com Goffman, os sujeitos desviantes passam por um processo de “carreira moral” que fomenta sua estigmatização:

¹⁴¹ Em recente artigo assinado por Bourdieu e Wacquant, os autores afirmam: “violence which is exercised upon a social agent with his or her complicity”. (Bourdieu & Wacquant, 2004: 272)

¹⁴² A correspondência entre as explicações de Goffman e Bourdieu sobre os “sistemas simbólicos” (como quer o segundo) ou as representações coletivas (como quer o primeiro) remete à explicação estrutural-funcionalista de Durkheim e Radcliffe-Brown, como evidenciam as seguintes passagens. Em *A Representação do Eu na vida Cotidiana*, Goffman diz: “Assim que um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo com um todo. Na medida em que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la, à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais de uma comunidade” (2000: 41). Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, faz uma aproximação parecida, ao afirmar: “Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim – ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a ‘solidariedade social’ no fato de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionamento) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise de Durkheim da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’”. (1989: 09-10).

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma “carreira moral” semelhante, que não é só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais (...). Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende a incorporar o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo. A sincronização e interação dessas duas fases iniciais da carreira moral formam modelos importantes, estabelecendo as bases para um desenvolvimento posterior, e fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados. (Goffman, op. cit.: 41-42)

Howard Becker desenvolve explicação semelhante na definição das “carreiras desviantes”:

Tratar uma pessoa como se ela fosse, em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia autorealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a elas. (Becker, op. cit., 44)

Tenho em mente que as categorias “estigma” e “desvio” podem ser úteis para entender como atores nomeiam um mesmo sujeito diferentemente, como perpetrador da violência ou vítima de uma condição social. Isso porque, como vimos anteriormente, determinados atores rotulam facilmente as prostitutas e os moradores de favelas, convertendo-os em criminosos ou ainda em “agentes da insegurança”, em um processo conhecido como criminalização da pobreza.

Nesse ponto, deve estar claro que não pretendo procurar definir o quanto alguém de fato é mais vítima ou mais perpetrador de um tipo específico de delito ou “defeito moral”, mas, como dito anteriormente, chamar atenção para o caráter precariamente definido dessas condições. Ao fazê-lo, busco sublinhar que as causas anteriormente discutidas pelos participantes dos Consegs são as igualmente acionadas pelos sujeitos acusados como perpetradores. A constatação empírica desse capítulo é que os “perpetradores” da violência também indicam múltiplas causas para a violência e acionam tais explicações para justificar racionalmente suas formas de atuação no mundo.

1. A prostituição para as prostitutas: Jaqueline e Lurdes

Como foi abordado, a prostituição era uma questão recorrente, tratada como “um problema” que deveria ser equacionado pelo Conseg Campo Belo de forma que o fim das casas de massagem e a prostituição de rua tornaram-se “uma bandeira” para os presidentes desse Conseg durante as duas gestões que acompanhei. Grande parte das reclamações sobre a inserção e permanência das prostitutas nos bairros de classe média estava baseada no caráter imoral de suas condutas e na crença de uma articulação entre prostitutas e moradores da favela com o mundo do crime. As prostitutas seriam comparsas de assaltantes de residência e traficantes. O rótulo de “criminosas” andava lado-a-lado com a caracterização de prostitutas como vítimas de cafetões, o que favorecia ações policiais para o fechamento de “casas” e *blitz* em zonas de prostituição de rua. Nesse domínio, as caracterizações das prostitutas como perpetradoras e vítimas de violência eram combinadas em um jogo discursivo que tinha por objetivo a demanda por mecanismos de controle social. Pretensamente desprovidas de julgamentos morais socialmente valorizados pelas “pessoas de bem”, associadas ao crime e, sobretudo, agenciadas por terceiros, a visão predominante é a de que são necessárias ações policiais para desmobilizar a prostituição de rua e ações conjuntas (entre a prefeitura e os policiais) para o fechamento das casas de massagem. Soma-se a isso a invisibilidade política das representantes das prostitutas no espaço político do Conseg Campo Belo e a total desconsideração das reivindicações publicizadas por organismos de defesa. No conjunto, diferentes causas foram apontadas para caracterizar a inserção de meninas na vida da prostituição: falta de valores morais (“safadeza”), doença, pobreza e desestrutura familiar.

Em Sapopemba, a prostituição não se constituía em um problema a ser resolvido no momento da pesquisa, mas nem por isso deixou de ser apontada pelos moradores. No Conseg Sapopemba, a questão da mulher prostituta foi tangencialmente lançada por Isabel, ativista de direitos humanos, que levantou o tema do uso de estigmas por parte dos policiais civis sem, contudo, ter dado continuidade a essa bandeira, investindo nas denúncias dos policiais através de mecanismos legais. Como mencionei, a preocupação com as meninas prostitutas por parte dos ativistas de entidades de direitos humanos

remonta à fundação da *Casa das Meninas*, na década de 1980, destinada a abrigar meninas dispostas a sair da prostituição. Essas teriam saído da periferia agenciadas por cafetões para viver nas imediações da avenida São João, no centro de São Paulo, ludibriadas por falsas propostas de trabalho em “casa de família”. Quando Isabel tentou resgatá-las, dois problemas foram detectados por ela: por um lado, já não era possível restabelecer o convívio com as famílias por conta dos vícios adquiridos (álcool, cigarro etc); por outro lado, as próprias famílias seriam coniventes com a prostituição, desestimulando-as a abandonar suas atividades, pois os recursos financeiros fariam diferença na renda mensal da casa. Assim, a *Casa das Meninas* seria uma espécie de transição para que fosse possível estabelecer uma vida nova. Nessa visão, a prostituição também não seria um trabalho digno, mas, antes disso, fruto da pobreza e da exploração. Caberia a elas o abandono dessa condição, o que resulta no sentimento de culpa e na pecha de “putas”¹⁴³ na comunidade.

Para “iluminar” a categoria prostitutas, bem como os estereótipos que as criminalizam, convertendo-as em “perpetradoras”, ou as vitimizam, tratando-as como subproduto exclusivo da carência material, recorro à história de duas irmãs prostitutas que atuam em Campo Belo – Jaqueline e Laura – e a história de uma mãe de jovens atendidos pelo CEDECA Sapopemba – Lurdes. Na análise comparativa, tudo indica que a caracterização dessas mulheres como vítimas ou “agentes da insegurança” tem resultado em uma representação idealizada das prostitutas na cena política. A meu ver, caracterizá-las exclusivamente como “criminosas”, de um lado, e “vítimas” da pobreza, de outro, são recursos discursivos que não dão conta das práticas complexas nas quais essas mulheres

¹⁴³ Como ficará claro adiante, quando alguém chama uma mulher de “puta” geralmente se trata de nome pejorativo. Ao mesmo tempo, o nome “puta” tem sido objeto de discussão por parte de ONGs ligadas aos direitos das prostitutas, como a ONG Davida, coordenada por Gabriela Leite, que reivindica a publicização desse nome como forma de desmistificar a carga pejorativa que ele carrega. Em sua autobiografia, Gabriela se posiciona sobre a questão e mostra o dissenso entre as organizações que compõe a *Rede Brasileira de Profissionais do Sexo*, e também de organizações de outros países da América do Sul. Ela diz: “[No] Segundo Encontro Nacional de Prostitutas (...) O Fernando Gabeira deu o nome de ‘profissionais do sexo’. E todo o mundo passou a chamar prostituta de profissional do sexo. P.S. Sou contra. Para o movimento é importante assumir o nome, não fugir dele. (...) As colegas da América Latina consideram nosso movimento atrasado em relação ao delas, porque elas usam ‘trabalhadoras do sexo’ e nós ainda não vencemos o preconceito e nos chamamos ‘prostitutas’. Eu penso ao contrário, parece que mudar o nome é um pedido de desculpas” (Leite, 2009: 159). Para uma discussão interessante sobre o que há em um “nome” ver Brah (2002), que analisa como o nome “black” tem operado de forma contingente em circunstâncias políticas diferentes. Avtar Brah argumenta que os movimentos feministas - negro e branco - não podem ser vistos como essencialidades fixas, categorias opostas, mas como um campo de contingência histórica de contestação dentro de práticas materiais e discursivas. Ver especialmente o Capítulo 5 “Diferença, diversidade, diferenciação”.

estão engendradas. Não quero negar, com isso, que haja situações em que uma prostituta possa cometer atos ilícitos (como insistem os moradores de Campo Belo), ou que a prostituição não possa estar relacionada com o aliciamento de meninas pobres como uma alternativa para melhorar as condições de vida (como argumentam os ativistas de entidades de direitos humanos). Quero apontar que algumas experiências sociais particulares convertem-se em essencialismos, organizando discursos institucionais e políticos.

O terreno mais candente de discussão sobre a definição das prostitutas como vítimas ou agenciadoras voluntárias da prostituição é aquele onde se discute o tráfico nacional ou internacional de mulheres. Essa dimensão da prostituição não é, evidentemente, objeto deste trabalho, mas merece ser mencionada porque nela reside o dissenso sobre a caracterização da prostituta como um indivíduo que tem o poder de definir (ou agenciar) a sua própria vida ou, ao contrário, que está presa nas amarras da condição de vítima. Além disso, essa discussão tem mostrado os usos políticos desses significados, bem como a maneira como os sujeitos assim definidos se autoneameiam (Piscitelli, 2004).

Alguns trabalhos têm denunciado a exploração sexual infantil (Dimenstein, 1992) ou de mulheres (Lopes, Rabelo e Pimenta, 2007) sob a perspectiva da “mercantilização humana”, dentro do contexto do tráfico nacional e internacional de seres humanos¹⁴⁴. O trabalho de Dimenstein (1992), realizado em região considerada rota de tráfico de meninas na Amazônia, acabou por delatar cafetões à polícia, após uma incursão de caráter investigativo/policial no qual o jornalista encontrou traficantes de seres humanos e “meninas-escravas” que, ludibriadas por falsas promessas de trabalho e estimuladas pela pobreza, pela família e, não raro, por estupros na infância, teriam se tornado vítimas da escravidão. O trabalho de Dimenstein, ao lado de dossiê produzido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Centro de Defesa de Menores de Belém (PA), em 1991, impulsionaram ações políticas na área, como a CPI da Prostituição Infantil, em 1993, e a ampliação de pesquisas na área da exploração sexual comercial, bem como a mobilização de ONGs e Centros de Defesa para a implementação de projetos para a compreensão e enfrentamento da questão (Libório e Souza, 2004). A partir de então, diretrizes e programas governamentais foram desenvolvidos, ampliando a discussão do

¹⁴⁴ Para uma discussão sobre a bibliografia produzida por historiadores, ver Piscitelli (2004).

tráfico de seres humanos em situações que envolvem prostitutas mulheres e não apenas crianças e adolescentes. Rotas nacionais e internacionais foram definidas, assim como cresceu o número de estudos dedicados a investigar a prostituição de mulheres supostamente envolvidas nesse contexto em áreas como a antropologia e a psicologia.

Tudo indica que as pesquisas antropológicas sobre a prostituição no contexto do tráfico nacional e internacional de seres humanos tomaram um rumo diferente daqueles produzidos nos marcos teóricos da “mercantilização humana”. Sem deixar de reconhecer a importância dos demais estudos em chamar a atenção para o problema da prostituição, as pesquisas antropológicas advertem que a produção brasileira tem repetido as fragilidades já identificadas pela literatura internacional no que se refere a imprecisões na coleta de dados (Piscitelli, 2004), o que tem acarretado na ideologização das pesquisas sobre o tema (Silva, Blanchette, et al., 2005 e Silva e Blachette, 2005). Piscitelli tratou das discrepâncias entre a caracterização do tráfico internacional de mulheres adotada pelo Estado brasileiro, visando sua repressão, e o imaginário que mulheres que se dedicam à prostituição (e outras, que nem sempre se definem como tal) fazem sobre o trânsito internacional motivado pela expectativa de namoro/casamento com homens estrangeiros. A autora argumenta que no caso do turismo sexual é preciso “considerar cuidadosamente” a migração de mulheres para países estrangeiros sem “rotulá-las de prostituição forçada” (Piscitelli, 2004: 285). A pesquisa chama atenção para a capacidade de *agency* (agência ou agenciamento) dessas mulheres em busca de oportunidades econômicas e sociais. Além disso, mostra como as diferentes correntes feministas (entre si) e as instituições não governamentais discordam sobre os contextos que caracterizam a “prostituição forçada vinculada ao tráfico”. A discordância básica detectada pelo estudo é que alguns pesquisadores consideram que “a prostituição reduz as mulheres a objetos e é sempre e necessariamente degradante para as mulheres”, enquanto outras abordagens mais próximas das entidades que apóiam as prostitutas “percebem a prostituição voluntária como um intercâmbio e as ações dos Estados que criminalizam ou penalizam os adultos nela envolvidos como negação dos direitos humanos” (Piscitelli, 2004: 294)¹⁴⁵. Tal discordância pode ser facilmente percebida em trabalhos que seguem uma linha de análise semelhante:

¹⁴⁵ Piscitelli acaba por concluir que “Misturar prostituição forçada, turismo sexual e prostituição infantil é uma estratégia que, sem dúvida, reforça um dos objetivos dos que participam no debate sobre o tráfico: atizar

(...) as mulheres que operam na interseção entre turismo internacional e sexo são ativas na manutenção de uma visão do Brasil como campo para as realizações de fantasias sexuais e afetivas. Longe de serem simples vítimas, elas detêm um controle notável sobre as suas ações e representações, lançando mão de vários artifícios para construírem uma almejada ascensão social através do forjamento de ligações com estrangeiros itinerantes. Suas atividades não podem ser entendidas simplesmente como os resultados de uma “lavagem cerebral colonialista”, ou os frutos de uma “baixa autoestima”, pois frequentemente providenciam mudanças socioeconômicas em suas vidas que são entendidas por elas como melhorias. Portanto, são melhor entendidas como estratégias racionais do que como manifestações ideológicas de uma falsa consciência. (Silva e Blachette, 2005: 278-279)

No trabalho de Silva e Blachette, a tendência é não considerar a prostituta como vítima e sublinhar seu caráter de sujeito nas relações estabelecidas com os “clientes”. Já o estudo de Lopes, Rabelo e Pimenta (2007) chega a uma conclusão diferente. Ao analisar os relatos de prostitutas cujos clientes são de classe média alta e alta na cidade de Goiânia, tomando como referência o tráfico de mulheres, as autoras concluem:

Para sustentar a posição de mercadoria, sem que isto resulte em maiores conflitos internos, as entrevistadas fazem uma cisão entre as identidades de mulher e de prostituta.

Pelos seus relatos, constatou-se também que estas mulheres são vítimas de uma sociedade capitalista que as estimula constantemente a terem um corpo perfeito, porém sem mente, que sirva de objeto de exploração daqueles que por ele possam pagar. Por outro lado, elas se dizem dispostas a encarar essa vida porque é através dela que obtêm acesso a luxos que, de outra forma, jamais conseguiriam. (Ibid.: 75).

No primeiro trecho, a capacidade de agenciamento das prostitutas aparece na interpretação que as desassocia da vitimização, na medida em que “longe de serem simples vítimas, elas detêm um controle notável sobre as suas ações e representações”. No segundo trecho, as prostitutas aparecem como grupo de mulheres inscritas como “objeto de exploração”, sendo vítimas da sociedade capitalista e seus ditames culturais. A meu ver, trata-se de uma conclusão apressada. Seria preciso questionar em que medida tais valores são exclusivos de mulheres que se dedicam à prostituição (tudo indica que o culto ao corpo, incluindo procedimentos cirúrgicos e estéticos, está longe de se limitar ao grupo de

a opinião pública, obrigando-a a considerar o problema do tráfico. No entanto, para além do sucesso dessa estratégia, é necessário refletir sobre os efeitos do estabelecimento de relações lineares entre essas problemáticas. Essas vinculações estão longe de iluminar as realidades de mulheres que, utilizando de maneira instrumental a sexualidade, procuram migrar por meio dos relacionamentos estabelecidos com turistas sexuais. E vale observar que migração, inclusive ilegal, não pode ser confundida com o tráfico.” (2006:313)

mulheres que se dedicam à prostituição). Um segundo ponto chama atenção. Muito embora as autoras encontrem um universo multifacetado nos papéis sociais que as prostitutas desempenham – como mãe, amante e profissional do sexo –, esse grupo aparece como inscrito em relações de pura subordinação. Essas mulheres narram suas experiências no mundo através de diferentes papéis sociais, o que é próprio da vida de todas as mulheres e não só das prostitutas. Todas as mulheres são muitas coisas ao mesmo tempo. No entanto, as autoras atribuem uma “cisão” de identidades às prostitutas, que é utilizada como recurso útil para “sustentar a posição de mercadoria”. Parece-me que um dos problemas dessa abordagem está em não levar a sério a imagem que prostitutas fazem de si mesmas e, além disso, de negligenciar o poder social no qual prostitutas estão envolvidas em seus relacionamentos sociais com os clientes, filhos, família etc. Como seres “sem mente” as reivindicações políticas desse grupo não teriam sentido, o que implica em um grande problema para entender o crescimento e visibilidade das ONGs dedicadas à defesa dos direitos desse grupo, cujas reivindicações têm crescido. A concepção de mulheres prostitutas como sujeitos alienados e inscritas na visão dicotômica do mundo entre dominantes e dominados abre pouco espaço para a capacidade dessas mulheres em serem sujeitos de suas vidas e terem demandas políticas. Com isso, não quero dizer que não haja situações em que a pobreza se configure como estímulo (e não causa única) da atividade da prostituição, e que essa atividade enseje sofrimentos e relações intersubjetivas violentas. No entanto, caracterizá-las como gente “sem mente”, supondo ausência de consciência, não é precisamente o melhor termo para designar a maneira como as prostitutas adultas que entrevistei organizam suas próprias experiências. Vejamos como esses dilemas se colocam na vida de nossas entrevistadas.

Conheci Jaqueline, 23 anos, negra, moradora do extremo sul da cidade de São Paulo, através da abordagem de rua mencionada na Introdução¹⁴⁶. Ela se deslocava quase diariamente para a Avenida Indianópolis, no Planalto Paulista, para fazer programas. Em seu relato, ter sido rotulada como “negra nojenta” pela mãe branca, assim como a busca por melhores condições econômicas para cuidar do filho, forneceram o contexto para seu ingresso como profissional do sexo. Ao contrário do que os moradores dessa área supunham, Jaqueline e sua irmã, também prostituta, demonstravam clareza em relação aos estigmas engendrados nas relações com os clientes e com as instituições.

Jaqueline nasceu em uma cidade da grande São Paulo. Ela e sua irmã foram entregues à avó muito cedo. Jaqueline tinha 8 anos quando a mãe retornou para buscar as filhas para que cuidassem dos irmãos mais novos, de outro casamento. Sua memória em relação à mãe é muito negativa. Foi espancada diversas vezes. Aos 16 anos, Jaqueline ficou grávida de um homem mais velho e se separou dele logo em seguida. A mãe desaprovou a gravidez, a espancou e expulsou de casa. Jaqueline se abrigou na casa da irmã, em Parelheiros. A mãe estava com a guarda de seu filho no momento da entrevista. A irmã de Jaqueline, Laura, 28 anos, branca, filha de outro pai, também se tornou prostituta após perder o emprego. As duas compartilhavam a mesma esquina e eram acompanhadas pela prima travesti.

Começou a fazer programas aos 17 anos em uma casa noturna. No início foi fazer *strip-tease*, mas fez sucesso na casa e logo iniciou os programas. Depois saiu porque *na boate, quem manda é o cliente*. Certa vez, bebendo com um deles, pressionou-o para decidir se fariam o programa ou não, o que fez com que o cliente passasse a insultá-la. Vendo que os seguranças da casa nada faziam para defendê-la, Jaqueline empurrou o cliente da escada. *Baixou polícia*, o que era péssimo para o dono da boate, que aliciava menores de idade vindas de Estados do sul e norte do país. Essa confusão rendeu uma briga entre ela e o dono da boate; ele acabou por quebrar uma garrafa de vidro em sua cabeça e ameaçou matá-la. Jaqueline explicou como reagiu: *Pode me matar! Que eu estou na sua propriedade e vai “sujar” pra você*.

¹⁴⁶ Nessa ocasião, o educador social João de Aquino e eu fizemos abordagem de rua na Avenida Indianópolis. Jaqueline foi a primeira prostituta que avistamos na esquina. Explicamos a pesquisa e perguntamos se ela estava disposta a conversar por trinta minutos em algum bar nas imediações. Uma entrevista foi realizada em sua casa. As informações que seguem estão em DC, 12/2007.

Após esse episódio, ela saiu da boate e foi trabalhar na rua. Pagava R\$10,00 para a cafetina do quarteirão, uma travesti. Depois se “liberou” da porcentagem. Disse que não pagaria mais e não pagou. Chegou a surrar outra menina prostituta que havia brigado com sua irmã, Laura, por conta do “ponto”. As interações violentas eram comuns com outras prostitutas e com clientes. Jaqueline contou que, ao entrar no carro de um cliente, este a fez abaixar no chão do carro e a ameaçou com um revólver. O homem a levou para um apartamento onde a forçou a manter relação sexual sem preservativo. O homem disse que ficaria a noite inteira com ela; que era do PCC e que iria chamar outros homens para prosseguir com abuso sexual. Por fim, o homem a deteve por duas horas e a largou na Avenida Cupecê.

De acordo com seu relato, de fato, alguns travestis roubam, sobretudo carros. Não há assalto de residências e também não há tráfico de drogas, embora haja consumidores de drogas entre aqueles que se dedicam à prostituição. Mas cada um leva a sua, compradas nas diversas “biqueiras” que há na região. A droga dá coragem, faz perder o medo para entrar nos carros. Jaqueline consumiu muita cocaína e estava afastada da droga há 8 meses, alguns dos quais passou internada em uma clínica de reabilitação. Hoje, ela trabalha sóbria. Os roubos entre as prostitutas acontecem *só quando o cliente merece* e não as trata com respeito. Na semana anterior ao nosso encontro, Jaqueline disse que um homem a convidou para fazer um programa em um *Drive-In*. Esse tipo de programa custa R\$40,00, mas *a noite estava ruim* e como cliente disse ter apenas R\$20,00 ela aceitou. Quando entrou no carro, o cliente disse ser dono de uma mercearia e que valorizava mais os R\$500,00 que pagava às suas funcionárias, com carteira de trabalho assinada, do que os R\$2.000,00 que Jaqueline ganhava no mês, como prostituta. Ela não aceitou *ser humilhada: Você está dizendo que seus funcionários são mais honestos que eu porque têm carteira assinada? Olha aqui, o corpo é meu e eu faço dele o que quero. Eu não obrigo ninguém a nada. Você está vindo aqui por uma necessidade sua e não minha. E tem mais uma coisa, você é um otário, um pau-no-cú. Dá os meus R\$20,00 e me leva agora onde você me pegou.* O cliente a deixou no “ponto” e pagou sem ter feito o programa. É comum, segundo ela, que os clientes a tirem de *trouxa*. Pedem desconto no programa alegando que não têm dinheiro, mas na hora de pagar tiram da carteira uma nota de dinheiro maior que o valor do

programa e pedem o troco. Nesses casos, Jaqueline diz ser comum pegar a nota de dinheiro e sair correndo do carro. É roubado quem *merece* ser.

A maioria dos clientes são *tiozinhos* – homens mais velhos que procuram programa à tarde, durante o horário comercial, mas Jaqueline prefere fazer programa à noite, período em que fica *menos visada*. *Á noite dá muito favelado – gente sem dinheiro, que pede por programa no meio da rua, sexo oral e desconto; e playboys que zoam, jogam xixi, xingam. Cliente que gosta de bater, xingar, isso eu não permito*. Ainda assim, ela prefere a rua à boate. Chegou a trabalhar no Hotel Bahamas, mas disse que a vida ali trazia alcoolismo. Não há segurança no trabalho na rua: *A polícia não atrapalha, mas não atende nossos chamados. Não adianta chamar*. A segurança é feita por cada uma e o respeito é conquistado com a demonstração de coragem.

Marcamos uma entrevista gravada para dois dias depois desse encontro, na casa de Jaqueline. Saímos do bar em que estávamos e fomos ao encontro de Laura, irmã de Jaqueline, para darmos uma carona para as irmãs até o ponto de ônibus. No caminho encontramos a prima travesti, Valéria, muito arrumada, perfumada e desinibida, que contou que lhe roubaram a bolsa européia e o celular. Em seguida, encontramos Laura na rua, uma menina tímida que trabalha sempre de calça jeans e blusa comportada. Explicou que por ser mãe de dois filhos *não tem corpo* para usar roupas íntimas na rua. É casada e seu marido costumava fazer sua segurança na rua. Tanto Jaqueline quanto a irmã dizem entender o incômodo dos moradores da região. Laura afirmou que não moraria nas imediações, pois não gostaria de expor seus filhos ao sexo na rua. Afirmou que quando os filhos crescerem ela mesma vai contar que foi prostituta: *Melhor que eu conte do que outros contarem*.

Esse trecho chama atenção para os diversos temas que foram posteriormente tratados na entrevista gravada que realizei com Jaqueline quando fomos até sua residência no extremo sul da cidade de São Paulo – uma casa de fundo de três cômodos amplos, com um quintal onde realizamos a entrevista, enquanto os sobrinhos e o marido cantavam karaokê. Quero sublinhar na narrativa de Jaqueline a correspondência entre sua entrada na prostituição e a desestrutura familiar, que envolve dificuldades econômicas e a discriminação racial que ela diz sofrer em relação à mãe. Sua mãe chegou a vender bebidas alcoólicas no mesmo ponto em que as filhas trabalhavam. Jaqueline adiantava o dinheiro

dos “fiados” e a mãe passou a apoiar seu trabalho como prostituta. Mas novas distâncias se estabeleceram entre mãe e filha quando Jaqueline passou a se recusar a dar o dinheiro dos programas: “Ela foi vender bebida pra lá, foi logo quando ela tomou meu filho de mim e foi vender bebida, lanche, essas coisas pra gente ali na rua. E ela me aproximou do meu filho de novo. Eu trabalhava, entregava o dinheiro tudo na mão dela. Então, enquanto tava rendendo pra ela, eu podia ficar perto do meu filho”. Jaqueline contou que a mãe já a chamava de “puta” e “drogada” mesmo antes dela começar a fazer programas e ser usuária de cocaína. Ela atribui as diferenças de tratamento entre ela e as demais irmãs, por parte da mãe, pelo fato de ser a única filha negra entre os filhos. A mãe a teria colocado para trabalhar como empregada doméstica para saldar uma dívida de R\$1.600,00 contraída junto aos patrões. Jaqueline, que ganhava R\$100,00 por mês, pediu demissão do trabalho quando a mãe a acusou de manter relações sexuais com os filhos da patroa. Da mesma forma, começou a usar cocaína quando a mãe passou a sugerir que ela seria “nóia”:

Jaqueline: No dia que eu entrei na boate eu falei pra ela [a mãe]: “Agora você pode falar com razão, agora realmente eu sou. Agora pode falar”. Tanto é que no dia que ela falou “Você é uma nóia, você é uma drogada, eu falei: “Não sou não, mas espera aí...”. Fui na boca, peguei um papel de farinha, estiquei na frente dela e falei: “Pode falar, agora eu sou”.

AP: Foi assim?

Jaqueline: Aí fui pra cima, comecei a cheirar direto. [Entrevista 13]

Concomitantemente à formação da “carreira moral” de Jaqueline, as cenas descritas nas interações com os outros são sempre marcadas por relações intersubjetivas violentas, seja com os donos de boate, clientes e outras prostitutas para o domínio do ponto de prostituição. Em grande parte dessas narrativas, ela desenvolve um *ethos* particular¹⁴⁷: não permite ser humilhada, revidando sempre que possível com atitudes que a colocam em posição de superioridade em relação aos outros, mesmo quando isso significa a

¹⁴⁷ Zaluar (2000 [1985]) é a primeira a usar a noção de *ethos* masculino e depois *ethos* guerreiro (1994), inspirada por Norbert Elias, para dar conta da “repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionadas ao uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte (...)” (Zaluar, 1999:39). Esse *ethos* diz respeito aos significados subjetivos de jovens que se envolvem no tráfico de drogas guiados por “sua cabeça”, mas cujo significado é compartilhado socialmente e não denota “grupos dominados”. Com isso a autora quer chamar a atenção para o fato de que “haveria recortes de gênero e geração a considerar, para entender a violência recrudescida” (Ibid: 39). Aqui, pego de empréstimo a noção de *ethos* (talvez, na falta de um conceito melhor), para designar os significados das práticas singulares de Jaqueline, cujos sentidos parecem ser compartilhados por outras prostitutas: a coragem, a diferenciação em relação às travestis e a aspiração de ser mantida pela figura do marido provedor.

proximidade com o crime, as drogas e o álcool. Embora Jaqueline se autorrepresentasse, no momento da entrevista, como “limpa” das drogas e longe do crime, atribuindo às travestis – e não às mulheres prostitutas – a proximidade com o universo criminal (pois as travestis seriam as “olheiras” de residências foco de assaltos), sua história no trânsito pelas diversas casas nas quais trabalhou também favoreceu o tráfico de drogas: “Eu tava passando droga dentro da boate. Chegou lá, na hora que o policial chegou e falou: - ‘Você que é a Jaqueline?’. Eu disse ‘É’. ‘Sua mãe e sua irmã estão te aguardando lá fora’. Achei que eles iram revistar tudo. Joguei as drogas pra um lado, me vesti e descii”¹⁴⁸.

Parte desse *ethos* da prostituta também está associado ao desejo de ser mantida pela figura do homem provedor, tal qual ocorre, também, com mulheres não prostitutas. Jaqueline é casada e quando a mãe soube de seu relacionamento questionou se ela havia arranjado “um marido ou um cafetão”. Ela disse: “Um marido, um cafetão é o seu porque você trabalhava pra sustentar ele e o meu não, trabalha pra me sustentar”.

Creio que o universo em que Jaqueline está envolvida é demasiadamente complexo, sendo difícil caracterizá-la unicamente como perpetradora ou vítima. Ao lado dos rótulos de “puta” e “drogada” empregados pela mãe, dos roubos aos clientes e das brigas com outras prostitutas e cafetões, Jaqueline assume a dignidade de seu trabalho através da prestação de um serviço cujo produto é uma necessidade do cliente. Ao contrário do que pensam os moradores, Jaqueline e sua irmã assumem valores morais baseados na família, como a proteção dos filhos e a constituição da família. Jaqueline tem orgulho de seu marido, cuja disposição é “trabalhar para sustentá-la”, ainda que no momento da entrevista ele estivesse sem emprego fixo.

Um outro elemento importante para a análise é a mediação realizada pelas instituições de proteção que, ao que tudo indica, são realizadas por agentes que filtram suas condutas técnicas a partir de dispositivos morais preconceituosos que colocam as prostitutas como sujeitos incapazes de criar seus filhos. O chavão usado frequentemente por um delegado de polícia nos encontros do Conseg do centro é claro para exemplificar essa dimensão moral: *A prostituição não é ilegal, mas é imoral*. A narrativa do delegado

¹⁴⁸ Entrevista 13.

substituto de polícia (descrito no capítulo 2) sobre a ausência de um atendimento adequado para uma mulher prostituta da periferia também corrobora essa posição.

Em uma das brigas com a mãe, Jaqueline se instalou em uma casa de massagem, onde morou por alguns meses até a irmã e a mãe a encontrarem, com a ajuda da polícia, após uma longa procura iniciada pela irmã em hospitais e IMLs. Nesse período, a mãe conseguiu um termo de responsabilidade que a colocava como responsável do neto. Todas as cenas descritas por Jaqueline e Laura junto à conselheira tutelar indicam que embora a prostituição não seja crime, mulheres que se dedicam abertamente a essa profissão têm muitas chances de perder seus filhos em uma disputa judicial. A querela que envolvia mãe e filha pela disputa do filho/neto, mediada pelo Conselho Tutelar e pelo Judiciário, mostrava-se difícil no momento da entrevista. Jaqueline havia procurado o Conselho Tutelar de seu bairro para reaver a guarda do filho, mas percebeu que sua mãe já havia angariado o apoio da conselheira. Ela se indignava pelo fato de ter mais condições econômicas para criar o filho, ao passo que a mãe dormia no emprego e os demais moradores da casa (uma irmã de 18 anos, grávida, e o genro) estavam desempregados. João, educador social que me acompanhava, imbuído de seu dever profissional, sugeriu que ela encontrasse um outro trabalho para se apresentar ao juiz e indicou outra instituição para mediar o seu caso. Quando perguntei a ela como havia sido tratada no Conselho Tutelar de ser bairro, Jaqueline respondeu:

AP: (...). Eles te tratam bem aqui no Conselho [Tutelar]?

Jaqueline: Mais ou menos, porque tem discriminação pelo o que eu faço. Eles não me trataram muito bem quando eu fui com a minha irmã. A [funcionária do Conselho Tutelar] que está cuidando do caso do meu filho falou pra minha irmã: “Mas você também trabalha lá?”. Ela falou: “Trabalho”. [E a funcionária falou]: “Mas quando eu engravidei, eu tive 6 filhos e sustentei os 6 sem precisar ir pra lá. E minha irmã falou: “Cada um leva a vida do jeito que pode. Eu sei onde meu calo aperta, eu tenho quatro filhos eu vou correr atrás, sim.” E [a funcionária] falou pra minha mãe que minha irmã chegou lá na maior ignorância e se minha mãe queria pegar os filhos dela também. [Entrevista 13]

Tomemos um outro exemplo, de Lurdes, em que a prostituta mãe de família tenta estruturar a vida de seus filhos a partir da renda advinda de programas e no qual o sujeito vítima de estigma reproduz os preconceitos que circulam na sociedade sobre si.

Em uma das favelas de Sapopemba, ao investigar a trajetória do jovem Tony, que transita permanentemente entre o lícito e o ilícito, encontrei sua mãe, Lurdes, 39 anos,

negra. Ao todo, Lurdes deu à luz doze crianças, três morreram. A construção de sua trajetória de vida é narrada por um fio condutor que enreda sua experiência como mãe, pobre, negra e ex-trabalhadora do sexo, mediada pelo sentimento de culpa.

Lurdes casou com o pai de Tony muito jovem e com ele teve quatro filhos. O marido, que era portador de tuberculose e passava por dificuldades para sustentar a família, cometeu suicídio dentro de um ônibus, na presença de Tony, o filho mais velho. Foram quatro facadas na altura do coração. Na última, Tony tentou arrancar a faca das mãos do pai, sem sucesso. Com a morte do marido, Lurdes passou por uma fase difícil. Desse momento em diante, sua fala é marcada por grande angústia e articulação de explicações que pretendem justificar sua experiência como prostituta ao longo de mais ou menos dois anos. O período é inaugurado com a morte do marido e a ausência de condições materiais para cuidar dos filhos. Teve que “vender o corpo pra não deixar os filhos morrerem de fome”. Não foi por safadeza, ela adverte:

Às vezes tem gente que faz por safadeza, pra ganhar dinheiro, pra subir na vida, eu fui pra matar a fome dos meus filhos, porque tinha dia que não tinha nem água, nem açúcar, nem fubá, nada, nada, nada... eu olhava o armário, tudo vazio e meus filhos roncando [de fome]. E eu, pra fazer coisa errada [entrar no crime], também não... lutar do jeito que eu lutei pra deixar faltar as coisa para eles? [Entrevista 14]

A favela onde Lurdes mora é razoavelmente próxima de uma grande avenida. Ali estabeleceu ponto e fazia os programas. Conta que ao voltar para casa, tomava banho, esfregava o corpo – tinha nojo dos homens. O impressionante é que Lurdes fazia o relato na presença de Tony. Ela falava, e o Tony ali, encostado na parede do quatinho sem janela, meio desconfortável, com vergonha. Ele se despediu e foi embora. Estava constrangido, não sei se por minha presença ou se pela mãe; talvez por tudo. Mas o fato é que naquela conversa, Lurdes organizava sua experiência como trabalhadora do sexo pela lógica da carência, o que tornava absolutamente dispensável o artifício do segredo, muito embora Tony estivesse visivelmente desconfortável diante do assunto. A culpa sentida por parte de Lurdes era evidente:

É. É difícil. Só que, às vezes, eu tenho um pouco de revoltada em mim porque...de ter vendido o meu corpo pros meus filho não passarem fome, porque Deus viu que não foi porque eu quis, não foi por safadeza. Também, é muito ruim sair com aqueles homens

[começa a chorar novamente]... chegar em casa e tirar aquela nojeira. Eu falava assim: “Ai meu Deus, até quando eu vou ficar numa vida dessas?” Porque isso aí não é vida. Não podia trabalhar porque não tinha serviço. Aí eu falei: “Vender droga, eu não vou”, porque se os homem [a polícia] me pegar eu vou caguetar até a minha mãe, aí fica ruim pra mim ... aí foi que eu parti pra isso. [Entrevista 14]

A “revolta de mim mesma” parece sobrevir de toda a rede de relações de vizinhança que condenavam e sabiam de sua atividade como prostituta. Lurdes dizia não se misturar com os vizinhos que “são falsos”, preferindo passear com os filhos quando possível, em forrós e festas no bairro. Em um Ato Público realizado pelo CEDECA Sapopemba em uma favela para o lançamento de uma cartilha sobre a atividade policial em áreas pobres lançada pela Anistia Internacional (2005), encontrei Lurdes ocasionalmente. Os Atos Públicos, além da participação de representantes de ONGs e do legislativo, também contavam com a apresentação de jovens músicos que participavam das oficinas realizadas pelo CEDECA. Naquele momento, fiquei feliz de reencontrar Lurdes, que parecia bem mais animada do que no dia em que realizamos a entrevista. Com alguns minutos de conversa, notei que ela apresentava um cheiro forte de bebida, talvez pinga, perceptível mesmo após chupar a bala que também me ofereceu. Posteriormente, comentei com Gabriel¹⁴⁹, que também acompanhava o Ato, sobre o meu encontro com Lurdes, e ele me contou que um morador com o qual havia conversado apontara Lurdes, dizendo *Aquela ali é puta*. Naquela interação pública com a comunidade, era claro que todos sabiam de seu envolvimento com a prostituição. A vida de Lurdes não era fácil. Além do rótulo de “puta”, ela ainda tinha que dar conta dos filhos, envolvendo-se e sofrendo com os “mais problemáticos”: Tony, 17 anos; Patrícia, 13 e Cachapa, 9.

A atividade como trabalhadora do sexo coincidia com a inserção de Tony no mundo do crime. Ela sabia que o filho estava envolvido com roubo de carros, mas os filhos não sabiam que ela fazia programas. Durante os anos na atividade da prostituição, ela dizia que era arrumadeira em um hotel, no turno da noite. O período marcou uma relação conflituosa entre eles, uma vez que violência, crime e marginalidade são parâmetros muitos distantes dos que Lurdes julga aceitável para a sua própria vida e para a vida dos meninos, muito embora alguns moradores da favela estivessem envolvidos com pequenos

¹⁴⁹ Gabriel Feltran.

furtos, assaltos e prostituição. O fato de ela ter ganhado dinheiro com sexo não implicava em nenhuma associação mecânica entre prostituição e crime, ainda que as relações com os bandidos não se limitassem em uma pura oposição entre trabalhadores e bandidos¹⁵⁰. Não encontrei, nela, correspondência em relação às percepções da classe média alta, que frequentemente associam prostituição e crime como traços constitutivos das trabalhadoras do sexo. Tampouco a falta de cuidado e desdém no cuidado com os filhos. Ao contrário, Lurdes era aquele tipo de mãe que faz marcação cerrada para tirar o filho do “caminho errado”.

Assim como Lurdes, Tony estabeleceu uma relação de causalidade entre a carência da família, a falta de dinheiro da mãe e sua inserção no mundo do crime. Diante da tristeza da mãe devido à dificuldade de cuidar do sustento dos filhos, “perdia a cabeça”. Comprar roupas, tênis da moda, poder “gastar [dinheiro] com besteira”¹⁵¹, ou ir ao shopping, também eram desejos. O primeiro – ajudar no sustento da casa – foi desde logo suprimido, pois na comunidade as notícias chegam rápido, de boca em boca, e Lurdes já estava de olho no filho; não aceitava dinheiro sem procedência conhecida, nem mesmo quando vinha de “cuidar de carro”. Tony ingressou no mundo do crime aos 13 anos. Praticou roubo de carro, foi aviãozinho na “boca”¹⁵² e fez “saidinhas em banco”¹⁵³. Um educador comentou

¹⁵⁰ De acordo com Zaluar (2000:132), “A identidade do trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre eles seja rígida e absoluta ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-os completamente. Ao contrário, as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles”. A autora também aponta que “Diante da inevitável humilhação e da ausência de proteção policial ou jurídica, o bandido transforma-se no ‘vingador de seu povo’, ao mesmo tempo em que ele é visto como um ‘eterno covarde’ (...) ao empunhar sua arma de fogo contra um ‘trabalhador desarmado’” (Ibid.: 141).

¹⁵¹ Entrevista 15.

¹⁵² “Boca”: barraco ou ponto de distribuição de maconha, cocaína ou crack.

¹⁵³ “Saidinha em banco”: o segurança é rendido, a vítima é abordada dentro do estacionamento do banco e é ameaçada para entregar o dinheiro sacado. Em geral, trata-se de uma *fita dada*, isto é, quando se tem informações prévias sobre a data de saques e movimentação do dinheiro; as informações são dadas, em alguns casos, por informantes que trabalham com o correntista (em lojas, empresas ou casa de família). Em outros casos, menos premeditados, a vítima é escolhida dentro do próprio banco e os meninos se comunicam para informar suas características físicas, roupas e acessórios, de modo que se possa reconhecê-la no estacionamento. A saidinha demanda a ação conjunta entre dois ou mais meninos. A escolha do estacionamento para local de abordagem tem relação com a crença de que pessoas que possuem carros têm mais dinheiro do que aqueles que andam a pé ou usam transporte coletivo.

que ele não “se dava” com o crime; embora fizesse algumas *fitas*, não tinha gosto pelo mundo do crime. Na boca, trabalhava das 9h às 7h da noite, ganhava cerca de R\$100 por semana. Certa vez, roubou R\$5 mil numa saidinha e diz ter se arrependido. Se pudesse, disse, teria devolvido o dinheiro. Do total, conta, ficou sem nada e se convenceu: “via que num dava pra mim, num encaixava na minha cabeça, então... num me envolvo mais, parei”. Lurdes chegou a negociar a vida do filho, contando com a solidariedade dos jovens do crime, meninos que viu nascer e crescer. A liberdade para circular pela favela veio logo depois: “Ó, Tony, só não vou fazer nada com você porque eu conheço a sua mãe, ela é muito gente fina. Se fosse outro, nós já tinha mandado pro saco”¹⁵⁴. Vez ou outra, ainda era convidado para compor uma “firma”, mas Tony dizia que não estava mais interessado na vida do crime, que não era “piolho pra ficar andando pela cabeça” dos outros. No momento da entrevista, Tony estava inserido nas atividades do CEDECA e ganhava uma bolsa de R\$130,00 por mês.

Lurdes também se preocupava com a “carreira moral” desviante de sua filha Patrícia, 13, que estaria mantendo relações sexuais com meninos do bairro em troca de drogas. “Vendeu o corpo por droga”, pranteava a mãe. Sua grande preocupação era uma gravidez precoce. Era comum a mãe checar as informações da filha porque “a gente é mãe, a gente quer saber, fica preocupada”. Quando Patrícia dizia que ia ao campinho de futebol, a mãe ia atrás para conferir se era isso mesmo. Volta e meia Patrícia roubava dinheiro em casa e Lurdes aconselhava: “Você tem que parar com esse vício porque uma hora você vai estar lá fora e lá fora não vai ser igual aqui em casa. E pra você vai ser pior e pra mim vai ser mais ainda, porque vai cortar o meu coração. E eu não quero ver um filho meu perdido por droga, morrer por droga, roubando”. Patrícia parecia gostar de aventuras. Certa vez, ela e os irmãos saíram para pedir dinheiro na rua, sem o consentimento da mãe, e acabaram se perdendo pela cidade. Foram recolhidos pela Polícia e encaminhados para a FEBEM. Quando Lurdes encontrou os filhos, Tony e Cachapa choravam e abraçavam a mãe, emocionados pelo fim da angústia, enquanto Patrícia pareceu ter gostado da experiência. “A Patrícia com aquele sorrisinho dela. Dava uma vontade de lascar um tapa no pé do

¹⁵⁴ O diálogo entre Lurdes e o traficante, foi narrado por Lurdes. Entrevista 14.

ouvido dela, menina [Lurdes ri]; porque eu preocupada, angustiada, na hora que eu achei ela, ela olhou e falou ‘Mó legal ficar aqui’”.

Outra preocupação era Cachapa, um menino de 9 anos, negro e, segundo a mãe, homossexual desde 1 ano de idade. Lurdes se lamentou: “Ai, meu Deus. Além de ser escuro... e ainda desse jeito?”. Desde pequeno Cachapa gostava de brincar com bonecas e anda, dança e fala como menina. O médico disse à Lurdes que o filho nasceu assim, “é de nascença”. O filho participava da atividade socioeducativa de uma entidade católica do bairro. Uma das educadoras chamou Lurdes após perceberem que Cachapa enviava bilhetinhos, com conteúdo supostamente amoroso, para outros meninos. Lurdes sentiu vergonha e contou que o filho era gay. De acordo com Lurdes, as funcionárias da entidade dizem que a mãe não podia se lamentar pelos filhos serem negros, “pretinhos tão bonitinhos”. Mas como exemplo notável de preconceito em relação aos negros e pobres nessa sociedade, Lurdes afirmou: “hoje em dia eu sou racista. (...). É porque às vezes eu saio e muita gente critica a minha cor”.

A situação mais exemplar de como etnicidade e classe se combinam em um processo de atribuição de estigmas e rótulos socialmente apreendidos é a experiência de Lurdes em relação a uma filha que foi dada de “papel passado” para uma vizinha. Lurdes engravidou de um namorado branco, na época em que fazia programas, o qual afirmou “que não ia criar filho de macaca”. Por intermédio de uma moradora do bairro, Lurdes encontrou uma vizinha que adotou a menina. Ao narrar a experiência, Lurdes oscilava entre afirmar que os pais adotivos foram bons para ela e apontar um processo que causou grande sofrimento, culminando em uma depressão:

Desde quando ela estava dentro da minha barriga já era [da mãe adotiva]. A [mãe adotiva] me ajudou bastante, me ajudou com despesa. Assim... levava mistura, levava pão, deu camisola, essas coisas todas. Só que as roupinhas ficou lá na casa dela porque eu já tinha dado a menina. Quando eu fiquei no hospital ela ia me visitar e tudo. Quando ela foi me buscar eu olhei, falei ‘Ai meu Deus, me dá força’. Ela me trouxe de carro, ele [o pai adotivo] me deixou até um dinheirinho, pra eu comprar as coisas... Eu vim chorando de lá do hospital até aqui. Aí eu falei ‘Deixa eu segurar pela última vez.’ [chorando] Eu peguei, comecei a chorar, chorar, chorar... Ela foi uma pessoa que cuidou muito bem de nós. Ela [a filha] tá lá, uma danadinha. Mas converso com ela, às vezes ela vem aqui, eu vou lá. Mas só que, não... o pai dela não deixa, porque ela é muito danada. Ela não obedece ninguém. Só o pai dela...[Entrevista 14]

Para se livrar do pai biológico da filha, Lurdes inventou uma história comum: que a filha havia sido adotada por casal de norte-americanos. Quando o pai voltou para procurá-la ela disse, ressentida: “‘Não, você falou que não ia criar filho de macaca. Por que você quer ver a filha de macaca?’”. Aí eu não deixei, mas também não falei que ela tava morando aqui perto, né? Eu falei que eu tinha dado e a menina tinha levado pros Estados Unidos”. O pai biológico ainda permaneceu pela região, tentando buscar informações, quando Lurdes decidiu buscar apoio no tráfico: “os meninos botaram ele pra correr. Falaram: ‘Se você pintar de novo aqui, nós matamos!’”. Aí também sumiu, também nunca mais vi.”

A meu ver, as histórias de Jaqueline e Lurdes são exemplares para indicar o quanto as categorias perpetradores e vítimas dependem das contingências e eventualidades das relações estabelecidas com a família, a comunidade e as organizações civis e do Estado. Brigas, bebedeira, roubos a clientes, relações com o tráfico de drogas (para consumo ou proteção dos bandidos), relação com entidades de direitos, cuidado com os filhos, namoros, casamentos, estigmas e rótulos desviantes são algumas das situações vividas por essas mulheres, que se cruzam em suas vidas para explicar os diversos papéis sociais que desempenham. No caso de Jaqueline e Lurdes, as explicações que articulam para a inserção na prostituição, a carência material e a desestrutura familiar, se combinam. Notável também é a capacidade dessas mulheres para lutar por seus filhos, em universos sociais onde o rótulo de prostituta concorre para negligenciar suas capacidades como mães. Como abordei no Capítulo 3, o imaginário sobre as mulheres que vivem nas favelas, bem como das prostitutas, atribuídos pelos moradores que frequentam o Conseg, conformam uma representação de mulheres que não seriam capazes de criar seus filhos; daí se estabelece uma relação causal entre mulheres pobres e a formação da carreira moral desviante, atribuídas a elas mesmas e aos seus filhos que, supostamente abandonados desde a tenra idade, estariam automaticamente fadados a uma carreira igualmente desviante. As histórias de Jaqueline e Lurdes apontam, ao contrário, para a batalha cotidiana que visa tentar assegurar o bem-estar de seus filhos, a despeito das inúmeras dificuldades a que estão submetidas para o desenvolvimento desse projeto. Nessa batalha, que supõe relações com a família, a comunidade e as instituições, a revolta ou a culpa parecem emergir das interações sociais.

Para além das semelhanças que derivam das explicações sobre a causa da inserção na prostituição, entre a carência material e a necessidade de cuidar dos filhos, uma diferença marcante chama atenção na maneira como essas mulheres elaboram suas experiências na carreira da prostituição. Jaqueline se apresenta como a “prostituta corajosa” que não se deixa subjugar nas relações sociais com os clientes e com a mãe racista, e aponta as vantagens dessa carreira que lhe permite garantir condições socioeconômicas mais favoráveis para cuidar do filho. Lurdes se apresenta como a “prostituta arrependida” que introjeta o jogo de acusações a que está submetida e acaba por estabelecer uma relação entre o preconceito étnico e de ocupação, cuja consequência é o sentimento de culpa. Acusada de “macaca” e inserida em um trabalho que ela própria e os outros consideram pouco digno, ela decide dar a filha “desde que estava na barriga”. Decide-se por se afastar da prostituição e contar aos nove filhos que mentira sobre seu trabalho como arrumadeira. Todo jogo de acusações introjetado acaba por incorrer em grande sofrimento, depressão e a fé de que “Deus perdoe”. É provável que no espaço social onde Lurdes viva (a favela), os julgamentos morais feitos pelos vizinhos, pelos filhos já crescidos, as instituições de apoio social e sua própria fé funcionem com “empreendedores morais” mais intensos.

É possível pensar, ainda, em um recorte de geração que marca Jaqueline, 21 anos, e Lurdes, 39, o que mereceria amostragens mais amplas dentro do universo de prostitutas que ouvi (mulheres pobres que se dedicam à prostituição) para compreender em que medida o recorte geracional se coloca nesse grupo de forma mais conclusiva. Creio que tal análise deveria levar em conta as complexas relações com a família, vizinhos, religião e as diversas instituições de proteção e controle social a que cada uma delas está submetida. Uma análise comparativa entre as entrevistadas revela que, ao contrário de Lurdes, Jaqueline enfrenta relações muito recentes com as instituições de mediação de conflitos (o Conselho Tutelar e o Judiciário) para cuidar do único filho. Enquanto a segunda, com nove filhos, é mais experiente nas relações com as instituições de prevenção e controle da delinquência, bem como com as “mediações” do próprio tráfico de drogas e os auxílios da vizinhança e da comunidade para reestruturar seu universo familiar.

2. O Mundo do Crime para os Jovens Infratores: entre a pobreza, o crime e a “conversão” moral.

Encontrei Felipe em um dos equipamentos vinculados ao CEDECA, onde ele trabalhava como educador de jovens com diferentes tipos de deficiências físicas e mentais. Já havia sido detido em delegacia, encaminhado para a FEBEM e cumprido medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Felipe é considerado pelo CEDECA um “jovem protagonista” porque esteve no ciclo de violência, nas medidas socioeducativas e, hoje, não apenas saiu da vida do crime, como é um trabalhador com carteira assinada. Ao narrar sua história de vida, ele articula pobreza e desestrutura familiar para explicar a entrada no mundo do crime, ainda que de forma ambígua. Nas suas narrativas, as causas da violência passam por diversas inversões. Primeiro é a pobreza e a morte da mãe; depois são os “incentivos” materiais e simbólicos do próprio crime que o faz levar adiante a “carreira moral” delinquente: a necessidade de demonstrar coragem e de se armar, a possibilidade de conquistar objetivos materiais que não estão relacionadas à satisfação das necessidades básicas de subsistência.

Felipe nasceu em um bairro de classe média na zona sul da cidade de São Paulo. A mãe era empregada doméstica e o pai trabalhava em uma gráfica. A mãe era o pilar da família, trabalhando o dia todo em casa de família, enquanto o pai gostava de beber e não parava em emprego nenhum. Como ocorreu nas narrativas de outros jovens envolvidos no crime, Felipe articula o “lado bom” da vida com a educação da mãe: “o objetivo dela era mostrar pra gente o lado bom, sempre o lado bom. Ela sempre fez de tudo pra gente ser feliz, sempre mostrando as partes boas, sempre quis mostrar as coisas boas pra gente.” Descreve a infância como a melhor fase de sua vida, quando a mãe ainda era viva e a família vivia em união, apesar da bebedeira do pai. Jogava bola, ia às aulas de natação e estudava. Escondido da mãe, que não “admitia um filho trabalhar por causa de dinheiro pra casa”, e na companhia do irmão mais velho, cuidou de carros e conseguiu um bico de entregador de folheto. Aos 12 anos, arrumou o primeiro emprego em uma loja de artigos esportivos, mas saiu porque a mãe insistia no estudo.

Sua vida mudou radicalmente quando a mãe adoeceu. Sem “verba” para sustentar a família, pai e filhos foram morar em uma favela em Sapopemba, próximos de parentes. De

início, foram resistentes à mudança. Mas o aluguel na zona sul era R\$500, sem incluir a água e a luz, e a renda da família era inferior. A doença da mãe se agravou, até que parou de trabalhar. Passou parte do tempo na casa da comadre, que se responsabilizava pelos cuidados diários. A ex-patroa, vez ou outra, enviava ajuda, dinheiro e cesta básica, em quantidade obviamente insuficiente para o sustento de todos. Na última internação, não voltou pra casa. Faleceu. No dia do enterro, Felipe completava 13 anos: “Aí, me deparei com aquela cena. No meu aniversário, minha mãe morta, em casa sem ter nada o que fazer, sem um café, sem apoio, sem nada. Só a minha madrinha me ajudando”. Passou a morar com a madrinha, “que não lhe deixava faltar nada”.

Passou a circular mais pelo bairro, conhecendo os meninos do crime que tentavam envolvê-lo, “iludir fácil”. Mostravam roupas novas, brinquedos, armas, dinheiro, carros e perguntavam a Felipe se estava faltando alguma coisa em casa. A aproximação com os meninos do crime começou com a curiosidade de Felipe pelas armas de fogo e, depois, com a prestação de pequenos serviços junto ao tráfico de drogas, como pegar cerveja no bar. A “carreira moral” delinquente se inicia no momento em que ele é capaz de demonstrar coragem. Mesmo antes de entrar no crime, Felipe começa a brigar na rua. Os outros meninos o chamavam para roubar e ele dizia que “não tinha coragem”. Um dia, revoltado com a situação que vivia no barraco do pai, aceitou fazer o primeiro assalto: “Teve um dia que eu fiquei sem comer, sem nada, meu pai tava há quatro dias sem comer, bêbado, morrendo em casa... (...). Eu comecei a sentir ódio, a sentir falta da minha mãe e eu tinha ódio dentro de mim e não sabia como soltar. Aí eu peguei a arma e falei: ‘Vamos lá, então! Vamos tentar!’”. No primeiro assalto, realizado em dupla, cada um conseguiu R\$150,00 e Felipe comprou coisas para a casa.

Tinha incentivo para assaltar e, mais que isso, a cada assalto, sua fama de “apetitoso” (para o crime) crescia entre os ladrões: “‘Você é legal! Você rouba mesmo?’”. A fama de assaltante crescia em função do número de assaltos e dos métodos empregados. Até o quarto assalto, usava arma de brinquedo, depois passou a utilizar armas de fogo. A coragem e o uso das armas de fogo garantiam respeito. Felipe se vangloriava de ter sido conhecido como “forgado” e passou a administrar sua própria “firma”, sem depender de ordens superiores. Quando comprou a primeira arma, por R\$50,00, o fornecedor tentou passar uma “fita dada”, mas Felipe adiantou a conversa: “Andar com você eu não quero,

não. Não quero saber de você. Eu virei as costas e sai andando. E ele [o amigo, respondeu]: ‘Que moleque forgado!’”.

Obviamente, na medida em que o “apetite” crescia, mais propostas de “firmas” apareciam e a associação com os “caras mais velhos” foi inevitável. Começou a “arrumar briga com ladrão, que graças a Deus, (...) morreram todos”. De acordo com Felipe, há distinções entre os ladrões. Alguns são respeitadores, seguem as regras em relação à moral da comunidade, como não fumar maconha em porta de casa de família; outros são os que não respeitam, impondo medo à população e matando por motivos fúteis, como desentendimento em jogo de futebol. Esses últimos, de acordo Felipe, é o “tipo que merece morrer”. Quando ladrões desentendem-se entre si, o que conta para garantir a vida é a capacidade de se armar. Certa vez, tendo sido agredido a pauladas por um ladrão, Felipe comprou quatro armas, aproximou-se de um gerente de boca (o que lhe garantia cobertura e legitimidade) e passou a circular pela favela armado.

Felipe é um ótimo narrador de cenas. Sua memória é cinematográfica, sobretudo ao falar de suas participações nos assaltos, que contam com sonoplastia de chutes, tiros, socos e diálogos entre agressores (ele e os parceiros de crime) e entre eles e as vítimas. Quando ele relata os assaltos, sua condição de vítima inscrita no mundo da necessidade se mistura à condição do bandido “revoltado”. As narrativas dos primeiros aos últimos crimes ganham corpo e mais personagens, revelando mais aventura e também, mais perigo. No início deste capítulo, o trecho narrado por Felipe indica a maneira violenta com que ele abordava suas vítimas. No trecho abaixo, ele descreve as confusões com os próprios bandidos:

Peguei amizade com uns véio de 20, 30 anos já, uns já tinham passagem em cadeia e fiquei com mais ódio. Comecei a arrumar briga com ladrão também. Comecei a dar tiro em ladrão, aquela confusão. Aí teve uma turma que veio – eu chamo de safado, porque não era nada mais, graças a Deus que morreram tudo, mas não foi das minhas mãos –, pegaram um dia que eu tava armado, fora da favela. [Eles] roubaram uma moto na favela e meu colega falou: “Foi tal pessoa.” Aí eu fui dar uma volta no Monza dele, eu tava junto com ele, esses ladrões pegaram e falaram: “Qual de vocês caguetaram a gente? Qual de vocês?” Aí começou aquela discussão: “Eu não fui, eu não fui!” “Vocês vão apanhar. Tavam juntos, vão apanhar os três.” [Eu disse]: “Eu não vou apanhar, eu não fiz nada pra vocês.” Pegaram umas armas mais pesadas ainda, todo mundo tinha medo deles porque eles não tinham medo de matar uma pessoa, abria a boca pra eles e eles matavam sem pensar, até jogando bola já matou um cara, chutou a perna dele, foi e matou um pai de família. Os nego tinha mó medo dele. Aí foi, um começou a me dar um soco, começou a dar soco no outro; um deu uma coronhada no meu peito, caiu a arma, quando caiu a arma eu fui tentar me abaixar, ele bateu na minha cara: “Vai. Abaixa pra você vê o que eu dou na sua cabeça!” Aí, tudo

bem, respirei, fiquei com dor no peito, o meu colega chorando. O último não apanhou. Quanto tava indo embora ... “Olha, ele tem dinheiro!” Apontou pra mim, eu tava com dinheiro no bolso, cem reais. “Dá o dinheiro!” “Não dou.” Começou a me bater, pegou um pedaço de pau e deu na minha cabeça. Entreguei o dinheiro pra ele e fui embora. Daí juntei, comprei um carro, comecei a roubar de novo, peguei uma arma e trombei com os dois, comecei a dar tiro nos dois. Um no braço e outro na perna de um. Falei: “Agora vem!?” Comprei umas quatro armas, peguei amizade com esses pessoal, dono de boca, comecei a revoltar: “Quer arrumar confusão comigo, então vem!” Aí eles não chegavam mais perto de mim; quando eu tava na favela, eles não vinham. Aí eu ignorei isso porque senão vai acabar morrendo, porque eles são mais fortes que eu. Eu sozinho, porque meus colegas, numa fita também que eu acabei indo, quase morri. [Entrevista 16]

No excerto abaixo a “treta” é com a polícia. Se nas primeiras histórias as vítimas são mais indefesas e se mostram dispostas a entregar o objeto cobiçado, depois o “azar” atinge Felipe quase como um feitiço: nada mais dá certo, as vítimas estão armadas ou são, concretamente, policiais:

Fui assaltar um rapaz, eram três policiais. (...) ele estava armado, mas não conseguiu ser mais rápido que eu. Mas também, eu não consegui matar ele. Agradeço até hoje por não ter matado ele. Tudo bem! Apontei a arma pra ele: “Vai, vai, vai, é um assalto, é um assalto” Ele ficou olhando pra minha cara, um alemão assim. Vi que era dois maiores, um baixinho. Aí, fui. Quando ele foi encostando, dei um tiro no peito dele, do lado; nem foi no peito, foi na mão, assim. Eu vi que não ia dar certo porque o outro estava se coçando do outro lado [para pegar a arma]. Daí eu fui, assim, nem queria mais roubar, fui me afastando com medo. Eles, armados. Os polícia iam descarregar as armas. Quando eu fui ver, não tinha colega nenhum. Sorte que eu estava com duas arma. Aí, eu comecei a dar tiro nos caras e o policial começou a dar tiro também: “Tá, tá”. Sorte minha que eu consegui dar o tiro em um. Me afastei e eles não tiveram coragem de sacar a arma pra me dar um tiro. Ele viu que eu estava me afastando, afastei um metro, descarreguei uma arma e... puxaram [o gatilho], começaram a dar tiro e eu saí correndo. Vi aquelas balas e fui correndo pro meio do mato. Passou um colega meu com um carro. Ele estava com um carro e parou e deu uma pá de tiro; não acertou nenhum. Os polícia conseguiram sair da casa, pulei em cima de uns, caí, quase quebrei a perna, me ralei todo, assustado. Vi um carro, me escondi. Daí os polícia passaram reto. Fui embora. Cheguei na favela [e] os cara: “Cê tá bem, cê ta bem? Pensei que cê tinha morrido!” Aí teve um, eu dei um tiro no pé dele: “Pá!” “Isso aqui é pra você aprender a não deixar os outro sozinho; ceis são tudo safado”. Aí, comecei a pegar mais raiva desse pessoal e comecei a pegar confusão. Arrumei bastante confusão por causa disso (...) [Entrevista 16].

O destino de Felipe, assim como de tantos outros jovens envolvidos no crime, é quase certo: passa a ser procurado pela polícia e arruma “treta” com ladrão. Felipe foi detido, assinou o artigo 157 (formação de quadrilha) e também porte de arma. Permaneceu

na FEBEM por um mês e recebeu Medida de Liberdade Assistida. Quando acabara de sair da FEBEM foi pego novamente, com um “de maior”, recém saído da prisão.

A história de vida de Felipe, de acordo com seu relato, aponta para, no mínimo, três momentos diferentes. Primeiro, ele é um jovem pobre que descende socialmente, vai morar na favela e perde a mãe. Depois, ele “pega” amizade com “caras mais velhos” e começa a roubar. Por fim, uma terceira inversão ocorre, quando entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente, de deficientes e a igreja se interpõem em sua vida. O CEDECA designou sua equipe de profissionais (psicólogo, advogado, educador social) para acompanhar a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, e Felipe passou a participar de atividades socioeducativas como teatro e balé, onde aprendeu a lidar com a timidez. Conheceu uma pessoa próxima da igreja, com quem também passou a contar. Através de um educador social foi convidado a trabalhar como *office-boy* em uma entidade de defesa de direitos de deficientes mentais, o Cantinho da Esperança, onde se adaptou facilmente e passou a ser educador do público atendido. Ele define esse grupo de pessoas como aquelas que o acolheram

(...) com confiança, porque ninguém ia confiar num rapaz que tem uma ficha que é precária demais; olhar pra uma ficha e saber as coisas dele. Não sabe tudo porque eu nunca contei tudo pra ninguém, não pode contar... teve coisas que eu contei pra vocês hoje, antes eu não tinha coragem. Hoje, agradeço a Deus. Eu tô vivo por causa de Deus. O único que me protege até hoje é só Deus, só. [Entrevista 16]

É claro, nessa narrativa, como Felipe desloca o antes “projetado” pela fama e coragem conquistada entre os ladrões e o hoje traçado pelo apoio em rede de atendimento e pela fé. A trajetória junto às instituições de defesa dos direitos humanos do bairro também revela um progresso notável quanto à sua inserção no mundo lícito e na rede de relações afetivas que ele passa a estabelecer com educadores, religiosos e os próprios jovens deficientes:

Fui me enturmando com o pessoal e gostei das crianças, nunca tinha visto umas crianças com esses sofrimentos, diferentes, com deficiência em andar, estar dependendo dos outros pra comer, pra usar o banheiro ... minha prima é deficiente mas eu nunca me envolvi com a minha prima, ela não anda e não fala. Eu não tinha aquele contato com ela, hoje eu tenho. Aqui no Cantinho eu aprendi a ter contato com as crianças e saber viver, como fala? ... não é só a minha dificuldade que eu tenho em casa, financeira ... aqui, eu aprendi a ver criança

que não anda ou que anda mas que não consegue falar, várias dificuldades, criança *Down* e que passa fome também e não rouba, não precisa roubar e vive de uma forma diferente. A mãe sofre pra caramba porque tem um filho assim, doente. E eu fico colocando aquilo na cabeça ... o pessoal foi me explicando como dar comida pra eles, eu fui, comecei; tinha o maior medo, mas fui me acalmando. Acho que Deus fez uma vida nova na minha vida, consegui ter quase uma família, eu considero aqui uma família. Mais que uma escola. [Entrevista 16]

O deslocamento de sua condição de vítima e perpetrador se mostra em toda a entrevista, no caráter eventual de suas práticas em relação aos contextos vividos. A contingência de sua condição de agente da insegurança se torna mais clara quando sua história de vida perpassa o trânsito entre um bairro de classe média e a ida para a favela, a morte da mãe e a bebedeira do pai, o ingresso no mundo do crime, o trabalho com crianças e jovens deficientes. Sua narrativa se inicia com a carência material e a família desestruturada após a morte da mãe, que lhe ensinava o “lado bom”. Nesse momento, ele se coloca como inscrito em uma condição social que lhe escapa, tornando-se vítima desta. Quando procura uma saída para não deixar “faltar as coisas em casa”, a forma de agenciamento mais rápida para resolver seus problemas e o da família é se tornar ladrão. Ele passa a descrever as cenas de crimes e as relações intersubjetivas violentas, onde o *ethos* guerreiro definido por Zaluar (1994, 1999a, 1999b, 2000) se revela com clareza, na medida em que as “firmas” estabelecem o meio de garantir bens materiais valorizados na sociedade de consumo. O nome “firmas”, sinônimo de empresas, revela o quanto o mundo do crime se reveste de uma empreitada nos moldes capitalista. Ele mostra como a fama de “forgado” e a coragem lhe renderam fama, confusão, troca de tiros com a polícia e com os outros ladrões, elucidando como jovens infratores perpetram crimes a partir de interações violentas. Além disso, indica como os valores difundidos no mundo do crime não se limitam a garantir a subsistência da família. Com o dinheiro do crime, as condições materiais da família melhoram, assim como ele passa a comprar bens que extrapolam seu objetivo inicial, como carro, roupas, tênis de marca etc. No final da entrevista, ele retoma o discurso inicial que se mostra ambíguo diante dos crimes que cometeu:

Nunca roubei uma caneta de ninguém, a única coisa que eu queria era ganhar dinheiro e saía pra roubar pra sustentar a casa. Mas a minha mãe me ensinou uma coisa: se você ver (sic) uma caneta em cima de uma mesa, você não pega porque é muita falta de respeito. Só roubei porque em casa tava passando muita necessidade e roubar os outros de fora... quem

tinha e não quem não tinha. Quem não tinha, eu ajudava, dava dinheiro, até hoje com o que eu puder ajudar, eu ajudo. [Entrevista 16]

A noção de “viração” (Gregori, 2000) é útil para pensar essas inversões discursivas, assim como os papéis de perpetrador e vítima da violência que Felipe assume ao longo de sua narrativa. Gregori (2000) apontou a maneira pela qual os meninos de rua estão engendrados na conformação de diferentes padrões socialmente aceitos. A autora escapa da armadilha de nomeá-los perpetradores ou vítimas, tutelados ou autônomos, identificando-os como sujeitos enredados em relações sociais caracterizadas como o processo de “viração”. A “viração” é um modo de se adequar às normas institucionais e da rua:

O caráter dúplice da viração - estratégia ao mesmo tempo de sobrevivência material e mediadora de posicionamentos simbólicos - exige que o menino de rua aprenda a lidar com os diferentes tipos de imagem elaborados sobre ele e que essas imagens façam sentido nas relações que ele estabelece com o mundo e com seus pares” (Ibid.: 31-32).

Através da história de vida de Felipe e de sua trajetória no mundo do crime, tentei chamar atenção para o caráter não fixo da figura de perpetrador e vítima, a qual oscila a partir das contingências nas relações sociais estabelecidas entre ele e os demais atores. Terminei por indicar sua trajetória de reinserção introduzida a partir do contato com as entidades de defesa dos direitos que, no entanto, não deixa de apresentar dilemas (como será discutido no próximo capítulo). Todavia, o caso de Felipe indica mais um elemento que gostaria de chamar atenção. Ao contrário do que muitos de nossos entrevistados que participam dos Consegs acreditam, parece-me que a idéia de que “bandido não se recupera” essencializa uma condição social que pode ser alterada. No Capítulo anterior, indiquei como “o problema social da violência” – a pobreza, a desestrutura familiar e a crença na violência com base na natureza humana – frequentemente se converte em demandas para soluções duras contra a violência, entre as quais o endurecimento das penas. Essas demandas se amplificam em momentos de “crise” de segurança pública, quando a população se sente insegura e impotente diante do crime organizado, como

ocorreu nas semanas que se seguiram aos ataques do PCC em 2006, em São Paulo, ou de casos como a morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro.¹⁵⁵

A trajetória de Felipe indica a maneira pela qual os jovens infratores podem se reintegrar no universo da família, da comunidade e do trabalho. É bem verdade que nem todos parecem abandonar o mundo do crime e acabam por seguir o destino que lhes é traçado: a prisão ou a morte. Mas, também é certo que Felipe não é o único cuja trajetória de vida ilumina como o trabalho de entidades, em rede de proteção social, é capaz de direcionar oportunidades dentro do universo lícito. Como exemplo dessa afirmação, gostaria de apresentar brevemente a trajetória de um ex-jovem infrator.

Magrão, aproximadamente, 30 anos, é educador de referência para muitos jovens pobres da região pobre de Santo Amaro. Na adolescência, ele foi “resgatado” pelo mestre de capoeira Tigrão, que fundou a entidade Corrente Libertadora, integrada ao CEDECA Santo Amaro na década de 1990: “ele me resgatou, eu era traficante, eu fui porra-louca, eu não queria estudar nada; meu negócio era andar de carro zero, ter várias namoradas e um ‘oitão’”. A vida no crime ficou para trás. Interessa em sua trajetória não tanto sua relação com o crime, mas sua capacidade de agenciar a própria vida dentro das oportunidades que lhe foram dadas e a maneira como ele elaborou as relações interclasses que se estabeleceram em sua vida a partir do trabalho de educador social. Ele foi o caso mais exemplar dessa trajetória entre a pobreza, o crime e a conversão moral mediada, dessa vez, pelo CEDECA Santo Amaro.

Magrão desenvolve um trabalho pedagógico através de aulas da capoeira, ministradas em dois Centros de Educação Unificados (CEUs) e seis escolas públicas e desenvolve atividades com meninos de rua. Outra experiência relevante em sua carreira de educador foi o trabalho realizado em uma escola e condomínio de classe média alta da cidade de São Paulo, entre 1997 e 2000. Mesmo estabelecendo distinções entre os meninos pobres e os meninos ricos, dado o grau desigualdade material dos segundos e, sobretudo, a necessidade dos primeiros em relação a um modelo de masculinidade que forneça “orientação e auxílio”, ele considera que “criança é tudo criança”:

¹⁵⁵ Em fevereiro de 2007, o menino João Hélio Fernandes Vieites, de 6 anos, ficou preso no cinto de segurança do carro de sua mãe durante um assalto e foi arrastado por quase sete quilômetros na cidade do Rio de Janeiro.

Tudo a mesma coisa, fala palavrão, xinga, puxa o cabelo, grita, quer doce, quer brincar de pega-pega, de esconde-esconde, do mesmo jeito, o meu da favela e o meu da Pompéia, não tem diferença. Quando você põe todo mundo com o mesmo uniforme de capoeira, quando você põe todo mundo pra fazer a mesma brincadeira, você olha assim e você não sabe quem é quem, não existe. A gente que cria esse estereótipo, né, a palavra? De você é riquinho e eu não. A gente que cria isso. E a gente só vê isso quando a gente entra dentro do carro. “Pô, olha o carrão do cara e olha a minha bicicletinha velha”, aí você vê a diferença social, é lógico, mas quando tá todo mundo ali na praia, quem sabe quem é rico e quem não é na praia? Ninguém. O pessoal do litoral não quer saber quem... todo mundo quer curtir a mesma coisa. [Entrevista 17]

Nas aulas que ministrava na escola particular, seus alunos eram filhos de “diretor de televisão, dono de joalheria, empresário e juiz criminal”. No início, Magrão foi impulsionado pelo salário, ainda hoje superior ao que se ganha dando aulas em escolas públicas. O trabalho não deixava de lhe parecer ambíguo, porque “o Magrão sempre foi favela, nunca escondi isso pra ninguém, nunca escondi as minhas origens”. A maneira como Magrão acomodou essa contradição foi organizar um evento que “misturava” crianças pobres residentes em favelas e crianças da classe média alta. Ele convenceu a diretora do colégio que essa seria uma experiência interessante, ainda que houvesse algum receio de que a “mistura” poderia não dar certo. Ele também teve o apoio dos pais das crianças mais abastadas, que confiavam no seu trabalho. “Levei filho de presidiário, levei filho de viciado, levei o pessoal, todo mundo que era da favela da Vila da Paz, levei um grupo de vinte”. Não houve nenhuma preparação para o “encontro de diferenças sociais”.

Uma década separa Felipe, 20 anos, e Magrão, 30. Ambos foram amparados pelos CEDECAs e se tornaram educadores dessas instituições. Além da capacidade de integração na sociedade, uma outra dimensão chama atenção em suas posições: a maneira como eles elaboram as diferenças de classe. Felipe não roubava *uma caneta* dos pobres, mas escolhia entre as suas vítimas aqueles em condições econômicas mais favoráveis. Isso não significa que ele esteja denunciando as desigualdades sociais, mas elegendo os sujeitos que mais poderão contribuir com sua “firma” capitalista. Há os que enxergam nessa eleição, um sinal para o fato de que o crime indica uma denúncia à desigualdade social. No entanto, como aponta Zaluar no caso do tráfico de drogas:

(...) não cabe idealizar, (...), um bandido-protetor ou bandido-herói e concluir que estamos diante de heróis românticos de um movimento social. Apesar de toda as conotações com a injustiça que os termos “revolta” e “revoltado” trazem à tona – o tráfico de tóxicos – e o seu estilo de vida está longe de ser contestatário.

(...)

Como consumidores, os bandidos não desenvolvem um estilo próprio de vida em bandos de fora-da-lei, mas almejam os bens que a sociedade de consumo lhes oferece. Para distinguir-se dos demais moradores, cujo nível de renda não lhes permite isso, vestem-se com roupas Adidas, as mais caras do comércio de produtos esportivos. Tampouco têm “um programa de defesa ou restauração da ordem tradicional das coisas tal como deveriam ser”, como supostamente teriam os bandidos sociais ou os camponeses fora-da-lei (Hobsbawn, 1963¹⁵⁶) Não são reformistas, nem revolucionários. Não lutam por relações mais justas entre pobres e ricos, fortes e fracos. Suas ações podem ser interpretadas como uma revolta individual contra as condições adversas sob a forma de recusa ao trabalho destinado à população pobre, assim como a participação num dos mais rendosos comércios de que se tem notícia no mundo capitalista. (Zaluar, 2000: 165-166)

Magrão apresenta uma trajetória bem mais contestatária e afiada com as noções de direitos e cidadania, em oposição à revolta individual que marcou seu passado. Sem negar as desigualdades sociais e elegendo como público-alvo central de seu trabalho crianças e jovens pobres que precisam de uma referência de masculinidade ausente na família (seja por motivo de prisão ou problema de saúde), ele desenvolveu uma habilidade pouco comum no universo estudado: ele se mistura, passeia entre as classes sociais, bem como elege suas prioridades com base na igualdade. Percorrendo vários universos sociais, ele não apresenta o perfil revoltado contra os menos vulneráveis (ou os mais ricos), comum entre alguns grupos organizados que apresentam uma visão do mundo dividida entre dominantes e dominados. Tampouco abandonou o fato de que “Magrão é favela”, o que implica em uma postura ativista em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente e na crítica quanto ao uso de estereótipos criminalizadores. Nessa trajetória, entre o mundo do crime e o ativismo político, visões dicotômicas da sociedade se rompem, sem que a desigualdade seja desconsiderada.

3. “O lado do policial”: entre o mocinho, o bandido e o “sistema draconiano”.

Ao longo da pesquisa de campo, poucos foram os policiais militares que se dispuseram a colaborar como entrevistados, conforme indiquei na Introdução deste

¹⁵⁶ HOBBSAWN, Eric. 1969. *Bandits*. Londres: Weindenfeld & Nicholson.

trabalho. Aqueles que entrevistei atuam em hierarquias mais altas da Polícia Militar¹⁵⁷ e comandam homens e mulheres posicionadas como praças. Estes últimos, embora estejam mais próximos da comunidade, realizando o trabalho “de ponta” e “combatendo” o crime, não participam dos Consegs. Nesse sentido, ao tentar ouvir o “lado da polícia” a pesquisa acabou por apreender “o lado” de uma parcela dos PMs – notadamente os mais preparados para reproduzir o discurso oficial da Polícia.

Um dos temas centrais das entrevistas foi o desempenho de policiais na ordem extralegal conjugada com a visão de mundo dos policiais. A capacidade do policial para explicar e dar sentido à sua conduta reflete uma interpretação nativa baseada em uma separação entre o que é prescrito e o que é praticado (Muniz, 1999: 15). Dentro desse estoque de conhecimento nativo residem os sentidos atribuídos pelos agentes para confrontar o imaginário negativo da população sobre a polícia – vista, muitas vezes, como perpetradora da violência – e as representações que os agentes fazem de si mesmos a partir da prática concreta de suas atividades. Essa temática não poderia deixar de ser abordada tendo em vista o grande peso que a literatura brasileira tem dado ao assunto. Parte da literatura sobre as polícias tem chamado a atenção para o imaginário popular sobre esses agentes (Zaluar, 2000; Adorno, 1997 e Cardia, 1997), outra parte, menos representada em termos de produção bibliográfica, trata das representações dos próprios policiais sobre o cotidiano de suas atividades (Muniz, 1999 e Mingardi, 1992). As pesquisas têm registrado a incapacidade do Estado em garantir a segurança dos cidadãos e proteger seus bens materiais e simbólicos, o perfil institucional autoritário das Polícias¹⁵⁸ e o uso de critérios estereotipados para abordar os suspeitos (Silva, 1997). Além disso, chamam atenção para o *ethos* complexo que permeia o trabalho dos policiais no que se refere às imagens que fazem sobre a sociedade e sobre si mesmos (Muniz, 1999), até os mecanismos de corrupção na Polícia Civil (Mingardi, 1992).

¹⁵⁷ A hierarquia interna da Polícia Militar é dividida entre as patentes **Praças e Oficiais**. Os Praças são (em ordem decrescente): Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão e Tenente. Oficiais são: Sub-Tenente, Sargento, Cabo e Soldado.

¹⁵⁸ De acordo com Adorno, “O que os estudos vêm apontando com certa insistência é o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais. Os policiais são percebidos como pessoas que aplicam a lei de modo pouco satisfatório. A organização policial tornou-se uma organização complexa, afastada das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública.” (Adorno, 1997: 02)

Tenente Solange, branca, aproximadamente 40 anos, casada, esteve disposta a interpretar o imaginário negativo da população em relação à polícia a partir de sua posição dentro da PM – mulher, branca e profissional de alta patente. Em um intrincado conjunto de sentidos e significados atribuídos à conduta policial, esses agentes aparecem como perpetradores e vítimas da violência.

Eu a conheci em uma reunião do Conseg Sapopemba, em um momento de troca no comando na PM. Sua participação foi breve, mas marcante para a pesquisa. A maneira como me aproximei dela foi pouco habitual: uma interação leve, olho-no-olho, livre da desconfiança habitual que costumava marcar a relação com os policiais da periferia. Marcamos uma entrevista em seu gabinete, na PM. Após me identificar ao policial que estava no atendimento e ser informada que a Tenente se atrasaria por alguns minutos, aproveitei o tempo para ficar no pátio e observar discretamente os policiais. Como eles sabiam que eu era “da universidade”, não tardou muito para eu ouvir comentários de um grupo misto de policiais (homens e mulheres) sobre a discrepância entre a “teoria” e a “prática” na polícia. Tal distinção se configura como um dos elementos marcantes da “cultura policial de rua” da PM (Muniz, 1999). Mais tarde, Tenente Solange revelaria mais elementos dessa cultura particular, em uma conversa não gravada na qual narrou sua história de vida e falou sobre os dilemas da atuação policial, as relações de gênero dentro da PM, os mecanismos de controle externo das Polícias, a relação com as entidades de direitos humanos e a atuação do PCC (Primeiro Comando da Capital) nos ataques ocorridos em 2006.

Sua história de vida e trajetória profissional estão ligadas à Polícia e à violência. Seu avô foi policial militar e atuou na então Guarda Civil da PM, na década de 1930, tendo realizado patrulhamento na avenida Paulista em uma época em que *os militares eram respeitados e as mulheres andavam de luva pela cidade*¹⁵⁹. Na década de 1980, ela perdeu um irmão de 19 anos, vítima de latrocínio, morto por *um menor que acabara de completar 15 anos*. Cinco anos após a morte do irmão, Solange abandonou o trabalho de bancária e decidiu submeter-se ao exame de ingresso na aeronáutica. Na década de 1990, ingressou na turma de oficiais da Academia Barro Branco. Atuou no CETREM (Centro de Triagem e Encaminhamento) e no RPFEM (Rádio Patrulha Feminina), ligados ao CPFEM –

¹⁵⁹ Conversa transcrita, DC 07/2006.

Comando de Policiamento Feminino¹⁶⁰. Atuou muito próxima do SOS Criança e da Delegacia da Mulher.

Durante seu tempo na PM, ela acompanhou diversas mudanças e avaliou que *a polícia é cada vez mais inteligente, melhorou com cursos de reciclagem, cada vez mais técnica e com a padronização das ocorrências que ajudam a mensurar falhas*. Ao mesmo tempo, o imaginário negativo da população sobre as polícias seria resultado de um *militarismo mal aplicado*. Sem negar as arbitrariedades dos policiais, ela sugeriu uma explicação voltada para a “índole da pessoa” e o uso da violência com base na natureza humana, que seria aplicado, sobretudo, por agentes masculinos. Corrupção e arbitrariedade seriam fraquezas do ser humano, potencializadas pelos baixos salários. *A polícia ganha muito mal. A fraqueza de caráter é do ser humano, tem que ser muito forte para não se corromper*. Embora pequena parte desses policiais esteja envolvida em atuações extralegais, os policiais masculinos são mais inclinados a empregar abordagens *menos sensíveis* e mais enérgicas, que poderiam resultar em morte, se comparados às policiais femininas. A “natureza humana” combinada aos baixos salários e recursos materiais escassos estariam funcionando como incentivos para o comportamento extralegal. A Tenente abordou outros temas que desvelam uma ordem cultural e simbólica no desenvolvimento do “*ethos* do policial”. Nesse ponto reside uma explicação complexa que, de certa forma, aproxima o “*ethos* masculino” do policial (Muniz, 1999) e o “*ethos* guerreiro” dos jovens bandidos (Zaluar, 1994 e 2000).

De acordo com a Tenente, haveria discrepâncias entre os sonhos criados quando do ingresso na carreira e a realidade do trabalho policial. O imaginário do policial recém admitido na carreira giraria em torno da figura do herói investido de poderes para sanar o mal e fazer brotar o bem. Enquanto esses aspirariam conquistar a admiração da sociedade, da família e da vizinhança – o que incluiria a admiração das mulheres mais bonitas do bairro –, os policiais, com certo tempo de corporação, desenvolveriam um sentimento de inferioridade, desmotivados diante do *status* dos bandidos junto à comunidade (e junto às mulheres). De fato, os jovens infratores parecem exercer um fascínio entre as jovens mulheres da comunidade, que valorizam a condição de “segundas-damas” do tráfico. Essa

¹⁶⁰ A Polícia Feminina Militar foi criada em 1951, com Jânio Quadros, quando as mulheres atuavam a pé, no trabalho de acompanhamento do trânsito. Em 2000, o CPFEM é integrado com os demais Comandos.

rixa entre *mocinhos* e *bandidos* pela admiração e conquista sentimental de garotas bonitas, parece compor mais um elemento que policiais e traficantes compartilham. Na construção do “policial de verdade”, que abandona os manuais de formação e aprende na prática, esse campo sentimental do fazer policial parece contribuir para uma “visão desencantadora da vida urbana contemporânea”, “alimentado por pressões morais exercidas sobre os policiais” (Muniz, 1999: 19 e 20). Em pesquisa sobre o cotidiano e a cultura dos PMs do Estado do Rio de Janeiro, Muniz constata um *ethos* masculino amparado em preceitos morais em que as noções de bem e mal convergem para o trabalho “na rua”, servindo de crivo, também, para todas as práticas da vida social. De acordo com a Tenente, há disparidades entre os policiais ingressantes, orgulhosos da corporação e de seu dever em servir a comunidade, e aqueles que estão na rua e que se sentem desmotivados diante da alta-conta que os bandidos têm junto às meninas. Pelo que ela relata, portanto, os *mocinhos* se sentem desvalorizados quando os *bandidos* vencem nesse “combate sentimental”.

A visão do bem e do mal, como indica Muniz, também reflete na prática da suspeição – “uma forma útil e existencialmente sofrida de olhar o mundo social” (op. cit.: 20). Em concordância com as opiniões do Tenente mencionado no capítulo 2 sobre a falta de valores morais entre jovens (*Só dando tapa do pé da orelha pro jovem parar de falar*), Tenente Solange afirmou que os policiais são recebidos com tom desafiador quando realizam abordagens policiais. Tais abordagens seriam mais enérgicas em virtude do tráfico de drogas que, segundo ela, é uma empresa que recruta jovens menores de idade como distribuidores e olheiros nas bocas de fumo. Durante essa narrativa, impressionava-me o fato da Tenente explicar o ingresso de jovens no mundo do crime tal como analisado por Zaluar: não como denúncia das desigualdades (embora essas existam), mas em conformação com valores difundidos pela sociedade de consumo, ainda que o sucesso dessas “empresas” em recrutar jovens esteja nas precárias condições e oportunidades socioeconômicas e culturais destes em relação aos jovens da classe média e alta. Os jovens pobres sofrem, em sua opinião, com o desemprego e a falta de opções, em comparação com *lugares nobres onde as crianças estão ocupadas*. As organizações criminosas, como o PCC, *fornece trabalhos que acabam dando mais dinheiro que qualquer outro*, motivo pelo qual os jovens são recrutados com facilidade.

No entanto, mesmo reconhecendo que a falta de estrutura, opções e, sobretudo, de valores, não são traços exclusivos das favelas, são os jovens pobres que mais sofrem com as abordagens policiais. Estudos realizados sobre os jovens e a delinquência em perspectiva sociológica (Adorno, Lima e Bordini, 1999) também indicaram importantes constatações no que se refere ao perfil dos jovens delinquentes, sustentando, por exemplo, a tendência de inserção de jovens em gangues e quadrilhas, ao mesmo tempo em que indicam um processo de diversificação na composição dos grupos que contribuem para a delinquência juvenil, incluindo jovens de diferentes classes sociais (como verificado no Distrito Federal); além do predomínio de rótulos e estigmas reproduzidos pela sociedade e as instituições encarregadas do controle social. De acordo com esses últimos autores,

(...) pode-se sustentar a inexistência de quaisquer evidências indicativas de que atributos como gênero, etnia, idade, ou naturalidade ou outras socialmente adquiridas, como escolaridade e atividade ocupacional, tornem uns mais propensos à delinquência que outros. No entanto, alguns desses atributos, quando combinados entre si, estimulam no imaginário coletivo a constituição de tipos humanos considerados perigosos à paz social e à ordem pública. (...) Tudo indica que alguns indivíduos, pertencentes a grupos sociais determinados – como negros e migrantes – são mais vulneráveis do que outros ao arbítrio punitivo. Entre os pobres, há, portanto, aqueles potencialmente criminalizáveis, aqueles para os quais não há imunidades que sirvam de defesa contra o funcionamento viesado dos aparelhos responsáveis pela contenção da criminalidade” (Adorno, Lima e Bordini, 1999: 29).

Tudo indica que a prática da suspeição tem se tornado cada vez mais complexa. Essa prática mistura estereótipos aprendidos nos treinamentos policiais e o combate dos bandidos (uma espécie de *alter ego* dos policiais), com novos padrões de suspeição. Policiais Militares já se deram conta que suspeitos podem estar *de terno e gravata* ou ter *olhos azuis*, como disse um policial no encontro do Conseg. Esse discurso de “suspeição generalizada” a partir do qual qualquer um pode ser suspeito, é utilizado quando moradores pedem para que policiais diferenciem trabalhadores e bandidos, como fez um PM em reunião no Conseg:

Morador: Eu vou para a fábrica de moto (...) e muitas vezes fui abordado e eles [policiais] são agressivos, não olha se a pessoa está com roupa de trabalho, com roupa de graxa. Eles põem no muro, vão e não querem saber se é um cidadão de 53 anos... Eu me sinto ofendido. O comportamento é esse. Você não pode ter um tratamento com todo o mundo igual. Só de olhar, sabe que é trabalhador.

Policial: Discutir se a pessoa é boa ou ruim é muito difícil. Tem muito bandido de paletó; boa vizinhança; bom porte, olhos azuis. [Ele narra uma situação onde um *meliante* estava bem vestido e roubou um banco]. Ninguém ia saber que seria um meliante.

Flávia, Diretora da Escola: Tem que respaldar a confiança na Polícia e na Escola. (...) Meninos de 12 anos peitam o policial.

Outro Morador: É porque eles têm os direitos humanos do lado deles. [DC, 09/2006]

Outro ponto fundamental para explicar a visão negativa da população em relação à polícia, na visão dos policiais, é a atuação das entidades de direitos humanos. Quando realizei a entrevista, em 2006, logo após os ataques do PCC em São Paulo, ouvi de Tenente Solange as mesmas críticas e questionamentos presentes na visão de outros policiais: *Os Direitos Humanos entram para atrapalhar. Por que eles não podem trabalhar? Na hora que morre um policial, cadê os Direitos Humanos? Quando o bandido morre, eles vão, quando o policial morre, não vai ninguém.* Na mesma época, realizei entrevistas com ativistas do CEDECA Sapopemba, que disseram ter estado em Bases Comunitárias da PM para prestar solidariedade aos policiais. As informações eram desencontradas. Na prática, policiais se viam vítimas dos ataques diante de um Estado que não estava preparado para reagir aos ataques. Enquanto isso, os ativistas de entidades de direitos humanos se reuniam para discutir as mortes ocorridas no período, cujos laudos indicavam claramente para execuções sumárias promovidas por policiais. No discurso, os ativistas se colocam abertos a uma comunicação com a Polícia, e a Polícia se coloca disposta a dialogar com as entidades de direitos humanos. Tenente Solange detectou que havia *falta de comunicação*. *A Polícia não conhece a realidade dos Direitos Humanos e os Direitos Humanos não conhece a realidade da Polícia.*

Policiais Militares e Guardas Civis Metropolitanos, além de prenderem bandidos, prestam uma série de serviços à comunidade: atuam no trânsito, levam mulheres grávidas ao hospital e não raro atuam em projetos sociais. Nos encontros do Conseg, os policiais militares e guardas civis metropolitanos se mostraram muito mais afeitos a esses trabalhos do que os policiais civis. Mas, tudo indica, não há consenso entre os próprios policiais sobre a importância de trabalhos preventivos desenvolvidos pela PM (Bengochea et al., 2004). Soma-se a isso, a dificuldade na crença de uma polícia comunitária por parte dos ativistas comunitários que, vivenciando as tristezas coletivas causadas pela arbitrariedade, mostram-se incrédulos a esse tipo de trabalho, ainda que vários autores apontem para a

importância desse tipo de atividade (Beato, 1998 e Muniz, 1999, por exemplo), em que prevalece a visão de uma polícia orientada para a prestação de serviços à população.

Os policiais também elaboram uma visão de mundo em que os “problemas sociais” têm raízes na desigualdade social. Nada mais exemplar que os jargões *A Gente Enxuga Gelo* ou *Nosso Cobertor é Curto*, para sintetizar o sentimento de impotência dos policiais diante do crime organizado, do *jeitinho brasileiro* e à *lei de Gerson*; e da *perda de valores morais, de cumprimento de regras e de amor*, como disse Tenente Solange. A idéia de que os policiais são meros agentes do Estado, desprovidos de consciência e alienados pela disciplina militar não fornece subsídios para pensar o policial que pede à comunidade para pleitear no governo por ações sociais e urbanas que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade. A máxima de que *o problema é social, só que fica em segundo plano*¹⁶¹, é compartilhada por muitos policiais e guardas civis metropolitanos que participam dos Consegs. Alguns deles se permitem fazer críticas ao Estado e revelam um lado poucas vezes sublinhado: o medo.

Emblemático a esse respeito foi a fala de um Guarda Civil Metropolitano, também professor voluntário de capoeira, no contexto dos ataques do PCC, em 2006: *Todo mundo clama por segurança, sem saber que saímos de casa sem poder dar segurança a nossa própria família, porque o PCC quer ver a nossa caveira. Não temos o respaldo de nossas autoridades. (...) Não ganha nem R\$ 1.800,00, R\$ 2.000,00 que é um salário digno*¹⁶².

No que tange o imaginário dos policiais sobre suas atividades, creio que, frequentemente, ignora-se o que está prescrito nos manuais a favor da valorização do que é praticado nas ruas, o que acaba por comprometer a capacidade policial de atuar dentro dos marcos do Estado Democrático. As graves violações aos direitos civis, mesmo que não defendidas e não predominantemente difundidas pela corporação militar, têm indicado uma polícia sem controle. Baseados na “visão desencantadora do mundo” (Muniz, 1999), os excessos são justificados na prática, desafiando o próprio Estado Democrático de Direito. Por isso mesmo, seria pouco qualificar os policiais simplesmente como sujeitos alienados. Os policiais elaboram vivências, criticam instituições, incluindo as suas próprias. O que se

¹⁶¹ DC, 02/2007.

¹⁶² DC, supracitado

passa, como apontou um PM é que *O policial é treinado e deve obedecer a uma operação padrão. Quando há denúncia, ele sofre processo administrativo. O sistema interno é draconiano*¹⁶³.

Muniz (2006), ao analisar a concepção dos direitos humanos entre os policiais, observa que os Regulamentos Disciplinares da Polícia Militar do Rio de Janeiro funcionam como “uma espada apontada permanentemente contra as cabeças dos PMs”, contribuindo “para a cristalização de uma pedagogia opressiva, da qual se extraem lições dolorosas como as que ensinam que ‘a punição é motivação pra trabalhar’ ou que o ‘o PM é culpado até provar o contrário’” (Muniz, 2006: 67). Em outro artigo em que trata de um programa de policiamento comunitário em Copacabana e Leme (Muniz et al., 1997), na Zona Sul do Rio de Janeiro, a autora indica que o excesso de militarismo impõe estreita subordinação das Companhias aos Batalhões, que os policiais militares não têm liberdade para expressar suas opiniões e que punições são dadas não por ações delituosas, mas indisciplinas pequenas como não cortar o cabelo. A valorização exagerada da disciplina reforça a “tendência a homogeneizar e desqualificar o policial de ponta” (Ibid.: 205). Para os policiais, os direitos humanos não chegaram na polícia:

De acordo com a fala dos PMs de baixa patente, a ambicionada “chegada dos direitos humanos” se traduziria (...) na superação do chamado “excesso de militarismo”, cuja expressão mais crítica é o severo regime disciplinar amparado por normas e regulamentos draconianos. Muitos dos esforços empreendidos pelas lideranças e associações representativas dos suboficiais e praças voltaram-se para a busca de mudanças destas mesmas normas e regulamentos, quase sempre de pouco conhecimento do público. No jargão policial, isto corresponderia a reconhecer “os direitos humanos dos policiais” ou “ver também o lado dos PMs”. (Muniz, 2006: 67)

No Capítulo 2, mencionei a posição de Tenente Heleno, favorável ao *Tapa no pé do ouvido*, que em um dos encontros também se remeteu ao “sistema draconiano” ao falar sobre as dificuldades dos policiais no trabalho cotidiano.

No que se refere especificamente ao Conseg, o que se notou foi uma relação amistosa com os participantes do conselho de Sapopemba até o momento em que as entidades de defesa começaram a questionar os seus procedimentos – quando as ações

¹⁶³ DC, supracitado.

arbitrárias começam a ser narradas¹⁶⁴. Em Campo Belo, um Capitão entrevistado disse, *Nós, PM, estamos comprometidos com a defesa da vida*¹⁶⁵. A atuação dos policiais militares em Campo Belo mostrou-se mais próxima, inclusive no que se refere ao fornecimento de telefones dos policiais para os participantes dos encontros. Não é de surpreender, portanto, que os moradores liguem e não encontrem os policiais, pois a função da polícia não é priorizar as demandas de um público seletivo de moradores. A boa relação dos moradores de bairros mais abastados com a Polícia Militar e Polícia Civil também está relacionada com a ajuda financeira; os participantes do Conseg Campo Belo disponibilizaram doações de materiais para a reforma de uma delegacia, o que os moradores da periferia não podem fazer diretamente, senão através da colaboração de grandes redes de comércio (como supermercados) instalados em Sapopemba.

De toda a forma, os policiais responsáveis pela Coordenadoria dos Assuntos para os Consegs, que foram entrevistados no início da pesquisa, mostravam-se muito afinados com os princípios do policiamento comunitário, como indica essa passagem:

Policial: (...) você tem uma visão militarizada da segurança pública, você tem que enfrentar a violência com força armada. A solução do problema do Rio é fazer a Operação Rio, você colocar fragata na Baía da Guanabara, ocupar o morro com helicóptero, fazer forças especiais sobre o morro, plantar uma bandeira lá em cima, “Ah, o morro é dos traficantes”. “Não, agora não é mais porque nós temos a bandeira brasileira no topo do morro”. Isso não é solução para a segurança pública! E isso permeia não só a polícia militar, permeia também a polícia civil que também tem uma visão militarizada da segurança. Quando você pega, por exemplo, o pessoal do... você viu um cartaz que tá aqui embaixo? A matéria que tá aqui embaixo?

AP: Não.

Policial: Então veja aqui no térreo a foto que se usa como referência. Eu acho assim, uma foto da polícia civil é uma investigação bem sucedida e não um helicóptero mostrando o pessoal fazendo rapel ou descendo de ponta-cabeça com capacete e macacão preto. Isso não é tarefa da polícia de investigação no judiciário, isso é uma visão de militarização da segurança, é uma força armada e adestrada para o enfrentamento que vai resolver o problema da segurança pública no Brasil, no entender dessa linguagem.

AP: Eu vi que o senhor aposta bastante na integração da política social.

Policial: Claro, lógico. (...) E esse fenômeno também está permeando as guardas municipais.

AP: A militarização?

Policial: A militarização, tranquilo! Eles fazem, eles têm toda uma estética militar, fazem formatura, parada de incorporação de bandeira, os desfiles de 9 de julho e de 7 de

¹⁶⁴ Ver Capítulo 2.

¹⁶⁵ Entrevista não gravada a pedido do policial. DC, 12/2007.

setembro, prestam continência, tem toda uma estética militar também, faz tropa de choque.
[Entrevista 18]

Interessante notar que essa entrevista foi dada por um oficial da PM, mas poderia ser de qualquer integrante do movimento de direitos humanos, compreendendo os ativistas locais ou supralocais, acadêmicos ou técnicos do judiciário. Ao longo da entrevista, o policial abordou a questão da sindicalização dos policiais e os “bicos”, cuja *vista grossa* dos comandos é flagrante e justificada pelos baixos salários, além de um tema dos mais relevantes para os ativistas com trajetória na Teologia da Libertação: o modelo de Operações Policiais que tem sido colocado em marcha nos últimos anos e que impõe dúvida quanto à eficiência/eficácia das grandes operações policiais, assunto que será abordado no próximo capítulo.

Atualmente, no contexto do mais recente Plano Nacional de Segurança Pública para o Brasil, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), ativistas de entidades de direitos humanos e policiais têm concordado que a militarização da Polícia Militar deve ser revista. Em meu último campo de pesquisa, realizado em julho de 2009 durante um encontro para eleger representantes da sociedade civil e das polícias para a participação da I Conferência Nacional de Segurança Pública, a ser realizada em Brasília, um dos pontos de acordo entre os atores era a “desmilitarização da Polícia”.

*

Neste capítulo, analisei a condição contingente das categorias prostitutas, jovens infratores e policiais. A partir dos casos de Jaqueline e Lurdes, Tony, Felipe, Magrão, Tenente Solange e outros policiais, as análises permitiram recontextualizar a imagem idealizada que essas categorias assumem no contexto político descrito nos capítulos anteriores. A meu ver, os discursos reproduzidos nas cenas políticas dos Consegs frequentemente essencializam as categorias consideradas agentes da insegurança. Como mencionei ao longo deste capítulo, as vozes desses sujeitos apontam para redes de relações e vivências complexas que, não necessariamente, corroboram as imagens que os “outros” fazem sobre eles.

Capítulo 5

Tramas na resolução dos problemas

A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos do Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste... Sabe-se muito bem que não são os governos que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado” etc... é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (Foucault, 2006:75).

Nos capítulos anteriores tratei de descrever a maneira como as visões conflitantes sobre “a violência” e “os agentes da insegurança” (incluindo eles próprios) estão imersas nas experiências cotidianas dos moradores. O “problema social”, que é uma expressão empregada de maneira unânime, esconde nuances que perpassam recortes de classe, gênero, etnicidade, geração e, às vezes, religião. A violência, como sugere Wieviorka (1997), não é apenas um conjunto de práticas objetivas, mas um “predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos” (Ibid.: 07). É dessa forma, por exemplo, que a expressão êmica “problema social” pode se revestir de explicações que procuram sua gênese no racismo da sociedade brasileira, ou nas políticas governamentais que tratam o pobre como “coitadinho do sistema”. É dessa forma também que o perpetrador da violência aparece como vítima incondicional do sistema ou como bandido irrecuperável, desprovido de valores morais socialmente valorizados. Os dados desta pesquisa permitiram verificar que o “poder social” de definir *o que é violência, quem são os perpetradores e como solucionar o problema* está diretamente relacionado com os “lugares” a partir dos quais cada ator se pronuncia, e das relações de aproximação e distância que se formam nos espaços sociais (Bourdieu, 1991). Isto é, a maneira como

cidadãos produzem suas narrativas, opiniões e atuações, está diretamente relacionada com os contextos sociais em que estão imersos. Essas narrativas são projeções discursivas que têm relação com o modo como as pessoas se posicionam no mundo através das regras e organizações sociais, que podem ou não circular como legítimas (Briggs, 2007)¹⁶⁶. Daí que suas histórias de vida e trajetórias profissionais são relevantes para compor os dilemas para que se chegue a consensos sobre como conter a “violência” e as disputas a respeito da definição de políticas públicas na área.

Neste capítulo, meu objetivo é descrever e analisar as tramas institucionais que comprometem a formulação e a execução de políticas de prevenção em São Paulo. Se vários dilemas se configuram para estabelecer um consenso sobre o que é violência e quem são os “agentes da insegurança”, também sobram idiossincrasias institucionais que, para além da burocracia e questão de infraestrutura, também se cruzam com os dilemas vividos no campo social e os marcadores de diferenciação mencionados. Aqui, reside mais um ponto aparentemente comum entre a população de todas as classes sociais que participam do debate público: “o problema é político”. Para alguns – moradores que participam do Conseg Campo Belo e Conseg Sapopemba –, o “problema político” se expressa na ausência de “lei e ordem”, apontando para uma sociedade anômica que precisa ser enfrentada com “firmeza” e “dureza” (Adorno, 1998)¹⁶⁷; para outros, o “problema político” se expressa na maneira como as polícias têm violado os direitos civis das populações mais pobres, tornando as políticas de prevenção suspeitas quanto à possibilidade de garantir a proteção de grupos vulneráveis e o policiamento comunitário. Ao apresentar esses “dois

¹⁶⁶ Charles Briggs (2007) chama de *communicability* o processo em que as narrativas podem ou não circular em determinados contextos, espaço e tempo: “My point is not that discourse moves between fixed points in a linear fashion; indeed, discourse pragmatics do not operate in such a simple fashion. In accepting communicable cartographies, however, we accept particular spatializing and temporalizing practices, recognize specific sets of spaces and temporal contours, and define ourselves in relationship to them. Finally, this process is powerful, shaping and contestable; in spite of their basis in material and institutional inequalities, communicable maps achieve effects as people respond to the ways that texts seek to interpellate them—including by refusing to locate themselves in the positions they offer, critically revising them, or rejecting them altogether. As they receive a text, people can accept the communicable cartography it projects, accept it but reject the manner in which it seeks to position them, treat it critically or parodically, or invoke alternative cartographies” (Ibid.: 556).

¹⁶⁷ Uma das consequências das “demandas de lei e ordem na sociedade contemporânea” – fruto da insegurança e do medo – são propostas liberais para o reforço de leis mais duras. Para uma discussão dessas propostas liberais, ver a crítica de Adorno (1998) sobre o trabalho *Lei e Ordem*, do sociólogo alemão Ralf Dahrendorf, publicado em 1985.

lados” da discussão pública sobre *como* resolver o problema, não pretendo simplificar uma questão que é das mais complexas. Nos capítulos anteriores, ao mostrar as heterogeneidades internas em bairros comumente chamados de “centro” e “periferia”, tentei indicar os múltiplos grupos que compõem esses espaços caracterizados por hierarquias sociais. De forma que, na verdade, esses “dois campos de luta” expressam posições diversificadas que estão assentadas em diferentes relações de aproximação e distância no campo social.

O novo paradigma governamental na área da segurança pública valoriza a participação das organizações da sociedade civil na discussão e condução dos assuntos de segurança, assim como o estreitamento dos laços entre polícia e comunidade. Vários são os dilemas impostos à consecução desse modelo. Em primeiro lugar, palavras como “participação”, “sociedade” e “Estado” são frequentemente usadas para conotar a importância das interações na construção de políticas públicas de segurança em torno de um “pacto pela paz”. Como tratei anteriormente, “a sociedade” é multifacetada e feita de hierarquias e clivagens sociais; assim como as polícias tendem a tratar diferentemente cidadãos moradores de bairros pobres e ricos. Em segundo lugar, qualquer programa que venha a privilegiar as interações entre sociedade civil e Estado deverá levar em conta não apenas os diversos grupos que compõem “a sociedade”, mas também suas opiniões divergentes de como o Estado deve conceber o controle social, incluindo o controle da ordem pública via estratégias policiais de dissuasão do crime através do policiamento comunitário.

O campo das instituições envolvidas no debate sobre a segurança é exemplar para indicar uma situação em que posições em relação aos marcadores de diferenciação e as “verdades” específicas de cada ator, voltam para compor um cenário complexo de disputas pelo poder de definir a política. Visões conflitantes sobre “a violência” e “o perpetrador” ressurgem no campo institucional, inclusive entre atores que se consideram progressistas do ponto de vista dos direitos humanos. O resultado são ações fragmentadas, entraves para estabelecer diálogos entre as instituições e dificuldades para maximizar esforços que, em princípio, seriam coletivos. O quadro geral das políticas públicas de segurança é de ausência de estratégias claras, sistêmicas e coordenadas na área, bem como as disputas de natureza pessoal, política e ideológica que configuram situações de “tramas institucionais”

(Gregori, 2000). Envolvidos nessa trama, os atores que deveriam trabalhar juntos para resolver o “problema social da violência” refletem interações conflituosas que impedem o desenvolvimento de procedimentos claros e soluções efetivas.

No contexto de avanços produzidos no governo federal, em que o PRONASCI é o mais atual¹⁶⁸, das recomendações internacionais e das várias experiências bem sucedidas em municípios e estados do Brasil, nunca houve um programa de prevenção da violência em São Paulo, a despeito das experiências pontuais bem sucedidas que têm sido avaliadas pela literatura¹⁶⁹. Nesse cenário, falta de articulação sistêmica entre os Sistema de Segurança, Sistema de Justiça e Sistema de Proteção Social para o desenvolvimento de ações claras no âmbito da prevenção da violência. Grande parte dessa dificuldade está relacionada com a ausência de propostas por parte dos poderes públicos, mas outra parte considerável está nas divergências entre os atores envolvidos na área quanto às formas de conceber o papel do Estado no controle social. Nesse domínio reside o dilema central das políticas públicas de prevenção da violência e sua proposta de aliar proteção de grupos sociais vulneráveis e a atuação policial em áreas pobres.

Essas tramas serão abordadas a partir de três eventos que foram objeto de etnografia ao longo da pesquisa de campo: o desmanche da SMSU, as *Operações Saturação* e a formação de uma *Comissão Independente e Mista* para acompanhar as

¹⁶⁸ Em 2007, já no segundo mandato do governo Lula, foi anunciado o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania, criado a partir da Medida Provisória 384. O programa reitera a máxima anunciada desde o governo FHC de que ações combinadas nos três níveis de governo devem ser dirigidas para ações de proteção social que visam assegurar os direitos, e ações policiais para prender e punir. O PRONASCI está subdividido em “Ações Estruturais” e “Programas Locais”. As “Ações Estruturais” são divididas nos eixos **Modernização das instituições de Segurança Pública:** a) Força Nacional de Segurança Pública; b) Polícia Rodoviária Federal; c) Vagas em Presídios; d) Lei Orgânica das Polícias Civis, e) Regulamentação do SUSP; f) Lei Maria da Penha; g) Escola Superior da Polícia Federal e h) Campanha do desarmamento. **Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários:** a) Bolsa-formação; b) Moradias; c) Rede de Educação à Distância; d) Graduação e Mestrado; e) Formação dos agentes penitenciários; f) Atendimento a grupos vulneráveis com a formação de agentes de segurança para o respeito dos direitos de “minorias”; g) Jornadas de direitos humanos; h) Tecnologias não letais; i) Comando de Incidentes; j) Inteligência; l) Investigação de Crimes; m) Guardas Municipais e n) Policiamento Comunitário. **Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado:** a) Laboratório contra lavagem de dinheiro; b) Ouvidorias e corregedorias; c) Tráfico de Pessoas. Os “Programas Locais” são divididos entre *Território de paz:* a) Mães da Paz; b) Saúde da Família; c) Formação do preso; d) Pintando a liberdade e pintando a cidadania. *Segurança e Convivência:* a) Urbanização; b) Projetos Educacionais e c) Atividades Culturais. (cf. Soares, 2007)

¹⁶⁹ No bairro Jardim Ângela, com a participação da ONG Sou da Paz, o NEV/USP, o poder público e a comunidade; Diadema com o apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Instituto Fernand Braudel, o ILANUD e a ONG Sou da Paz, em conjunto com o poder público (Miraglia, 2006).

investigações dos ataques do PCC em 2006. Em todas elas, é o desempenho das polícias nas áreas pobres e a violação dos direitos individuais que estão no centro do debate institucional. Uma experiência de prevenção da violência desenvolvida em Belo Horizonte também é incluída nessa investigação, na medida em que ela é exemplar para indicar o desafio de políticas de prevenção da violência em territórios vulneráveis: diminuir as arbitrariedades policiais, implementar o policiamento comunitário e aumentar a oportunidade de jovens de forma a oferecer alternativas à “vida do crime”.

1. Conselhos Paralelos e o Desmanche da SMSU

No contexto do primeiro mandato Lula, quando a pesquisa de campo sobre as experiências de participação da sociedade civil nos Conselhos Comunitários de Segurança foi iniciada, a cidade de São Paulo apresentava duas experiências conselhistas. Através delas, os moradores, policiais e técnicos do poder público teriam a responsabilidade de diagnosticar seus problemas e definir planos de ação. A primeira proposta de atuação, e mais antiga, eram os Consegs, criados por Franco Montoro (PSDB), ainda atuantes e sob responsabilidade do poder público estadual através da SSP (Secretaria de Segurança Pública), amplamente descritos nos capítulos anteriores. A segunda, eram as *Comissões Civil Comunitárias*, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal e coordenação da SMSU (Secretaria Municipal de Segurança Urbana). Entre 2002 e 2004, a cidade de São Paulo apresentou ausência de diálogo ou articulação de ações, resultando em significativo paralelismo de espaços de discussão sobre os problemas da insegurança.

As *Comissões Cíveis Comunitárias* tiveram início em novembro de 2002, quando foram instituídas como programa de governo da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo (SMSU) criada na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT). O programa instituiu Comissões Cíveis Comunitárias em cinco regiões político-administrativas da cidade, M’Boi Mirim, São Miguel, Sé, Vila Prudente/Sapopemba e Ermelino Matarazzo, com o objetivo de implementar ações locais de segurança capazes de reduzir a violência e os altos índices de criminalidade em bairros pobres da cidade. O Programa pretendia trabalhar numa perspectiva que envolvia parâmetros afinados com o I Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula, entre os quais que “a segurança urbana se constrói

aliando a atuação preventiva e comunitária da Guarda Civil Metropolitana a políticas públicas sociais e urbanas” (Documento SMSU, s/d). A SMSU era a responsável pela implementação do programa, estabelecendo canais de comunicação com as secretarias da administração municipal, através de um *Conselho Interdisciplinar Consultivo* – uma espécie de núcleo gestor de políticas que envolviam setores como “Saúde, Educação, Subprefeituras, Esportes, Habitação, Ilume, Jovens, Mulheres...” – e com representantes das comunidades que apresentassem os critérios de “altos índices de exclusão social; altos indicadores de violência criminal e alta sensação de insegurança” (Doc. SMSU, s/d). O programa parecia inovador porque pretendia estabelecer ações focalizadas nos territórios mais vulneráveis; apontava para a necessidade de conectar direitos humanos e policiamento comunitário, envolver a participação das organizações civis diretamente ligadas aos direitos humanos e valorizar a articulação de uma série de pastas para garantir a proteção social em áreas cuja “dimensão de privação” é grande.

A pesquisa de campo foi iniciada sob “pressão” da transição administrativa do município de São Paulo (2001-2005 e 2005-2009). Investiguei de forma exploratória as diretrizes do *Programa Comissões Cíveis Comunitárias*, uma vez que contatos prévios com os funcionários da SMSU indicavam a possibilidade da extinção do programa, o que se confirmou meses mais tarde com a mudança de governo (Marta Suplicy – José Serra). Ao tentar compreender o universo de atores da sociedade civil vinculados a esses espaços, bem como a prática concreta das experiências, a dificuldade encontrada foi a paralisação total das atividades da SMSU. As atividades das *Comissões Cíveis Comunitárias* foram interrompidas enquanto os técnicos da prefeitura aguardavam o encaminhamento da nova gestão municipal sobre a continuidade do programa¹⁷⁰. O resultado mais contundente desse acompanhamento para a pesquisa foi um só: a descontinuidade das ações.

Em janeiro de 2005, a sala do *Programa Comissões Cíveis* estava lacrada com fitas amarelas, como essas que se usam para vedar cenas de crime. Tratava-se de um procedimento para preservar os documentos e evitar que eles sumissem, de modo que a nova administração pudesse avaliar a pertinência do programa. Foi possível ter acesso às

¹⁷⁰ No contexto de transição, estabeleci contato com os funcionários da SMSU responsáveis pela *Comissão*, realizei duas entrevistas, mapeei as instituições participantes em cada uma das *Comissões* e participei de um fórum de discussão em Vila Prudente/Sapopemba, além de visitar uma escola em São Miguel Paulista.

diversas pastas, organizadas por áreas da Comissão, com as listas de presença das reuniões. Uma advogada me acompanhou gentilmente na revista dos arquivos, enquanto um Guarda Municipal esperava na porta. Optei por recolher a primeira e a última lista de presença das reuniões de cada Comissão, estratégia que permitiu um balanço mínimo - ainda que incompleto - dos temas, instituições e pessoas assíduas aos encontros¹⁷¹, bem como aquelas que deixaram de frequentar os fóruns das Comissões.

A disputa entre Consegs e Comissões Cíveis era clara nesse primeiro levantamento. Na primeira reunião das Comissões Sé e M'Boi Mirim, estavam presentes representantes de Consegs, que não apareceram na última lista - o que poderia indicar, mesmo que hipoteticamente, a ausência de relação entre as duas experiências conselhistas na cidade de São Paulo ou, mais precisamente, um momento de ruptura em que representantes das Comissões e dos Consegs decidiram não compartilhar a mesma experiência. Não houve tempo para identificar as interações entre os atores que estavam envolvidos nessas experiências. As Comissões Cíveis Comunitárias foram extintas, assim como a Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

No primeiro ano da gestão de José Serra (PSDB) como prefeito de São Paulo (2005), a SMSU deixou de ser uma secretaria e passou a ter *status* de coordenadoria. Em 2007, o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança foi instituído por decreto¹⁷², com os objetivos de estabelecer diretrizes e prioridades para o Plano Municipal de Segurança, coordenar o PRONASCI no município, definir prioridades para a qualificação de guardas cíveis metropolitanos, entre outros¹⁷³. Há uma série de programas criados por este Gabinete de Gestão, entre os quais o *Programa Virada Social - Qualidade de Vida com Cidadania*, que será tratado adiante, e um programa para o aperfeiçoamento dos Consegs, cuja

¹⁷¹ Ver Anexo 2 para informações sobre os temas discutidos, encaminhamentos realizados e parcerias firmadas em cada um dos Núcleos do *Programa Comissões Cíveis Comunitárias*: **Sé** (Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Sé, Bela Vista e Cambucí); **São Miguel**; **M'Boi Mirim** (Jardim Ângela e Jardim São Luiz); **Sapopemba/Vila Prudente**; **Ermelino Matarazzo** e **Cidade Ademar**.

¹⁷² Decreto 49.071/2007. Regimento interno aprovado pelo Gabinete de Segurança foi publicado no Diário Oficial em 04 de abril de 2008, pela Resolução GABSEG1/2008.

In: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/seguranca_urbana/2008/06/0006. Acesso em 06/2009, conferido em 13/08/2009.

¹⁷³ In: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/seguranca_urbana/2008/06/0006. Acesso em 13/08/2009.

explicação sumária que consta no *site* da Prefeitura Municipal não deixa clara as ações a serem realizadas para tal aperfeiçoamento¹⁷⁴. É provável que a gestão Serra tenha avaliado que a experiência dos Consegs e das Comissões eram parecidas e que outras linhas de intervenção deveriam ser seguidas.

Apenas recentemente, em janeiro de 2009, o poder público municipal decidiu reestruturar uma Secretaria de Segurança Urbana digna dos problemas que a cidade enfrenta¹⁷⁵. Isso significa que a cidade de São Paulo passou quatro anos sem ações sistêmicas e sem recursos específicos destinados a promover ações no âmbito da prevenção primária, secundária e terciária de forma integrada¹⁷⁶, revelando ausência de “agentes

¹⁷⁴ Os programas são: **Revitalização dos Conselhos Comunitários de Segurança**, aprimorar experiências bem sucedidas de Consegs nas ações preventivas junto à comunidade buscando reduzir as condições de vulnerabilidade. **Programa Virada Social**, sob coordenação da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Subprefeituras, tem o objetivo de integrar ações do Estado e Município para a promoção da convivência e ocupação dos espaços públicos, a partir do diagnóstico dos problemas locais. **São Paulo em Paz**, convivência e ocupação dos espaços públicos nas comunidades, para a prevenção e redução da violência nos bairros Brasilândia, Grajaú, Lajeado, Jardim São Luis e Jardim Ângela. **São Paulo pela Vida**, integra ações da Secretaria de Segurança Pública e as Subprefeituras com foco na redução dos índices de homicídios em 11 áreas vulneráveis: Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Mirna, Jardim Miriam, Jardim Imbuías, na Zona Sul, São Mateus, Itaim Paulista, Parque do Carmo na Zona Leste, Perus e Parada de Taipas na Zona Oeste e Jaçanã na Zona Norte. **Sistema de Monitoramento Eletrônico** para a instalação de câmeras em avenidas, corredores, terminais de ônibus, escolas, unidades de saúde etc. **Sistema de Telecomunicação Integrada**, modernização tecnológica para integração de sistemas de atendimento ao público por parte da GCM, Companhia Engenharia de Tráfego (CET), Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU), Bombeiros, SPTrans e Polícias Estaduais. **Formação e Requalificação Profissional dos Agentes**, ampliação de investimentos no Centro de Formação, nas parcerias com universidades e organizações especializadas. **Unificação das Bases Territoriais, a partir de estudos em andamento para compatibilizar** as áreas de atuação dos Distritos Policiais e dos Batalhões/Companhias da Polícia Militar com as bases territoriais das Subprefeituras e dos distritos administrativos da cidade. Há outros programas. Ver *site* da SMSU in:

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/seguranca_urbana/2008/06/0006. Acesso em 13/08/2009

¹⁷⁵ Em grande parte, o impulso da reorganização da SMSU se deve à garantia de recursos destinados aos municípios a partir do PRONASCI. De acordo com o *site* da Prefeitura de São Paulo: “Depois de quatro anos atuando como Coordenadoria Municipal, a **Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)** é reorganizada, em 16 de janeiro de 2009, pelo Decreto 50.388. (...). A partir de agora, passam a fazer parte da SMSU, os órgãos da Defesa Civil e da Junta Militar, bem como a já incorporada, Guarda Civil Metropolitana. Dentre as competências básicas da nova secretaria está a prevenção da violência, realizada mediante parceria com os demais órgãos públicos municipais. Por meio do estabelecimento de políticas públicas, diretrizes e programas de segurança articulados com o Gabinete de Gestão Integrada, pretende-se prevenir e diminuir a violência e a criminalidade do município. Para isso, serão estabelecidas ações, convênios e parcerias com entidades nacionais ou estrangeiras que exerçam atividades de interesse em segurança urbana.” In: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/seguranca_urbana/2009/01/0004. Acesso em 06/2009.

¹⁷⁶ As noções de prevenção primária, secundária e terciária foram originalmente construídas pela saúde pública e adaptadas à questão da violência. Entende-se por **Prevenção Primária**, ações dirigidas a toda a população de áreas mais vulneráveis para evitar que o crime ocorra; a **Prevenção Secundária** é dirigida aos grupos que merecem atenção prioritária em razão do risco de envolvimento com violência, como programas/projetos para jovens identificados a partir de faixa etária, local de moradia, condições

públicos aptos a implementá-la” e uma organização municipal segmentada em áreas que não atuam conjuntamente através de um plano comum para a violência (Soares, 2006: 96).

A experiência paralela das Comissões Cíveis caracterizou uma situação de disputa pelo formato mais legítimo de conselho e, menos, o intercâmbio de ações entre poderes públicos (municipal e estadual). A grande querela estava no protagonismo - ora das Polícias Estaduais, ora da Guarda Municipal -, em relação às forças policiais que deveriam ser encaminhadas para a interação com a comunidade. Daí resultava o posicionamento dicotômico daqueles que estavam “do lado” da Guarda Civil Metropolitana e aqueles que estavam “do lado” da Polícia Militar. Até certo ponto, isso se devia ao fato de que a primeira está subordinada ao município e a segunda ao Estado. Mas isso não implicava, necessariamente, na ausência de ações sistêmicas entre os diferentes níveis de governo.

As Comissões Cíveis eram compostas, obrigatoriamente, em cada região, pelo Inspetor da GCM (Guarda Civil Metropolitana), por representantes da subprefeitura, representantes de diversos setores da sociedade civil e moradores em geral. Como mencionado no Capítulo 1, a Coordenadoria Estadual dos Assuntos do Conseg é responsável pela homologação dos conselhos e exige a participação do Delegado de Polícia Titular da área e o Comandante da Polícia Militar do bairro, além de representantes de diversas instituições da sociedade civil e do governo municipal. A especificidade do *Programa Comissões Cíveis* estava, para além da GCM, na participação de entidades de direitos humanos com as quais a SMSU se esforçou para estabelecer contato antes mesmo da oficialização do programa e, por fim, na proposta de integrar as secretarias municipais para desenvolver ações sistêmicas, priorizando a territorialização das ações nos bairros periféricos mais vulneráveis.

Na visão dos formuladores que elaboraram as Comissões Cíveis Comunitárias, a necessidade da constituição de um conselho paralelo se desenhava da seguinte maneira: as “forças conservadoras” eram representadas pela Polícia Militar/classe média/poder público estadual, que formavam o bloco do “velho paradigma” e que reproduziam a política militarizada da segurança pública. As forças progressistas uniam a Guarda Civil

socioeconômicas etc; e **Prevenção Terciária**, ações dirigidas à reintegração de vítimas, agressores e suas famílias tais como penas alternativas e programas voltados para egressos do sistema prisional (Mesquita, 2004 apud Alves, 2008).

Metropolitana/movimentos de direitos humanos/poder municipal e representavam o “novo paradigma” a partir da polícia centrada na segurança cidadã, que alia proteção social ao direito à segurança. A questão que se colocava para os ativistas de entidades de direitos humanos de base era: como se relacionar com a polícia militar e a polícia civil que tradicionalmente infringem os direitos dos mais pobres, sobretudo dos jovens do sexo masculino? Como participar de espaços públicos onde o respeito aos direitos civis não é compartilhado?

As entidades de direitos humanos e da área da infância viam as Comissões como uma proposta “revolucionária e positiva”, que integrava a participação da Guarda Civil Metropolitana, ao contrário da Polícia Militar que “é a polícia que violenta o todo o tempo, que comete as violações de direito a todo instante”¹⁷⁷. Isso porque as Comissões Cíveis valorizavam a participação dos movimentos sociais e esboçavam forte crítica quanto à maneira como os policiais (cíveis e militares) e os participantes do Conseg concebiam o significado dos direitos humanos¹⁷⁸. Um segundo ponto é que as entidades como o CEDECA Sapopemba e o CDHS viam nas Comissões Cíveis a possibilidade de desenvolver um projeto pedagógico junto aos moradores para mobilizá-los para a participação nas discussões sobre a violência. Como disse Isabel,

Eu acho que outra novidade muito interessante é a questão didática, quando ela é implantada. A questão democrática e a participação de todos. O problema existe, mas a solução não vem de cima para baixo, a solução é encontrada dentro desse grupo, esse grupo é que discute... se elenca um número de problemas: iluminação, falta de segurança, a questão do mato, a questão da creche, os muros, como que isso está abandonado, os locais que estão mais isolados. Dentro de tudo que a assembléia trás, o quê que a gente vai atingir prioritariamente? O quê que a gente resolve primeiro, e como? Quais são as soluções pra esses problemas? Isso vai sendo discutido com o grupo, e isso é interessante porque não tem resposta mágica, as respostas que existem são sempre respostas a serem construídas, os caminhos ainda estão a ser construídos, cobrar do poder público, sim, porque é dever do poder público. Mas qual a participação da sociedade civil, além da cobrança do poder público que tem que ser feito? Então eu acho que esse processo pedagógico, ele é muito interessante e vem assim, a gente que participa vê como que os membros vêm crescendo nessa participação, nessa construção. É bem interessante. [Entrevista 1]

¹⁷⁷ Entrevista 1.

¹⁷⁸ Ver Capítulo 2.

A forma de funcionamento das Comissões Cíveis, como exposta no excerto acima, não difere dos objetivos do Conseg. Elencar problemas e reunir os moradores para cobrar do poder público e da sociedade civil o que lhes cabe são diretrizes das duas experiências conselhistas. No trecho abaixo, a ativista deixa mais claro que o problema da baixa representação de moradores em experiências participativas na área da violência, inclusive nas Comissões Cíveis, é a participação das polícias no processo:

... quanto à Comissão [Cível Comunitária], hoje ela é muito mais conhecida junto às lideranças dos projetos e dos movimentos. (...) Uma das metas, inclusive, da Comissão é divulgar ainda mais, popularizar realmente esse exercício, quando a gente fala de trazer mais as entidades. Agora, nós entendemos que está dentro do que é previsível, porque como nós colocamos, a idéia é inovadora, numa região, uma região massacrada pela violência policial, por um modelo que a gente aí vem trocando a roda com os carros andando ainda, então nesse sentido ainda há que se fazer uma divulgação com mais intensidade. Então, têm ocorrido vários eventos de divulgação da Comissão, seja nos encontros do Fórum da Criança e do Adolescente, nas assembléias de setor, agora nós vamos ter um ciclo de encontros pra arrematar essa questão da violência e a Comissão também vai se apresentar enquanto Comissão. Então, todos os espaços, vamos dizer, coletivos, nós estamos apresentando a Comissão. Eu acho que agora, é claro que ela ainda precisa ser mais divulgada, mais aprimorada, porque como você viu é um processo que a própria comunidade é que vai dando a demanda pra ela trabalhar. [Entrevista 1]

Os ativistas do CEDECA e CDHS atuantes na periferia tinham toda a razão ao apontar a baixa representação popular nos conselhos, a julgar pelos Consegs que são frequentados majoritariamente pelos moradores das “vilas” de Sapopemba e não pelos moradores das favelas. Nesse ponto, o questionamento sobre a capacidade de representação e seu diminuto enraizamento na base da sociedade era dos mais pertinentes. No entanto, a configuração do Conseg da periferia se alterou muito desde que essa entrevista foi realizada, em 2004, conforme discuti no capítulo 1. Como mencionado, os moradores que ali se reuniam constituíam um grupo heterogêneo: líder de associação de bairro, representante de posto de saúde, evangélicos, associação de idosos, diretora de escola, moradores comuns mais velhos. Alguns, de fato, representavam a si próprios. Os policiais, diante de relações tensas com o Conselho Tutelar, às vezes deslegitimavam os direitos civis de jovens infratores (com o apoio de alguns participantes, como a diretora da escola).

Outros, como os líderes de associação de bairro, também estavam interessados na questão dos direitos, incluindo as políticas públicas nas áreas urbana, social, lazer, cultural e de geração de renda, sobretudo para os jovens. Embora muitos dos participantes não tivessem amplos vínculos com movimentos sociais e poucos vissem a segurança pública como “uma luta” que visava a mobilização política concomitante em diversas esferas, parte dos moradores solicitava os mesmos direitos que as entidades historicamente demandavam¹⁷⁹.

Na prática, a visão dicotômica prevaleceu, polarizada de forma bipolar entre PM *versus* GCM, “forças conservadoras” *versus* “forças progressistas”, sem que os poderes públicos (municipal e estadual) compartilhassem responsabilidades. Nessa disputa, nem o município conseguiu integrar suas próprias secretarias, nem o Estado conseguiu articular suas pastas para desenvolver ações que envolviam os assuntos demandados pelas comunidades. Tal qual se propõem os Consegs, as Comissões deveriam manter relação com o poder público local e com os diversos níveis de governo municipal, com o objetivo de organizar ações sistêmicas na área da segurança.

Os gestores da SMSU tinham em mente que os Consegs funcionavam como canais de comunicação e troca de favor entre comerciantes e policiais, e que a Guarda Civil Metropolitana despontava como uma força capaz de desenvolver os princípios de policiamento comunitário¹⁸⁰. Os mesmos gestores consideravam que a Polícia Militar, sob responsabilidade do poder público estadual, tinha pouca chance de desenvolver tais princípios em razão do comportamento arbitrário e a alta taxa de letalidade contra os civis.

¹⁷⁹ A mobilização política constante, aqui, se refere à participação concomitante nos movimentos sociais, Fóruns, Conselhos e Audiências Públicas nas áreas de moradia, infância e adolescência – inclusive a infratora -, da mulher, do idoso e todos aqueles capazes de garantir o projeto da constituição da família, sobretudo, entre os mais pobres. Como disse um ativista, “a luta da moradia, isolada, não vai chegar a lugar nenhum... dentro de pouco tempo algumas famílias podem até vender aquela moradia, aquele apartamento porque ela está desempregada. Porque o filho está preso, então... no movimento de moradia a gente está em um processo de amadurecimento, de perceber que a gente tem que trabalhar a questão da família, trabalhar a questão da criança, do jovem e do idoso. Não dá pra fazer só a moradia se a gente não tiver articulado no bairro, nos trabalhos já existentes, nos conselhos”. [ativista de habitação popular, vinculado ao CEDECA. Entrevista 24]

¹⁸⁰ Já no primeiro trabalho de campo junto às *Comissões Cíveis*, o contato com os guardas civis metropolitanos indicava que esses reproduziam a mesma concepção dos policiais militares de que os “direitos humanos defendem bandidos” e reivindicavam o poder de porte de arma de fogo para conquistar “autoridade” junto à população. Os guardas civis de São Paulo efetivamente se armaram, valendo-se do Estatuto do Desarmamento, lei 10.826/ 2003, para as guardas municipais em cidades com mais de quinhentos mil habitantes. O Estatuto do Desarmamento está disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/Desarmamento.pdf>

Fazendo frente a esse modelo, as Comissões instituíram preferencialmente parcerias com organizações civis vinculadas aos movimentos sociais, que naquele momento tinham grande esperança no governo do Partido dos Trabalhadores (PT). As reuniões aconteciam nas subprefeituras instituídas desde o governo petista, propondo um espaço “neutro” para os encontros, ao contrário das reuniões dos Consegs que, antes de 2004, aconteciam nas Delegacias de Polícia, espantando a população. Aqueles que estavam “do lado” das Comissões usavam a ineficiência das polícias como argumento de mobilização e acabavam por aprofundar, institucionalmente, o desprezo da população em relação a elas, calejados que estavam – e estão – com os dramas diários vividos pela população pobre, como corrupção junto ao tráfico de drogas e a execução e tortura de jovens. Mesmo tendo conseguido apoio nos bairros mais pobres, o *Programa Comissões Cíveis* acabou gerando decepção, sobretudo nos atores locais, por não conseguir recursos ou a articulação interinstitucional almejada. Os técnicos da SMSU também se desapontaram. Nas palavras de uma ex-funcionária da Comissão à época, o trabalho era, por vezes, ingrato:

(...) porque você justamente convoca a comunidade para questionar tudo o que está acontecendo ao seu redor e ela vai te dizer. E quando ela diz, por vezes, a gente sabe que não vai ter recursos para fazer ou que não vai sair, mas ao mesmo tempo, a comunidade está disposta a pensar nisso tudo. [Funcionária da extinta SMSU. Entrevista 18]

Os Consegs permaneceram como espaço de interlocução entre Estado e sociedade civil sem conseguir, da mesma maneira, articular as demandas dos ativistas do CEDECA e CDHS em suas propostas e – nem de longe – integrar as diversas secretarias que poderiam fornecer respostas concretas à população, a despeito da promulgação de um decreto que instituiu a participação das subprefeituras nas reuniões¹⁸¹. Daí, o comentário jocoso dos moradores que costuma dizer que *O Conseg não consegue nada*. Como espaço subordinado à Secretaria Estadual de Segurança Pública, as demandas da população surtiavam algum efeito pontual, mas nunca alcançaram a articulação em nível estadual e municipal pretendida, seja na área policial ou da proteção social. As atas das reuniões eram entregues para a SSP, mas respostas concretas dependiam das articulações entre os membros da diretoria, as autoridades policiais locais e os subprefeitos, favorecendo aqueles que

¹⁸¹ Ver Capítulo 1.

conseguiram aferir maior capital social e redes de articulação. Como questionou um membro da diretoria do Conseg Campo Belo:

As pessoas que frequentam as reuniões do Conseg já têm, pelo fato de estarem ali, vontade de ver mudanças e acreditam que as coisas podem melhorar, mas o que estamos assistindo atualmente é um início de apatia por parte delas, pois passam-se meses e mais meses e nada acontece! Será que o Conseg está funcionando? E se não está, onde é que está o entrave? Essas e outras questões precisam de reflexão e respostas adequadas e principalmente vontade política para solucioná-las.

O que vejo atualmente é um jogo político de poder. É muito claro que, se o poder local for de um partido diferente daquele que se acredita que rege o Conseg, as dificuldades serão muitas e maiores. Será que a comunidade tem que ficar refém de tudo isso? Será que não é possível ter uma estrutura de Conseg forte o suficiente para que esse jogo seja anulado? [Carta de Despedida de ex-presidente do Conseg Campo Belo]

A permanência dos Consegs como experiência conselhistas em São Paulo teve um outro efeito em Sapopemba: o distanciamento de entidades como o CEDECA e CDHS abriu brecha para que estas organizações fossem taxadas de clientelistas. O que foi traduzido em frases como: “Eles não deixam que os pobres andem com as próprias pernas” ou “Eles só veem o partidos”. Soma-se a isso, o fato de que tais entidades representavam os moradores das favelas e os jovens infratores, enquanto os representantes do Conseg representavam moradores que ascenderam socialmente e estavam posicionados na “classe média da periferia”. No trabalho de campo nos Consegs, assim como nas entrevistas realizadas com seus participantes, poucos sabiam descrever as atuações das entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos humanos e outros diziam não conhecê-las.

O trabalho técnico e político dessas entidades de base as levaram a estabelecer uma rede complexa de articulação que conferiu uma postura de distanciamento em relação às outras organizações locais, tidas como “retrógradas”. O CDHS, por exemplo, que atua com formação em direitos humanos muito raramente frequentava os Consegs, sob a alegação que se tratava de um espaço conservador¹⁸². Assim, os participantes dos Consegs as viam como organizações populares que não tinham interesse de participar de suas articulações

¹⁸² Como exposto anteriormente, uma representante do Conselho Tutelar, também formada na Teologia da Libertação, representava o CEDECA e CDHS nas reuniões do Conseg. Contudo, a sua participação individual não era suficiente para contrapor os argumentos contra os direitos humanos que ali apareciam. A campanha contra o Conselho Tutelar, também mencionada, é um bom exemplo dessa dificuldade. Ver Capítulos 1 e 2.

locais, junto à subprefeitura e as polícias. Dessa forma, desenhava-se um quadro ambíguo: as organizações civis que apresentavam perfil de articular politicamente a população – o CDHS –, e de desenvolver trabalhos técnicos em parceria com o Estado para o atendimento de jovens infratores em cumprimento de Medidas Sócio-Educativas – o CEDECA – configuravam-se como atores com maior capital social no que se refere às redes institucionais junto ao Estado e também ao movimento de direitos humanos, além de maior afinidade com a linguagem dos direitos humanos; ao mesmo tempo revelavam ter menor domínio dos mecanismos de produção da política nos Consegs. Tal domínio depende fundamentalmente de desenvolver certas competências específicas, como reconhecer publicamente os policiais como “aliados” importantes para a resolução dos problemas. Tal qual observado na pesquisa de campo, sobretudo no Conseg Campo Belo, “rituais” como entrega de certificado para o policial do mês e jantares de confraternização, são atividades que os moradores organizam para mostrar que apóiam as polícias.

Como constatado nos capítulos anteriores, os Consegs são espaços que não foram apropriados pelas entidades de direitos humanos de base local, municipal ou estadual. Os ativistas são pressionados a não participar das discussões, assim como se retiram voluntariamente quando percebem que seus princípios não são compartilhados. Os participantes assíduos são aqueles que traduzem uma visão mais “pragmática” do problema no que se refere ao controle social via polícia. Pedem para fechar bares que vendem bebidas alcoólicas para jovens, demandam por Ronda Escolar nas escolas, solicitam ações conjuntas para fechamento de casas de massagem e blitz para coibir a prostituição. Em virtude da ausência de propostas concretas no âmbito da proteção social, que supõem relações entre esferas estaduais e municipais, são os “assuntos de polícia” que encontram maior possibilidade de serem resolvidos.

Ao mesmo tempo, é preciso matizar o perfil eminentemente retrógrado e conservador dos Consegs, sobretudo em Sapopemba, pois a configuração dos moradores envolvidos em associações de bairro indica não ser possível fazer generalizações acerca das demandas por “dureza” contra os mais pobres, sejam os jovens infratores, sejam os moradores das favelas. Nesse domínio é preciso lembrar que os moradores da classe média da periferia, marcados pelo projeto de ascensão social, vivenciam mais fortemente a ausência de todos os tipos de direito, inclusive, convivem com uma polícia mais truculenta,

e alguns deles tiveram seus próprios filhos ou vizinhos mortos em virtude de homicídios e do envolvimento com drogas¹⁸³.

2. Operação Saturação: *link* com a proteção social?

Entre 2005 e 2007, período que compreende o trabalho de campo da pesquisa, alguns bolsões de pobreza da cidade de São Paulo - como os de Sapopemba e de Campo Belo - foram alvos das chamadas *Operação Saturação*¹⁸⁴. Essas operações são autorizadas pelo governo estadual e traduzem a presença ostensiva de diversas forças policiais em favelas da cidade. Entre as forças policiais atuantes estão o COE (Comando de Operações Especiais), a ROTA (Ronda Ostensiva Tobias Aguiar), o Choque e a Cavalaria da PM. A justificativa oficial para essas operações é o combate ao tráfico de drogas, a promoção do desarmamento e a aproximação entre polícia e comunidade. No entanto, o que os moradores relatam a partir da presença das policiais na comunidade é o sentimento de desprezo e humilhação.

Ao longo dos anos, a Secretaria de Segurança Pública pretendeu associar as ações ostensivas com atividades de caráter de promoção social, incluindo barracas de Poupa-Tempo para a confecção de documentos para a população e, em alguns casos, serviços de saúde, como odontologia, realizados pelos próprios policiais. Pretendia-se passar a imagem de eficiência policial associada à promoção da cidadania. Mas essas operações resultaram, desde sempre, em um paradoxo não resolvido pelo Estado. As *Operações Saturação* aumentam a visibilidade do governo no combate ao crime - dado o grande interesse da imprensa nas imagens de “guerra” -, ao mesmo tempo em que moradores denunciavam ações que feriam os direitos civis dos moradores das favelas, sobretudo, invadir barracos e prender pessoas sem mandado de busca e apreensão, forjar provas para incriminar

¹⁸³ Seu Bernardo e José são casos emblemáticos dessa condição. Ver Capítulo 3. Além deles, Seu Tito e Dona Antônia também narraram ter tido “conhecidos” que morreram executados pelo Esquadrão da Morte. [Entrevista 08].

¹⁸⁴ Essas operações continuaram sendo realizadas em 2008 e 2009. Mais recentemente, a operação foi executada em Paraisópolis, zona oeste da capital.

“suspeitos”, espancar e extorquir os moradores e pisotear em crianças¹⁸⁵. Dessa forma, as *Operações Saturação*, em si mesmas, nunca foram efetivas em seu objetivo de aproximar a polícia e as comunidades, aprofundando a imagem negativa da população em relação às Polícias. Apesar das recomendações dos Planos Nacionais de Segurança de que direitos humanos e eficiência policial se combinam, as *Operações Saturação* são acompanhadas de relatos de arbitrariedade por parte da população. Desse modo, nunca foram capazes de estabelecer tal relação entre segurança e direitos humanos.

No dia 28 de agosto de 2005, a *Operação Saturação* foi iniciada em Sapopemba com a presença das forças policiais por 45 dias. A operação foi autorizada após a morte de um policial militar. Os traficantes, cansados de pagar propina, teriam executado o policial. A presença das forças policiais remetia a um cenário de guerra, como pude presenciar: metralhadoras em punho, cavalos circulando, uniformes camuflados, policiais com “cara de mau”, jovens emparelhados em muros e muitos relatos de arbitrariedade. É difícil descrever o cenário dessa ocupação. Talvez, a melhor forma de compreender o que ali se passou, seja imaginar a rua das nossas casas ocupadas por cavalos, camburões da polícia, homens descendo de *rapel* do alto de um helicóptero e nossos vizinhos, amigos ou parentes sendo emparelhados na parede.

No dia 17 de novembro de 2005, o CEDECA e CDHS, para fazer frente à operação, organizaram uma audiência pública em um Centro de Saúde, próximo da favela. A audiência pública visava denunciar uma série de abusos e agressões cometidas por policiais militares. Nesse encontro estavam presentes representantes de organizações da sociedade civil e instituições públicas, algumas das quais eram tidas como progressistas. Estavam presentes a Assessoria de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo, um juiz titular da Vara de Infância e Juventude, o Capitão do Batalhão da Polícia Militar da área, o

¹⁸⁵ Vários relatos sobre episódios como esses podem ser encontrados no Relatório elaborado pela Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT) em parceria com o CDHS. Em um deles, lê-se: “Lembro na hora que meu menino estava dormindo e os policiais armados invadiram minha casa aos berros, apontando as armas pra gente, pisando nos meus netos que acordaram muito assustados sem saber o que estava acontecendo. Os policiais reviraram tudo que podiam e puxaram meu filho da cama com a mulher que dormia ao seu lado, quase nua, e o arrastaram porta afora. Corri para perguntar porque estavam fazendo aquilo. Foi quando colocaram a arma no meu peito e inventaram a história de que meu filho portava drogas”. (ACAT & CDHS, 2005: 20)

presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, um deputado federal, a Pastoral do Povo de Rua, o MNDH (Movimento Nacional dos Direitos Humanos), além de um representante da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária, à época Nagashi Furukawa), da Sub-Prefeitura e da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP. A audiência pública começou com relatos da população sobre invasão de casas sem mandados de busca e apreensão, humilhação de moradores abordados, violência contra crianças e adolescentes e prisões injustificadas. Depoimentos dramáticos foram feitos pela comunidade, acompanhados pelos representantes citados. Os músicos da igreja também cantaram canções que falavam de fraternidade e justiça. Seguindo as discussões, as instituições locais não se posicionaram contra a presença da polícia na favela, mas em favor de uma polícia capaz de garantir segurança dos moradores e de policiais preparados para atuarem em conformidade com os direitos humanos. Reivindicavam, enfim, o policiamento comunitário e o trabalho em rede. *Pedimos ao governador que se faça uma quarentena também na educação, na saúde, na cultura e na assistência social*, disse uma líder comunitária. No entanto, a audiência se caracterizou mais pelas denúncias do que pelo encaminhamento de questões práticas, objetivas e resolutivas. O Ministério Público e a subprefeitura se comprometeram a “ajudar”, enfatizando que não faltava vontade política. A audiência terminou com uma caminhada de todos pelos becos e vielas da favela.

No dia 03 de dezembro do mesmo ano, durante o Lançamento de dois dossiês sobre a violência policial¹⁸⁶, uma “frente de pressão” argumentava a existência de uma política de controle social excessiva por parte do governo do Estado de São Paulo, executada pelas polícias através do uso da força abusiva contra os moradores pobres da favela¹⁸⁷. Nessa ocasião, o discurso sobre a demanda de um policiamento na periferia aliado às denúncias, que marcaram mais fortemente o encontro anterior, foi deslocado para um discurso de oposição política. Os discursos do deputado e do vereador indicavam esta postura:

¹⁸⁶ Ver ACAT (2005) e Anistia Internacional (2005).

¹⁸⁷ Participaram do evento nove mães cujos filhos foram assassinados por policiais no Rio de Janeiro (Rede de Mães); Tim Kahill e Patrick Wilcken, da Anistia Internacional; os parlamentares Renato Simões, deputado estadual; Devanir Ribeiro, deputado federal; Beto Custódio, vereador de São Paulo e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; ACAT; AMAR; Observatório das Violências Policiais-SP; Coletivo Contra Tortura; um representante do MST; um representante da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos e os moradores da favela.(DC, 12/2005)

O ato é para dizer ao Saulo [Saulo de Castro - à época secretário de segurança] que a polícia dele não o deixa mentir. O discurso incentiva os maus policiais a serem truculentos. Só aqui tem mandado coletivo, em bairro de elite tem ordem policial específica. Aqui é amplo, geral e irrestrito. Continuamos desmentindo o Saulo. [Deputado Estadual do Partido dos Trabalhadores]

“Um dos maiores responsáveis é o Saulo. O Estado não manda saúde, mas cavalo. A polícia chega pra assustar. É preciso de união para deixar as coisas pequenas de lado para mudar a realidade de morte. O Saulo (...) não dialoga, não recebe as entidades”. [Vereador de São Paulo, Partido dos Trabalhadores]¹⁸⁸

Ao mesmo tempo, as mães que tiveram seus filhos assassinados pela polícia, no Rio de Janeiro, indicavam um discurso de revolta em relação à desigualdade de classe:

Nossos filhos não têm direito à faculdade igual aos filhos dos engravatados. Os filhos têm direitos. Eu não aceito os filhos saírem daqui enjaulados pela polícia. [mãe de jovem preso]

Os ativistas envolvidos na prevenção da violência no âmbito local participavam de uma série de espaços públicos onde a temática da arbitrariedade das polícias era o mote da discussão. Os ativistas não estavam restritos ao âmbito local, ainda que seus relacionamentos no âmbito municipal, estadual e nacional fossem entre grupos afinados com os mesmos princípios¹⁸⁹. Contudo, o caráter de denúncia e oposição política contra setores tomados como “conservadores” não foram suficientes para pressionar por ações concretas quanto às arbitrariedades policiais, a implementação do policiamento comunitário permanente e um novo modelo de operações policiais que pudesse favorecer a comunidade e dissuadir o tráfico (Beato,1998). Obviamente, esse último ponto não foi tocado nessas audiências, já que o lugar do encontro era também o lócus das bocas-de-fumo e os ativistas estavam mais interessados em denunciar e mobilizar politicamente os

¹⁸⁸ As falas desta e da próxima citação estão em DC. 12/2005.

¹⁸⁹ Destaca-se entre o conjunto de instituições tidas como progressistas: setores da Vara de Infância e Juventude afinados com os princípios da Associação Juizes pela Democracia (supracitada) e a ampliação das penas alternativas, além do próprio secretário da SAP [Secretaria da Administração Penitenciária], tido como um técnico comprometido com os direitos humanos. Ao comentar sobre o secretário da SAP no contexto dos ataques do PCC em 2006, Isabel, ativista do CDHS e CEDECA, comentou: “(...) o próprio Nagashi é uma pessoa que não podemos comparar com o secretário de segurança. Eu acho que o secretário é muito mais sensível. Eu acredito que quando ele esteve na SAP ele tinha uma vontade de fazer uma coisa diferente porque ele teve uma experiência concreta quando ele era juiz no interior, com a APAC [Associação de Proteção e Assistência aos Condenados], se não me engano, de acompanhar o presídio, os presos. Era um juiz progressista”. [Entrevista 2]

moradores da favela. A discussão era entre aliados de um mesmo campo político e não surtiu efeito nos setores tidos como conservadores em relação aos direitos humanos.

No contexto atual do PRONACI, a possibilidade de aliar proteção social e intervenções policiais com base no respeito aos direitos humanos vem sendo questionada. Recentemente, a CNBB - representando também institutos de pesquisa e movimentos sociais -, pediu que operações policiais fossem realizadas com base na dignidade humana e na lei, como fica claro em carta endereçada ao Ministério da Justiça, cujo objetivo era levantar algumas questões para esclarecimentos por parte do poder público federal sobre o programa. Em relação às polícias e forças de segurança, o documento afirmava:

A sociedade civil pugna por uma mudança de paradigma na atuação das polícias e demais forças de segurança pública, com foco nos modelos de policiamento comunitário e ênfase na atuação preventiva, sem prejuízo da necessidade de aprimoramento dos mecanismos correccionais e fiscalizatórios internos.

[Carta endereçada ao ministro da justiça pela CNBB, em 25 de agosto de 2008]

Em relação à Intervenção em áreas geograficamente definidas pelos índices de violência, o documento afirmava que

A execução do programa se dará por meio de mobilizações comunitárias e policiais e começa a partir da instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM) nos territórios definidos pelo PRONASCI. Os GGIM articularão junto aos órgãos competentes ações integradas de combate à violência e darão condições para o trabalho de equipes multidisciplinares do Pronasci, que serão compostas de assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos.

No entanto, e sem embargo da inquestionável necessidade de estabelecimento de focos territoriais definidos, experiências de intervenções em locais geograficamente indicados – como a operação saturação em São Paulo e a operação no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro – são acompanhadas por muitas violações de direitos humanos, demais da consequente estigmatização destas regiões. Deste modo, indaga-se quais as providências que se desenham para se evitar tais consequências deletérias.

[Carta endereçada ao ministro da justiça pela CNBB, em 25 de agosto de 2008]

Em um momento como o atual, onde se vislumbra conectar a garantia dos direitos dos jovens e famílias pobres (via proteção social) e policiamento comunitário (intervenções estratégicas), Centros de Defesa de Direitos Humanos, outras entidades de base local, igreja católica e outras, pedem o esclarecimento sobre o que o poder público federal entende por “intervenções policiais localizadas”. Em outras palavras, questiona-se a

capacidade do Estado em controlar as polícias, que há muito vêm se mostrando sem controle no que se refere à atuação em áreas vulneráveis com base na lei. A proposta do PRONASCI recrudescer a experiência negativa da *Operação Saturação*, alimentando dúvidas sobre a capacidade do exercício policial com base nos direitos humanos. Nota-se que durante os atos públicos para a discussão da *Operação Saturação*, nenhum dos representantes ligados à Secretaria de Segurança Pública sabia explicar o motivo pelo qual os policiais não usavam credenciais em suas fardas e porque tantos abusos foram praticados. Não apenas em Sapopemba essas operações foram tímidas em seu objetivo de aliar segurança pública e direitos humanos, mas também em outras regiões mais centrais, caracterizadas por bolsões de pobreza em bairros de classe média e alta.

Em 2007, durante a pesquisa de campo em Campo Belo, uma nova *Operação Saturação* foi realizada no complexo de favelas na extensão da av. Águas Espraiadas, que incluía os bolsões de pobreza nos bairros de Campo Belo e Jabaquara, mobilizando mais consequências deletérias; a população continuava a denunciar os abusos. Os objetivos da operação permaneciam os mesmos (combate ao tráfico e aproximação da polícia e comunidade), mas, adicionalmente, pretendia-se desocupar algumas áreas e remover os barracos, o que foi concretamente realizado nas favelas de Campo Belo. Enquanto a Polícia Militar divulgava o número de presos e de drogas apreendidas, o poder público anunciava que ações seriam realizadas em um projeto denominado *Virada Social: qualidade de vida com segurança*, como parte da *Operação Urbana Consorciada – Águas Espraiadas*. Essa era a operação a que se referiu Fausto, morador de Campo Belo¹⁹⁰, quando disse aos colegas do Conseg que os moradores das favelas estavam inseguros e amedrontados em função da iminência de serem desalojados de seus barracos, sem saber para onde iriam. O governo do Estado de São Paulo divulgou os objetivos do programa:

Criado pelo governo estadual para enfrentar a complexidade das regiões do Estado com registros de altos índices de criminalidade, o programa Virada Social combina segurança com promoção de bem-estar social, utilizando a cidadania, o esporte, o lazer e a cultura, e reúne uma força tarefa integrada por 26 secretarias e órgãos públicos do Estado e da prefeitura e 12 parceiros da sociedade civil.

¹⁹⁰ Ver Capítulo 2.

[Portal do governo do Estado de São Paulo¹⁹¹, “Governo faz balanço de 3 meses do Virada Social”, 06 de Setembro de 2007]

O programa piloto foi o Jardim Elisa Maria, na região da Vila Brasilândia, zona norte de São Paulo. Em Março de 2007, a *Operação Saturação* foi realizada nessa região com o objetivo de garantir a segurança e diminuir o índice de criminalidade. Em setembro do mesmo ano, por ocasião do balanço de três meses do programa, o governo anunciou as 57 ações planejadas para a região, que contavam com ações na área de mobilização comunitária, a sua cobertura, projetos para jovens, modificações no desenho urbano etc¹⁹².

O programa tinha o objetivo de “garantir bem-estar social e segurança” - o que indica que os planos nacionais de segurança pública surtiram efeito no discurso utilizado quanto ao objetivo de combinar ações policiais e de proteção social. O programa tem o mérito de incluir na sua pauta a mobilização da comunidade local, mudanças no desenho urbano e programas diretamente voltados aos jovens. No entanto, ao menos três limitações podem ser apontadas a partir de uma comparação entre os Planos Nacionais de Segurança Pública e as informações que constam no *site*. 1) *Quanto a capacidade sistêmica*: o Sistema de Justiça não é mencionado e não há alusão de programas de execução de penas alternativas para jovens, que se impõem como necessários para o aprimoramento das medidas socioeducativas já municipalizadas. 2) *Quanto à cobertura*: as *Operações Saturações* nem sempre foram acompanhadas de *Viradas Sociais*, como no caso de Sapopemba. 3) *Quanto à pluralidade da representação*: as *Operações Saturação*, cujo objetivo secundário é a proteção social, não parecem, ao que tudo indica, estabelecer contatos e parcerias prévias com as entidades de base local. No caso da lista das 57 ações planejadas para o Jardim Elisa Maria, embora haja um diálogo entre ações estaduais, municipais e da sociedade civil, não há clara menção a outras organizações da sociedade civil que já desenvolvem projetos locais. As informações que constam no *site* sobre a relação entre poder público e a sociedade civil local se limitam a afirmar que a mobilização da comunidade está sendo realizada mediante ações junto ao Conseg:

¹⁹¹ In: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=87507>. Acesso em 05/2009.

¹⁹² Ver a lista “As 57 ações realizadas no Jardim Elisa Maria” no Anexo 3.

O diálogo entre sociedade civil e governo está se fortalecendo. [M.L.S], presidente do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) da Vila Penteado, que atende o Elisa Maria, conta que durante as reuniões mensais a frequência dos moradores do bairro quintuplicou. “Antes vinham umas três pessoas de lá; agora esse número chega a 15, e elas voltam sempre para falar sobre assuntos que interessam a toda a comunidade e não só de problemas pessoais como faziam antes”, disse L. [Portal do Governo do Estado de São Paulo]¹⁹³

As ações de mobilização comunitária foram realizadas pela ONG Sou da Paz e constam como ações das mais relevantes no que se refere à democratização da informação sobre políticas públicas de segurança e participação da sociedade nesse processo. No entanto, tendo em vista a baixa pluralidade dos representantes dos direitos da criança e do adolescente, Centros de Direitos Humanos e outras organizações que atuam junto aos grupos mais vulneráveis nos Consegs, faz-se necessário indagar “quais grupos da sociedade” estão representados. Ou seja, torna-se importante investigar a qualidade da representação face às propostas dos poderes públicos. No âmbito da *Operação Consorciada Águas Espreadas*, nos bairros de Campo Belo e Jabaquara, e de seu braço inicial na *Operação Saturação*, cujo objetivo era a posterior implementação do *Programa Virada Social*, o que se viu no decorrer da pesquisa de campo foi total ausência de esclarecimentos dos poderes públicos sobre a existência dessa proposta.

Os moradores que participavam do Conseg Campo Belo, apesar do uso de mecanismos intolerantes em relação aos mais pobres – como se viu no caso de Lais, a representante de uma das favelas que foi derrubada¹⁹⁴ -, mencionavam, por vezes, a necessidade do fortalecimento de projetos sociais na comunidade, citando projetos como o Bombeiro Mirim, a ONG Alquimia e o Proerd, realizados naquela região¹⁹⁵. Os moradores

¹⁹³ Disponível no Portal do governo do Estado de São Paulo, <http://www.viradasocial.sp.gov.br/noticia10.htm>, e no portal da SSP, http://www.ssp.sp.gov.br/home/noticia.aspx?cod_noticia=12049. Acesso em 05/2009. Disponível desde 06/09/2007.

¹⁹⁴ Ver Capítulo 2.

¹⁹⁵ O Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa de educação preventiva ao uso de drogas nas escolas, ministrado por policiais militares fardados, cujo objetivo é evitar que crianças e adolescentes iniciem o seu uso. O Bombeiro Mirim é um programa do Corpo de Bombeiros instituído em São Paulo e cidades do interior; em geral os bombeiros ministram aulas de primeiros socorros, instruções básicas da atividade do bombeiro, esporte e reforço escolar. As atividades da ONG Alquimia estão descritas no Capítulo 1.

da classe média não tinham conhecimento do *Virada Social* ou dos detalhes da *Operação Águas Espreadas*. Sequer os moradores das favelas.

Quando fui visitar Laís em uma das favelas na região da av. Águas Espreada, a barraca do Poupa-Tempo ainda estava instalada. Havia alguns policiais armados e os moradores já estavam em retirada. O “grosso” da operação já havia sido realizado. No meio das ruelas, os barracos já estavam semidestruídos. As mulheres organizavam roupas em caixas de papelão e os homens arrancavam pias, armários e qualquer outro objeto que poderia ser levado para uma nova habitação. Os moradores esperavam a quantia de R\$5.000,00 para refazer a vida, sabendo que a quantia era insuficiente para comprar um terreno ou uma casa, e o dia em que a prefeitura chegaria com a ordem de despejo. A grande maioria se instalaria em outras favelas, em casa de parentes ou amigos. Efetivamente, os barracos foram removidos e parte da população que permanecia no bolsão de pobreza do Campo Belo ficou ao “Deus dará”, o que acirrava a revolta contra a polícia e a classe média do bairro¹⁹⁶.

Sem informações e mediação de agentes públicos capazes de informar os participantes do Conseg sobre as ações “territorializadas” nas favelas, os moradores continuavam a reproduzir falas intolerantes sobre os moradores das favelas¹⁹⁷. Além disso, não há como afirmar que o *Virada Social* já estava planejado para a região da Águas Espreadas no momento em que a *Operação Saturação* foi executada. Sua proposta para a

¹⁹⁶ Como explicou Laís, a população já estava calejada com os contatos anteriores com entidades da classe média, a principal era a ONG Alquimia, da qual ela própria havia sido integrante após ter sido desligada por tensões internas. “Tentei estabelecer contato com a ONG, mas não houve interesse para uma aproximação”. Laís se mostrava indignada com as ações da classe média na comunidade, ainda que reconhecesse que o início da organização havia contado com o apoio inicial do Conseg. No momento da visita, Laís se dedicava a uma associação de recicladores de lixo, que tive a oportunidade de conhecer. Andávamos pela comunidade em direção aos barracos desalojados, quando cruzamos com a mãe de Laís, a quem fui apresentada. Ela me recebeu friamente, não quis conversa e se despediu rapidamente. Laís disse que a mãe tinha se tornado amarga quanto ao contato com a classe média e a pressionava para deixar o trabalho comunitário, porque precisava *ganhar a vida*. [DC. 11/2007]

¹⁹⁷ As análises de Marques e Torres (2004) sobre políticas territorializadas apontam para “o respeito de adoção de políticas integradas que visam convergir para áreas particularmente problemáticas ações simultâneas de diferentes secretarias e órgãos setoriais, buscando elevar rapidamente as condições de vida existentes em uma dada localidade. Iniciativas deste tipo podem ser observadas, por exemplo, em alguns projetos habitacionais e de reurbanização de favelas” (Ibid.: 02). Deste ponto de vista, não se pode dizer que o ocorrido nas favelas de Campo Belo pode ser caracterizado como uma política territorializada. Trata-se efetivamente da destruição dos barracos e o desmanche das favelas, a despeito da conquista já mencionada para a reurbanização da área, iniciada na gestão da prefeita Luíza Erundina. Ver Capítulo 2. Para uma análise sobre segregação, violência e políticas públicas ver também Torres, Marques, Ferreira e Bittar (2003).

região, com planos de ação, consta no *site* e data de 2009, dois anos após a realização da *Operação Saturação*. Se as ações de repressão foram executadas sem nenhuma relação com as ações concomitantes na área de mobilização e proteção social, esta é uma deficiência notável, já diagnosticada. Matéria divulgada pelo jornal o *Estado de São Paulo*, em 25/05/2007, trazia um balanço, a meu ver, bastante acertado sobre o principal ponto nevrálgico do *Programa Virada Social*, a partir de opinião do sociólogo Paulo Mesquita Neto: “Mesquita explica que, antes de trazer a polícia, é preciso conscientizar a população para participar das atividades sociais”¹⁹⁸.

Ações que visam aliar proteção social e intervenções policiais em torno de “territórios da paz” não são facilmente consensuais nas comunidades mais afetadas pela violência, em particular pelos homicídios. Uma das razões, como aponta Zaluar, é que “amordaçados pela lei do silêncio, seduzidos pelos apelos dos justiceiros (...) muitos trabalhadores pobres, de várias afiliações religiosas e políticas, acabam por comprometer-se com políticas conservadoras, autoritárias e de violação dos direitos humanos no seu desespero de sair de uma situação que lhes parece insuportável” (Zaluar, 1997: 13). Sob uma visão crítica da “panacéia da sociedade civil” (Comaroff & Comaroff, 2006), da participação da comunidade no “manejo do risco” (Rose, 1999) ou da necessidade de estabelecer a “lei e a ordem” a partir de um novo contrato social inspirado no “liberalismo radical” (Adorno, 1998), alguns trabalhos acadêmicos têm questionado a capacidade do “Estado Preventivo” em restabelecer a segurança¹⁹⁹. Nikolas Rose (1999), que trabalha mais detidamente com as experiências de prevenção, chama a atenção para o fato de que

¹⁹⁸ PARA especialista, ‘Virada Social’ será idéia esquecida. *O Estado de São Paulo*, 25/05/2007. In: www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=208&Itemid=29. Acesso em 05/2009.

¹⁹⁹ A “obsessão pública por punição” e a “sociedade civil como panacéia” são discutidas por Comaroff & Comorroff (2006) no capítulo 1, “Law and Disorder in the Postcolony” (pp: 01-56), e no capítulo 8, “Criminal Obsession, after Foucault” (pp: 273-298). Na obra de Rose (1999) ver especialmente capítulo 7, “Control”. Ao analisar a obra do sociólogo alemão Ralf Dahrendorf, *Law and Order* (1985), Sérgio Adorno (1998) argumenta que o autor, ao sugerir um novo contrato social inspirado no “liberalismo radical” tal qual concebido no século XIX, centra sua proposta na maneira como os “indivíduos governam a si mesmos e aos outros” (Ibid.: 16). Partindo da crise do Estado de Bem Estar Social, Dahrendorf propõe focalizar as políticas públicas em “áreas de exclusão” e na intervenção nas seguintes áreas: (a) punição de crimes não punidos; (b) ampliação das oportunidades para os jovens, bem como exigir que eles respeitem as autoridades e (c) estreitar laços entre polícia e comunidade. Para Adorno, um dos problemas da análise de Dahrendorf está, exatamente, nos fundamentos liberais de sua sociologia – “sua concepção de liberalismo é a mais convencional possível” (Ibid.: 27), centrada “em uma nova atitude perante às instituições, atitude firme e ao mesmo tempo moderada” (Ibid.: 26).

experiências de policiamento em áreas de alta exclusão frequentemente acirram técnicas de identificação e manejo de grupos selecionados como perigosos, a que o autor chama de *new penology*. Nesse novo diagrama do controle, demandas por sanções contra ofensores, por parte das comunidades, frequentemente acirram esquemas de “nomeação, vergonha e culpabilidade” dos ofensores (Rose, 1999: 235)²⁰⁰. De inspiração foucaultiana, a “nova penalogia” explica o novo diagrama de controle onde os “grupos de risco” são probabilisticamente calculados, de forma a antecipar o possível lócus do perigo, envolvendo, para isso, o apoio ou uso da comunidade e da vizinhança. Dessa forma, um cenário complexo se coloca: por um lado, a necessidade de garantir o direito à segurança; de outro, o risco de que essas políticas de prevenção venham a criminalizar ainda mais sujeitos já destituídos de direitos e estigmatizados por suas condições de classe, gênero, raça e idade. Nesse domínio, as entidades que atuam diretamente com moradores de favelas têm razão em pedir esclarecimentos sobre o tipo de estratégia de controle que se pretende realizar nas áreas pobres. Pois o propósito da prevenção não é uma estratégia de exclusão e eliminação de “elementos perigosos” com foco na “suspeição”, tampouco uma “administração técnica da diferença” (Rose, op. cit.: 235). É importante diferenciar as políticas de prevenção que visam incorporar aqueles que estão excluídos dos direitos, ativando o circuito da civilidade e da cidadania, e as estratégias que procuram governar a população e os “anticidadãos” através dos cálculos probabilísticos de “neutralizar o perigo” do corpo social. É exatamente nesse dilema que se coloca o desafio do policiamento comunitário no âmbito da prevenção primária: não é o acirramento das técnicas de suspeição que se pretende, mas um esforço para educar autoridades para uma interação respeitosa com a comunidade e garantir direitos aos jovens.

Combinar ações de intervenção estratégica policial, baseada nos direitos humanos, e proteção social - com participação da comunidade local no diagnóstico, planejamento, implementação, gestão e avaliação de programas - são recomendações difundidas há quase duas décadas. Experiências bem sucedidas nesse sentido têm sido disseminadas por vários organismos nacionais e supranacionais, como o Crisp/UFGM, o NEV/USP, a ONG Sou da

²⁰⁰ De acordo com Rose, “The discourse of crime control seems to combine incompatible specifications of the problem, and politicians and professionals cycle rapidly through the different options. (...). Demands for exemplary sanctions against offenders are accompanied by schemes for ‘naming, shaming and blaming’ focused on the relations between offender and victim.” (Rose, 1999: 239)

Paz, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto São Paulo contra a Violência, o Banco Mundial, a SENASP/MJ, o ILANUD, a Fundação João Pinheiro e outros. A cidade de São Paulo apenas agora, sob impacto do PRONASCI, parece se organizar em torno da prevenção da violência, onde o conhecimento de experiências anteriores é bem vindo, tanto por seus êxitos, quanto dificuldades.

Nesse momento em que já recrudescer a discussão sobre o significado das “intervenções policiais localizadas”, é interessante descrever a experiência do Programa *Fica Vivo! – Controle de Homicídios*. Trata-se de uma experiência exitosa nas parcerias estabelecidas entre a Universidade, as Polícias e o Estado, ao mesmo tempo em que o dilema sobre como tratar os jovens é exemplar de ambivalências em relação aos direitos humanos. Desenhado inicialmente pelo Crisp (Centro de Estudos e Criminalidade e Segurança Pública)/UFMG e institucionalizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o programa indica: a) as possibilidades da reestruturação de instituições sem cultura de interação e comunicação com base no compartilhamento de dados que envolvem Sistemas de Segurança e Justiça que tradicionalmente não se comunicam; b) a possibilidade de articulações bem sucedidas entre universidade, poderes públicos e comunidade e c) os dilemas a serem enfrentados por qualquer programa que vise focalizar ações de prevenção em territórios vulneráveis no que se refere a ações localizadas em áreas de risco. O *Programa Fica Vivo!* também é importante porque foi pioneiro no desenho de uma política pública de prevenção da violência de abrangência local, municipal e estadual, que pretendeu aliar proteção social e intervenção estratégica.

2.1 A título de comparação: *Programa Fica Vivo!* entre as virtudes necessárias as tramas inevitáveis²⁰¹

Em Minas Gerais, o CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública)/UFMG levou a proposta de formar um Grupo de Trabalho com instituições públicas para formulação de uma política de segurança pública baseada em experiências internacionais e conceitos sociólogos afinados com os Planos Nacionais de Segurança Pública elaborados nos últimos anos. O CRISP já vinha desenvolvendo trabalhos de formação policial e aplicando metodologias quantitativas para mensurar a violência na cidade²⁰². Na realidade, sociólogos da violência de Minas Gerais foram precursores no debate sobre a relação entre universidade e políticas públicas no Brasil, chamando a atenção para a necessidade de políticas dissuasórias de contenção do crime (via Sistemas de Segurança, Justiça e Penitenciário) que se fariam necessárias junto com o aumento de políticas de proteção social em suas múltiplas dimensões. O CRISP elaborou análises estatísticas que dependiam de dados sobre criminalidade, contribuindo para uma visão técnica e estatística orientada para a política que foi revertida para o desenho inicial do *Programa Fica Vivo!*. Pode-se dizer que, em Minas Gerais, essa disposição para aliar universidade e formulação de políticas públicas encontrou eco no interior do próprio poder público a partir de estudiosos da Fundação João Pinheiro e da postura de técnicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que, sem rivalidade partidária, envolveram-se no programa e contribuíram de forma decisiva para o desenho final da política no âmbito da proteção social (Galdeano, 2004).

As pesquisas realizadas pelo CRISP mapearam as ocorrências dos delitos referentes ao crime de homicídio, sua distribuição espacial, temporal, estrutura etária e de gênero das

²⁰¹ Analisei essa experiência mais detidamente em outro lugar (Galdeano, 2004), que conta, ainda, com uma ampla produção de pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa (Alves, 2004; Silveira, 2007; Alves, 2008 e Silveira, Silva e Beato, 2008 e Peixoto, 2008).

²⁰² Entre os trabalhos desenvolvidos estavam aqueles voltados para o uso de tecnologias e de informação no planejamento de ações estratégicas policiais (mapeamento de crimes); cursos de valorização e formação profissional com foco no Policiamento Comunitário e capacitação/orientação para solução de problemas na área da segurança pública (CRISP, 2003).

vítimas²⁰³. Uma pesquisa de vitimização²⁰⁴ foi realizada para identificar a percepção da população sobre a polícia e a incidência de crimes na cidade, uma vez que se partiu do pressuposto de que os dados policiais eram subnotificados. Os dados do CRISP apontaram: crescimento de 100% no número de homicídios entre 1997 e 2001; participação de jovens entre 14 e 24 anos como atores e vítimas dos crimes praticados; mortes motivadas por gangues e disputa pelo território das drogas; concentração dos eventos nas chamadas “áreas quentes” da criminalidade (aglomerados de vilas e favelas) e denúncias da comunidade em relação às arbitrariedades policiais (cf. CRISP, 2003: 01). Tendo em vista o universo das informações relativas ao número de homicídios da cidade, procurou-se desenvolver estratégias de intervenção através do uso da metodologia de *Solução de Problemas*²⁰⁵.

Uma vez detectado o problema – a necessidade do controle do crescimento dos homicídios – partiu-se para a segunda etapa do diagnóstico: a articulação de uma rede de instituições capaz de contribuir com (a) informações adicionais para a composição do diagnóstico e (b) com ações para a resolução do problema. O programa recebeu inicialmente o nome de Controle de Homicídios e o CRISP assumiu a tarefa de mediar a articulação entre os atores governamentais nas áreas do Sistema de Justiça, Segurança Pública e Políticas Sociais. Um Grupo de Trabalho foi formado a partir da articulação do Poder Judiciário, Polícias Civil e Militar, Polícia Federal, Ministério Público, CRISP e a Prefeitura de Belo Horizonte (Secretarias de Saúde, de Assistência Social, dos Direitos de Cidadania e de Cultura). Definiu-se que o programa piloto seria desenvolvido na comunidade Morro das Pedras.

²⁰³ Ver Estatísticas de Homicídios (CRISP, 2003).

²⁰⁴ Ver Pesquisa de Vitimização (CRISP, 2002).

²⁰⁵ De acordo com o CRISP, a metodologia IARA – identificação, análise, resposta e avaliação – consiste em quatro etapas distintas: “A primeira delas, ‘identificação’, tem como objetivo descobrir quais são os problemas associados aos incidentes de homicídio, a seleção de prioridades e a definição de responsabilidades. (...) A segunda fase, a ‘análise’, consiste na compreensão mais profunda do problema, através de seu estudo de forma mais detalhada. Conhecimento minucioso das ocorrências dos delitos, sua distribuição espacial, temporal, suas possíveis causas, é de grande importância para a etapa de intervenção. O objetivo da fase ‘resposta’, ou a intervenção propriamente dita, é selecionar uma solução, ou plano de ação estratégico e implementá-lo. Por fim, a fase de ‘avaliação’, (...) procura criar critérios objetivos para avaliação do funcionamento e efetividade do projeto”. (CRISP, 2003: 02)

Agregar instituições que tradicionalmente não se comunicam não poderia deixar de trazer conflitos. Esses apareceram nos dois dilemas centrais para a consecução de uma política pública de segurança: as visões rígidas sobre o jovem infrator, sobretudo entre os policiais, que tendiam a tratá-los como “perpetradores”, e a ausência de dados consistentes para desenhar uma política local de prevenção da violência e do crime²⁰⁶.

No plano das “definições culturais” sobre o jovem infrator, as disputas eram evidentes. Se havia consenso em relação ao problema geral – homicídios motivados por gangues e a necessidade de ampliar o diagnóstico para compreender com mais profundidade o problema –, as discussões do Grupo de Trabalho evidenciaram um problema que acompanharia o *Fica Vivo!* até os dias atuais: a dificuldade de estabelecer consensos que dizem respeito aos procedimentos específicos (e não gerais) que devem ser adotados na execução dos eixos centrais do Programa. Sabe-se que as instituições funcionam através da produção de um discurso de verdade²⁰⁷, e foram exatamente estas distintas verdades, produzidas e circuladas, que se chocaram neste momento. Entre os funcionários da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e os policiais prevaleceram duas leituras a respeito de quem era esse menino que era tratado como perigoso e refém da desigualdade social ao mesmo tempo. O mesmo jovem encarnava duas figuras, dando margem a duas representações: a do “marginal” e do “sujeito de direitos”. Dessa leitura resultou duas posturas que deveriam ser colocadas em prática por dois atores centrais na fase de implementação do programa: a “postura de controle” – aplicada ao marginal e

²⁰⁶ No que se refere à ausência de dados, há pelo menos três questões apontadas que dificultaram sua obtenção junto às Polícias: diferenciação dos dados fornecidos pela PM e PC, dificuldade de obter dados juntos às polícias e ausência de compatibilização entre estatísticas criminais e localização dos dados nos territórios urbanos. A proposta de levantamento de dados complementares mostraria um segundo problema: as secretarias municipais não dispunham de informações sobre as características socioeconômicas e culturais das comunidades envolvidas. No caso das políticas sociais e educacionais, não existiam dados suficientes para traduzir a realidade da violência no interior das instituições públicas. Embora técnicos dos equipamentos de educação, cultura e assistência social se deparassem cotidianamente com o problema da violência, não havia registros que ajudassem a mensurar o tamanho e a natureza do problema. No caso da Saúde, as informações eram mais sólidas, uma vez que já existia um sistema único de notificação de casos e mortes. Desta forma, a Prefeitura começou a se organizar internamente, tentando organizar procedimentos de coleta de dados que não existiam. Essa tarefa ficou sob responsabilidade da Secretaria de Direitos e Cidadania, que já vinha realizando trabalhos de mobilização comunitária nas favelas.

²⁰⁷ Como afirma Foucault: “(...) numa sociedade como a nossa (...) múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro” (Foucault, 2002: 28).

executada pela Polícia –, e a “postura de acolhimento” – aplicada ao sujeito de direitos e executada pelos técnicos dos equipamentos sociais.

No plano das interações entre policiais e técnicos das secretarias municipais de Direitos Humanos, Educação, Urbanismo e Saúde, os documentos sobre a síntese do encontro registraram haver um conflito de “linguagem e conteúdo” (Alves, 2004). Para os técnicos da prefeitura, tratava-se de reconhecer esses meninos como sujeitos de direitos e ampliar a oferta de programas sociais. Tratava-se de uma leitura “mais social”. Para os policiais, havia a dificuldade concreta de atuar numa região de morros e favelas, em locais caracterizados urbanisticamente por becos e ruelas. Assim, embora a “motivação geral” fosse o controle dos homicídios, a “motivação específica” de funcionários da prefeitura estava na necessidade de desenvolver uma rede de proteção social, enquanto a motivação específica de policiais estava centrada no desenvolvimento de atuação mais eficiente no que diz respeito à efetivação de prisões. Para os representantes da Prefeitura as análises dos dados por parte dos policiais eram tendenciosas, “desrespeitosas aos direitos humanos”, sobretudo no que se refere à denominação “marginal” utilizada para nomear os adolescentes vinculados ao programa Liberdade Assistida. Os representantes da Prefeitura, vinculados ao Conselho Tutelar e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, polemizaram a fala do comandante da área central presente no segundo encontro do grupo de trabalho, para quem meninos e meninas de rua eram “ladrões” (Alves, 2004)²⁰⁸.

Concomitantemente, dados eram coletados junto à comunidade, enquanto os moradores participavam de um diagnóstico local²⁰⁹. As lideranças comunitárias foram convidadas a participar de Fóruns Comunitários promovidos junto à comunidade. Estes

²⁰⁸ Os funcionários da Prefeitura sublinharam quatro questões que, para eles, deveriam ser consideradas: (1) a violência policial nos morros era frequentemente apontada pelos jovens (portanto a figura do marginal, aquele que age fora dos limites prescritos na lei, não era exclusiva dos jovens vinculados às gangues); (2) os educadores eram ameaçados por parte dos jovens (o que coincidia, em certo sentido, com a fala dos policiais no que se refere ao clima de insegurança ocasionado pelos meninos); (3) existia um enorme número de familiares de jovens envolvidos com drogas, o que ocasionava muitas mortes e (4) os Núcleos da Prefeitura nesses locais eram constantemente invadidos (o que explicava em parte a ausência do Estado em áreas violentas). (Alves, 2004).

²⁰⁹ Foram realizadas entrevistas com uma pequena amostra de jovens que participavam do Programa Liberdade Assistida e uma pesquisa sobre o “Núcleo Jovem” da Secretaria Municipal de Educação (Beato e Souza, 2003). Também foi feito um levantamento sobre lideranças comunitárias e serviços geridos por ONGs e instituições religiosas. A Regional Oeste (que corresponde às subprefeituras na cidade de São Paulo) forneceu o levantamento das entidades que existiam na comunidade. O Departamento de Psicologia Social da UFMG também forneceu um material que trazia uma lista de 150 entidades.

foram aprimorados ao longo do tempo, a partir da institucionalização do programa, tornando-se cursos de formação em políticas de prevenção. Os cursos são, atualmente, uma diretriz central do programa, com o objetivo de envolver as comunidades para discutir os problemas que afetam a violência e produzir, ao final, um Plano Local de Segurança a ser seguido.

Em 2003, o programa foi institucionalizado por decreto pelo governo de Minas Gerais, que criou uma Coordenação Geral na esfera estadual, substituindo o Grupo de Trabalho. A partir do enfoque de uma política territorializada que acompanhava os diagnósticos das áreas mais violentas, o programa passou a atuar nos eixos Intervenção Policial Estratégica e Proteção Social para os jovens²¹⁰. Foi criada a SPEC (Superintendência de Prevenção à Criminalidade), dentro da estrutura da Secretaria de Defesa Social do Estado (equivalente à Secretaria de Segurança Pública), garantindo uma nova estrutura institucional que reconhecia o problema da violência como assunto que exigia ações focalizadas e sistêmicas para a contenção do crime e prevenção da inserção de jovens no tráfico de drogas. A SPEC garantiu recursos no âmbito do governo federal (SENASP/Ministério da Justiça), que posteriormente foram ampliados junto a outras agências (Alves, 2008). O poder público passou a articular planos de ação na área da prevenção da violência nos territórios mais vulneráveis da metrópole de Belo Horizonte e, posteriormente, investiu na municipalização do programa. Daí, a primeira diferença em relação a São Paulo: ações sistêmicas, focalizadas e territorializadas em escala metropolitana e, depois, municipal, com recursos próprios que possam garantir a autonomia dos técnicos.

No que se refere às políticas de proteção social, o princípio que norteava o trabalho era articular particularidades e universalidades. Trata-se de se posicionar em favor dos direitos universais e assumir que determinados grupos de indivíduos, nesse caso, os jovens pobres do sexo masculino, estão em situação de desigualdade em relação a outros grupos

²¹⁰ “O Programa, abria o debate sobre a questão das políticas de proteção social voltadas para a prevenção à criminalidade. Tais políticas não existiam, especialmente nas comunidades mais afetadas pelos altos índices de criminalidade. Para propor intervenções localizadas na esfera da repressão ao crime, era necessário, também, propor ações que fossem dirigidas para a proteção social que poderiam gerar um fator preventivo. Neste sentido, criou-se, na estrutura do Governo do Estado de Minas Gerais, uma Superintendência de Prevenção à Criminalidade, dotada de orçamento próprio e técnicos especializados nas Políticas Públicas de Prevenção.” (Alves, 2008: 114)

sociais, o que significa privilegiar suas particularidades no que se refere à falta de acesso aos direitos sociais, civis, culturais e econômicos²¹¹. A questão dos direitos particulares e universais conforme concebido pelo *Fica Vivo!* foi comentado por Alves, à época superintendente de prevenção à criminalidade:

Prevenção social ao crime vai trabalhar dentro de uma perspectiva política, que é a de agregar valor à política de segurança pública colocando a discussão sobre políticas sociais, programas sociais em relação a um público que é o alvo da segurança pública, mas que não é pensado enquanto público apto a políticas públicas de prevenção. Ou seja, nós estamos falando que a segurança pública tem um público, cidadãos, todos. Um público específico: criminosos, todos. Mas que nunca se trabalhou com o terceiro viés disso tudo, que é, onde e como pensar até que ponto esses cidadãos se tornam criminosos e deixam de ser cidadãos comuns. Então, a segurança pública sempre trabalhou no viés de fim de linha. Ou prendendo, ou condenando, ou massificando. É exatamente pela especificidade do público, é exatamente ter a necessidade de se pensar estratégias de trabalhar questões que ao mesmo tempo são da sociedade como todo, mas que se referem a grupos em particular, é que vem a discussão de prevenção à criminalidade. Os princípios universais são de direito, eles são indiscutíveis. [Gestora pública do *Programa Fica Vivo!* – *Controle de Homicídios*. Entrevista 25]

O programa foi baseado em duas linhas de ação: Proteção Social e Intervenção Estratégica²¹². O *Programa Fica Vivo!* inovou as políticas de prevenção à criminalidade.

²¹¹ Eis aqui um outro ponto fundamental que está no pano de fundo das discussões dos moradores do Conseg Campo Belo, que consideram que privilegiar os direitos dos mais pobres é uma estratégia incompatível com suas demandas por direitos universais, desconsiderando assim a priorização da garantia dos direitos nas áreas mais vulneráveis como solução viável para resolver os problemas.

²¹² O **Eixo Proteção Social** planejou articulações em rede (local, municipal e estadual) e investiu na mobilização comunitária a partir dos fóruns e cursos de formação sobre prevenção da violência para os moradores e representantes das escolas, ONGs, líderes comunitários, moradores comuns etc. Estabeleceu, em cada comunidade, *Núcleos de Referência* – um equipamento de base local, com técnicos formados em prevenção da violência (em geral da própria comunidade) cuja atribuição era coordenar uma série de oficinas desenhadas e ministradas por educadores da própria comunidade nas áreas de esporte, cultura, inclusão produtiva e comunicação, além de coordenar as redes institucionais locais. Na expansão do programa, houve parcerias com o projeto “Juventude e Polícia” (Afro-Regae/CESEC, RJ), onde educadores das comunidades ministravam oficinas de música para os policiais – pretendendo tocar nas relações hierárquicas e estigmas que caracterizam as relações entre policiais e jovens moradores das favelas. No **Eixo Intervenção Estratégica**, policiais militares e civis, juizes e promotores passaram a compartilhar informações, priorizando os dados e processos criminais realizados no Morro das Pedras. A partir desse intercâmbio de informações, as instituições passaram a expedir mandados de busca e apreensão para os cidadãos que eram procurados pela justiça. A Polícia Militar criou o GEPAR (Grupamento Especializado em Áreas de Risco), treinado em policiamento comunitário e equipado para tal. No âmbito do eixo Intervenção Estratégica do *Programa Fica Vivo!*, também foram realizadas operações policiais que contaram, no caso do Morro das Pedras, com operações conjuntas entre as Polícias Militar, Civil e Federal, para o cumprimento de mandados de busca e apreensão que visavam prender homicidas contumazes, aqueles que matam sistematicamente.

Entre suas virtudes está o foco nos jovens que passaram a ser objeto de políticas de prevenção primária (antes que o delito aconteça) e na participação da comunidade na definição e cogestão dos projetos a serem implementados. Os policiais militares tiveram o aporte da universidade para a análise e discussão dos dados criminais, através dos chamados Estudos Técnicos, desenvolvidos pelo CRISP. Anteriormente, os trabalhos aconteciam de forma pouco integrada e sem o intercâmbio das informações. A Polícia Civil e Militar não compartilhavam dados sobre autores e vítimas de homicídios. O Ministério Público e o Judiciário não haviam adotado mecanismos para compartilhar os processos; juízes entre si, por falta de articulação do sistema, não aplicavam sentenças com base em processos anteriores. Em decorrência, Polícias, Ministério Público e Judiciário não se articulavam para combater os homicídios. Tradicionalmente, não apenas em Minas Gerais, mas em São Paulo e em todo o Brasil, a Polícia Militar e a Polícia Civil têm trabalhado de forma pouco conjunta, sem se preocupar com o reordenamento das atividades operacionais e a articulação das informações (Lima, 2005). Como resultado, o programa contribuiu para a redução dos homicídios no Morro das Pedras (Silveira, et al., 2008) e também com reformas institucionais e uma cultura de intercâmbio de informações que notadamente esbarrava em comportamentos tradicionais e corporativos. No âmbito da SPEC, além do *Fica Vivo!*, outros quatro projetos foram desenhados para garantir programas que atuam na prevenção primária, secundária e terciária: *Programa Mediação de Conflitos*, *Programa de Apoio às Penas Alternativas*, *Programa de Proteção de Adolescentes Ameaçados de Morte* e *Programa de Reintegração do Egresso do Sistema Prisional*.

No entanto, dilemas também foram verificados. O principal foi a dificuldade na relação entre polícia e comunidade e a disputa pelo significado de “prevenção”, derivada dos diferentes “discursos de verdade” que caracterizam as instituições (Foucault, 2006 [1979]). Verificou-se em trabalhos anteriores (Galdeano et al., 2005b) que policiais do GEPAR começaram a realizar batidas policiais em oficinas do programa, baseando-se na “técnica da suspeição”. Basicamente, alguns policiais do GEPAR passaram a procurar

Essas operações tiveram o acompanhamento do Ministério Público, que garantia o controle das ações dentro dos marcos legais do Estado de Direito.

jovens envolvidos na criminalidade dentro das oficinas do *Fica Vivo!* que eram as mais procuradas por jovens envolvidos na criminalidade, como a oficina de capoeira. Nota-se que essa nunca foi uma diretriz do programa e os policiais não foram treinados para abordar jovens infratores no interior das oficinas. Dessa forma, o programa não pode ser avaliado como “uma proposta higienista do Estado” para controlar os pobres – um argumento que frequentemente é utilizado por entidades ligadas aos movimentos sociais na área da infância e adolescência para caracterizar a atuação da polícia junto a públicos estigmatizados. Por outro lado, há que se reconhecer que o autoritarismo socialmente enraizado nas instituições de controle da ordem pública torna lento o trabalho de formular uma nova cultura policial e jurídica. Efeitos não esperados, como esse, podem contribuir para a seleção do manejo das diferenças em áreas pobres. Ao mesmo tempo, dado a expansão do programa, inclusive a sua municipalização em cidades da Grande BH, fazia-se necessário articular novos grupos de Intervenção Estratégica, o que nem sempre reverteu em agilidade para compatibilizar as agências de justiça e segurança pública. As grandes operações foram abandonadas²¹³ tendo em vista o alto custo e também as opiniões da população, que se via humilhada pelo “cenário de guerra” e estigmatizada pelo imaginário do Morro das Pedras como um “território de bandidos”.

3. “Faltou Metodologia”: a experiência, a política e a técnica nas investigações dos ataques do PCC.

Um dos eventos mais marcantes na área da segurança pública em São Paulo durante a pesquisa de campo foram os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC). Esses eventos geraram discussões, argumentos e críticas, e mobilizaram entidades ligadas ao movimento nacional de direitos humanos, bem como os participantes dos Consegs, para

²¹³ Os Policiais Militares do GEPAR atuaram até dezembro de 2002, em ações conjuntas com Policiais Cíveis e Federais, com efetivos de 80 a 130 profissionais. A primeira grande operação aconteceu no dia 08 de Agosto de 2002, por ocasião da morte de 05 moradores do Morro das Pedras, após a “Chacina da Leonina”, comandada por um traficante local. Foram realizadas 08 grandes operações e 12 pequenas operações no Morro das Pedras, com o acompanhamento/controle de representantes do Ministério Público. Foram presos 30 adultos, 10 adolescentes infratores, aproximadamente 16 kg de maconha e crack e 20 armas. Os mandados de apreensão expedidos para os adolescentes infratores foram cumpridos.

“falar em nome da segurança”. Os ataques do PCC trouxeram elementos importantes para a minha análise, dos quais tratarei aqui.

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, ataques atribuídos à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) deflagraram rebeliões em penitenciárias, ataques a Delegacias de Polícia, bancos, bases comunitárias da Polícia Militar, ônibus, e mataram policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e civis. A cidade de São Paulo parou. O mentor dos ataques teria sido o líder do PCC, “Marcola”, Marcos Camacho, filho de pai boliviano e mãe brasileira, que iniciou suas atividades criminais na adolescência “batendo carteira” no Largo do Cambuci. Foi interno da FEBEM na adolescência, concluiu segundo grau na penitenciária e disputou a liderança do PCC com outro preso, “Geleirão”, que delatou o funcionamento da facção à Polícia e passou a fazer parte do programa de delação premiada. Os ataques teriam sido uma resposta à transferência de líderes do PCC para a Penitenciária de Presidente Venceslau, presídio de segurança máxima.

As polícias revidaram e a Secretaria de Segurança Pública do Estado informou que 126 pessoas foram mortas em confrontos. Dados necroscópicos de vinte e três IMLs (Institutos Médicos Legais) revelaram que, nesse período, 492 pessoas foram mortas em todo o Estado, vítimas de arma de fogo. Esse total indica mortes decorrentes dos atentados e também de violência comum. O dado apontava para o crescimento de mais 100% de mortes/dia, quando comparado com a média diária durante o segundo semestre de 2005. Entre os meses de maio, junho e julho de 2005, a média foi de 23 mortes por dia, enquanto que entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, registrou-se uma média diária de 55 mortes. Representantes de entidades pró-direitos humanos viam indícios de que o número oficial de mortes não correspondia com a realidade.

Esse fato recrudesceu a discussão sobre as políticas de segurança pública e resultou em um amplo debate na mídia entre jornalistas, especialistas, governantes e leitores, que durou praticamente todo o ano de 2006. Uma das discussões era sobre os procedimentos mínimos para articular uma política sistêmica entre instituições que cuidam do Sistema de Segurança, Sistema de Justiça e Sistema Penitenciário. Os ataques do PCC ocorridos em São Paulo revelaram a polarização das instituições envolvidas nos assuntos de segurança, tentando apontar os “culpados”: a elite, as polícias, as penitenciárias, os bandidos, os governantes etc.

As disputas institucionais se davam no âmbito do poder público e entre as instituições que se reuniram para discutir as evidências de execuções sumárias. As instituições do poder público adotavam a postura da “firmeza” e troca de farpas aconteciam entre os secretários de segurança pública e de administração penitenciária para apontar a responsabilidade dos ataques²¹⁴. Os Centros de Direitos Humanos de base local, entidades de defesa dos direitos dos presos e outras entidades ligadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos se organizavam juntamente com Ouvidoria de Polícia, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para discutir o aumento das mortes e as execuções de jovens pobres nas periferias, em encontros que acompanhei intensamente durante três meses. Dessa forma, os ataques do PCC se configuraram como um evento revelador de situações em que as instituições apresentam problemas em estabelecer consenso e apontar soluções, lutando pelo poder legítimo de falar em nome da segurança.

Diante dos eventos, uma *Comissão Independente e Mista* foi formada em caráter extraordinário para acompanhar e auxiliar as investigações em relação às mortes ocorridas entre os dias 12 e 20 de maio²¹⁵. Formada para auxiliar os trabalhos da Justiça e garantir transparência às investigações, a Comissão elegeu acompanhar 39 processos judiciais que indicavam execuções sumárias. Cada instituição ficou responsável por colher, via ofício produzido pela Defensoria Pública, os inquéritos policiais nas próprias Delegacias de Polícia ou nos fóruns para onde os inquéritos foram mandados, os quais continham o boletim de ocorrência, os dados necroscópicos produzidos pelo IML e a investigação da

²¹⁴ O resultado dessa disputa foi o pedido de demissão do então secretário de administração penitenciária, Nagashi Furukawa. De acordo com entrevista divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo*, Furukawa alegou que havia faltado comando do governador Claudio Lembo na investigação do PCC para efetivar ações conjuntas entre a SSP e a SAP na investigação dos 800 presos da cúpula do PCC que foram transferidos pouco antes dos ataques. Também alegou que a SSP havia proposto fazer “concessões ilegítimas” com os líderes da facção e seus advogados: “o argumento era que era preferível recuar um passo naquele instante para avançar cinco depois”. (SAULO quis acordo com PCC: ex-secretário rebate as críticas do titular da Segurança e afirma que faltou ‘comando’ a governador Lembo durante a crise’, 06/06/2006, C7). Ver também entrevista de Nagashi Furukawa concedida à Sérgio Adorno (2008b).

²¹⁵ A Comissão era formada por instituições da sociedade civil como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEP), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CRIMESP), o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), a Conectas Direitos Humanos, a Pastoral do Povo de Rua, o Centro de Direitos Humanos Santo Dias, além da Ouvidoria de Polícia, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal.

Polícia Civil. As entidades de base local ficaram responsáveis por identificar e mobilizar as testemunhas das mortes para que a Defensoria Pública procedesse na defesa das vítimas.

No entanto, os representantes das instituições possuíam distintas trajetórias profissionais e diferentes opiniões sobre o principal objetivo da Comissão. Os debates travados apontavam para contextos narrativos diferenciados que evidenciavam ora a experiência, a política ou a técnica como elemento central a ser considerado para o desenvolvimento das atividades. Alguns representantes achavam que a Comissão deveria se posicionar pela saída do então secretário de segurança pública, Saulo de Castro. Essa era a postura mais ligada às instituições da sociedade atuantes nos níveis estadual e nacional que tinham uma visão mais política dos eventos, ainda que as entidades de base tivessem críticas à condução da política de segurança pública em São Paulo. Outros achavam que o importante era aumentar o repertório de dados que possibilitasse fornecer provas substanciais a serem somadas aos inquéritos e processos judiciais, posições mais ligadas às instituições do Sistema de Justiça. As entidades de base viam problemas nessa última proposta já que não acreditavam na preservação das provas dos crimes produzidas pela Polícia Civil – diagnóstico que vinha da experiência de acompanhamento, de longa data, das ações das polícias nas comunidades, em que agentes da PC se mostravam particularmente “eficientes” em praticar subornos. De toda forma, comprometeram-se a fazer contato com as famílias dos jovens executados para garantir testemunhas que seriam ouvidas pela Defensoria.

Embora todos os atores fossem comprometidos com os direitos humanos, houve uma falta de consenso em relação ao objetivo central da Comissão. A discussão estava centrada na escolha de dois objetivos: produzir resultados a partir da punição via Justiça ou criar um fato político para desgastar o então secretário de segurança pública.

As entidades de base, atuantes nas comunidades, contribuíram com a discussão a partir da experiência, revelando como o crime organizado se sustentava no nível local até o Sistema Penitenciário. Argumentavam que “nunca houve enfrentamento público” na questão das penitenciárias no Estado de São Paulo. De forma que o crime organizado se estabeleceu a partir de acordos entre o PCC, os policiais e o Sistema Penitenciário como um todo. Essa relação de “infratores-civis” e “infratores-agentes do poder público”, com

base na corrupção, era o que caracterizava o crime organizado²¹⁶. Além disso, argumentavam que as prisões funcionavam através de um esquema que envolvia as famílias pobres, que acabavam alimentando a organização do PCC na medida em que recebiam dinheiro para a passagem de ônibus que subsidiava o transporte dos parentes de presos, bem como o dinheiro do “jumbo” (alimentos comprados fora da prisão). Denunciavam também as execuções sumárias ocorridas nos bairros e nas prisões, fora do período dos ataques, e não confiavam nos dados produzidos pela Polícia Civil em função da “maquiagem” das cenas de crimes.

As organizações não governamentais atuantes em nível estadual e nacional, viam motivos de crítica ao então secretário de segurança pública tendo em vista que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) não divulgava a lista completa de mortos, tampouco todos os laudos necroscópicos. Somava-se a isso, o fato alegado pelas entidades e políticos ligados aos direitos humanos de que a SSP não recebia os representantes dessas instituições para estabelecer um debate e acatar demandas. Evidenciavam, assim, o problema *político*. Havia, para eles, uma falta de transparência do governo na divulgação de dados que vinham a reforçar os abusos cometidos pelos policiais. Nas entrevistas concedidas à imprensa, essas entidades chamavam a atenção para a confusão dos números dos mortos durante os ataques. Para a SSP, 185 era o número de pessoas mortas (23 policiais militares, 08 policiais civis, 06 agentes penitenciários, 03 guardas civis, 23 presos em rebeliões e 122 “suspeitos”)²¹⁷. Para a Comissão, o número era 492 pessoas mortas. Esse diagnóstico motivava o pedido de uma audiência com o secretário, com a participação da imprensa, onde a discrepância dos dados seria discutida, pressionando sua liberação.

Os defensores e promotores públicos argumentavam que queriam resultados e tentavam dividir tarefas, organizando subcomissões para solicitar os inquéritos policiais nas delegacias de polícia e “convencer” as testemunhas para que os processos pudessem ser abertos por parte da Defensoria. Como disse um representante da área jurídica: *A gente precisa daquela mulher que diz, “Eu escutei quando ele [o policial] disse: ‘Cala a boca*

²¹⁶ O mesmo argumento pode ser encontrado em Misse (2007).

²¹⁷ FALTAM mortos na lista, afirma promotor. *Folha de São Paulo*, 07/06/2006, C4. Caderno Cotidiano.

vagabundo’”²¹⁸. A visão menos política - e menos preocupada com a possibilidade de enfraquecer a cúpula da SSP - orientava ações mais *técnicas*. Discussões como a que segue revelavam a disputa entre esses dois últimos procedimentos, “mais político” e “mais técnico”:

Defensor Público: “Não adianta bulir com o Saulo. A Defensoria quer resultados (...). Essa pretensão [em relação ao secretário de segurança] é uma consequência”.

Representante de entidade supralocal: “Ninguém vai bulir. A Comissão Independente tem que ser reconhecida. (...) A gente quer ouvir o outro lado [da SSP]”.

Defensor Público: “Que nossa energia seja gasta para produzir resultados”. [DC, 06/2006]

Durante o encontro em que se deu tal embate, a imprensa esperava do lado de fora da sala de reunião para colher entrevistas. Quando as portas se abriram e cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos entraram, alguns participantes se levantaram, abotoaram o paletó e se colocaram à disposição para falar. Outros fizeram o oposto e saíram da sala. O Defensor argumentava que não tinha nada de novo para dizer. Os representantes das organizações não governamentais atuantes em nível estadual e nacional traduziram à imprensa o problema da falta de transparência dos dados por parte da SSP e argumentavam que era preciso estabelecer relação com a imprensa para mostrar a questão dos direitos humanos e suas infrações à sociedade. Nos corredores, uma ativista com trajetória na universidade indicou como analisava a disputa que se dera naquela reunião: a Defensoria Pública estava disposta a promover sua legitimidade, buscando resultados concretos²¹⁹. As entidades de base, por sua vez, indicavam que os moradores estavam com medo de depor e sofrer represálias, situação que seus ativistas também sofriam e, por isso, eram solidários. As entidades de base se voltaram para o âmbito local e, tempos depois, foram criticadas pelo defensor público por não terem trazido as testemunhas das vítimas para depor.

Ao longo dos encontros, houve consensos no desenvolvimento dos trabalhos. As entidades supralocais estabeleceram diálogo com delegados de polícia para ter informações

²¹⁸ DC, 09/2006.

²¹⁹ A busca pela legitimidade da Defensoria Pública do Estado de São Paulo se justifica no contexto de sua criação recente, em 2006. “A Defensoria Pública de São Paulo é uma instituição cuja função é oferecer serviços jurídicos gratuitos aos cidadãos que não possuem recursos financeiros para contratar advogados, atuando em diversas áreas. A Constituição Federal a prevê como órgão de função essencial à Justiça e em São Paulo foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 988 de 2006.” In: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2868>. Acesso em 18/08/2009.

sobre as investigações, entre eles um que foi identificado como comprometido. Também houve apoio à Defensoria Pública no sentido de apoiar as ações do Ministério Público Estadual para pressionar a SSP para a liberação de dados que poderiam surtir na investigação das causas-morte e punições de execuções sumárias. O Ministério Público Estadual tinha a competência de instaurar inquéritos policiais, mediante a requisição dos laudos e boletins de ocorrência sobre as vítimas civis e não civis.

O Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), a ONG *Conectas Direitos Humanos* e a Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, divulgaram uma nota à imprensa²²⁰ esclarecendo suas atividades e informando que havia sido solicitado ao procurador geral da República (ligado ao Ministério Público do Estado de São Paulo) o acompanhamento das investigações²²¹. Entre os itens divulgados na nota, destacava-se que havia “grande preocupação com a produção e preservação de provas” na apuração dos homicídios. Solicitava-se que o procurador reconhecesse a Comissão no acompanhamento das atividades de investigação relacionadas aos abusos de agentes policiais no exercício da função. Afirmavam que o CRM (Conselho Regional de Medicina) iria prosseguir na verificação dos trabalhos nos IMLs, para “colaborar e não investigar”, como a notícia vinha sendo divulgada pela imprensa. A idéia por trás dessa afirmação era a desconfiança em relação aos laudos que eram divulgados pela polícia científica e questionados por serem maquiados. Por fim, também diziam – e esse era o objetivo da Comissão – que as investigações subsidiariam medidas legais de apoio e orientação jurídica para as vítimas, fossem eles “policiais, agentes penitenciários ou civis e seus familiares”.

No entanto, em 12 de Setembro, a Comissão fez um balanço das atividades, avaliando que faltou pragmatismo nas ações. De forma geral, a Comissão usou muito tempo dos encontros para criticar funcionários do governo e as polícias, repetindo as denúncias já consensuais em relação aos direitos humanos. O representante do Ministério

²²⁰ A nota divulgada à imprensa pode ser lida integralmente no *site* do Ministério Público Federal: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=7205>. Acesso em 02/2009.

²²¹ O ofício encaminhado ao Procurador Geral da República está disponível também no *site* do Ministério Público Federal: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/asscom/oficio22.05.pdf>. Acesso em 02/2009.

Público Federal “puxou a orelha” dos membros da Comissão: os ativistas mais próximos das comunidades - que tinham o trabalho de mobilizar as testemunhas - haviam faltado nas últimas reuniões e as subcomissões não se reuniram. *A responsabilidade não é só das subcomissões em apresentar resultados para a sociedade!*, disse ele, indicando que todas as instituições envolvidas na Comissão tinham se comprometido a mostrar resultados. *Fica muito feio fazer o escarcéu que a gente fez e não apresentar sequer um caso*, complementou o representante do MPF, pressionando a Comissão para a reorganização dos trabalhos. Ele também informou que inquéritos já estavam sendo arquivados pelo MPE. A representante de entidade de base com trajetória na universidade tentou articular os interesses dos participantes que se dividiam entre a experiência, a política e a técnica, apontando que *faltou metodologia desde o começo*²²². De acordo com ela, era preciso apresentar os dados e qualificá-los politicamente, o que significava dizer que as execuções não estavam ligadas aos grupos de extermínio e sim a uma ação da cúpula da SSP que autorizou os policiais a excederem no uso da força letal. Além disso, chamou atenção para o fato de que o problema verificado nas comunidades era que os casos eleitos como prioritários pela Comissão nem sempre correspondiam com os casos que estavam aparecendo nas comunidades, de forma que as testemunhas dispostas a falar não foram acolhidas e, com o tempo, perderam o impulso para dar testemunhos.

A partir desse diagnóstico, novas ações foram tomadas. Seria encaminhado um documento ao Ministério Público Estadual para que os arquivamentos não fossem realizados. O sociólogo Paulo Mesquita Neto se somou à Comissão e foi o relator do relatório apresentado em Outubro do mesmo ano ao CDDPH (Conselho de Direitos da Pessoa Humana), presidido pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, e vinculada ao Ministério da Justiça. A partir dos laudos periciais com base nas trajetórias das balas que evidenciavam tiros à queima-roupa e de baixo para cima, o relatório indicava que havia fortes indícios de execuções.

Há evidências de que os poderes públicos toleraram as execuções de policiais em relação aos “suspeitos”, indignados que estavam com as mortes dos 40 policiais assassinados. Quanto aos ataques sofridos pelos policiais, a indignação foi acompanhada

²²² Todas as falas transcritas estão em DC 09/2006.

por parte da população (notadamente a mais escolarizada), como indicaram as cartas de leitores publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* em 15 de Maio de 2006, durante os ataques:

Quando da morte de 111 bandidos armados com facas, estiletes e seringas com sangue contaminado por HIV no Carandiru, houve uma enorme revolta por parte dos órgãos de imprensa, dos partidos de esquerda e das entidades “de direitos civis”. Agora, com a morte de dezenas de policiais, não vejo nenhuma reação dessas entidades além da tentativa de culpar o governo estadual, imputando a este falta de ações que pudessem evitar o ocorrido. (M.A.B, sexo masculino, SP)

Com esses ataques do PCC, fica evidente que as autoridades competentes não dispõem de instrumentos físicos e, principalmente, jurídicos para combater e cercear o terrorismo urbano que estamos presenciando. Sabemos que países que tiveram acontecimentos semelhantes endureceram e aperfeiçoaram sua legislação no sentido de mostrar o lado duro da lei e da ordem. Aqui, no Brasil, vemos o ministro de Justiça defender redução de penas, indultos que colocam nas ruas milhares de delinquentes e leis e instrumentos jurídicos que impedem ou reduzem ao mínimo o tempo de permanência de assassinos na cadeia. E vemos as entidades representativas defenderem mais os bandidos do que a gente de bem. Só falta o nosso competente governo petista criar o "Bolsa-Cadeia". Chega de visitas íntimas, de regalias e de reduções de pena. Quem pratica um crime tem que saber que vai pagar para a sociedade o preço do erro cometido. (A.C., sexo masculino, São Paulo, SP)

Enquanto o clima de insegurança se alastrava na cidade, medidas foram tomadas pelo Congresso Nacional em relação ao RDD – Regime Disciplinas diferenciado – para condenados por crimes hediondos, contentando os cidadãos que pediam mais “dureza” da justiça. Esses discursos, como apontam as cartas dos leitores acima, indicam que parte da sociedade não apóia as entidades aliadas na Comissão Independente e Mista, vistas como aquelas que “apóiam a bandidagem”. Algumas cartas dividem “cidadãos de bem” e “bandidos”, acusando os ativistas de entidades de direitos humanos de tratarem os segundos de “coitadinhos do sistema”. Os leitores pedem para que as entidades reconheçam a criminalidade e os infratores e que desloque o seu discurso para essa consideração. As cartas apresentam discursos conservadores do ponto de vista dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que acusam a impotência do Estado diante dos ataques.

Frequentemente, o poder público argumenta que as entidades mais atrapalham do que ajudam. As entidades, por sua vez, repetem que se denunciar é atrapalhar, então continuarão atrapalhando. A denúncia tem um papel fundamental a cumprir e as entidades têm tido sucesso em incluir a pauta dos direitos humanos no debate público. A discussão

das políticas públicas de segurança e prevenção da violência tem também atingido um outro patamar no debate público, também por conta das ações do governo federal nas últimas décadas, o que coloca as entidades em situação de interação com o Estado, de forma a aliar denúncias, proposição e cogestão participativa (Soares, 2003: 81). Em linha semelhante, Mesquita Neto indica que

Defensores dos direitos humanos têm dificuldade (e às vezes se recusam) a discutir e negociar políticas para controlar e prevenir essas ameaças. Organizações de direitos humanos muitas vezes ainda adotam uma postura de crítica e oposição absoluta, sem discussão e negociação, a qualquer lei ou política que implique restrição dos direitos, mesmo aquelas propostas e adotadas por governos eleitos democraticamente, empenhados efetivamente no controle e prevenção do crime e da violência.

Esta postura, (...) tem condenado organizações de direitos humanos à radicalização e praticamente irrelevância diante das políticas governamentais pouco ou não comprometidas com os direitos humanos. A formulação e implementação de políticas de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária, com raras exceções, continuam a ser dominadas por políticos, policiais, promotores e juízes sem compromisso com os direitos humanos.

(,,) Grupos de direitos humanos são marginalizados e excluídos do debate público e conseguem ganhar visibilidade apenas diante de casos extremos de violações de direitos humanos com repercussão nacional e internacional (Mesquita Neto, 2008:54)

Sem negar a desigualdade e as graves infrações aos direitos humanos, autores como Mesquita Neto (2008) e Soares (2003) apontam para as dificuldades que advém da baixa capacidade de negociação das entidades com os poderes públicos. Em um momento como o atual, em que a discussão sobre as políticas públicas de segurança tem crescido, as denúncias continuam importantes, mas um desafio adicional se apresenta: o de mostrar como políticas públicas de segurança baseadas nos direitos humanos podem ser eficientes e eficazes no controle e prevenção do crime (Mesquita Neto, 2008: 55). Os dualismos tais como esquerda/direita, reacionário/progressista, bom/mau dificultam essa tarefa, em um contexto em que a participação da sociedade civil na discussão dos assuntos afetos à violência retoma a necessidade da “reciprocidade entre estranhos” (Zaluar, 1997).

Ao mesmo tempo, os ativistas ligados à defesa dos direitos da criança e do adolescente, em busca de sua autonomia e da representação dos moradores mais pobres, em geral moradores de favela, centram suas ações em denunciar as injustiças que acometem os públicos estigmatizados. Para alguns ativistas, como Isabel, a relação com a universidade e as pesquisas é desejável, mas, segundo ela, os intelectuais se afastaram da

periferia e passaram a se tornar cada vez mais assessores e consultores do governo, disputando recursos com os pobres.

No contexto do PRONASCI, a postura de distanciamento dos ativistas locais de entidades de direitos parece estar sendo revertida, tendo em vista a mobilização para a I Conferência Nacional de Segurança Pública a ser realizada em Brasília em 2009, que irá definir diretrizes e princípios nesta área. Mudanças substanciais parecem estar ocorrendo na participação das entidades locais de defesa dos direitos na discussão sobre a segurança pública. Recentemente, o deputado Renato Simões, que, como apontei a pouco, também participou dos atos públicos na favela de Sapopemba contra a *Operação Saturação*, mencionou que *Sem abrir mão da denúncia é preciso dizer o que queremos. Como transformar a política de segurança pública em uma política voltada para a proteção e defesa do cidadão capaz de, de forma integrada, prevenir e impedir a violência?*²²³ Relevante também é apontar que a Campanha da Fraternidade, em 2009, pela primeira vez aborda do tema Fraternidade e Segurança Pública.

4. Os participantes dos Consegs diante dos ataques: o pânico, o silêncio e o “trabalho do tempo”

Para além das disputas mais amplas que os ataques do PCC suscitaram na arena das políticas públicas de segurança, cabe voltar aos Consegs para analisar como os moradores dos bairros estudados se posicionaram localmente frente ao evento. Para essa análise, recorro ao trabalho de Veena Das, *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo* (1999). Nele, a autora contrasta a “plenitude da fala”, em que as narrativas de pessoas diante de um determinado evento contribuem para reafirmar “as fronteiras entre o civilizado e o selvagem”, e o “retrato de pobreza, especialmente de pobreza de palavras, (...) como uma virtude” (Ibid.: 31). Das viu no silêncio das mulheres *punjabi* violadas durante a Partição da Índia a atualização da violência nos registros de família. As mulheres não falavam do evento, de modo a preservar a honra dos maridos e das famílias, de modo que “A

²²³ Discurso realizado durante a Conferência Livre sobre Segurança Pública organizado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, Centro de Direitos Humanos Santo Dias, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba e Igreja Católica. DC, 25/07/2009.

comunidade oferecia o silêncio como proteção” (Ibid.: 34). Calar-se, “costurar a língua”, é, também, o retrato de uma cultura e dos conflitos subjacentes às experiências de uma forma de vida compartilhada. Mas a atualização do evento no cotidiano permanecia, por exemplo, no ressentimento do marido que desconfiava que o primeiro filho de sua mulher era fruto de um estupro e, por isso, o rechaçava constantemente. O tempo, assim, “trabalhava”. Ela diz:

A violência que descrevi aqui constitui um padrão recorrente, com variações diversas, no interior das famílias e grupos de parentesco punjabi. (...) A habilidade de “fala a violência” encontra-se nos recessos dessa cultura de encenar e contar histórias, no interior dos domínios da família e do parentesco. O tempo não é algo meramente representando, mas um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas. Dentro desse contexto, a violência da Partição é envolvida na experimentação com diversas vozes e modalidades nas quais se desenvolvem narrativas familiares (Ibid.: 37).

Por que os participantes do Conseg Sapopemba não se posicionaram frente aos ataques? Por que eles não reproduziram as palavras de ordem que, como mencionei a pouco, frequentemente apareciam nos jornais?

Creio que o “trabalho do tempo” se colocou. Através do “silêncio”, as particularidades de um espaço e tempo se revelavam. Acredito que as desolações sociais vividas por Seu Bernardo, cujo filho morreu em decorrência de drogas injetáveis, e por José, o segurança privado e evangelizador em presídios que perdeu tantos amigos em decorrência do ingresso no mundo do crime, tornavam “assimiláveis” os sofrimentos de mais de 400 famílias que tiveram seus filhos mortos por serem “suspeitos”. Se por um lado, os participantes do Conseg Sapopemba mantinham-se em silêncio em relação ao evento, por outro, eles repetiam a necessidade de políticas capazes de garantir os direitos humanos dos jovens através do acesso ao lazer, cultura, renda, educação etc. Parafraseando Das, o fato desses moradores não reproduzirem palavras de ordem pró-encarceramento para os “suspeitos” revelam, a meu ver, que os ataques do PCC ecoavam nas experiências pessoais “por meio de um enfrentamento repetido”, “o reconhecimento do ser do outro, constituindo (...) um conhecer pelo sofrimento” (Ibid.: 39). Não posso afirmar que os participantes do Conseg Sapopemba reproduziram, ao contrário dos participantes do Conseg Campo Belo, mais violência, mesmo que grande parte deles se diferenciasse dos moradores das favelas.

Como mencionei no Capítulo 3, os moradores da “vila” de Sapopemba demandavam o direito à segurança, mas também conheciam os esquemas de corrupção e suborno praticados na sociabilidade corrupta entre policiais e o tráfico de drogas. Como Charles Briggs aponta, não podemos “take discourse ‘circulation’ for granted, as a mechanical process that merely transmits meanings, denying it the sense of cultural and performative significance attributed to discourse ‘production’” (Briggs, op. cit.: 343-344).

De acordo com Das, ao contrário da pobreza das palavras, falar sobre a violência, não raro, é tentar elaborar as fronteiras entre o civilizado e o selvagem. Os participantes do Conseg Campo Belo brandiram palavras de ordem, pedindo por punições para os “bandidos”.

Tal qual se nota nas cartas dos leitores mencionada acima, os moradores de Campo Belo e região mostraram-se solidários aos policiais e críticos em relação às ações da Secretaria de Segurança e às mobilizações das entidades ligadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos. Denis, 26 anos, disse exaltado: *O governo tucano* [referência ao governo de Geraldo Alckmin, PSDB] *fez acordo com o PCC (...). O Saulo* [de Castro] *não fez nada a não ser acordos. Se não fosse pela Polícia Militar... A imprensa* [está] *aliada aos direitos humanos. Estamos perdidos*. Outro morador pedia para que as autoridades aproveitassem *que* [os marginais] *estão morrendo de medo para acabar com as bocas* [de fumo]²²⁴.

No início do encontro logo após os ataques do PCC, os dois Capitães da Polícia Militar se posicionaram calmamente. O primeiro a falar, fez uma relação entre a criminalidade e a ausência de políticas sociais, chamando a atenção para o fato de que crianças e adolescentes entre 8 e 12 anos estavam sendo recrutadas pelo tráfico de drogas nas favelas da avenida Águas Espraiadas e recebendo R\$40,00 por dia de trabalho. *A PM sozinha não dá conta* [de resolver o problema]. *É necessário a atuação de outras entidades*²²⁵. O segundo Capitão tentou acalmar os moradores, já prevendo, acertadamente, que os ataques do PCC repercutiriam nas falas dos moradores. Disse que a Polícia Militar estava precavida e que os ataques haviam ocorrido *com mais frequência nas periferias*,

²²⁴ DC, 05/2006,

²²⁵ DC, supracitado.

sendo que apenas em casos excepcionais ocorrem nas áreas centrais. *A situação hoje é de calma*, ele disse²²⁶.

Acalmados pelos policiais, eles retomaram a discussão de seus principais problemas: a prostituição e os barracos. Mas o pânico que se seguiu aos ataques foi revertido na “justiça pelas próprias mãos” como forma de combater a criminalidade e a violência entre aqueles que eles julgavam ser os “agentes da insegurança”. Sob o impacto dos ataques do PCC, era possível ouvir as frases claramente orientadas ao desrespeito aos direitos civis dos moradores das favelas. Não creio que seja coincidência o fato de que os moradores comentaram, durante o “cafezinho”, que a “solução” para os moradores dos barracos teria que *ser no ferro*. Uma moradora comentou: *Quer saber [como se faz para resolver o problema dos barracos]? Tem que contratar seis bandidos. Quero ver se [o morador do barraco] não sai*²²⁷.

Os ataques do PCC contribuíram para que os moradores de Campo Belo e região reforçassem a sua posição de classe média prejudicada. Seu sentimento de ordem e trabalho colocavam-nos em uma situação de pagar impostos e sofrer com os crimes contra o patrimônio, sendo vitimados pelos “pobres-incivilizados-bandidos” e os “ricos corruptos”. Ao mesmo tempo, eles queriam respostas efetivas do poder público, cujas saídas não se mostravam efetivas. Essas discussões levavam os moradores a reclamar as promessas não cumpridas dos subprefeitos, que se mostravam dispostos a resolver problemas e depois simplesmente não atendiam aos telefones e se recusavam a receber os representantes do Conseg. Além disso, o desdém com que eram muitas vezes tratados, somados aos escândalos de corrupção, fechava o ciclo da explicação que aponta o poder público como o culpado pelo declínio da qualidade de vida. Os moradores da classe média de Campo Belo se comparavam com a elite política, o que os tornava revoltados e ressentidos: *Gostaria de saber se a resposta seria a mesma, caso essa invasão fosse na porta ou na rua de alguma autoridade!*²²⁸

²²⁶ DC supracitado.

²²⁷ DC, 07/2006.

²²⁸ DC, supracitado.

Pretendi chamar a atenção para as tramas institucionais na área das políticas públicas de segurança. Os dilemas centrais verificados no desmanche da SMSU, na *Operação Saturação*, nos programas *Virada Social* e *Fica Vivo! – Controle de Homicídios* são basicamente os mesmos: a dificuldade de reorganizar as instituições públicas, o conflito entre as diferentes verdades sobre a figura do “agente da insegurança” e o limite tênue entre garantir os direitos de grupos vulneráveis e tratá-los como “grupos de risco”, alvo da “administração técnica das diferenças” (Rose, 1999), via controle policial. Ao mesmo tempo, impõe-se o desafio de dissuadir o crime como uma oportunidade fácil e acessível para jovens pobres, os alvos mais tangíveis de se tornarem “perpetradores” e vítimas da violência e do crime organizado. Esse desafio depende da interação entre os atores interessados na discussão das políticas públicas de segurança e prevenção da criminalidade: policiais, ativistas de entidades de direitos, técnicos do poder público, juízes e promotores, Universidade e cidadãos comuns.

Considerações Finais

Esta pesquisa investigou as interações de moradores reunidos para falar em nome da segurança, em bairros com diferentes índices de vulnerabilidade social e criminalidade. Privilegiei realizar um estudo etnográfico nos Conselhos Comunitários de Segurança e, a partir do contato com grupos seletos de moradores interessados em discutir os problemas locais, ampliei a pesquisa para as relações cotidianas.

Os Consegs foram criados durante o governo de Franco Montoro e representaram um avanço na participação da sociedade civil na discussão da violência. Como vimos, sua implementação nos bairros da cidade de São Paulo correspondeu a um período de forte resistência de policiais e da sociedade civil em relação aos direitos humanos, vistos como “privilégios de bandidos”. Desde 1985 até hoje, algumas reformulações importantes ocorreram no seu funcionamento, como a incorporação da participação dos guardas civis metropolitanos e dos representantes das subprefeituras. A participação da sociedade civil também foi ampliada e, atualmente, há maior diversidade de entidades representativas. Em Campo Belo, predomina a participação de associações de bairros e “moradores comuns”. E em Sapopemba há maior variedade de representantes: do Posto de Saúde, Conselho Tutelar, escola pública, associação de bairros e, de forma mais esporádica, representantes oficialmente vinculados ao CEDECA e CDHS.

Minha pesquisa etnográfica permite afirmar que vivemos, atualmente, um momento de mudanças e paradoxos no campo da linguagem dos direitos. Ao narrarem os problemas da insegurança, os moradores acionam alguns estereótipos de classe, gênero e faixa etária que são mobilizados, sobretudo, quando se trata de nomear prostitutas e jovens pobres como os responsáveis pela insegurança. Ao mesmo tempo, as pessoas se apóiam na linguagem dos direitos para chamar a atenção do poder público para as suas necessidades mais imediatas: políticas públicas para os jovens, respeito à lei de zoneamento urbano, área verde, trânsito menos caótico, policiamento no bairro e na escola, entre outras. É comum que uma mesma pessoa acione direitos e reproduza intolerâncias - por exemplo, quando o morador diz que “o cidadão que paga imposto não tem o mesmo direito que o jovem do

barraco tem” e exige o respeito ao Plano Diretor do bairro. Ou então quando afirma que “a função das mulheres moradoras de favelas é ser parideira” e reivindica que o poder público dê respostas para ruas sujas, “gatos” e furtos, ou mesmo quando atribui a responsabilização das prostitutas e travestis pelos assaltos, enquanto o que pretende é não ter algazarra na porta de casa. Essas narrativas revelam ambiguidade na linguagem dos direitos: muitas vezes, para dramatizar os problemas cotidianos, o pânico moral se alastra.

Para compreender a essencialização de certas categorias tidas como “perigosas”, pretendi dar voz aos sujeitos nomeados como “agentes da insegurança”. Além das prostitutas e jovens infratores, também incluí os policiais como sujeitos frequentemente estigmatizados. Como busquei apontar, há uma rede de relações complexas envolvidas na experiência de vida de todos esses moradores e é preciso ter cuidado para rotulá-los como perpetradores ou vítimas incondicionais da violência. O risco dessa simplificação é generalizar condições que são particulares. A denúncia de policiais corruptos é uma ação das mais importantes. No entanto, há mudanças significativas no comportamento de policiais que ingressaram nas corporações após a ditadura militar. Muitos deles concordam que o “tapa no pé do ouvido” é necessário quando o “jovem não respeita a autoridade”. Mas esse mesmo policial pode estar comprometido com a vida e não ser o mesmo que legitima o extermínio dos “bandidos”.

Os ativistas de entidades de direitos humanos são aqueles que mais têm domínio da linguagem dos direitos, mas, em geral, eles não se apropriam dos Consegs. Acostumados a difundir a noção de direitos humanos junto aos mais pobres, eles avaliam um tanto apressadamente que os moradores que participam dos conselhos são retrógrados. A meu ver, a participação de pessoas mais afinadas com a linguagem dos direitos nos espaços participativos é importante para instruir a população sobre o significado dos direitos humanos – essa categoria também nebulosa que é acionada como se fosse uma entidade ou uma pessoa. Negligenciar a participação nos Consegs é perder a oportunidade de conquistar/formar aliados importantes no âmbito local e discutir as causas e soluções do “problema da violência” – essa categoria êmica cujos significados estão relacionados a práticas sociais diversas, como a experiência política, a história de vida e a trajetória profissional.

O trabalho de campo no acompanhamento do desmanche do *Programa Comissões Civis Comunitárias*, da *Comissão Independente e Mista*, e da *Operação Saturação* revelou que não é simples encontrar verdades entre aqueles que estão envolvidos na discussão das políticas públicas de segurança e prevenção da violência. As dissonâncias nesse campo mostram uma situação de tramas institucionais e simbólicas que se materializa na dificuldade de reorganizar as instituições públicas, nos desacordos sobre a figura do “agente da insegurança” e no limite tênue entre garantir os direitos de grupos vulneráveis e tratá-los como “grupos de risco”, alvo da “administração técnica das diferenças”.

Quero crer que o cenário atual é promissor. Os esforços dos últimos governos democráticos para elaborar políticas e programas na área dos direitos humanos e prevenção da violência parecem estar surtindo efeito em promover relações mais tolerantes entre policiais, ativistas, pesquisadores, ONGs e operadores da justiça. Faltam, ainda, programas sistêmicos, articulação entre as secretarias, clareza nos objetivos das ações e a priorização das necessidades particulares de jovens pobres e suas famílias. A meu ver, o declínio na taxa dos homicídios em São Paulo não deve ser suficiente para estarmos satisfeitos. A preferência desses grupos como alvo de políticas é necessária simplesmente porque se trata de garantir os seus direitos. Para voltar ao início desta tese, e retomando minhas preocupações políticas, acredito que estamos caminhando para um futuro em que acordos mais produtivos se estabelecerão quando as instituições e atores se reunirem para falar em nome da segurança.

Bibliografia

ADERALDO, Guilherme André. 2008. *Das ruas às telas: representações da violência na mídia eletrônica*. Dissertação (Mestrado) – IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ADORNO, Sérgio. 1993. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB - Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, 35: 3-24.

_____. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, 21: 135-51.

_____. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos: Cebrap*, 43: 45-65.

_____. 1996. *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. Tese de Livre Docência - FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. 1997. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo (notas de apresentação). *Revista Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 9 (1): 1-4.

_____. 1998. Conflitualidade e Violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Revista Tempo Social*, 10 (1): 19-47.

_____. 1998b. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *São Paulo sem Medo: um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamond.

_____. 1999. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. São Paulo. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 11(2): 129 –155.

_____. 2002. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 8: 84 - 135.

_____. 2003. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Revista Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 15 (2): 103-140.

_____. 2008a. Virtudes cívicas perdidas?. (Apresentação de livro). In: SPAGNOL, Antônio Sergio. *Jovens Perdidos: um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/ Fapesp.

_____. 2008b. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo. Entrevista com Nagashi Furukawa. *Revista Novos Estudos Cebrap*, 80: 21-41.

ADORNO, S. & CARDIA, N. 1997. *Dilemas do controle democrático da violência: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, USP, mimeo.

ADORNO, Sergio; LIMA, Renato Sergio de & BORDINI, Eliana B. T. 1999. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

ALMEIDA, Ronaldo. 2009. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

ALMEIDA, Ronaldo de e MONTEIRO, Paula. 2001. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo Perspectiva*, 15 (3): 92-100.

ALVITO, Marcos. 1998. *As cores de Acari*. Dissertação (Doutorado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Márcia Cistina. 2004. *Mobilização Comunitária e Prevenção Social do Crime - Uma Avaliação da Participação Comunitária no Projeto Fica Vivo do Morro das Pedras*. Monografia - CRISP/ Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. 2008. *Programas de Prevenção à Criminalidade: dos processos sociais à inovação das políticas. A experiências do Fica-Vivo*. Dissertação (Mestrado) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

ARENDT, Hannah. 1989. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. 1987. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1990. *Da Violência*. Brasília: UNB.

_____. 1976. *Origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro: Editora Documentário.

AVELAR, Idelber. 2005. *Borges, a antropologia e a escrita do "outro": uma leitura de "O Etnógrafo"*. Disponível em <http://www.geminaliteratura.com.br/resenha18.htm>

BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Divisão de Desenvolvimento Social, 2000a. *Notas Técnicas em Prevenção da Violência. Technical Note 5. Prevenindo a Violência*. Disponível em <http://www.iadb.org/sds/violence>

_____. 2000b. *Notas Técnicas em Prevenção da Violência. Nota Técnica 2. Como a violência é mensurada?* Disponível em <http://www.iadb.org/sds/violence>

BALESTRELI, Ricardo. 1998. *Direitos Humanos é coisa de polícia*. Passo Fundo: Passo fundo: CAPEC, Paster Editora.

BARREIRA, César. 2004. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 77-86.

BEATO, Cláudio. 1998. Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability. In: *Seminário sobre a Reforma do Estado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Mimeo.

_____. 2002. Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. In: OLIVEIRA, Nilson (org). *Policiamento Comunitário: experiências no Brasil, 2000-2002*. São Paulo: Página a Vida.

BEATO, Cláudio e SOUZA, Robson Sávio R. 2003. Controle de Homicídios: a experiência de Belo Horizonte. *Cadernos Adenauer: Segurança Cidadã e Polícia na Democracia*, 03: 51-74.

BECKER, Howard S. 2008. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENGOCHEA, Jorge; GUIMARÃES, L.B; GOMES, M.L. e ABREU, S.R. 2004. A transição de uma Polícia de Controle para a uma Polícia Cidadã. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 119-131.

BORGES, Jorge Luis. 2009. *Poesia: Jorge Luis Borges*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel.

_____. 1991. *Language and Symbolic Power*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

_____. 1987. What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups. *Berkeley Journal of Sociology, A Critical Review*, 32: 1-17.

BOURDIEU & WACQUANT. 2004. Symbolic Violence. In: SCHEPER-HUGHES and BOUGOIS. *Violence in War and Peace: an Anthology*. Blackwell Publishing.

BORGES, Antonádia. 2006. Barraco: etnografia dos meios e modos. In: FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema. *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

BUTLER, Judith. 1997. *Excitable Speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.

_____. 2002. *Cuerpos que importa. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Piados.

_____. 2003. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge.

_____. 1998. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do "pós-estruturalismo". *Cadenos Pagú*, 11: 11-42.

BRAH, Avtar. 2002. *Cartographies of diaspora, contesting identities*. New York/ London: Routledge.

BRIGGS, Charles L. 2007. Anthropology, interviewing and communicability in contemporary society. *Current Anthropology*, 48(4): 551-558.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2001. *Plano Nacional de Segurança Pública*. Brasília. Mimeo.

BRASIL. Presidência da República/ Gabinete de Segurança Institucional. 2002. *Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência*. Brasília. Mimeo.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2003. *Apresentação dos Planos de Segurança Pública*. Brasília.

BRETAS, Marcos Luiz. 1997. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 1(9): 79-94.

CALAZANS, Márcia Esteves de. 2004. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 142-150.

CALDEIRA, Teresa. 1991. Direitos Humanos ou Privilégio de Bandidos?. *Novos Estudos Cebrap*, 30: 162-172.

_____. 2000. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

_____. 2006. I Came to Sabotage Your Reasoning. In: COMAROFF, Jean and COMAROFF, JOHN L. *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago, London: University of Chicago Press.

CARDIA, Nancy. 1997. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Revista Tempo Social*, 9 (01): 249-265.

_____ et. al. 1998. *Relatório Final de Atividades*. [Projeto sobre as formas de interação entre polícia e comunidade, em parceria com o Centro de Educação e Pesquisa em Direitos Humanos da Universidade de Ottawa, Canadá]. Mimeo.

_____. 1999. *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Mimeo.

_____. 2003. Exposição à Violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Lusotopie*, XI: 299-328.

_____. 2003b. *O Policiamento que a sociedade deseja. Relatório Final – Polícias Civil e Militar*. Mimeo.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio e POLETO, Frederico. 2003. Homicídios e violação dos direitos em São Paulo. *Revista de Estudos Avançados*, 17 (47): 43-73.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. 2006. *Operações Urbanas em São Paulo – interesses público ou construção especulativa do lugar*. Dissertação (Doutorado), FAU/ Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. 2003 (4.ed). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. 2004. *Mapa da Vulnerabilidade social*. São Paulo.
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. 2006. *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- CORREIA, Marisa (org). 2002. *Gênero e Cidadania*. Campinas: Pagú/Núcleo de Estudos de Gênero. Coleção Encontros.
- COSTA, Rogério da. 2004. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 161-167.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 1996. Cinco vezes favela - uma reflexão. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora FGV.
- CPDOC-FGV/ISER. 1997. *Lei, justiça e cidadania: direitos, vitimização e cultura política na região metropolitana do Rio de Janeiro* (sinopse dos resultados de pesquisa CPDOC-FGV/ISER). Rio de Janeiro.
- CRISP. 2002. *Pesquisa de Vitimização*. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br/>.
- _____. 2003. Programa Fica Vivo: ações simples, resultados efetivos. *Informativo*, ano 1, número 3, fevereiro. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br/>.
- DAS, Veena. 1999. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgenteinianos. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, 40(14): 31-42.
- _____. 2007. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- DEBERT, Guita G. 1986. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth. *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 2006. Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher. In: DEBERT, Gregori e PISCITELI (orgs). *Gênero e Distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagú/Núcleo de Estudos de Gênero. Coleção Encontros.
- DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. 2008. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 66 (23): 165-185.
- DEBUT, François. 1998. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, 3: 27-33.
- DIMENSTEIN, Gilberto. 1992. *Meninas da Noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Ática.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ESCOBAR, Santiago et al. 2005. *Seguridad Ciudadana: concepciones y políticas*. Caracas: Friedrich Ebert Stiftung e Nueva Sociedad.

FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual brasileiro e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. 1995. Violência e dominação: as favelas voltam à cena. *Sociedade e Estado*, 10 (2): 417-438.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 2008. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Dissertação (Doutorado) – IFCH/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. 2006. *Violência na Solidariedade: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

_____. 2007. Programa Bolsa Família e sistema de proteção social no país. *Bahia Análise & Dados*, 17: 707-719.

FISHER, Rosa Maria. 1985. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes, Cedec.

FONSECA, Claudia. 2004. A morte do gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio. *Sexualidade e saberes: convensões e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.

FOUCAULT, Michel. 2002. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. 2006. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal. 22ª edição

GALDEANO, Ana Paula. 2004. *Programa Fica Vivo! Controle de Homicídios: Morro das Pedras, Avaliação de Processo*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Defesa Social.

GALDEANO, Ana Paula; FELTRAN, Gabriel de Santis e SILVA, Marcos Toffoli. 2005a. *Programa Fica Vivo! Controle de Homicídios: Pedreira Prado Lopes*. Belo Horizonte: CEBRAP.

_____. 2005b. *Programa Fica Vivo! Controle de Homicídios: Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas*. Belo Horizonte: CEBRAP.

GALDEANO, Ana Paula; SILVA, Marcos Toffoli e LIMA, Márcia. 2006a. *Programa Fica Vivo! Controle de Homicídios: Palmital/ Santa Luiza*. Belo Horizonte: CEBRAP.

_____. 2006b. *Programa Fica Vivo! Controle de Homicídios: Nova Contagem/ Contagem*. Belo Horizonte: CEBRAP.

- GEERTZ, Clifford. 2001. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOFFMAN, Erving. 2007. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GREGORI, Maria Filomena. 2000. *Viração: experiência de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras
- _____. 1993. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, Anpocs.
- ILANUD. 2002. *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*. São Paulo: ILANUD.
- INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. 2000. *Technical Notes on violence Prevention. Social Development Division*. New York.
- KANT DE LIMA, Roberto. 1997. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 1(9): 169-184.
- KANT DE LIMA, Roberto. 2004. Direitos civis e direitos humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 49-59.
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula. 2000. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 50: 91-110.
- KAHN, Túlio. 2002. Panorama da Criminalidade nos Estados: uma tentativa de classificação e interpretação. In: ILANUD. *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*. São Paulo: ILANUD.
- KOERNER, Andrei. 2003. O Papel dos Direitos Humanos na Política Democrática: uma análise preliminar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 53(18): 143-153. Também disponível em <http://www.nevusp.org>
- KOVARICK, L. & ANT, C. 1981. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, R. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEITE, Gabriela. 2008. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva
- LIBÓRIO, Renata M.C. e SOUZA, Sônia M.G. (orgs). 2004. *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- LIMA, Renato Sérgio. 2005. *Contando os Crimes os Criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. Dissertação (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. 2009. *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e*

as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000). Relatório de Pesquisa/FAPESP.

_____. 2004. Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 60-65.

LIMA, Renato Sérgio e PAULA, Liana de (orgs). 2006. *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto.

LOPES, Concimar da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura e PIMENTA, Rosely Pereira Barbosa. 2007. A Bela Adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. *Psicologia e Sociedade*, 1(19): 69-76.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 2004. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1): 53-84.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (orgs). 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac.

MESQUITA NETO, Paulo et al. 2004. *Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil*. 2004. Mimeo.

_____. 2006 Segurança, Justiça e Direitos Humanos no Brasil. In: LIMA, Renato e PAULA, Liana de (orgs). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto.

MINGARDI, Guaracy. 1992. *Tiras, gansos e truta: cotidiano e reforma da polícia civil*. São Paulo: Scritta Editorial.

MIRAGLIA, Paula R. 2006. Os municípios e a segurança pública. In: LIMA, Renato e Paula, Liana de (orgs). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto.

MISSE, Michel. 1999. *Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem Legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. Disponível em http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/publicacoes/textos_download.asp.

_____. 2007. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, 21(61), Dossiê Crime Organizado: 139-157.

MUNIZ, Jacqueline. 1996. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER.

_____. 1999. *Ser Policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. 2006. *Direitos Humanos na Polícia*. In: LIMA, Renato e PAULA, Liana de (orgs). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?*. São Paulo: Contexto.

MUNIZ, J.; LARVIE, S. P.; MUSUMECI, L. & FREIRE, B. 1997. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 1(9): 197-214.

NADER, Laura. 1964. Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, Dell. (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Vintage Books.

NEME, Cristina. 2002. Demandas da População em Relação à Segurança em Cinco Conseqs da Zona Sul de São Paulo. *Relatório de Pesquisa NEV – Núcleo de Estudos da Violência da USP*. Mimeo.

_____. Análise das Discussões em Grupo com representantes da Sociedade Civil da Zona Leste de São Paulo. *Projeto: O Policiamento que a Sociedade Deseja*. s/data de publicação.

O'DONNELL, G. 2000. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.

_____ e SCHIMTTER, Philipe. 1988. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice.

O'DOUGHERTY, Maureen. 1998. Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de "Cultura" e Consumo em São Paulo. *Dados*, 2(41): 411-444.

OLIVEIRA, Luciano. 1985. Polícia e classes populares. *Cadernos de Estudos Sociais*, (1): 85:94.

OLIVEIRA, PEREIRA e OLIVEIRA. 2008. O conselho de segurança pública no âmbito da administração pública municipal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3: 64-80.

PAIVA, Vanilda; GUIMARÃES, Eloisa, PAIVA, E. e DURÃO, Anna V. 1998. Revolução educacional e contradição da massificação do ensino. *Contemporaneidade e Educação*, 3: 44-99.

PAIXÃO, Antônio Luís. 1983. Crimes e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: PINHEIRO, P. S. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense.

PAIXÃO, Antônio Luís e BEATO, Claudio. Crimes, vítimas e policiais. 1997. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 9 (1): 223-248.

PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo; CARNEIRO, Leandro Piquet e GRYNSZPAN (orgs). 1999. *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

PEIXOTO, Betânia. 2008. *Uma contribuição para prevenção da criminalidade*. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte.

PERES, M.F.T.; CARDIA, N; MESQUITA NETO, P; SANTOS, P.C. e ADORNO, S. 2008. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. *Ver. Panam. Salud Publica*, 23(4): 268–76.

PIERUCCI, Antônio Flávio e outros. 1982. Comunidades Eclesiais de Base: origens e primeiros desenvolvimentos. *Novos Estudos CEBRAP*, 2: 48-53.

PRANDI, Reginaldo e SOUZA, A.R. 1996. A carismática despolitização da igreja católica. In: PIERUCCI, A. Flávio e PRANDI, Reginaldo (orgs). *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991. Autoritarismo e Transição. *Revista USP*, 10: 45–56.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & MESQUITA NETO. 1998. *Direitos humanos no Brasil: perspectivas no final do século. Textos do Brasil. Cinquenta anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, maio-agosto. Disponível em www.nevusp.org

PISCITELI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio. 2004. *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamound.

PISCITELI, Adriana. 2004. Entre a praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina. In: PISCITELI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio. 2004. *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamound.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1997. Violência, crime e sistemas policiais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 1(9): 43-52.

PORTO, Maria Stela Grossi. 2004. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 132-141.

ROSE, Nikolas. 1999. *Powers and Freedom: reframing political thought*. United Kingdom: Cambridge University Press.

RUOTI, Caren. 2006. Os sentidos da violência escolar: uma perspectiva dos sujeitos. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUSSO, Jane Araújo. 2004. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: PISCITELLI, Gregori e Carrara. *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.

ROSE, Nikolas. 1999. *Powers and Freedom: reframing political thought*. United Kingdom: Cambridge University Press.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. 1997. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 1(9): 155-168.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. 2004. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo em Perspectiva*, 1(18): 3-12.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. 1993. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SALLUM Jr, Brasílio. 1996. *Labirintos: dos gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec.
- SEADE. 2004. *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados*. Disponível em <http://www.seade.gov.br>.
- SEMPLA. 2008. *Tabela “Distribuição das Favelas no município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*. Disponível em http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_distribuicao_das_favelas_no_m... 25/09/2008.
- SCHEPER-HUGHES and BOUGOIS. *Violence in War and Peace: an Anthology*. Blackwell Publishing.
- SILVA, A. P., BLANCHETTE, T., PINHO, A. M. M., PINHEIRO, B., & LEITE, G. S. (2005). Prostitutas, "traficadas" e pânico morais: Uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Caderno Pagú*, 25: 153-184.
- SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. 2005. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Caderno Pagú*, 25: 153-184.
- SILVA, Cátia Aida. 1994. *Os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociação e impasses na construção de espaços públicos*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/Universidade de São Paulo.
- SILVA, Jorge da. 1997. Representações e ações dos operadores do sistema penal do Rio de Janeiro. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 9(1): 95-114.
- SILVA FILHO, José Vicente. 2002. Análise Criminal e Polícia Comunitária. In: Nome. *Policiamento Comunitário: experiências no Brasil, 2000-2002*. São Paulo: Página da Vida.
- SILVEIRA, Andréa da Silva. 2007. *Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Dissertação (Doutorado) – CRISP/UFGM, Belo Horizonte.
- SILVEIRA, Andréa; SILVA; Bráulio e BEATO, Cláudio. 2008. Prevenção de crimes urbanos: o Programa Fica Vivo. In: LIMA e PAULA (orgs.). *Segurança Pública e Violência*. São Paulo: Contexto.
- SOARES, L. E.; SANTO-SÉ, J. T.; RODRIGUES, J., A S.; PIQUET CARNEIRO, L. 1996. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SOARES, Luiz Eduardo Soares. 2007. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, Dossiê Crime Organizado, 21(61): 77-97.

_____. 2003. Novas Políticas de Segurança Pública. *Estudos Avançados*, 17 (46): 75-96.

SORJ, Bernardo. *A Democracia Inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOUZA, Edinilsa R. de. 1994. Homicídio no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1): 45-60.

SCHWARCZ, Lilia M. 1998. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (coordernador-geral da coleção) e SCHWARCZ, Lilia (org.). *Coleção História da Vida Privada no Brasil, vol.04*. São Paulo: Companhia das Letras.

SPAGNOL, Antônio Sergio. 2008. *Jovens Perdidos: um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/ Fapesp.

STORINO, Fabio Franklin. 2008. *Um partido, três agendas? : Política de Segurança Pública no Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

TORRES, Haroldo da Gama et al. 2003. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47): 01 -32.

TORRES, Haroldo e MARQUES, Eduardo. 2004. Políticas Sociais e Territórios: uma abordagem metropolitana. Disponível em http://www.centrodametropole.org.br/t_bb_art.html#nome. [Publicado em *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2004]

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paul e BITAR, Sandra. 2003. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Revista Estudos Avançados*, 17 (47): 97-128.

WACQUANT, Loic. 2007. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan.

_____. 2003. Ethnografest: a process report on the theoretical and promise of ethnography. *Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi)*, 4(1):05-14. Disponível em <http://www.sagepublications.com>

_____. 2006. Seguindo Pierre Bourdieu no Campo. *Revista de Sociologia e Política*, 26: 13-29.

WASELFISZ, 2007. Mapa das Mortes por Violência. *Revista de Estudos Avançados da USP*, Dossiê Crime Organizado, 21(61): 119-138.

WEBER, Max. 1986. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org). *Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

WORLD BANK DEPARTMENT OF FINANCE, Private Sector and Infrastructure Latin American Region, 2003. *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para os municípios*. Washington, D.C.

THOMAS, Keith. 1983. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.

VELHO, Gilberto. 2000. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ FGV.

ZALUAR, Alba. 1994. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan.

_____. 1997. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091997000300003&lng=en&nrm=iso.

_____. 1999a. Violência e Crime. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Editora Sumaré/ ANPOCS.

_____. 1999b. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 13(3): 03-17.

_____. 2000. *A máquina e a revolta*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.

_____. 2004. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV.

ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina. 2001. Violência intra e extramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (45): 147-164.

Documentos

SSP [Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública]. *Doc. SSP, 2004*. 14 Estágio de Qualificação para Líderes de CONSEG [Material Didático, regulamento do Conseg e outros anexos].

CDHS, 2006. *Cartilha da Abordagem Policial*. Série Construindo a Cidadania. São Paulo, Parque São Rafael, R&C Artes Gráficas e Editora.

CDHS, 2007 (2ed.). *Cartilha da Abordagem Policial*. Série Construindo a Cidadania. São Paulo, Parque São Rafael, R&C Artes Gráficas e Editora.

ACAT, Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura. 2005. *Dossiê Sapopemba: Relatório a ser entregue às Organizações de Direitos Humanos acerca da atuação da Polícia militar de São Paulo junto à população do bairro Sapopemba*.

ANISTIA Internacional. 2005. *“Eles entram atirando”*: policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil. Secretariado Internacional, Reino Unido, Londres.

SMSU. *Apresentação do programa Comissões Cíveis Comunitárias*. S/d publicação. Mimeo.

Anexo 1: Ocorrências nas Delegacias de Polícia das áreas estudadas

Ocorrências		2000	2001	2002	2003	2004
DP Ibirapuera - São Paulo	Ocorrências de Homicídio Doloso	20	8	22	16	15
	Ocorrências de Roubo Consumado	2048	2190	2477	2950	2658
	Ocorrências de Roubo de Veículos Consumado	1054	1015	800	888	789
	Ocorrências de Extorsão Mediante Seqüestro	-	3	1	2	9
	Ocorrências de Furto Consumado	1127	1188	1368	1758	2007
	Ocorrências de Estupro Consumado	6	7	4	2	2
	Ocorrências de Estupro Tentado	-	-	-	1	-
	Ocorrências de Ato Obsceno	5	4	1	8	6
DP Sapopemba - São Paulo	Ocorrências de Homicídio Doloso	75	71	62	82	36
	Ocorrências de Roubo Consumado	1623	1601	1560	1937	1389
	Ocorrências de Roubo de Veículos Consumado	2309	1898	1759	1470	1388
	Ocorrências de Extorsão Mediante Seqüestro	-	-	5	1	5
	Ocorrências de Furto Consumado	486	543	490	570	637
	Justiça e Segurança - Ocorrências de Estupro Consumado	8	10	2	2	7
	Ocorrências de Estupro Tentado	1	3	-	-	-
	Ocorrências de Ato Obsceno	-	-	2	-	5

Fonte: Fundação SEADE. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 2007.

Anexo 2: Núcleos do Programa Comissões Cíveis Comunitárias

1. Sé (Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, República, Sé, Bela Vista e Cambucí)

Tema: Degradação das habitações do centro da cidade. Concentração de Crianças e Adolescentes vivendo nas ruas. Ausência de comodidade do idoso. Insegurança.

Encaminhamentos: Ação Comunidade do Centro (revitalização do Centro de São Paulo/ discussão do problema de habitação). Projeto Criança e Adolescente (atividades lúdicas para meninos nas ruas), em parceria com o Projeto Travessia. Ações para aumentar a comodidade do idoso no município.

Parceiros: SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana; GCM - Guarda Civil Metropolitana; MSTC; Movimento Sem Teto da Capital; Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo; SAMU; Secretaria Municipal de Saúde; Projeto Travessia; Subprefeitura da Sé; CONSEG; Ação Local Barra de Itapetininga; Viva o Centro; Ação Local Maria de Paula; Grande Conselho Municipal do Idoso; Associação Preservação Vila Deodoro; Clube dos Logistas Cambuí; SESC – Carmo e Fórum Municipal da Criança e do Adolescente.

2. São Miguel

Tema: incógnita

Encaminhamentos: incógnita

Parceiros: SMSU; GCM; Moradores de Rua; Escolas (ensino fundamental, coordenadoria de educação da regional de São Miguel, representantes de CEU; Ministério Público; Comissão Municipal de Direitos Humanos; Associação de Moradores e representantes de conjuntos habitacionais.

3. M'Boi Mirim (Jardim Ângela e Jardim São Luiz)

Tema: Juventude (Violência nas escolas; criminalidade e falta de segurança, lazer e trabalho). Situação da população negra (preconceito, violência no trabalho e na mídia). Insegurança

Encaminhamentos: Quinze escolas abertas no final de semana com atividades de música, dança, esporte e teatro e segurança da Guarda Municipal. Discussão de temas, com convidados. Apresentação de atividades que valorizam a cultura afro, como capoeira, maculelê e samba. Instalação de uma Base da Guarda Municipal, prevenção situacional (ações no desenho urbano que podem reduzir a oportunidade da ocorrência do crime – corte de mato, iluminação, revitalização de praças etc)

Parceiros: SMSU; GCM; CONSEG São Luis; Conselho de Saúde e agentes de saúde ligados ao Programa Saúde da Família; Entidades religiosas; Representantes da Câmara Municipal; Associação de Moradores, Movimento de Favelas; Escolas, Programa MOVA; CEDECA; SOS Represa Guarapiranga; Mãos Solidárias; Cara Limpa; Associação Visão e Ação; Boêmios da Vida; Rádio Águia Dourada 90.3 e Escola de Samba.

3. Sapopemba/ Vila Prudente

Tema: violência, tráfico e consumo de drogas entre jovens.

Encaminhamentos: Revitalização do CDM (Centro Desportivo Municipal)/ Sítio Pinheirinho com atividades para os idosos (horta comunitária e ginástica) e jovens (instalação do Programa Telecentro – Inclusão digital e atividades esportivas); parceria com o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba.

Parceiros: SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana; Subprefeitura de Sapopemba; Secretaria Municipal de Esportes; MDHS – Movimento de Direitos Humanos de Sapopemba; GCM – Guarda Civil Metropolitana; Agentes de Saúde. Representantes da comunidade vinculados aos CDMs – Centros Desportivos Municipal. Agentes Comunitários de Saúde.

4. Ermelino Matarazzo

Temas: Insegurança e tráfico de drogas. Comércio que não respeita lei de zoneamento urbano (casa noturna que não respeitava horário de funcionamento, causava transtorno para os moradores, freqüentadores que praticavam atos obscenos, brigas e uso de arma de fogo).

Encaminhamentos: fechamento da casa noturna a partir da constatação de irregularidades numa ação conjunta que envolveu a Comissão Civil, subprefeitura de Ermelino Matarazzo e Polícia Militar.

Parceiros:

SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana, GCM, Movimentos Sociais (não identificados/ contato com Padre Ticão); Luis e Mauro (instituições não identificadas). Agentes Comunitários de Saúde.

5. Cidade Ademar

Tema: Insegurança e Tráfico de drogas. Uso de espaços públicos por traficantes locais. Problema do Lixo. Tráfego de carros intenso nas imediações das escolas.

Encaminhamentos: Reestruturação de espaços públicos (atividades de capoeira, futebol e skate). Discussão sobre maioria penal. Criação da Comissão do Meio Ambiente. Projeto de prevenção do trânsito nas escolas.

Parceiros: SMSU; CGM; representantes do CONSEG Santo Amaro e Vila Joaniza; Cadiz Segurança e Vigilância Ltda; Associação Comercial; Associação Represa Bilings, Associação Pró Moradia; Pastoral da Juventude; CEDECA e Conselho Tutelar.

Anexo 3: “As 57 ações realização no Jardim Elisa Maria”

ITEM	TIPO	AÇÃO	STATUS	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	Revitalização Urbana	Despoluição do córrego da Rua Pedro Pomar	início em setembro	Sabesp
2	Revitalização Urbana	Ampliação (extensão e dimensão) da rede coletora de esgoto na R. Romulo Naldi	aguardando contrato terceirização	Sabesp
3	Revitalização Urbana	Reforma escadão R. Carlos Lamarca X R. Carlos Marighela(1)	Concluída	Subprefeitura FO
4	Revitalização Urbana	Reforma escadão R. Carlos Lamarca X R. Carlos Marighela(2)	Iniciada	Subprefeitura FO
5	Revitalização Urbana	Reforma escadão Av. Cantidio Sampaio X R. Olga Benario	conclusão em 23/8	Subprefeitura FO
6	Revitalização Urbana	Revitalizar Rua de Lazer R. Olga Benario	em execução	Subprefeitura FO
7	Revitalização Urbana	Revitalizar Rua de Lazer R. M. do Mestre	em execução	Subprefeitura FO
8	Revitalização Urbana	Repanfletar a comunidade informando dia e horário da coleta lixo	Concluído	Limpurb
9	Revitalização Urbana	Implantação de Praça na R. Rosa Alboni	serviço contratado	Subprefeitura FO
10	Revitalização Urbana	Recapeamento R. Clara Nunes	fresagem iniciada	Spua
11	Revitalização Urbana	Recapeamento R. Agenor Alves Meira	fresagem programada	Spua
12	Revitalização Urbana	Recapeamento R. Romulo Naldi	fresagem iniciada	Spua
13	Revitalização Urbana	Recapeamento R. Salvador Massa	fresagem programada	Spua
14	Revitalização Urbana	Recapeamento R. Manoel A Santos	fresagem programada	Spua
15	Revitalização Urbana	Coleta Seletiva de Lixo	em análise	Limpurb
16	Saúde	Reforma Geral UBS Vista Alegre	reforma em desenvolvimento	Subprefeitura FO

17	Saúde	Construção UBS/AMA Jardim Elisa Maria	aguardando recurso financeiro	S.M.Saude
18	Educação	Troca do mobiliário E.E. Prof. Walfredo Arantes Caldas	entrega dos kits iniciada	S.E.Educação
19	Educação	Troca do mobiliário E.E. Vila Penteado II	entrega dos kits iniciada	S.E.Educação
20	Educação	Troca do mobiliário E.E. Profa. Luiza Salete Junca de Almeida	entrega dos kits iniciada	S.E.Educação
21	Educação	Troca do mobiliário E.E. Prof. João Boemer Jardim	entrega dos kits iniciada	S.E.Educação
22	Educação	Troca do mobiliário E.E. Prof. Helios Heber Lino	entrega dos kits iniciada	S.E.Educação
23	Educação	Manutenção EMEF - Profa. Cecilia Moraes de Vasconcelos	obra iniciada	S.M.Educação
24	Educação	Manutenção EMEI - Bertha Lutz	obra iniciada	S.M.Educação
25	Educação	Manutenção EMEI - Caio Graco	obra iniciada	S.M.Educação
26	Educação	Manutenção CEI Jardim Elisa Maria	manutenção pela Coord. de Educação	S.M.Educação
27	Educação	Garantir 17 computadores Sala ambiente Informática E.E. Prof. Walfredo Arantes	em licitação	S.E.Educação
28	Educação	Garantir 17 computadores Sala ambiente Informática E.E. Vila Penteado II	em licitação	S.E.Educação
29	Educação	Garantir 17 computadores Sala ambiente Informática EE.Prof.Luiza S.J.Almeida	em licitação	S.E.Educação
30	Educação	Garantir 17 computadores Sala ambiente Informática EE.Prof.João Boemer Jardim	em licitação	S.E.Educação
31	Educação	Garantir 17 computadores Sala ambiente Informática EE.Prof.Hélio Heber Lindo	em licitação	S.E.Educação

32	Educação	Construção EMEF - Santa Tereza	terraplanagem e fundação iniciadas	S.M.Educação
33	Educação	Reforma e Ampliação CEI - Jardim dos Francos	vistoria para manutenção executada	S.M.Educação
34	Educação	Ampliação de 60 vagas CEI - Jardim Elisa Maria	convênio autorizado com entidade	S.M.Educação
35	Educação	Reforma/estética banheiros E.E. Prof. Walfredo Arantes Caldas	em execução	S.E.Educação
36	Educação	Reforma/estética banheiros EE.Profa. Luiza Salete J. Almeida	em execução	S.E.Educação
37	Educação	Reforma/estética banheiros EE.Prof. João Boemer Jardim	em licitação	S.E.Educação
38	Educação	Cobertura da Quadra Esportiva E.E. Prof. Walfredo Arantes Caldas	em orçamento	S.E.Educação
39	Educação	Cobertura da Quadra Esportiva E.E. Profa. Luiza Salete J.Almeida	em licitação	S.E.Educação
40	Educação	Cobertura da Quadra Esportiva E.E. Prof. João Boemer Jardim	em análise técnica	S.E.Educação
41	Educação	Eliminar o 3º turno e ampliar vagas em creches na Região	ampliação J. dos Francos, convênio Elisa Maria, construção EMEF	S.M.Educação
42	Cidadania	Poupatempo: Emissão de Documentos, Orientação Geral	1º período: 11.934 atendimentos 2º período: 11.178 atendimentos (até 25/08)	Poupatempo
43	Cidadania	Articulação e Mobilização da comunidade em torno das ações	reuniões todos os sábados	Instituto Sou da Paz
44	Cidadania	Pólos da Paz - Formação cidadã para jovens	início previsto: setembro	Instituto Sou da Paz
45	Cidadania	Convênio Núcleos Programa Esporte Social (300 jovens)	definido convênio com instituição	S.E.Esporte
46	Segurança	Instalação Posto Comunitário Movel - R. Pedro Pomar	Local a ser cedido pela Sub-Prefeitura	S.E.Segurança
47	Segurança	Instalação Posto Comunitário Fixo - R. Pedro Pomar	Aguardando fomalização de cessão da área municipal	S.E.Segurança

48	Segurança	Fortalecimento CONSEG 72º DP	apresentação do projeto Virada Social	Instituto Sou da Paz
49	Assistência Social	Implantação do programa Ação Jovem (para 300 adolescentes)	inscritos 240 jovens	S.E.Ação Social
50	Assistência Social	Curso profissionalizante para 300 jovens	em andamento	S.E.Ação Social
51	Cidadania	Frente de trabalho para 120 trabalhadores	109 trabalhadores contratados	S.E.Emprego
52	Cultura	Oficinas de curta duração	em execução	S.E.Cultura
53	Cultura	Atividades mensais no palco R. Pedro Pomar	apresentações no palco em 26 e 27/05, 29/06, 31/07 e 12/08	S.E.Cultura
54	Cultura	Projeto "Memória Comunitária"	iniciada na EE Valfredo Arantes	S.E.Cultura
55	Cultura	Realização de atividades culturais junto à comunidade	em andamento	Instituto Sou da Paz
56	Cultura	Implantação do Programa "Fabrica de Cultura"	início previsto em setembro	S.E.Cultura
57	Revitalização Urbana	Revitalização das ruas do bairro (buracos / guias / sarjetas / mato / boca de lobo	171 buracos tapados	Subprefeitura FO

Fonte: Secretaria Estadual da Segurança Pública. in:
<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=87516>. Acesso em 05/2009, confirmado em 13/08/2009

Anexo 4: Relação de Entrevistas

Entrevista [1, 2, 11 e 27]: Isabel, 38 anos, solteira, define-se como negra. Pedagoga, advogada e ativista de entidade local de direitos humanos. Sofreu ameaças de morte praticadas por policiais. Educada na Teologia da Libertação, foi fundadora da extinta Casa das Meninas, do CEDECA e do CDHS. É uma das mais importantes líderes comunitárias da região, conhecida pela defesa de jovens em conflito com a lei e denúncia de arbitrariedades policiais. Participa esporadicamente dos encontros. 02/2004; 05/2006; 12/2007.

Entrevista [2]: Cidinha, 60 anos, ex-operária, branca, viúva, moradora de vila da Zona Leste. Reclama de comportamento inadequado da vizinhança barulhenta, sujeira e prostituição. 06/2007.

Entrevista [4]: Vera, 54 anos, branca, professora aposentada, casada. Moradora da Zona Sul. Foi presidente do Conseg. Conhecida como “mulher de fibra” entre os demais participantes, teve como prioridade resolver os problemas de prostituição e dos barracos através do reforço do policiamento na região. 01/2007.

Entrevista [5]: Fernanda, aproximadamente 50 anos, branca, advogada, solteira. Elvira, aproximadamente 60 anos, branca, solteira, representantes de associação de bairro. Claudia, aproximadamente 40 anos, branca, solteira, evangelizadora espírita. Regina, na faixa entre 55-60 anos, branca, formada em ciências sociais, atual funcionária pública, casada. Reivindicam maior policiamento em função de roubos e prostituição. 04/2007.

Entrevista [6]: Fausto, 53 anos, branco, funcionário público e representante da associação de moradores. Participa ativamente do Conseg, apresentando perfil observador. Colocou-se em favor da participação de representantes das favelas no encontro. 10/2007.

Entrevista [7]: José, 39 anos, branco, segurança privado, evangelizador em presídios, casado. Morador de vila da Zona Leste. Foi vice-presidente do Conseg. Participou assiduamente dos encontros durante a sua gestão. Trabalhou com policiais que faziam bico no setor da segurança privada e foi ameaçado por policiais. 08/2006.

Entrevista [8]: Seu Tito e Dona Antônia, casados, 70 e 65 anos respectivamente, brancos. Moradores de vila da Zona Leste. 04/ 2007

Entrevista [9]: Padre Antunes, aproximadamente 50 anos, ativista do CDHS. 03/2006.

Entrevista [10]: Oscar, aproximadamente 40 anos, branco, trabalhador autônomo, casado. Morador de vila da Zona Leste. Eleito presidente do Conseg estimulou a participação das entidades de bairro à participação. Com perfil “político”, aliou-se aos funcionários públicos e policiais para tentar atender as demandas do bairro. Crítico em relação a CEDECA e CDHS. 12/2007.

Entrevista [12]: Seu Bernardo, 66 anos, ex-operário, casado, presidente de associação de bairro e envolvido em Comissão Gestora para a construção de habitação popular. Morador de vila da Zona Leste. Demanda política para jovens. Seu único filho morreu com AIDS em função de compartilhamento de seringa com heroína. Crítico em relação ao CEDECA e CDHS. 12/2007.

Entrevista [13]: Jaqueline, 23 anos, prostituta, casada, um filho. Moradora do extremo da Zona Sul. 12/2007.

Entrevista [14]: Lurdes, 39 anos, ex-prostituta, casada, nove filhos. Moradora de favela da Zona Leste. 06/2005.

Entrevista [15]: Tony, 17 anos, filho de Lurdes, já foi “aviãozinho” do tráfico e diz que não se envolve mais. Morador de favela da Zona Leste. 06/2006.

Entrevista [16]: Felipe, 20 anos, ex-assaltante, atual Office-boy de uma entidade de amparo ao deficiente físico. Morador da Zona Leste. 07/2005.

Entrevista [17]: Magrão, 30 anos, ex-trafficante, atual educar social do CEDECA – Santo Amaro. Morador do extremo da Zona Sul. 10/2007.

Entrevista [18]: Major Inácio, policial que atua na Coordenadoria dos Assuntos do Conseg. 02/2004.

Entrevista [19]: Rosana, funcionária do programa *Comissões Cíveis Comunitárias*, implementado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) durante a gestão da prefeita Marta Suplicy.

Entrevista [20]: Silvia, aproximadamente 60 anos, branca, professora, casada. Moradora da Zona Sul. Participa do Conseg para tentar resolver o problema de barracos construídos na rua em que mora. 12/2007.

Entrevista [21]: Luiza, aproximadamente 60 anos, branca, casada, advogada. Moradora da Zona Sul. Filiada à entidade de classe da carreira jurídica, é frequentemente ovacionada pelo demais participantes pelas soluções legais que apresenta para resolver o problema da prostituição e da construção de barracos.

Entrevista [22]: Sr. Halim, aproximadamente 80 anos, branco, viúvo, atualmente consultor financeiro. Morador da Zona Sul. Reclama da corrupção. 08/2006.

Entrevista [23]: Denis, 26 anos, branco, estudante, solteiro; moradore de bairro de classe média alta. O pai foi morto em assalto. Defende a pena de morte. 11/2006.

Entrevista [24]: Fábio, à época coordenador do CEDECA, 45 anos, ligado ao movimento de habitação popular. 06/2005.

Entrevista [25]: Melina, aproximadamente 45 anos, à época superintendente da Secretaria de Defesa Social do Governo Estadual de Minas Gerais e gestora do *Programa Fica Vivo*. 07/2005.

Entrevista [26]: Sandra, aproximadamente 45 anos, ex-manicure e atual educadora social do CEDECA, mãe de dois filhos assassinados. Moradora da Zona Leste. 09/2005.